



1910000172



M/ *

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CADEIRA DE SOCIOLOGIA E FUNDAMENTOS
SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

R u d o l f L e n h a r d

A ESCOLA RURAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO

Estudo sôbre os objetivos do ensino primário rural e os
requisitos estruturais para a sua consecução



172/84

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

1966

BIBLIOTECA

- DA -

Fac. de Filosofia, Ciências e Letras

- DE -

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



PREFÁCIO



Nesta tese proponho-me a estudar aspectos fundamentais do ensino primário rural. A escola primária atrai particularmente, entre os sistemas educativos, as atenções do cientista social, desejoso de contribuir para o aperfeiçoamento da educação no Brasil. O seu caráter predominante de instituição pública faz com que se imponha como alvo de intervenção racional. Com efeito, a pressão social, exercida sobre os poderes que a dirigem, coloca êstes diante de opções decisivas, com relação à expansão quantitativa e ao aprimoramento qualitativo do ensino - opções que, inteligentemente, só podem ser feitas com base em conhecimento positivo da realidade social, relacionada com os objetivos e com o funcionamento da escola. Os estudos sociais têm, pois, no terreno da escola primária, os seus frutos práticos à vista.

Por outro lado, convoca a escola primária, imperiosamente, os estudiosos, em virtude de sua função fundamental na sociedade moderna. Como agente de educação "de base", ela carrega grande parte da responsabilidade pelos destinos da nação, formando o alicerce para o preparo do cidadão, do profissional e do homem, como tal. Se a formação profissional de muitos apenas começa na escola primária, para todos esta base é hoje indispensável. É na escola primária que a criança não apenas adquire o domínio de certas técnicas úteis ou necessárias à vida moderna, mas desenvolve as suas potencialidades mentais naquela fase da vida que a psicologia reconhece como crucial: a fase em que a inteligência se torna "operatória" e a moral adquire consistência (J. Piaget).

A escola rural, por sua vez, desafia em especial os esforços do sociólogo. Concentrei nela as minhas atenções por

vários motivos. O primeiro e mais óbvio reside na circunstância de que a população rural compreende mais da metade dos brasileiros. Embora esta parcela venha diminuindo de recenseamento para recenseamento, em termos proporcionais, em 1960 ainda representava 55% do total. Além disto, ela continua crescendo em número absoluto. A própria diminuição proporcional da população rural aumenta as responsabilidades da sua escola, que não apenas forma (ou deixa de formar) futuros agricultores, mas também futuros moradores de cidades. Estes, para se tornarem úteis como membros da sociedade urbano-industrial e para poderem realizar-se plenamente como seres humanos, passarão por processos de reajustamento tanto mais difíceis, quanto menos os migrantes tiverem sido preparados para eles. De certo modo, o mesmo se aplica àqueles que não migrarem para cidades, mas para zonas rurais em que prevaleçam condições tecnológicas e sociais, diferentes daquelas em que se criaram.

Ainda outra razão confere preponderância à necessidade do estudo da escola rural: como já lembrou Willard Waller, na Introdução à sua "Sociology of Teaching", no ambiente rural, muitos fenômenos sociais apresentam-se de forma mais transparente do que nas cidades, o que faz com que a investigação daquele seja contribuição útil à destas.

A relevância do objeto desta tese parece, pois, incontestável. Por ter chamado a minha atenção para ele e por ter-me proporcionado oportunidade para a coleta dos materiais aqui expostos, sou reconhecido ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, de cujo "Plano Pilôto" de pesquisas em "cidades-laboratório" os meus levantamentos fizeram parte. A investigação com-

preendeu tanto as cidades como as zonas rurais de três municípios. Diante da complexidade das observações feitas e da impossibilidade de apresentar e discuti-las em sua totalidade, na perspectiva que adotei, fui obrigado a optar entre a focalização da escola rural e da escola urbana. Decidi-me por aquela pelos motivos acima expostos.

A questão central, em torno da qual girarão as considerações teóricas, refere-se aos objetivos a serem -idealmente- propostos à escola rural e estende-se às estruturas institucionais, sem as quais não seria possível atingi-los. Para que este problema fôsse colocado de forma perfeita, necessário seria que se partisse de material empírico, representativo da vida rural em tôdas as partes do Brasil. É evidente que pesquisas originais tão ambiciosas, eu não as poderia ter realizado. Mesmo o recurso a fontes secundárias, contudo, não constituiria solução adequada, uma vez que, por mais ricas que fôssem, difícil seria atribuir-lhes representatividade em sentido tão amplo.

Hesitei, por isto, muito tempo, antes de me lançar no que parecia aventura: a empresa de ventilar problemas gerais sobre base empírica tão frágil quanto era a de que dispunha. Decidi-me a elaborar o trabalho que se segue, quando compreendi que precisamente na heterogeneidade das minhas observações está, por assim dizer, a representatividade do material. Na conclusão desta tese afirmarei que nenhum objetivo - mais específico do que uma aspiração nacional extremamente genérica - poderá ser proposto generalizadamente às escolas de qualquer unidade territorial de alguma extensão (além da simples alfabetização e do ensino das operações aritméticas elementares), e que as estruturas institucionais devem ser de tal maneira compostas, que

as unidades escolares locais possam gerar os seus objetivos peculiares e os meios apropriados para alcançá-los.

As observações empíricas, em que se baseia a discussão teórica, serão apresentadas sob a forma prescrita pelos fins a que sua exposição se destina. Não se trata de "estudos de comunidade" em sentido clássico - pois tantos são os grupos locais incluídos, que a sua descrição exaustiva ocuparia vários volumes. Nem tampouco tentarei caracterizar subculturas mais amplas do que as diretamente observadas: bastará mostrar como no material escasso, que farei passar em revista, são inúmeras as constelações sócio-econômico-ecológico-culturais, em função das quais variarão os objetivos, a serem visados pela educação, e os seus recursos instrumentais.

Pela primeira destas razões, não analisarei a fundo as conexões funcionais entre educação e estrutura social em qualquer grupo local concreto. Pela segunda, deixarei de discutir as analogias - encontradas ou conspicuamente ausentes - entre as comunidades por mim observadas e as que constituem objeto de publicações anteriores (tais como, por exemplo, as de Thales de Azevedo e de Ursula Albersheim ou Emílio Willems, a respeito das colônias ítalas e teutas, respectivamente) e a conformidade - existente ou não - dos sistemas escolares observados às descrições dos sistemas maiores em que se inserem (o do Rio Grande do Sul, estudado por J. Roberto Moreira, e o do Estado do Rio de Janeiro, que constitui objeto de relato publicado por Jaime Abreu).

A finalidade precípua da exposição de material empírico é, então, a de demonstrar a multiplicidade das variáveis que determinam os objetivos (ideais) e os recursos com que conta qualquer escola rural concreta. Dêste exame das condições ambien-



tais, em que funciona o ensino, poderão ser inferidos requisitos de estruturação institucional.

Esta mesma finalidade justifica o recurso a observações, feitas há tantos anos que nenhuma segurança existe, de que ainda refletem as configurações atuais dos grupos locais descritos. Estive em Júlio de Castilhos em 1959, em Mococa e Macaé em 1960 - mas, por mais que tenha mudado a fisionomia destes municípios nos seis anos que desde então decorreram, a própria variedade de constelações sociais brasileiras, uma vez demonstrada, valerá por espaço de tempo muito maior. Isto levou-me, aliás, - além da simples facilidade maior de exposição - a referir-me no tempo presente às observações feitas no passado.

As conclusões a que chegarei confirmarão recomendações anteriormente feitas por estudiosos da educação e da administração escolar. Tão feliz resultado não esteve, desde o início, nas minhas cogitações; não deve surpreender, porém, pois em ciência social raramente se descobre algo de inteiramente novo, algo que, em algum contexto, já não tenha sido pensado. O cientista dá-se por feliz quando demonstra, usando os métodos característicos da sua disciplina, que recomendações nascidas da experiência prática ou de investigações empreendidas em outra perspectiva, são consistentes entre si e com os fatos, tais como a êle se apresentam.

Agradecimentos, devo-os a incontáveis colaboradores, diretos e indiretos: aos dirigentes e funcionários da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a autoridades e população dos municípios de Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé, aos auxiliares de pesquisa que executaram os inquéritos nesses três municípios, a

amigos e colegas que durante todos êstes anos me proporcionaram apoio moral e conselho, mui particularmente ao prof. Antônio Silveira Reis, que leu comigo os originais de uma versão anterior dêste estudo, sensivelmente mais extensa, e a quem se deve atribuir o mérito de uma redação menos imperfeita do que, sem a sua intervenção, seria.



Í N D I C E

Prefácio	I
<u>Parte I</u> - Fins e Meios Socitários da Escola Primária e o Método do seu Estudo	
Capítulo I - A problemática sociológica dos objetivos da educação escolar e das suas estruturas institucionais	1
1 - Tradição cultural e desenvolvimento individual	3
2 - Os meios sociais especiais e o meio inclusivo	6
3 - A escola como grupo instituído	8
4 - Instrução e formação moral na escola	10
5 - A escola entre tradição e mudança	12
6 - Pedagogia e Sociologia	14
7 - Resumo	17
Capítulo II - Considerações metodológicas	20
1 - Objetivos visados pelos agentes da educação	21
2 - Educação para o desenvolvimento	26
3 - Pressupostos pedagógicos	28
4 - O estudo de sistemas sociais de âmbito local	30
5 - Caracterização preliminar das áreas geográficas pesquisadas	34
<u>Parte II</u> - Júlio de Castilhos	
Capítulo III - O município	37
1 - Aspectos geográficos	38
2 - História	42
3 - Economia	45
4 - População	48
5 - Política e administração	52
Capítulo IV - Os distritos	55
1 - O 1º Distrito	56
2 - O 2º Distrito	57
3 - O 3º Distrito	60
4 - O 4º Distrito	63
5 - O 5º Distrito	65

Capítulo V - A vida no campo	69
1 - A fazenda	70
2 - A pequena propriedade campeira	79
Capítulo VI - A "colônia"	84
1 - A economia "colonial"	85
2 - A colônia ítala	90
3 - A colônia teuta	108
4 - Os agricultores lusos	116

Parte III - Mococa

Capítulo VII - O município	123
1 - Aspectos geográficos	124
2 - História	127
3 - Economia	131
4 - População	138
5 - Política e administração	141
Capítulo VIII - A vida rural	144
1 - Aspectos gerais	145
2 - Tipos de trabalhadores rurais	147
3 - Instrução	151
4 - Alimentação	152

Parte IV - Macaé

Capítulo IX - O município	154
1 - Aspectos geográficos	155
2 - História	158
3 - Economia	164
4 - População	168
5 - Política e administração	173
6 - A vida religiosa	177
Capítulo X - A vida rural	181
1 - Aspectos gerais	182
2 - A zona canavieira	183
3 - O vale do Macaé	186
4 - A zona serrana	187
5 - As populações rurais	190

Parte V - Estruturas Externas e Internas da Escola

Capítulo XI - A escola primária em Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé	197
1 - Aspectos gerais	198
2 - O magistério primário	201
3 - O corpo discente	207
4 - Repetência	219
5 - Evasão	221
6 - Conclusões	225
Capítulo XII - Tradição, mudança social e educação	227
1 - Mudança tecnológica e mudança social	228
2 - Tradição e educação	232
Capítulo XIII - A escola primária na perspectiva rural	238
1 - Estruturas sócio-econômicas rurais	239
a. A grande empresa	241
b. A pequena propriedade	247
c. O "campônio marginal"	253
d. Conclusões	256
2 - A escola primário e o pequeno proprietário ru- ral	257
3 - A escola primária e o trabalhador rural ...	271
Capítulo XIV - Mecanismos institucionais de integra- ção da escola no ambiente social ..	278
1 - A formação do magistério	279
2 - Orientação educacional	287
Capítulo XV - Resumo e conclusões	300
1 - Resumo	301
2 - Conclusões	307
<u>Bibliografia</u>	311
<u>Anexo</u> - Organização dos inquéritos	

P A R T E I

Fins e Meios Societários da Escola
Primária e o Método do seu Estudo



CAPÍTULO I

A Problemática Sociológica dos Objetivos da Educação Escolar e das suas Estruturas Institucionais



Se há entre os processos constitutivos de uma sociedade algum particularmente característico, essencial, é a educação que, além de desenvolver no indivíduo a capacidade de viver e de conviver com os seus semelhantes, proporciona à sociedade aquela identidade supratemporal que a diferencia de um agrupamento de indivíduos coexistentes no espaço e no tempo. Socializar o indivíduo e perpetuar a identidade grupal são duas funções básicas das instituições educativas. Embora distintas, estas funções são, todavia, complementares, de tal modo que pertencem a um processo só: a socialização do indivíduo se faz, incorporando-o ao grupo, e a perpetuação deste é resultado do ingresso, nêle, de gerações sucessivas. Representam, pois, aspectos apenas abstratamente separados de um mesmo processo, duas perspectivas em que o mesmo fenômeno pode ser visto. Não se pode discutir um sem referência ao outro, e um ou outro dêles é escolhido como tema de estudo segundo o interesse predominante do pesquisador, quer mais preocupado com a formação da pessoa individual, quer com os problemas ligados à continuidade da vida social.

Na fase de intensa e rápida mudança cultural, em que o Brasil atualmente se encontra, impõe-se o exame de questões fundamentais, referentes à função da educação no contexto das tendências mais gerais da transformação em curso. Cabe indagar das necessidades que a educação é chamada a satisfazer para que as aspirações nacionais não sejam frustradas por sua insuficiência, e das condições sociais que circunscrevem a sua atuação nesta conjuntura. Em tal linha de investigação, a perspectiva individual ocupa lugar secundário, sendo sobrepujada pela focalização do interesse coletivo, e a aplicação das ciências sociais precede à da psicologia. Se entre os aspectos sociais, por sua vez, neste trabalho são focalizados somente aqueles suscetíveis de análise sociológica, tal fato decorre da importância primordial que lhes deve ser atribuída e que, assim esperamos, se tornará clara durante a leitura deste capítulo, destinado a definir as bases teóricas da análise a ser posteriormente empreendida.

Para elaboração do fundamento teórico partimos da clássica definição de Durkheim, segundo a qual "a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as

gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine". (1)

Durkheim amplia a perspectiva social, implícita nesta fórmula, dizendo no parágrafo que a precede: "A educação não é (...) para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência". (2) E no início do parágrafo subsequente (3), acrescenta aquele autor que a educação "consiste numa socialização metódica das novas gerações", indicando com isto a diretriz individual inerente ao processo educativo.

Desta noção de educação, proposta por Durkheim, alguns elementos são particularmente pertinentes ao tipo de análise aqui pretendida e serão examinados nos cinco tópicos seguintes do presente capítulo.

1 - Tradição Cultural e Desenvolvimento Individual

A educação envolve a transmissão, de uma geração a outra, da cultura grupal, composta de um sistema de valores, costumes, conhecimentos e técnicas que, transpostos para o comportamento individual, representam, precisamente, os "estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade". Compreende, por outro lado, o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais, pertencentes ao patrimônio biológico individual, em direção prescrita ou aprovada pela sociedade, em função de seu modo de vida, da sua cultura.

(1) Emile Durkheim, Educação e Sociologia, p. 41

(2) Loc. cit.

(3) Loc. cit.

Esta duplicidade de direção do processo educativo é tanto menos sentida quanto mais a cultura é estática, submetendo a ação da coletividade e do indivíduo a cânones indiscutíveis de comportamento. Neste caso desenvolve-se o indivíduo em função destes cânones, ajustando-se a status futuros através da ocupação de posições sociais variáveis, ordenadas em uma sequência temporal cujas fases sucessivas são previsíveis, uma por uma, a partir das antecedentes. Estando, porém, a cultura em mudança acelerada, facilmente os dois aspectos da educação entram em conflito. A transmissão da herança cultural, então, não se interrompe - pois mudança não significa renovação total, mas apenas transformação de um número limitado de padrões culturais - mas esta ligação com o passado, sentida pelo grupo como preservação da sua identidade moral, não basta para preparar o imaturo adequadamente para o papel que o futuro lhe reserva. Este será determinado por uma constelação imprevisível de padrões culturais tradicionais e de outros novos, constelação que comportará fatores de equilíbrio e de desequilíbrio, diferentes daqueles, presentes na situação em que a educação se processa. O ajustamento do educando à sua posição na vida adulta exigirá dele, portanto, capacidade e modos de comportamento, diferentes dos padrões até então praticados e que são culturalmente regulados - eventualmente até mesmo contrários a estes.

Em tal situação de choque entre o passado e o futuro, caracteriza-se a posição do educador pela necessidade de procurar uma composição entre o ontem e o amanhã. Esta será tanto menos difícil, quanto mais nítidos forem, aos olhos dos contemporâneos, os mecanismos de auto-renovação do sistema cultural e quanto mais previsível fôr ao menos o rumo da mudança. Quanto mais rígidos os padrões culturais, quanto mais incerto o futuro, tanto mais provavelmente entrará a educação em crise, procurando manter tradições insustentáveis ou oscilando ao sabor de suposições quanto ao que é necessário renovar. Ambas estas tendências podem lutar entre si no seio de uma mesma sociedade, estabelecendo-se, então, facilmente, um "diálogo de surdos" em que ambos os contendores defendem o que não sabem justificar e atacam sem compreensão dos pontos vulne

ráveis do adversário. Em meio a este debate, a educação se atrofia por falta de consenso social em relação aos seus objetivos .

Todavia, a crise da educação, por mais profunda que seja, dificilmente incapacitará a sociedade, totalmente, para viver o dia de amanhã. Isto ocorre, porque a educação, tal, como foi definida, não é o único meio de que a sociedade dispõe para a socialização do imaturo. Ela é o instrumento intencional deste processo, mas ao seu lado podem agir variadas influências que não visam a juventude, diretamente, contribuindo, todavia, assim mesmo para a sua formação. Nas fases relativamente equilibradas do processo cultural, tais influências acompanham harmonicamente a educação; nas de mudança, porém, podem divorciar-se dela. Na medida em que refletem a mudança em curso, abrem à juventude caminhos que a educação não é capaz de lhe apontar. O inconformismo juvenil, freqüentemente disto resultante, será, quase sempre, tido pela geração adulta como sintoma de desorganização social. Realmente não deixa de o ser, uma vez que decorre da ineficácia do processo educacional. Indicando a demora cultural em que se encontra a educação, o inconformismo expressa o fato de que a nova geração reivindica a liberdade de movimento que lhe permita traçar o seu próprio caminho, absorvendo inovações surgidas no ambiente extra-educacional e, neste sentido, é fator de reorganização social. A juventude subtrai-se à educação para assumir a responsabilidade do seu destino em face de manifesta incapacidade dos padrões tradicionais para traçá-lo .

A auto-orientação da juventude não é, porém, saída definitiva do impasse educacional. Isto não só, porque apenas opera produtivamente a partir da adolescência, mas também por se confundirem, na vida real, as inovações com as irregularidades de conduta, resultantes da quebra de padrões ainda não substituídos, e, finalmente, porque os processos não intencionais de socialização agem de maneira difusa e lenta, deixando sem resposta questões urgentes, cuja pronta solução é indispensável para o futu-



ro da sociedade (4). Impõe-se, pois, a reflexão pedagógica, visando redefinir fins e meios da educação em tais momentos de crise. Se na atualidade brasileira a discussão a este respeito se tem mostrado acesa, mas pouco produtiva em resultados positivos, os motivos disto podem ser múltiplos. É admissível a hipótese de que a falta de acordo sobre princípios éticos ou sobre a visão da sociedade futura, a resistência exercida por interesses contrariados pela mudança social, a rigidez das estruturas político-administrativas são grandemente responsáveis pela relativa estagnação dos métodos pedagógicos entre nós .

O presente estudo pretende investigar se da realidade nacional podem ser inferidos objetivos indeclináveis da educação e, em caso afirmativo, quais são as condições mínimas para que possam ser alcançados. Sem que se resolva esta questão - à qual não poderemos trazer senão uma pequena contribuição - será impossível avaliar-se a importância dos fatores que retardam a renovação pedagógica, quer quanto ao peso de cada um destes fatores, quer de todos eles em conjunto.

2- Os Meios Sociais Especiais e o Meio Inclusivo

Até aqui referimo-nos à "sociedade" como se com este conceito estivesse caracterizada, de maneira unívoca, a realidade social que determina os objetivos da educação e as formas da sua institucionalização. Durkheim, entretanto, refere-se, na definição da educação, acima citada, a dois aspectos da organização social como determinantes do caráter da educação: à "sociedade política no seu conjunto" e ao "meio especial a que a criança, particularmente, se destina" . Ambos podem, em certas condições - que não estão presentes na sociedade brasileira contemporânea - constituir os

(4) Considere-se a este respeito, e a título de exemplo, a impossibilidade de se assegurar, por meio de processos de socialização informal, o ajustamento satisfatório da juventude brasileira de hoje à tecnologia característica da civilização que presente mente vem emergindo no país .

pólos de um "contínuo" simples e livre de contradições. Em sociedades complexas e que se encontram em mudança acelerada, contudo, estes dois aspectos representam pontos situados em um sistema multidimensional, obrigando a educação a variados ajustamentos, nem sempre fáceis, e mais: nem sempre possíveis. Para esquematizar esta situação, dirijamos a nossa atenção inicialmente ao "meio especial" da criança.

Este tem por base espacial a comunidade ecológica, multifuncional, construída a partir de unidades menores que se articulam em outras cada vez maiores, muitas vezes sem limites nítidos entre umas e outras do mesmo nível, nem entre vários níveis, tais como: grupo doméstico, vizinhança, área comercial, paróquia, vila, cidade, região, Estado.

Muitas outras dimensões, entretanto, se sobrepõem a esta para dar ao problema educacional a sua verdadeira profundidade. Citemos apenas algumas. A composição ocupacional de qualquer população caracteriza decisivamente tanto o ambiente em que a educação se processa como os seus objetivos. Não somente a ocupação a que a criança se destina, como todo o sistema da divisão do trabalho social necessariamente se refletirá na educação. A religião, a classe ou camada social com o seu grau de instrução, com a sua ideologia e com os seus interesses peculiares; em certas regiões a origem étnico-cultural ou a cor epidérmica constituem outras tantas dimensões do ambiente educacional.

Tudo isto faz que os reclamos da sociedade, tal como se apresenta ao imaturo e ao educador, sejam complexos e possivelmente contraditórios. A dimensão temporal acrescenta, nas sociedades em mudança, a esta problemática outro fator dos mais relevantes. Com efeito, todos os aspectos anteriormente mencionados têm a sua complexidade elevada a potência ignorada, pela introdução da perspectiva diacrônica: limites de comunidades ecológicas, configurações religiosas e ocupacionais, estratificação social, grupos étnicos e raciais evoluem em direções desconhecidas. O desenvolvimento do imaturo deve, pois, ser dirigido no sentido do ajustamento, não ao "meio

especial", tal, como se apresenta hoje, mas ao ~~meio~~ futuro a que o educando se destina, imprevisível em muitas das suas características.

A sociedade nacional abarca o ~~sem-número~~ destes agrupamentos, enquadrando-os num sistema político, portador de uma cultura que, além de refletir o denominador comum das culturas parciais, a êle acrescenta as instituições, os costumes e valores resultantes da unidade política. Este sistema político nacional exerce - com maior ou menor eficácia - ação integradora sobre o conjunto. Quer esta ação se oriente para a homogeneização, quer para a harmonização das partes, quer apenas para a eliminação de fricções, dificilmente se concebe um sistema político sem interferência nas sub-culturas que coexistem no seu corpo social. Assim, coloca-se a sociedade política ao lado daquelas estruturas parciais, anteriormente mencionadas, propondo à educação objetivos - próprios dela e distintos, eventualmente, dos objetivos de unidades parciais - em relação à transmissão de cultura, com isto ampliando o horizonte em que é visto o desenvolvimento individual.

Trazer uma contribuição ao estudo desta constelação de forças sociais que se reflete nos objetivos da educação no Brasil atual, é outro propósito deste trabalho.

3- A Escola como Grupo Instituído

Na escola, a sociedade institucionaliza um setor especializado da educação. A escola, criada com o fim de permitir que determinado objetivo educacional seja perseguido em condições para isto especialmente arranjadas (5), vê-se, em virtude desta sua forma institucional, colocada à margem da vida social espontânea. Todos os agrupamentos sociais, portadores de cultura, são instituidores potenciais de escolas. Entre êles sobressai o estado como não somente o mais poderoso, mas, em virtu

(5) Cf. John Dewey, Democracia e Educação, pp.20 ss.

de de sua própria natureza institucional, também como aquêle que tende a manipular com maior desembaraço as possibilidades resultantes da posição periférica da escola em relação aos sistemas sociais espontâneos,

Com efeito, entregando a administração escolar a autoridades unificadoras (federal, estadual, provincial etc.), o estado contorna grande parte dos conflitos existentes na sociedade espontânea, formadora dos "ambientes especiais". Possibilita a ação da escola pública mesmo em meio a tendências culturais divergentes. Fállo, porém, através de um artifício que pode restringi-la ao plano da transmissão de conhecimentos abstratos e da formação de capacidades individuais menos relacionadas com o sistema de valores sociais extra-escolares. A independência do mestre, funcionário estatal, em relação ao meio concreto permite-lhe distanciar-se dêste, orientado e amparado pelo poder superior. Quanto mais o faz, contudo, menos qualifica a escola a um papel eventual de agente de formação moral, pois esta não se pode processar sem participação na vida social extra-institucional. No terreno da formação físico-intelectual corre a escola estatal risco idêntico, embora por razões diferentes. Alheando-se ao ambiente imediato, perderá facilmente de vista as necessidades de preparo da juventude para as suas futuras posições sociais e retirar-se-á para a prática de um rotineiro adestramento ou para um ensino de erudição formal, seguindo fórmulas gerais, prescritas pela autoridade superior.

Ambos êstes riscos são reais e a escola brasileira a êles sucumbiu em grande escala. Neste estudo colocar-se-á a questão de saber se são inevitáveis. Na medida em que a escola estatal fôr capaz de diminuir o seu isolamento institucional, qualificar-se-á para o exercício duma ação dinâmica no sentido da integração cultural da nação e do preparo de novas gerações em uma perspectiva já menos restrita do que aquela, característica dos agrupamentos parciais.

4 - Instrução e Formação Moral na Escola

Não se costuma designar pelo termo "escola" aqueles estabelecimentos que se encarregam, com exclusividade, de toda a educação dos seus tutelados, tais como seminários, orfanatos, reformatórios. Convém para os fins desta discussão que sigamos esta conceituação restritiva, pois a atividade escolar, limitada quanto aos seus objetivos, é fenômeno peculiar, ao ponto de se destacar claramente, mesmo no seio daqueles institutos de objetivos mais amplos, dos demais processos educativos que nelles ocorrem.

Entendemos, então, por "escola", aquela instituição educativa que se incumba da educação dos imaturos sob um aspecto parcial. Durkheim, como já vimos, refere-se aos objetivos físicos, intelectuais e morais da educação, e frequentemente, com efeito, vemos uma destas categorias, ou duas em conjunto, predominarem na orientação do trabalho escolar. Escolas de formação intelectual são as nossas escolas primárias, secundárias e superiores. As escolas artesanais ou industriais servem ao preparo físico-intelectual. A vasta maioria das nossas escolas pode ser caracterizada como estabelecimentos de instrução, ou seja, que se propõem a desenvolver no aluno conhecimentos e habilidades intelectuais e físicas. Bem menos numerosas são as escolas de formação moral. Objetivos morais, mesmo quando visados conscientemente, costumam ser preteridos a favor daqueles relativos à instrução, na efetiva prática de ensino.

Bifurcam-se, pois, os trabalhos escolares em uma movimentada estrada de disciplinas físico-intelectuais e um caminho de largura variável e de confôrto incerto, de formação moral. Ora, quem considere que a formação moral constitui aquela parte da herança cultural cuja transmissão é particularmente valorizada pelas gerações adultas de todas ou quase todas as sociedades, estranhará a importância essencialmente secundária deste aspecto no trabalho efetivo da escola. E no entanto, ela é fá-

cilmente compreensível. Conforme já se notou, a escola é, em virtude mesmo de sua forma de institucionalização, colocada à margem da vida social espontânea em que se formam, se cultivam - e às vezes se cultuam - as normas morais. Dando à escola uma forma explícita, conscientemente moldada, a sociedade tende a prescrever-lhe também objetivos conscientes. A instrução dos jovens é entregue a especialistas quando requer conhecimentos esotéricos ou técnicas didáticas de que os órgãos da educação espontânea não dispõem. A tradição moral, ao contrário, consiste, em grande parte, em padrões de tal forma introjetados na personalidade dos membros do grupo, que não penetram na consciência da coletividade senão em momentos de crise, provocada por mudança acelerada, não se impondo, pois, normalmente, como objetivos a serem conscientemente propostos a um grupo instituído.

Acresce que as normas morais, mesmo quando conscientes, regulam em grande parte a vida cotidiana e têm, por isto, o seu ensino reclamado, como privilégio, pela família que, além de controlar a maior parte da convivência social dos imaturos, é um dos subgrupos mais coesos da nossa sociedade, mais altamente interessado em defender, através do ensino moral, a sua própria integridade. Somente quando esta função não pode ser preenchida pela família, ou quando este privilégio é desafiado, somente então surge a tendência para que, também a formação moral, passe a ser entregue a instituição especializada.

Ora, a formação moral não pode processar-se senão em função da convivência social e, por outro lado, se processa onde quer que o jovem participe de comunicação humana. A escola forma no aluno atitudes morais em função da sua própria estrutura. Na medida em que é segregada da vida social geral, terá a sua moral independente ou mesmo distinta daquela que prevalece na sociedade. Daí resulta a possibilidade de entrarem em conflito a moral geral e a moral particular da escola, a menos que a escola se empenhe com sucesso em reproduzir na sua própria estrutura, e portanto na sua moral, a estrutura e a moral da sociedade. A dificuldade que esta

situação envolve explica a condição precária da formação moral na educação escolar e faz compreender porque o grupo de poder, interessado em suprir ou substituir a educação moral dada pela família, recorre frequentemente à organização de institutos que não são apenas "escolas" no sentido restritivo em que a escola foi definida no início deste tópico, mas sim, retiram o jovem total ou quase totalmente do convívio geral, a exemplo dos internatos destinados ao preparo de elites militares, sacerdotais ou políticas.

Verificar em que medida e em que sentido a realidade brasileira no presente momento requer a intervenção da escola nos processos de formação moral, e quais são as condições necessárias para que o possa fazer com eficiência - eis outro propósito deste estudo.

5- A Escola entre Tradição e Mudança

Em relação ao preparo físico-intelectual dos alunos, a escola enfrenta problemas de natureza técnica que, como tais, e se não estivessem frequentemente ligados a problemas morais, teriam solução apenas dependente de estudos racionais e de medidas administrativas. A ordem tradicional facilmente incorporaria elementos tecnológicos novos, atendendo a novas necessidades, e o agente de mudança não encontraria resistência à introdução de matérias e de métodos adequados nos programas de ensino, não fôsse a ligação simbólica de tais inovações a fatores morais (6) ,

Em realidade, surgem dificuldades adicionais de ajustamento da escola em virtude de tentativas quer dos representantes da ordem antiga, quer daqueles da mudança, no sentido de, por intermédio dela, atalhar o caminho da reforma (ou reação) social . Ora, a escola, como instituição posta à margem do processo social espontâneo, não pode ser senão conservadora (exceto em situações revolucionárias em que minorias total -

(6) A ordem moral, por sua vez, é intimamente vinculada à estrutura social, de modo que o tradicionalismo cultural é expressão de conservantismo social. Esta mútua dependência de fatores culturais e sociais deve ser lembrada, toda vez que se faça referência a uns ou outros em sua conexão com os fenômenos educacionais .

mente desvinculadas da tradição conseguissem refundir radical e autoritariamente a estrutura social). Criada, a escola, para transmitir às novas gerações costumes, técnicas, valores que constituem o patrimônio social, na medida em que não o fizesse, a força centrífuga do seu inconformismo a expeliria para fora do sistema em que lhe compete atuar, e dentro do qual perderia a sua função. A escola que divergisse dos "mores" tornar-se-ia infratora de valores considerados vitais na sociedade e as sanções correspondentes a inabilitariam para a consecução do seu objetivo fundamental, que é, exatamente, o de contribuir para a perpetuação da cultura.

Da mesma forma, porém, como a escola (normalmente) não pode ser revolucionária, tampouco é compatível com a sua função social o tornar-se agente de reação, sob pena de se esterilizar. Se, por um lado, seria ingenuidade desprezar a natureza conservadora da escola, por outro, seria miopia confundir esta característica com a capacidade, que ela tivesse, de represar a mudança. Para servir aos seus objetivos, a escola não pode deixar de conviver com a sua época. Pode ser agente de mudança na medida em que a transformação cultural tiver a sua força motriz na própria sociedade em que a escola se insere, e será conservadora no sentido de transmitir à nova geração aqueles padrões que no ambiente social se mantêm inabalados (7).

O fato, lembrado no segundo tópico deste capítulo, de que a sociedade é um conjunto complexo de subsistemas sociais, e tem, portanto, outros tantos subsistemas morais, permite à escola - contanto que a natureza das suas conexões com outras forças sociais e a sua própria estrutura interna o favoreçam - o desempenho de um papel ativo no processo de mudança cultural, reforçando padrões alternativos de comportamento, desejados, e enfraquecendo outros, indesejáveis, ou transportando padrões de um subsistema a outros, com modificação do equilíbrio global. A

(7) Cf. Wilbur B. Brookover, "A educação como processo de controle social: função conservadora e função inovadora", particularmente pp. 85 e ss.

possibilidade de a escola desempenhar tal papel no Brasil atual deverá merecer atenção no curso de nossa investigação.

6- Pedagogia e Sociologia

As questões levantadas nos tópicos precedentes referem-se às estruturas institucionais em que a educação, e particularmente a escola, se inserem. Envolvem posições normativas no que concerne aos objetivos da educação e, neste sentido, invadem a área da pedagogia. É imperioso, pois, que se defina melhor o campo próprio desta disciplina, a fim de que as transgressões do limite entre ela e a sociologia, às quais seremos por força levados no curso de nossas reflexões, não se dêem às cegas.

Uma das razões, pelas quais a penetração do pensamento científico, racional-empírico, no campo da educação tem sido lenta e penosa, é provavelmente esta: que o sociólogo não pode passar-se, ao estudar a educação, sem dispensar alguma consideração à pedagogia, nem o psicólogo e pedagogo sem dar atenção aos fenômenos sociais. Como em ambos os casos um conhecimento autêntico e profundo das disciplinas auxiliares será privilégio de poucos, e como, por outro lado, o cientista tende a rejeitar a inclusão, no seu trabalho, de aspectos que não possa legitimamente dominar, não é de se estranhar o receio com que uns e outros, psicólogos, pedagogos e sociólogos, se aventuram na investigação ampla que a educação, aqui e agora, exige. Escrúpulos metodológicos não podem, todavia, dispensar o cientista do esforço - embora de antemão condenado à imperfeição - de contribuir para o esclarecimento de problemas de relevante interesse da sociedade em que vive. Importa que se delimitem com a maior nitidez possível os aspectos especificamente próprios da abordagem adotada.

Ao tentar fazê-lo, e focalizando em particular a distinção entre pedagogia e sociologia, partimos, mais uma vez, do já citado opúsculo de Durkheim (8). Para

(8) Emile Durkheim, Educação e Sociologia.



êsse autor, a pedagogia é uma "teoria prática" (9) que se propõe a determinar "o que deve ser" a educação (10). É produto da reflexão "sobre os processos de ação empregados, não com o intuito de conhecê-los e de explicá-los, mas para o fim de apre -
ciar o que valem... "(11) Socorre-se da história (12) e da sociologia (13) para estabelecer os fins da educação, da psicologia para encontrar os seus meios (14), utilizando, para os seus fins, os resultados da investigação objetiva dos fatos, promovida por essas ciências. Constitui, assim, o elo entre o conhecimento e a ação, que tem por fim dirigir (15).

A sociologia atribui Durkheim a tarefa de determinar os fins da educação, "seja relacionando-os com os estados sociais de que dependem e que exprimem, seja para nos auxiliar a descobri-los, quando a consciência pública, conturbada e incerta, não saiba mais quais devam ser êsses fins" (16). No que diz respeito aos meios, remete Durkheim o pedagogo à psicologia, com a restrição, todavia, de que não se despreze a contribuição que, mesmo neste campo, a sociologia pode fazer: "Por isso que os fins da educação são sociais, os meios pelos quais êsses fins podem ser plenamente atingidos, devem ter, necessariamente, caráter social." (17). E, ainda: "Como a vida escolar não é senão o germe da vida social e como esta não é senão o desenvolvimento daquela - os principais processos pelos quais uma funciona devem ser encontrados na outra. Pode-se, pois, esperar que a sociologia, ciência das instituições sociais, nos auxilie a compreender melhor o que são as instituições pedagógi-

(9) Op.cit., pp. 63 ss., particularmente p.66 .

(10) Loc.cit., pp.63 s.

(11) Loc.cit., p. 65 .

(12) Op.cit., pp. 70 ss. .

(13) Op.cit., p.86 e pp. 90 s .

(14) Op.cit., pp. 73 s., e p.,87 .

(15) Op.cit., pp. 65, s .

(16) Op.cit., p.,86 ,

(17) Op.cit., p. 88 .

cas e a conjecturar o que devem ser elas, para melhor resultado do próprio trabalho" (18) .

Em que pesem as ressalvas que se possam fazer com relação à convicção de Durkheim, de que a sociologia possa por processos estritamente indutivos determinar exaustivamente os fins da educação - pois as opções que a pedagogia será obrigada a fazer dificilmente serão possíveis sem o recurso a considerações de ordem metafísica (19) - eis, entretanto, um esboço bastante satisfatório do terreno a ser coberto pela sociologia da educação .

Ao se falar em "fins da educação" deve-se ter nitidamente presente o seu aspecto "ideal" (decorrente de concepções metafísicas) e a interconexão entre este e a realidade social efetivamente presente no tempo e no espaço. Esta não somente impõe limitações à viabilidade real dos objetivos ideais, mas adicionalmente coloca diante das instituições educativas exigências decorrentes do momento histórico em que os ideais ganham corpo. Estas exigências nem sempre são explícitas e corretamente formuladas pelos membros ou órgãos da sociedade sem serem, por isto, menos imperativas. Florestan Fernandes, ao discriminar as áreas em que os estudos educacionais dependem da contribuição dos cientistas sociais, desdobra, portanto, com razão a indagação relativa aos fins da educação em duas questões distintas, apontando que tal dependência pode existir :

"a) seja para a determinação da viabilidade dos fins, que possam ser esboçados abstratamente;

(18) Loc. cit,

(19) O próprio Durkheim lembra que o indivíduo pode desejar "melhorar a sociedade" (op.cit., p. 46). Esta aspiração projeta no futuro uma concepção dos destinos do homem, a qual - nutrida, embora, pela tradição cultural recebida - é produto da consciência ética, portadora de uma responsabilidade essencialmente individual .

b) [redacted] para a definição de fins cuja descoberta só pode ser conseguida mediante investigação das exigências concretas de certa situação educacional" (20) .

Os meios da educação, por sua vez, cobrem um vasto conjunto de aspectos psicológicos, econômicos, éticos e outros, vedados ao acesso do sociólogo como tal. Este se limitará à investigação daqueles processos que - em íntima interpenetração com os demais - se caracterizam pela sua natureza societária, ou seja, pelo fato de se definirem como formas de interação social. Os meios da educação apresentam à observação sociológica dois aspectos complementares:

a) o estudo dos recursos sócio-culturais que as instituições educativas recebem ou são capazes de extrair da sociedade a que servem;

b) a análise dos processos sócio-culturais envolvidos nos processos educativos.

A sociologia cabe, pois, a investigação das condições societárias que determinam os objetivos da educação, bem como das estruturas societárias internas que constituem o sistema educativo e das suas conexões funcionais com os sistemas em que se encontram inseridos. A pedagogia, por sua vez, incorporará os conhecimentos, assim adquiridos, a um sistema normativo, destinado a orientar a prática da educação. O entrosamento entre sociólogos e pedagogos neste esforço de atingir um alvo comum envolve problemas que deverão ser examinados na parte final desta tese.

7- Resumo

As considerações expendidas até aqui giram em torno das estruturas societárias da sociedade brasileira e dos sistemas educacionais - particularmente dos sistemas escolares - nela instituídos. Focalizam estas estruturas em termos de objeti-

(20) Florestan Fernandes, "As ciências aplicadas e a educação como fatores de mudança cultural provocada" , p. 213 .

tivos educacionais e de meios, pelos quais êstes objetivos podem ser alcançados . As questões formuladas no fim de cada um dos tópicos dêste capítulo encadeiam-se numa seqüência que vai dos objetivos nacionais e daqueles dos agrupamentos parciais que constituem a nação, através da posição da escola no conjunto da sociedade, para os objetivos específicos do ensino e para a problemática que resulta da peculiar função da educação, que pré-forma o futuro no presente. Culminam na indagação do papel do cientista social num esforço de organização dos sistemas escolares, adequada para a consecução dos seus objetivos. Recapitulando: são as seguintes as questões que a presente investigação se propõe a responder :

1- Que objetivos propõe à educação a sociedade global brasileira, na sua atual fase de transformação sócio-cultural, e que mecanismos de auto-renovação sócio-cultural dela pode a escola colocar a serviço de um esforço, visando a atingir tais objetivos?

2- Como se comportam, em relação aos objetivos nacionais, aquêles peculiares às unidades sociais, parciais, que os estabelecimentos de ensino, tomados individualmente, se destinam a servir?

3- Que estrutura interna permite aos sistemas de ensino diminuir os efeitos do isolamento institucional, de tal forma que possam promover os objetivos nacionais, sem prejuízo da sua colaboração para que se efetivem as aspirações dos agrupamentos restritos a que as escolas, particularmente, servem?

4- Em que medida é necessário e de que maneira é possível à escola reunir à instrução que ministra uma atuação fecunda no sentido da formação moral dos educandos?

5- Que características estruturais permitirão à escola contribuir para que as mudanças culturais, em processo na sociedade brasileira, sejam eficazes em promover as aspirações da nação?



6- Como podem as ciências sociais, e a sociologia em particular, desempenhar o papel que lhes cabe num esforço de renovação dos sistemas escolares brasileiros, na direção traçada pela problemática contida nas questões levantadas nos cinco tópicos precedentes ?



CAPÍTULO II

Considerações Metodológicas



A problemática apontada no Capítulo I compreende fundamentalmente duas perspectivas : a dos objetivos da educação e a dos meios nela empregados. Ambos êstes aspectos estão indissolúvelmente inter-relacionados, uma vez que não há objetivo sem a existência , ao menos potencial, de meios para alcançá-lo, nem meio que não vise um objetivo. Seria inútil divagar em tôrno de desejos irrealizáveis, como seria perda de tempo discutir métodos de ação pedagógica sem referência aos alvos, para os quais lhes coubesse dirigir a ação (1) .

Enquanto que a precedência lógica dos fins sôbre os meios é evidente, não seria, pois, conveniente que a nossa exposição fôsse ordenada de tal forma, que , primeiro, se tratasse daqueles e, dêstes depois. As conexões entre ambos obrigam a sua discussão simultânea, e os dois aspectos da problemática educacional apenas se apresentarão separados nos capítulos finais. Neste segundo capítulo introdutório, porém, é necessário que se levantem, previamente, algumas questões metodológicas que se referem basicamente à investigação das aspirações da sociedade brasileira e dos objetivos da educação, que delas decorrem .

Com efeito, onde se procurariam as expressões daquelas aspirações ou dêstes objetivos? Três caminhos parecem estar abertos a esta busca: o raciocínio dedutivo, a pesquisa da opinião pública nacional e o reflexo desta na situação concreta do ensino. Este último modo de proceder parece, à primeira vista, como o mais recomendável, uma vez que não depende de premissas arbitrárias nem da interpretação de verbalizações desvinculadas do comportamento efetivo e provavelmente divergentes dêle . Examinemos a sua viabilidade.

1- Objetivos Visados pelos Agentes da Educação

As "gerações adultas" organizam-se, tendo em vista a educação, em institui -

(1) Cf. John Dewey, Democracia e Educação, pp. 108 ss.



ções de variada natureza, nas quais a socialização dos imaturos, ora se subordina - como na aprendizagem em estabelecimentos econômicos - a outros objetivos considerados primordiais pelos participantes da ação, ora ocupa posição igualmente importante ao lado de outras atividades - como acontece na família - , ora, finalmente , se converte em função central - do que a escola é exemplo saliente . De maneira correspondente variam, de um destes extremos a outro, forma e grau da intensidade com que objetivos educacionais determinam os padrões reguladores do comportamento institucional. Enquanto que, nuns casos, a educação é promovida na medida, apenas, em que é compatível com os métodos empregados para alcançar outros objetivos, noutros impõe-se como empenho central da ação grupal .

As constelações assim caracterizadas não poderiam deixar de se refletir sobre a nitidez e especificidade com que os objetivos educacionais se tornam conscientes. Entretanto, não prevalece, neste sentido, uma graduação paralela à que se verifica quanto à importância relativa da atividade educativa em confronto com outros aspectos da atividade grupal. Bem ao contrário, esta especificidade e nitidez são resultado de complexo jogo de fatores, entre os quais se destacam o esforço de metodização inteligente, oriundo de uma preocupação consciente com o objetivo educacional visado - a exemplo da escola profissional - e a conscientização resultante do choque que se estabelece, nas instituições plurifuncionais, entre a ação dirigida para este objetivo e os demais propósitos do grupo - como se vê ocorrer na aprendizagem profissional no local de trabalho.

Mesmo nas instituições particularmente destinadas ao trabalho educativo, a nitidez dos objetivos pode ser prejudicada pela concorrência de finalidades conflitantes, quer estas se originem nos ideais divergentes de vários participantes de uma instituição - do que pode servir de exemplo a possível divergência entre as concepções pedagógicas do corpo docente e do corpo supervisor de um sistema escolar - quer sejam inerentes ao mundo mental de um mesmo agente de educação - como acontece

fácilmente ao professor envolvido em uma situação de mudança cultural. Se isto ocorre em instituições especializadas na educação, mais ainda se acentua naquelas situações em que os objetivos educacionais, por sua vez, concorrem com outras finalidades grupais.

Na mesma medida em que tais conflitos com relação aos objetivos da educação ocorrem, diminui a eficácia da educação através do enfraquecimento que sofrem os meios empregados. No caso extremo, educa-se, então, não se sabe bem como nem para que. A atividade educacional continua, mesmo quando assim privada de sentido, em virtude da capacidade de sobrevivência que lhe confere a institucionalização, mas deixa de merecer a denominação que lhe é dada por tradição ou arbítrio, passando a ser socialização não-metódica. Desta forma, pode ao menos ser pensado o caso de uma instituição "educacional" cuja função socializadora persiste apesar de falta total de objetivo e método.

Esta construção abstrata de uma instituição, apenas nominalmente educativa, serve para tornar manifesta a grande margem de variação possível quanto à nitidez com que empiricamente se apresentam os objetivos visados por instituições primária ou secundariamente educativas. Esta diversidade deve ser levada em consideração na investigação da questão sob exame neste tópico, pois quanto menos nítidos, por ambíguos ou inconscientes, tanto menos tais objetivos são suscetíveis de serem conhecidos por meio de indagação direta.

Com efeito, entrecruzam-se em qualquer sistema educativo de alguma amplitude os objetivos, mais ou menos conscientes, e as aspirações, mais ou menos vagas, de numerosas categorias sociais, formadas à base de tomadas de posição de ordem filosófica, religiosa, ocupacional, econômica, política etc. Os vários níveis hierárquicos do sistema educativo, desde o seu dirigente supremo até ao agente executor, fazem repercutir, no processo educativo, as suas atitudes particulares, e



os educandos levam, para o mesmo, valores aprendidos com outros agentes de socialização. Quanto mais estritamente subordinada uma instituição educativa a um grupo ideologicamente homogêneo, tanto mais facilmente reconhecíveis serão os seus objetivos. Na escola pública, ao contrário, todas estas influências tendem para uma síntese ou composição, cuja análise requer procedimentos complexos.

Todos estes ideais nascem de visões do passado e do futuro da sociedade em que se formam, visões certas ou erradas, mas sempre parciais e subjetivamente interpretadas num espírito conservador ou renovador, em função das condições de vida material e espiritual do grupo social que as mantém. Quem pretende investigar o possível denominador comum a todos estes ideais, e que mais adequado seja para promover a realização das aspirações nacionais, não pode negligenciar tais visões do mundo - pois são elementos da situação presente - mas dificilmente as poderá tomar como pontos de partida de inquérito a ser empreendido.

Realmente, para se construir um retrato das teias de interesses e objetivos educacionais entrelaçados, seria necessário observá-los em cada unidade educativa - no caso dos sistemas complexos de ensino, em cada área administrativa, em cada estabelecimento e em cada classe de aula. Seria preciso considerar, além dos especialistas de educação, pelo menos os pais de alunos. Não é viável, obviamente, tal procedimento, e nem mesmo poderia ele ser reduzido a proporções praticáveis pela construção de uma amostra representativa, pois, para isto, seria preciso que se conhecesse a estrutura do universo ideológico que a amostra se destinasse a refletir. Leve-se em consideração que, para os fins de tal investigação, não bastaria um levantamento de "opinião pública" mediante formulários simples que procurassem atingir diretamente as atitudes relacionadas com a escola, pois os objetivos que cada pessoa interrogada pudesse ter em mente, com respeito a esta, só seriam facilmente verbalizadas por aqueles que já tivessem dedicado reflexão ao problema específico dos fins visados por ela. Seria, pois, necessária uma indagação complexa que produ-

zisse todo um conjunto de dados sôbre atitudes referentes a vários assuntos, enquan-
dradas nas quais as toscas manifestações relativas à escola obtivessem o seu pleno
sentido. A procura de definição das aspirações nacionais através do seu reflexo
nas opiniões dos educadores, portanto, não simplificaria, ~~pelo~~, ao contrário, com-
plicaria o nosso problema de pesquisa.

~ Não seria mais fecunda a análise de leis, estatutos ou regimentos que insti-
tuem e regulam o funcionamento dos sistemas escolares, nem dos programas oficiais
que orientam o ensino. Tais normas exprimem os pontos de vista de autoridades exte-
riores à realidade social a que se referem. Esta, a escola, os segue ou não, de a-
côrdo com as situações concretas a que se deve ajustar. Pode deixar de segui-los
por vários motivos, entre os quais o de frequentemente não representarem objetivos,
prôpriamente ditos, mas desejos, transformados em mandamentos, formulados sem que se
tenha em conta a natureza das situações a que se referem e a existência ou não de
meios para pô-los em obra. Não são irrelevantes, tais normas, mas o seu exame, tal
como o da opinião dos educadores, não pode servir de ponto de partida para um estu-
do de objetivos que as necessidades reais da vida nacional impõem à escola. Ambos
constituem elementos de situações cuja adequação a aspirações mais gerais deve ser
investigada, e não pressuposta.

As necessidades mais gerais do povo brasileiro são, por conseguinte, o alvo
certo de uma abordagem que prometa resultados fecundos. Para descobri-las, tor-se-á
em mente o que foi dito no segundo tópico do Capítulo I, com referência à interrela-
ção entre fatores locais e nacionais, no conjunto da constelação sócio-cultural em
que funciona a escola. Segue-se daí que cabe estudar "a escola" nacional, tendo-se
em vista a sociedade global, simultâneamente com "as escolas" que a compõem, vistas
como grupos instituídos em situações sociais concretas. Desta investigação deverá
resultar a definição dos objetivos que os poderes públicos devem propor à escola.



Somente após estabelecidos estes objetivos, poderá ser examinada a adequação de leis e regimentos às aspirações nacionais.

2- Educação para o Desenvolvimento

No intento de definir as aspirações e necessidades sociais - a cujo serviço deve pôr-se a escola - através do levantamento da opinião pública, enfrenta-se problema semelhante àquele, há pouco já dado como insolúvel, ou seja, o de elaborar um retrato fiel, já não do sistema de objetivos empiricamente propostos às escolas, mas do sistema de situações sociais que dêem sentido às verbalizações isoladas que o inquérito produziria. Como, de fato, isto implicaria na necessidade de se obter uma visão total da realidade social brasileira, este caminho é inviável.

Verifica-se, então, a impossibilidade, tanto de definir o denominador comum dos objetivos realmente visados pelas escolas, como de construir um retrato completo das aspirações nacionais, empiricamente observáveis. Não resta, pois, senão o primeiro dos três caminhos indicados no início deste capítulo, para a elucidação dos objetivos da educação nacional: postularemos uma aspiração nacional para, em seguida, examinar a sua validade para as situações particulares que serão, com este intuito, observadas e analisadas. Após obtida uma resposta afirmativa a esta primeira questão, tentaremos deduzir daquela aspiração os objetivos educacionais que lhe correspondam em cada uma das situações concretas, focalizadas. Indagaremos, finalmente, se a estrutura dos sistemas sociais - e particularmente dos sistemas educacionais - observados contém os meios necessários à realização de tais objetivos educacionais.

[Admitimos, então, que o Brasil, em conjunto, aspira aos benefícios que atribui ao desenvolvimento econômico, propondo-se o fomento deste como alvo instrumental.]

Por desenvolvimento econômico entende-se, aqui, a diversificação da produção e o aumento da quantidade de bens em circulação, donde: o progresso industrial; o crescimento do poder aquisitivo e a elevação do padrão de vida das populações urbanas; a maior procura e conseqüente valorização de variados produtos rurais; o aumento da produtividade do trabalho nas áreas rurais, mediante emprego de recursos proporcionados pela técnica moderna; e, em virtude disto, a elevação dos padrões de vida na zona rural .

Desenvolvimento, assim entendido, envolve o surto de novas profissões e de focos geográficos de oportunidades ocupacionais, provocando - ou reforçando - a mobilidade tanto espacial como ocupacional da população .

Admitimos que a aspiração nacional ao desenvolvimento não exclui o desejo de manter, em face desta mobilidade, a identidade cultural da nação e dos sistemas regionais que a compõem, por meio da continuidade de existência das comunidades locais e das suas tradições, na medida em que estas forem capazes de incorporar as inovações que acompanham o desenvolvimento .

Estas premissas presidirão às considerações desenvolvidas na Parte V. Outras conjecturas em torno das formas que tomará a "Sociedade de Massas", cuja emergência pode ser tida como previsível, são desencorajadas pela variedade das condições presentes, observadas, e que lhe imprimirão multiplicidade de características particulares, sob o impacto de inovações tecnológicas que seria temerário anteciper. Algumas conjecturas de tal natureza serão apenas ocasionalmente apontadas como possíveis, no intuito, precisamente, de deixar patente a inviabilidade de se construir, hoje, uma imagem nítida do futuro .

3- Pressupostos Pedagógicos

O estudo dos meios, pelos quais a escola primária atinge - ou poderia atingir - os objetivos a que se propõe, é terreno pertencente à pedagogia. Definidos os objetivos da escola em função da situação social inclusiva, compete à pedagogia elaborar os métodos, pelos quais possam ser atingidos, remetendo, por sua vez, à sociologia a questão das condições societárias que tornem viável o método estabelecido. Por outro lado, representam os aspectos sócio-psicológicos da pedagogia premissas para o estudo aqui empreendido, uma vez que não se pode cogitar dos objetivos da educação nem da integração funcional da escola na sociedade, sem levar em conta, pelo menos em linhas gerais, os meios pedagógicos disponíveis. Como estes não podem ser investigados no presente contexto - nem mesmo em relação aos seus aspectos sociológicos - vêm-nos obrigados a lançar uma ponte sobre esta área reservada a outros especialistas, dando por pressuposta a exatidão de certos princípios,

Admitimos, neste espírito, a adequação, aos objetivos de uma educação para o desenvolvimento, das seguintes teses de John Dewey (2):

1ª (...) o único ajustamento que podemos dar à criança sob as condições presentemente existentes é aquele que surge, colocando-a de posse completa de todas as suas forças. Com o advento da democracia e das condições industriais modernas, tornou-se impossível predizer de maneira definida o que, exatamente, será a civilização daqui a vinte anos. É, portanto, impossível preparar a criança para qualquer conjunto preciso de condições. Prepará-la para a vida futura significa dar-lhe o domínio de si própria; significa adestrá-la de tal forma que disponha de todas as suas capacidades para pronto e pleno uso; que sua vista, seu ouvido e suas mãos sejam instrumentos prontamente disponíveis, que sua razão seja capaz de aprender as condições em que lhe compete trabalhar, e que suas forças de execução sejam adestradas para agirem

(2) John Dewey, "My Pedagogic Creed", artigos I e II.



econômica e eficientemente"(3) .

2º "A escola é primordialmente uma instituição social. A educação sendo um processo social, a escola é simplesmente aquela forma de vida em comunidade em que se concentram tôhs aquelas fôrças instrumentais que serão mais eficazes em levar a criança a participar dos recursos herdados pela raça e a usar as suas próprias fôrças para fins sociais" (4) .

3º "A escola, como instituição, deveria simplificar a vida social existente; deveria reduzi-la, por assim dizer, a uma forma embriônica. A vida existente é tão complexa que a criança não pode ser levada a entrar em contato com ela sem confusão ou distração; ou ela é esmagada pela multiplicidade de atividades em processo , perdendo o seu próprio poder de reação ordenada, ou então é de tal forma estimulada por essas várias atividades que as suas potencialidades são colocadas em jôgo prematuramente e ela se torna ou indevidamente especializada ou então desintegrada" (5) .

4º "A educação moral gira em tôrno desta concepção da escola como modo de vida social, tal que a educação moral, melhor e mais profunda, é precisamente aquela que se adquire pela necessidade de entrar em relações adequadas com outros, em unidade de trabalho e de pensamento" (6) .

5º "O professor não está na escola para impor certas idéias ou para formar certos hábitos na criança, mas lá está como membro da comunidade para selecionar as influências a que a criança deve ser exposta e para assisti-la em responder apropriadamente a estas influências" (7) .

6º "A disciplina escolar deveria proceder da vida escolar como um todo e não diretamente do professor" (8) .

7º "A tarefa do professor é simplesmente a de determinar, com base em experiência maior e em compreensão mais madura, como a disciplina da vida deve chegar à criança" (9) .

(3) Loc.cit., p. 5 .

(4) Loc.cit., p. 6 .

(5) Loc.cit., p. 7 .

(6) Loc.cit., p. 8 .

(7) Ibidem .

(8) Ibidem .

4- O Estudo de Sistemas Sociais de Âmbito Local

Nas Partes II, III e IV relataremos investigações empreendidas com o objetivo de surpreender, em certo número de grupos territoriais, algumas características de sua existência social, as quais possam fazer compreender os objetivos a que a escola deve visar, se é que pretende contribuir para a sobrevivência dos grupos humanos, em cujo seio funciona, e para o ajustamento posterior dos atuais educandos a sistemas sociais diferentes daqueles de que a escola faz parte.

O estudo de condições sociais locais tem sido interpretado, geralmente, como sendo o estudo de comunidades. Em realidade constitui, em nossa opinião, passo acertado a adoção da área administrativa, representada pelo município, como unidade de pesquisa, no "Plano Piloto" da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" (10). Em primeiro lugar, abandona-se, com esta definição do objeto de investigação, a pressuposição de que um determinado tipo de organização social - que é a "comunidade" - abriga toda a população brasileira ou, ao menos, toda a parte que, desta, é sociologicamente relevante. Como quer, porém, que se defina o conceito de comunidade, a sua introdução preliminar levará o pesquisador a circunscrever o seu objeto de estudo de forma tal, que grupos marginais serão excluídos dele, sem que se investigue se pertencem a outra comunidade limítrofe ou se formam fenômeno à parte. T. Lynn Smith chama a atenção para a vasta extensão, no Brasil, dos grupos de vizinhança não integrados em comunidades (11). Não há dúvida: basta que se considere o grupo de vizinhança como "comunidade" (12) e, em tese, quaisquer grupos locais es

(10) Este plano foi exposto por Darcy Ribeiro em "O programa de pesquisas em cidades-laboratório".

(11) T. Lynn Smith, Brazil - People and Institutions, p. 509.

(12) Assim, p. ex., Charles Wagley em Cidade Amazônica, p. 43.

terão subordinados a este conceito. O pesquisador, contudo, dificilmente se desvinculará da tendência para concentrar a sua atenção naqueles agrupamentos em que as relações de interdependência, de "solidariedade orgânica", são mais ricas, mais diversificadas. O presente trabalho não está isento de semelhante inantização, explicável tanto pelas inclinações sociológicas do autor, como pelas limitações dos seus recursos materiais de pesquisa. Absorvido pela atração dos núcleos mais densos, dispensou atenção insuficiente às áreas marginais. A existência destas foi, entretanto, expressamente apontada e, ao menos, sumariamente caracterizada - o que não aconteceria se a investigação se limitasse, desde o início, a determinadas comunidades.

A segunda vantagem da investigação em termos municipais, vêmo-la no fato de que provoca em certos casos - como nos de Júlio de Castilhos e Macaé (tratados nas Partes II e IV) - o estudo comparativo de subculturas locais, abrindo, assim, o caminho para a análise de estruturas nacionais. Josildeth da Silva Gomes refere-se a este desiderato em uma das conclusões críticas, contidas numa análise da contribuição que, nos estudos educacionais, fazem os estudos de comunidade, publicados no Brasil antes de 1956. Em tal contexto, afirma o seguinte: "Para que os estudos de comunidades realmente contribuam ao máximo para o conhecimento da complexidade das sociedades nacionais e dos seus problemas, eles precisam ir além da simples apresentação de um quadro geral da vida das comunidades, do traçado de um perfil, ou da descrição do entrelaçamento de suas instituições num nível apenas local. Eles precisam, efetivamente, analisá-las em termos da estrutura nacional de que participam. Somente dessa perspectiva acreditamos poder chegar a uma compreensão no cenário nacional. ..." (13).

Deve-se concordar com Josildeth da Silva Gomes, quando reclama do pesquisador de comunidade uma perspectiva nacional, mas cremos que erra, pedindo que a análise

(13) Josildeth da Silva Gomes, "A educação nos estudos de comunidades no Brasil", p. 104.

se das comunidades estudadas seja feita "em termos da estrutura nacional". Esta é apenas conhecida sob determinados e limitados aspectos, mormente os jurídicos. Sob os aspectos sociológicos, econômicos e culturais, possuímos visões de conjunto, mas não, propriamente, análises estruturais compreensivas. Espera-se das monografias sociológicas e antropológicas, precisamente, que venham a compor um mosaico de fatos tão nitidamente expostos que possam contribuir grandemente para a compreensão das estruturas nacionais. A perspectiva nacional far-se-á valer, não pela referência a estruturas nacionais, pouco definidas na fase atual dos nossos conhecimentos, mas pela orientação para a solução de um problema nacional concretamente dado ^e que somente pode ser compreendido mediante o conhecimento das suas variantes locais. Tal é a função que atribuímos ao levantamento de dados empíricos em relação à problemática da escola primária brasileira.

Para obtenção de dados empíricos, relativos a situações particulares em que se processa o ensino primário, dois tipos de abordagem se oferecem: ou bem se empreende a análise exaustiva de uma determinada comunidade ou, então, se sacrifica a profundidade da investigação das interconexões funcionais, em benefício da comparação de maior variedade de ambientes sociais. O primeiro destes caminhos foi seguido por Oracy Nogueira (14) e Ursula Albersheim (15), enquanto que aqui se deu preferência ao segundo.

(14) Oracy Nogueira, Família e Comunidade - Um Estudo Sociológico de Itapetininga.

(15) Ursula Albersheim, Uma Comunidade Teuto-Brasileira (Jarim)

Ambas estas orientações envolvem vantagens e desvantagens, do ponto de vista do objetivo visado pela pesquisa. O estudo de comunidade permite ver a escola no contexto de todo o sistema funcional a que pertence, com o que se obtêm os recursos necessários para a avaliação acurada do condicionamento recíproco de fins e meios da educação. A limitação deste procedimento consiste na impossibilidade de se atingirem generalizações válidas para áreas maiores, enquanto não se acumular acervo considerável de tais estudos monográficos. Isto tem o inconveniente de adiar por espaço imprevisível de tempo a formulação de conclusões que possam ser postas à prova mediante intervenções no âmbito de um sistema administrativo escolar.

Desprezando-se, por outro lado, a análise minuciosa das conexões funcionais da escola com o ambiente social em que se insere, é possível reunir - com os mesmos recursos humanos e materiais disponíveis para a realização da pesquisa - material passível de ser comparado, sob o critério restrito do problema focalizado, o que pode conduzir ao estabelecimento de hipóteses que orientem inovações experimentais no nível administrativo. Perde-se, porém, a oportunidade de prever em detalhe os resultados da intervenção nas situações concretas, tanto em termos do próprio sistema educativo particular, como no que concerne aos seus reflexos sobre o grupo social a que serve. Na parte final deste estudo será demonstrado que este último inconveniente é de reduzido alcance prático, uma vez que - na fase atual do nosso conhecimento da realidade brasileira - a previsão dos resultados de mudança, provocada em situações concretas de âmbito geográfico muito limitado, não pode ser praticada com o caráter generalizado e generalizador que lhe dê a qualidade de instrumento diretamente útil ao planejamento administrativo (16). Indicar-se-á, também, a solução a ser dada ao apa-

(16) Desde que os grupos humanos, em que se processa a educação, são sistemas abertos, a previsão dos resultados de quaisquer processos sociais, nêles observados, não pode ter a segurança necessária para servir de fundamento a medidas de intervenção, tomadas com a intenção de serem definitivas. A intervenção necessita, portanto, de controle mediante observação durante a sua execução, o que - pelo menos no atual estágio de nossa administração escolar - é impraticável em ampla escala. Nem tampouco podem as conclusões, porventura alcançadas em um caso, ser generalizadas para outros, não investigados. (Cf. Florestan Fernandes, "A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada", particularmente p. 166). Este assunto será retomado em nosso Capítulo XIV.

rente paradoxo que consiste em se afirmar que a previsão generalizadora é dispensável em determinada esfera de administração pública. Esta solução importará na realização de pesquisas de comunidade, já não como investigação que preceda à ação e vise à obtenção de conhecimentos abstratos, mas sim como análise simultânea da ação administrativa em processo.

O estudo a que procederemos será, então, orientado no sentido da busca de material comparativo sob um critério restrito, que é o dos objetivos da educação. Se dispensarmos a devida atenção à viabilidade destes, tendo-se em vista a disponibilidade de meios que permitam que tais objetivos sejam alcançados, seremos levados a examinar certos processos educativos de natureza societária. Os pressupostos de tal invasão no terreno pedagógico, necessária para a correta análise sociológica do problema primordialmente visado, foram expostos no tópico precedente.

5- Caracterização Preliminar das Áreas Geográficas Pesquisadas

Nas três Partes seguintes passaremos em revista as características de sistemas comunitários encontrados no território de três municípios situados na parte meridional e centro-oriental do Brasil (segundo a divisão regional do país, adotada pelo Conselho Brasileiro de Geografia). A sua seleção não presidiu critério único, senão o de se situarem em Estados diferentes e reunirem em seu território populações urbanas e rurais em certo equilíbrio numérico, não tendo as populações rurais marcadas tendências "rurbanas". Não atribuímos a esta arbitrariedade de escolha maiores inconvenientes do ponto de vista científico, uma vez que o atual estado do conhecimento das populações brasileiras não permite a seleção de pequeno número de municípios que pudessem ser considerados representativos das várias componentes sócio-econômico-culturais da nação.

Os municípios escolhidos possuem uma característica geográfica comum, favorável a um estudo como o presente, o qual visa ao conhecimento de ambientes locais res-

tritos e que possam - em certa medida - ser tratados como sistemas fechados: ocupam, todos os três, posições marginais em relação às regiões maiores a que pertencem. As suas sedes, longe de serem centros aglutinadores de relações econômicas, políticas ou administrativas de vastas áreas, dedicam-se, exclusivamente, à integração dos próprios municípios. Por outro lado, porém, em virtude desta mesma marginalidade, não se subordinam a outras cidades como a capitais regionais. As bases econômicas e sociais das suas estruturas urbanas são, como verificaremos, bastante diversas, e as populações rurais representam uma larga gama de tipos diferentes. O fato de serem semelhantes entre si as posições geográficas, facilitará a sua comparação, pondo em relevo as suas peculiaridades sobre um fundo comum. Por outro lado, fornecerão material suficientemente variado para os fins da análise empreendida na Parte V.

Júlio de Castilhos situa-se entre a "Campanha" e as "Serras" do Rio Grande do Sul. Do seu território municipal fazem parte planuras onde se explora a criação de gado e, em menor escala, a agricultura mecanizada. Em outras partes, todavia, praticam pequenos proprietários uma agricultura manual em terras conquistadas à mata virgem, nas zonas de erosão fluvial. Encontram-se, pois, em Júlio de Castilhos os "colonos", de origem estrangeira e que dominam a parte oriental do Estado, com o gaúcho, senhor dos campos do oeste.

Já o município de Mococa, de área muito menor, é bem mais homogêneo que Júlio de Castilhos. Situado sobre o limite entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, foi fundado por mineiros e ainda continua recebendo constante afluxo de migrantes daquele Estado vizinho. É, contudo, paulista pela orientação política e econômica dos seus interesses e das suas lealdades.

Macaé, finalmente, pertence à Baixada Fluminense. No leste inclui uma zona canavieira, ligada à área campista. No ocidente pratica-se uma policultura orientada para a auto-suficiência. A cidade, entre as duas zonas, viveu, até há poucos decênios,



principalmente como ponto de articulação dos "Campos dos Goitacazes" com a metrópole, "Vila de passagem", como a chamou Alberto Ribeiro Lamago (17) .

São êstes, então, os municípios que descreveremos mais detidamente nas três Partes seguintes .



P A R T E II

Júlio de Castilhos





Julio de Castilhos
no
Rio Grande do Sul

Julio de Castilhos

(Município)

TUPANCIRETÃ

MAPA 2

CRUZ ALTA

Espumoso

1º Dto

Julio de Castilhos

5º Dto

Quevedos

4º Dto

Pinhal

Sobradinho

SANTA MARIA

S. João

2º Dto

3º Dto

Linha 7

NOVA PALMA

CAEMBORA'

VAL DA SERRA

SERRA

COL. NOVA

SILVEIRA

MARINHA

- LIMITE DO CAMPO

CAPÍTULO III

O Município



1- Aspectos Geográficos

Descendo das suas cabeceiras, em sentido Norte-Sul, antes de se voltar em ampla curva para Leste, cava o rio Jacuí fundo vale no planalto setentrional do Rio Grande do Sul (extremo meridional do Planalto Sul-brasileiro). Divide-o, assim, em uma parte oriental, mais alta, e outra ocidental, cujas altitudes, raramente superiores a 600 metros, vão declinando em direção do vale do Uruguai. O extremo sul-oriental da planura ocidental forma os campos que cobrem a maior parte do município de Júlio de Castilhos e que se estendem ao norte pelos de Tupanciretã e Cruz Alta (Mapa 1).

A divisa oriental de Júlio de Castilhos é formada pelo rio Jacuí que o separa de Espumoso e Sobradinho. Mesmo quando, ao sul, o limite se afasta do rio voltando-se para oeste, não deixa o Jacuí de dominar as partes adjacentes do município, pois os sistemas dos seus afluentes - principalmente do Soturno - erodem nêlo uma faixa de cêrca de 15 quilômetros de largura. Nesta produzem, antes de se unirem ao Jacuí em terras do recém-criado município de Faxinal do Soturno, o relevo movimentado, característico de tôda a assim chamada "Encosta da Serra" .

Ao sul, nos limites de Júlio de Castilhos com Santa Maria, tal faixa de erosão, já aqui formada por afluentes do rio Ibicuí-Mirin, fica quase tôda em território daquele município vizinho, até o ponto onde o rio Toropi começa a servir de divisa com Santa Maria e São Pedro do Sul. Este rio e seu afluente, o Toropi-Mirin, divisor ocidental de Júlio de Castilhos com a parte meridional de Tupanciretã, formam no canto sul-ocidental do município outra área de erosão, de aproximadamente 10 por 15 quilômetros (Mapa 2).

A vida comercial, cultural e administrativa de Júlio de Castilhos orienta-se para Santa Maria como capital regional. Centros secundários, que atraem os mora

dores de partes marginais do município, são Tupanciretã, São Pedro do Sul, Fozinal do Soturno e Agudo - não por uma possível importância superior à própria sede de Júlio de Castilhos, mas devido a facilidades de comunicação. Alguns centros maiores e mais distantes ainda são influentes como empórios comerciais, principalmente Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, além da Capital do Estado.

Não há estações claramente distintas quanto ao regime de chuvas, mas os meses de novembro a março costumam ser os mais secos do ano. As temperaturas máximas atingem em média 29,9° em dezembro (1955 a 1958) e 17,5° em junho, as mínimas 17,8° e 7,4° respectivamente nestes dois meses de temperaturas extremas (1).

A área do município é de 3.500 km², dos quais 2.700 de "campanha" (ou "campo") e 800 de "serras" (zonas de erosão fluvial). A altitude da sede atinge, no seu ponto mais elevado, 532 m. acima do nível do mar (podendo ser considerada aproximadamente representativa da planura municipal). O ponto mais baixo do município é o da confluência do arroio Caemborá (ou Canhenborá) com o Jacuí: cerca de 200 metros.

Do ponto de vista da geografia humana, três zonas constituem o município: a primeira, constituída pelo 1º Distrito e partes adjacentes dos 2º, 3º e 4º Distritos, é de terreno ondulado, com capões esparsos e restingas (2) que acompanham aqui e acolá riachos e córregos; a maioria dos quais correm desprotegidos pelos campos. Esta zona é ocupada pelas atividades pastoris, com pequenas ilhas de exploração agrícola, a qual, por um lado, é favorecida pela possibilidade do emprêgo de máquinas para a lavra da terra e para a colheita, mas prejudicada, por outro lado, pelo

(1) Segundo observações da "Estação Fitotécnica da Serra" da Secretaria da Agricultura, localizada em Júlio de Castilhos.

(2) Por "restingas" entende-se no Rio Grande do Sul porções de mato à beira de riachos, enquanto que o termo "capão" designa um tufo de mato no meio do campo.

fato de ser a camada fértil do solo, em muitos lugares, fina e, quando privada de sua cobertura permanente de grama, rapidamente destruída pela erosão.

A segunda zona abrange as terras de encosta da "serra" nos 2º, 3º e 4º Distritos, as quais declinam para leste, erodidas pelos afluentes do Jacuí. Eram originariamente cobertas por matas, das quais consideráveis remanescentes ainda existem. Aí encontram-se colônias de pequenos agricultores, na sua maioria de origem italiana, entremeados de "lusos"; há também um núcleo teuto (3). Dedicam-se todos à policultura, cujos principais produtos são o milho, a batata doce, a batata inglesa, o feijão, a mandioca e o fumo. O trigo também ocorre em escala apreciável, sendo, entretanto, contrariamente ao que acontece com a triticultura na zona da campanha, cultivado com técnicas mais tradicionais, obedecendo às características do terreno. A suinocultura representa o principal ramo de criação, havendo também algum gado bovino cujos produtos são quase totalmente consumidos na própria zona de produção.

Na zona de "serra" cabe distinguir ainda as partes baixas daquelas em que as cabeceiras dos arroios apenas começam o seu trabalho, formando um relevo já movimentado, mas sem cortes profundos nem morros íngremes. Aí os capões se espraiam, constituindo matas extensas cuja derrubada traz à luz a mesma camada de húmus fértil, que faz a riqueza das partes baixas, sem entretanto as dificuldades que o amanho da terra lá apresenta. Esta faixa de transição, ou beira-campo, foi ocupada pelos colonos ítalo que vinham subindo os vales, e por elementos lusos procedentes dos campos. É mormente nos 2º e 4º Distritos (Ivorá e Pinhal Grande) que este fenômeno ocorre.

(3) Usaremos sistematicamente o termo "luso" para designar as populações de origem e tradição cultural nacionais, independentemente da cor ou de outras distinções quaisquer. Aos descendentes de italianos chamaremos "ítalos" e aos de alemães, "teutos".

A terceira zona é constituída pelo 5º Distrito. A maior parte de sua área é de campanha, existindo no sul terras erodidas pelos sistemas dos rios Toropi e Toropi-Mirin, semelhantes às da encosta do Jacuí. A exploração econômica processa-se nos mesmos moldes das duas zonas anteriormente mencionadas, sendo, entretanto, também de origem lusa, a população da "serra". O que caracteriza o 5º Distrito é o seu relativo alheamento da vida do município, provocado pela barreira representada pelo rio Toropi, o qual dificulta o contato com Júlio de Castilhos, o que faz com que os habitantes do Distrito encontrem mais facilidade em se dirigir à cidade de Tupanciretã.

As diferenças de estruturas físicas e econômicas correspondem desigualdades na densidade das populações rurais. No 1º Distrito, totalmente incluído na campanha, a densidade era, em 1950, de 2,5 habitantes por km^2 . No 3º Distrito (Nova Palma), de cuja área apenas um quinto pertence à planura, cabiam 16 habitantes a cada km^2 . Se descontássemos os 45 km^2 de campanha, atribuindo-lhes hipoteticamente a mesma densidade do 1º Distrito, obteríamos para a parte de "serra" do 3º Distrito uma densidade de 19,5. Entre estes dois extremos oscilarão as densidades das várias partes do município.

Ainda na rede viária refletem-se as condições de relevo. Na campanha as estradas correm, de modo geral, em terreno plano, raramente interrompidas pela subida íngreme de alguma coxilha. Na "serra", ao contrário, subidas e descidas são a regra, dificultando não somente os movimentos do viajante, mas também - o que é de mais decisiva significação - a construção e conservação das estradas. Além de precisarem ser cavadas na rocha em muitos pontos, a sua declividade confere violência às enxurradas que em dias de chuva por elas descem, renovando a terra e pondo a nu em muitos lugares as lajes de pedra que por vezes formam verdadeiras escadas em degraus impossíveis de serem vencidos pelos veículos comuns. Na parte montanhosa do 5º Distrito (Quevedos) é que este fenômeno atinge a maior intensidade, sem ser desprezível nos

2º, 3º e 4º Distritos .

Outro obstáculo ao deslocamento de pessoas e cargas é constituído pelos arroios, também êles mais adversos ao homem na "serra" que na campanha, com uma exceção bastante importante: corre pela campanha o temido curso superior do rio Toropi, o qual deve ser transposto por quem, vindo do 5º Distrito, se dirija à cidade. Os arroios, então, quando cheios, inpedem a passagem de veículos e pelo menos dificultam a dos cavalos. Interrrompem assim o trânsito, uns mais, outros menos frequentemente. A construção de lajes de cimento nos passos, por uma das mais recentes administrações municipais, contribuiu muito para suavizar este obstáculo, sem contudo eliminá-lo. As lajes, ao mesmo tempo que oferecem pistas lisas ao trânsito, são pouco sujeitas à obstrução por pedras soltas, como ocorre nos leitos naturais.

As diferenças de densidade populacional e facilidade de trânsito traduzem-se em diferenças quanto à distribuição dos pontos que focalizam as atividades comerciais, sociais e religiosas. No campo, onde as distâncias de um vizinho a outro são grandes e o acesso à cidade relativamente fácil, só encontramos escolas e pequenas bodegas, concentrando-se tôdas as demais atividades enumeradas na cidade e, para o caso especial do 5º Distrito, na vila. Já nas regiões de "serra", capelas, escolas e casas comerciais estão espalhadas sobre tôda a área povoada .

2- História (4)

A história de Júlio de Castilhos começa, segundo a tradição viva na cidade, em 1857. É verdade que temos notícia de uma redução jesuítica que, entre 1633 e 1637, existiu primeiramente na Serra de São Martinho, transferindo-se depois para o ângulo formado pelos rios Jacuí e Ivai, em terras que hoje pertencem à paróquia e

(4) Para a história do município vejam-se, além das fontes indicadas neste tópico, a "Enciclopédia Brasileira dos Municípios", Vol.XXXIII, pp.304 ss. e as demais obras citadas na Bibliografia.

ao Distrito de Pinhal Grande . Esta redução fêz parte de todo um conjunto de estabelecimentos jesuíticos que naquela época funcionavam na área onde hoje se localizam os municípios de São Pedro do Sul e Jaguari e o distrito de São Martinho, do Município de Santa Maria, e que ainda ocupavam partes limítrofes dos atuais municípios de General Vargas, Santa Maria e Faxinal do Soturno. Sob a pressão das bandeiras, as reduções procuravam sítios mais seguros, e foi por esta circunstância que a atividade, por algum tempo, se localizou no atual extremo setentrional do 4º Distrito de Júlio de Castilhos e nas terras adjacentes do 1º (5) .

O resto do século XVII e o XVIII vêm a região de localização de tôdas aquelas reduções transformada em teatro de lutas entre os portugueses, que nela penetram, e índios e espanhóis. Em 1797, uma partida da Comissão Demarcadora de Limites da América Meridional lá estabeleceu um acampamento que só viria a ser abandonado em 1801, deixando atrás de si um pequeno povoado, conhecido sob o nome de Santa Maria da Boca do Monte, a atual cidade de Santa Maria, capital regional. Em 1810 foi constituído um curato na mesma capela, subordinado à paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Em 1820, com a instalação do município de Vila Nova de São João Cachoeira (hoje Cachoeira do Sul), Santa Maria passou a sede do 4º Distrito do município. Saint-Hilaire, que visitou a vila em 1821, lá encontrou cêrca de trinta casas nos arredores, muitos estancieiros que, além de criar gado, praticavam a agricultura (6). Entre êstes terá havido um José Macedo de Quevedos que antes de 1815 se fixou no atual 5º Distrito de Júlio de Castilhos. O primeiro recenseamento do curato, que se estendia até o rio Uruguai, compreendendo portanto a área de que é hoje Júlio de Castilhos, foi realizado em 1826 e acusou 304 fogos de almas brancas e índios albos, e 62 estâncias (7). Pouco depois daquele recenseamento, em 1830, estabeleceu

1. se de Santa Maria, p. 15 .

2. de Saint-Hilaire, Viagem do Rio Grande do Sul (1820-1821) p. 246 .

3. História do Município de Santa Maria, p. 68 .

se no atual sítio da cidade de Júlio de Castilhos o fazendeiro paranaense João Vieira de Alvarenga que, ao morrer em 1857, iria deixar à Câmara de São Martinho uma extensão de terra para instalação de um povoado .

Com a criação do município de Cruz Alta em 1834, a área do atual Júlio de Castilhos passou a pertencer a êle como parte do 3º Distrito, com sede em São Martinho. Ao se emancipar êsse distrito em 1876, já existia no sítio legado por João Vieira de Alvarenga o povoado chamado Povo Novo onde, ao serem em 1870 demarcadas as suas ruas, se contavam 18 casas de "material" (8) e vários ranchos. O Povo Novo foi elevado à categoria de freguesia em 1880 sob a invocação da Nossa Senhora da Piedade. A primeira capela ainda hoje existe junto à Escola Normal Regional "Maria Rainha". Em 1885 o povoado passou a chamar-se Vila Rica, sendo elevado a vila e sede de município do mesmo nome em 1891. O território municipal era o de hoje, menos o atual 5º Distrito. Com a inauguração da estrada de ferro de Santa Maria a Cruz Alta, em 1894, decaiu rapidamente a vila de São Martinho, cuja importância decorria de sua posição sobre a estrada São Borja-Santiggo-Santa Maria. Em 1901 se dissolveu o município de São Martinho cujo território foi dividido entre Santa Maria e Vila Rica, ficando a vila com Santa Maria. Vila Rica tornou em 1904 o nome atual de Júlio de Castilhos, em homenagem a seu grande filho, falecido no ano anterior. Em 1928, com a emancipação de Tupanciretã, o município veio a perder quase toda a herança territorial e São Martinho, com exceção da área entre Toropi e Toropi-Mirin, hoje seu 5º Distrito.

A vida social organizada do Povo Novo e dos seus arredores estendia-se exclusivamente sobre a zona de campanha onde se praticava, principalmente, a atividade pastoril. Marcou época, portanto, o aparecimento dos primeiros imigrantes italianos, o qual se deu em 1883 nas matas que cobriam o atual distrito de Ivorá. O sítio então

(8) Sinônimo regional de "alvenaria" .

ocupado recebeu o nome de "Núcleo Norte", em virtude de sua posição em relação à sede da colônia, que era Silveira Martins, hoje vila no município de Santa Maria. Estendia-se o "Núcleo Norte" até a atual vila de Nova Palma, então chamada "Barração". Povoada a área em torno destes dois centros (Ivorá e Nova Palma), em 1917 atingiu a colonização italiana as proximidades do atual Pinhal Grande pela fixação de agricultores saídos daquelas populações mais antigas. De tal forma cresceu a população de origem italiana, que hoje perfaz quase metade da população rural do município.

A colonização teuta, ao contrário, embora um pouco mais antiga, não teve igual desenvolvimento. Em 1880 e 1881 foram medidas as terras sitas no curso inferior do arroio Bugre, ou Canhemborá, fazendo-se nelas colonos germânicos vindos, na maioria, do município de Cachoeira. Não subiram, entretanto, as íngremes encostas do vale, permanecendo até hoje no sítio da sua localização inicial e nas suas proximidades.

3- Economia

Quatro tipos de atividade rural caracterizam a economia de Júlio de Castilhos: a pecuária, com indústria de charque a ela ligada; a policultura praticada por pequenos proprietários de origem italiana e alemã e por "lusos" que adotaram este tipo de exploração agrícola; a monocultura do trigo no campo, promovida por arrendatários e por fazendeiros de gado em partes de suas propriedades, bem como por proprietários médios, em "granjas" exclusivamente dedicadas a esta cultura; finalmente a lavoura de subsistência, de pequenos proprietários, na sua maioria de origem "lusa".

Na seguinte tabela resumimos as estimativas da produção agrícola para os anos de 1956/7, 1957/8 e 1958/9 (9):

(9) Segundo informação da Agência Municipal de Estatística.



QUADRO I

Produção agrícola

Produtos	Produção em 1.000 quilos			Valor em C\$1.000		
	1956/7	1957/8	1958/9	1956/7	1957/8	1958/9
Trigo em grão	21,420	10,535	8,820	149,940	72,341	70,560
Milho	17,550	17,040	17,040	58,500	56,800	42,600
Fumo em fôlha	2,349	2,358	2,367	30,547	30,654	23,670
Batata inglesa	4,680	4,675	4,714	15,135	14,413	16,498
Feijão	1,210	1,512	744	12,701	5,292	6,250
Mandioca	5,090	6,500	7,000	5,599	5,100	8,400
Batata doce	3,000	3,300	3,510	4,650	4,950	7,020
Arroz com casca	1,104	1,080	1,080	3,680	5,184	7,128
Aveia em grão	417	432	427	2,002	2,158	2,135
Feijão soja	448	454	378	1,494	1,034	1,247
Outras culturas	412	975	1,114	1,587	1,507	1,551
Total	57.680	48.861	47.194	285.835	199.433	187.059

A população pecuária era estimada, em fins de 1958, conforme segue (10) .

QUADRO 2

População pecuária

	Número de cabeças (em milhares)	Valor (em C\$ 1.000)
Bovinos	134	240,633
Equinos	10	17,932
Suínos	51	36,853
Ovinos	61	25,797
Total	256	321.215

(10) Idem .

Não há estimativa oficial do produto das atividades pastoris.

As propriedades rurais distribuíam-se, por ocasião do recenseamento de 1950 da seguinte maneira (11):

QUADRO 3

Propriedades rurais

Hectares	Distritos					Total
	1º	2º	3º	4º	5º	
Menos de 10	32	63	31	34	52	212
10 a -20	37	75	53	60	70	295
20 a -30	34	71	74	97	62	338
30 a -50	30	104	79	84	69	366
50 a-100	46	112	112	101	85	456
100 a-200	34	40	30	45	47	196
200 a -500	37	15	7	16	26	101
500 a-1.000	23	6	1	6	8	44
1.000 a-2.500	16	4	2	6	13	41
2.500 a-5.000	14	1	-	1	-	16
Mais de 5.000	4	2	-	1	-	7
	307	493	389	451	432	2.072

Nota-se que as propriedades maiores de 500 ha. são raríssimas no 3º Distrito (localizadas na pequena área de campo incluída no mesmo), algo mais frequentes nos 2º, 4º, 5º Distritos em virtude da maior área de campo incluída nêles; em numerosas no 1º Distrito, totalmente plano.

(11) Compilado segundo o cadastro existente na Agência Municipal de Estatística, excluindo as propriedades que passaram a pertencer ao novo município de Faxinal do Soturno e sítas nas proximidades do povoado de Nova Treviso. O recenseamento de 1950 apurava 2.102 estabelecimentos agrícolas, número quase idêntico ao das propriedades. O recenseamento de 1960 iria levantar 2.523 estabelecimentos. A prefeitura porém, sonava por base do seu cadastro, ainda no ano da pesquisa (1959), os dados apurados em 1950.

A indústria desempenha papel secundário na economia de Júlio de Castilhos. O estabelecimento mais importante é a "Charqueada União", da "Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados Ltda.", que em 1956 abateu 35.000 reses, em 1957 16.000, em 1958 25.000 e em 1959 11.500. Um moinho de trigo e uma fábrica de esquadrias ocupam, em conjunto, uns 50 operários na cidade. Uma pequena malharia na vila de Nova Palma é digna de nota, não tanto pela sua influência econômica ou social na vida do município ou mesmo do distrito, mas por introduzir na comunidade, com a manufatura têxtil, um elemento inteiramente novo. No mais, pequenas serrarias e moinhos, oficinas de consertos de máquinas e veículos e outros serviços semelhantes encontram-se tanto na cidade como espalhados pelo interior.

O comércio é igualmente pouco desenvolvido, pois em virtude da posição desfavorável da cidade em relação às áreas agrícolas, estas colocam considerável parte da sua produção em outros municípios limítrofes.

A energia elétrica consumida na cidade provém de uma usina situada no rio Ivai, a qual também serve ao município de Tupanciretã e às obras de construção de grande usina no rio Jacuí (em território de Cruz Alta e Espumoso). Uma pequena usina no arroio Soturno serve às vilas e partes dos distritos de Ivorá e Nova Palma.

Os veículos automotores matriculados no município distribuem-se conforme segue: automóveis de aluguel: 15; ônibus: 14; particulares (incl. jeeps): 218; caminhões: 122; de serviço público: 10; motocicletas: 2; total: 381.

4- População

Por ocasião do recenseamento de 1960 elevava-se a população municipal a 29.174 pessoas, tendo havido um crescimento de aproximadamente 20% desde 1950, pois então se contavam 24.618 pessoas. Uma análise comparativa dos dados levantados por ambos estes recenseamentos projetará luz sobre as mudanças havidas no decênio decorrido entre

um e outro: ver-se-á que todo o crescimento se deu em benefício da cidade e das vilas, ficando estacionária a população rural em seu conjunto (12) .

QUADRO 4

Distribuição da população - 1950 e 1960

Distritos	Cidades e vilas		Quadro Rural	
	1950	1960	1950	1960
Júlio de Castilhos	3.287	6.438	4.336	3.112
Caenborá	...	113	...	3.646
Ivorá	246	578	4.443	3.980
Nova Palma	441	862	3.528	3.060
Pinhal Grande	182	292	4.993	3.429
Quevedos	102	210	3.060	3.454
	4.258	8.493	20.360	20.681

Como a população do novo distrito de Caenborá provém de desmembramentos dos distritos de Nova Palma e Pinhal Grande, cresceu a população rural destes três distritos em conjunto de 8.521 para 10.135, o que corresponde a um acréscimo de 19%. Menor foi o aumento da população rural de Quevedos, importando em 13%. E os distritos de Júlio de Castilhos e Ivorá perderam população, à razão de 10% este, e de quase 30% aquele. Houve, pois, mesmo entre a população rural, modificações demográficas cuja natureza não podemos investigar, mas que possivelmente se devem à diminuição da população

(12) Não influíram decisivamente sobre estes dados as modificações seguintes, ocorridas no mesmo espaço de tempo: em 1958 foi desmembrado, para ser anexado ao novo município de Faxinal de Soturno, o povoado de Nova Treviso com pequena área adjacente, compreendendo ao todo aproximadamente 200 habitantes. Em 1959 foi constituído o Distrito de Caenborá e, conseqüentemente, elevado a vila o povoado do mesmo nome (antes também chamado "Canhemborá" ou "Linha Ávila"), cujos habitantes até então eram computados entre a população rural .

pastoril, pois o decréscimo se faz notar precisamente nos 1º e 2º Distritos, dos quais aquele é quase totalmente de campo e este o é em grande parte. Pinhal Grande, Nova Palma e Caemborá, distritos quase exclusivamente agrícolas, são os que acusaram aumento populacional. Quanto ao 4º Distrito (Pinhal Grande), expandiu-se em suas partes planas a triticultura, além de haver imigração a partir dos 2º e 3º Distritos. A cidade, por outro lado, e as vilas em conjunto, viram dobrar o número de seus habitantes.

Para um exame da composição da população segundo os sexos, somos obrigados a recorrer aos resultados do recenseamento de 1950, visto que os levantados em 1960 ainda não foram divulgados.

QUADRO 5

Distribuição da população por sexo (1950) (13)

	Números absolutos		Percentagens			
	Júlio de Castilhos		Júlio de Castilhos		Estado	
	m.	f.	m.	f.	m.	f.
Cidades	1.493	1.794	45,4	54,6	47,3	52,7
Vilas	498	473	51,1	48,9	49,3	50,7
Zona rural	10.485	9.875	51,5	48,5	51,1	49,9
	12.476	12.142	50,7	49,3	50,0	50,0

Na cidade predomina o sexo feminino em proporção mais acentuada ainda do que no conjunto das cidades gaúchas. Nas vilas registra-se quase a mesma taxa de masculinidade como na zona rural, enquanto no conjunto do Estado as vilas ocupam posição intermediária entre cidades e zona rural. Esta particularidade das vilas castilhenses indi-

(13) VI Recenseamento Geral do Brasil, Vol. XXVIII, Tomo 1, pp. 88 e 95.

ca o seu caráter acentuadamente rural (14). Na zona rural, finalmente, observa-se aproximadamente a mesma taxa de masculinidade que no conjunto da zona rural do Estado.

Enquanto na população total do Estado os sexos se equilibram, acusa Júlio de Castilhos em 1950 certa predominância masculina. Admitindo-se, porém, que cidade, vilas e zona rural mantiveram em 1960 a mesma proporção entre os sexos, registrada em 1950, este desequilíbrio no conjunto teria diminuído com o crescimento da cidade.

A população rural compõe-se de elementos diversos, segundo o tipo de atividade econômica e a origem étnica. A distribuição proporcional no conjunto da população municipal é difícil de ser avaliada. Partindo do número de propriedades rurais existentes e da sua população média em nossa amostra (15), obtém-se a seguinte estimativa:

QUADRO 6

Distribuição da população por setores sócio-econômicos
em percentagens arredondadas

Campanha			Serra		
Grandes criadores (Fazendas)	Pequenos criadores (Fazendolas)	Agricultores	Colônia itala	Colônia teuta	Agricultores lusos
% 7	11	13	40	3	26

(14) O peso dos 86 alunos do pre-seminário de Ivorá é aproximadamente contrabalançado pelas 61 alunas internas da escola "N.S. Mediadora" de Nova Palma. Estes dois são os únicos internatos de maiores proporções, existentes nas vilas.

(15) Os cálculos em que se baseia este Quadro são extremamente conjecturais e fundamentam-se nos seguintes raciocínios. Partindo do cadastro das propriedades rurais e do recenseamento de 1950, ambos desatualizados em 1959, quando se fez a pesquisa. Admitimos, ainda, que cada propriedade cadastrada tem o número de moradores correspondente à média de pessoas encontradas nos estabelecimentos por nós visitados, havendo, pois, erro em virtude da identificação incorreta de "propriedade" e "estabelecimento". Entre as várias categorias, distinguimos segundo a localização do núcleo cadastral no Campo ou na Serra e na Faixa de Transição, e segundo a nacionalidade do sobrenome do proprietário. A distinção entre agricultores e criadores ("fazendolas") no Campo baseou-se na

Nesta distribuição não estão incluídos os agregados e os jornaleiros na agricultura, que perfazem aproximadamente 15% da população rural, e que se distribuem normemente entre a população proprietária lusa.

5- Política e Administração

Encontramos Júlio de Castilhos em uma fase de calma política. Nada se percebia das paixões que em tempos passados teriam dividido o município em facções. As eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores foram as mais pacíficas possíveis, os partidos negociando uma frente única até o dia do encerramento das inscrições de candidatos.

Há nove anos, os principais partidos do município estão coligados em dois grupos: a "Frente Democrática", constituída pelo Partido Social Democrático, Partido Libertador e União Democrática Nacional, e a "Frente Popular", composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido de Representação Popular. O eleitorado da UDN e do PRP é relativamente pequeno, variando em função da popularidade dos candidatos apresentados. Este fator pessoal influi também na votação obtida pelos demais partidos, mas de fato, ao menos desde 1955, mantêm-se as forças políticas em equilíbrio. Em 1959 foram rompidas as "Frentes", retirando-se de cada uma delas o partido de menor expressão quantitativa. O equilíbrio estabeleceu-se, então entre o Partido Trabalhista Brasileiro, remanescente da antiga "Frente Popular" e a "Frente Democrática", reduzida à coligação PSD-PL.

Em 1959 foi eleito prefeito o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro ,

área do estabelecimento, considerando-se agrícolas as propriedades com menos de 50 hectares, pastoris as de área superior a essa. Os dados apurados no recenseamento de 1960 fazem pensar que a população itala teve crescimento vegetativo tal, que a sua proporção foi subestimada por nós.

antecessor do então prefeito, pertencente ao Partido Social Democrático, e que por sua vez fôra antecessor daquele. Em quatro períodos alternaram, pois, dois homens no exercício da prefeitura, ambos membros da classe de fazendeiros, e ambos divergindo ligeiramente do padrão normal desta classe. O prefeito eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, filho de família tradicional, é médico, grandemente estimado por toda a população, sem distinção de partido e posição social, enquanto o da "Frente Democrática" é filho de imigrante alemão a cujos descendentes a população atribui o mérito de grande parte do progresso do município.

Acima das preferências populares por um ou outro candidato, em virtude de suas qualidades pessoais, existe uma atitude de lealdade partidária, principalmente dos "grandes" partidos: PTB, PSD e PL. Estas atitudes encontram expressão em votações maciças para a "Frente Democrática" no 5º Distrito, com 80 a 88% dos votos, e em superioridade menor mas também constante da "Frente Popular" na cidade.

Também no 2º Distrito, terra natal do líder trabalhista Alberto Pasqualini, é constante o predomínio da "Frente Popular". Nos 3º e 4º Distritos estão os partidos com potencial aproximadamente igual, prevalecendo em cada eleição as simpatias pessoais. Assim, pesou claramente na balança do 4º, em 1959, a influência de dois candidatos "populistas", residentes no Distrito, a quem a "Frente Democrática" não opunha candidatos locais.

Entre os poderes municipais predomina nitidamente o executivo. A Câmara de Vereadores reúne-se regularmente e, ao menos na época atual, os seus debates são livres de paixões partidárias. A assiduidade de muitos vereadores, entretanto, deixa a desejar, e o povo não toma conhecimento da sua atividade, a menos que se trate de assunto de interesse especial de determinado grupo. O jornal local, recém-fundado e cujo primeiro número circulou em 7 de setembro de 1959, não traz noticiário da câmara. Também não relata, aliás, sistematicamente os atos do executivo municipal.

QUADRO 7Votações para vereadores e deputados de 1955 a 1959 (16)

		Veread. 1955	Dep.Fed. 1958	Dep.Est. 1958	Veread. 1959
1º Distrito	F.Popular	1.380	1.423	1.420	1.525
Júlio de	F.Democrática	990	1.145	1.160	991
Castilhos	Outros	-	-	24	-
2º Distrito	F.Popular	678	711	642	595
Ivorá	F.Democrática	523	412	429	421
	Outros	-	4	70	-
3º Distrito	F.Popular	519	595	456	504
Nova Palma	F.Democrática	724	585	466	469
	Outros	-	28	296	-
4º Distrito	F.Popular	471	536	475	580
Pinhal Grande	F.Democrática	558	550	533	381
	Outros	-	-	98	-
5º Distrito	F.Popular	73	80	61	118
Quevedos	F.Democrática	524	522	516	454
	Outros	-	-	15	-
Totais	F.Popular	3.121	3.345	3.054	3.322
	F.Democrática	3.319	3.214	3.104	2.716
	Outros	-	32	503	-

(16) Quadro baseado em informações prestadas pela Justiça Eleitoral. A Frente Popular é constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Partido de Representação Popular; a Frente Democrática pelo Partido Social Democrático, Partido Libertador e União Democrática Nacional. Nas eleições de 1959 foram rompidas as "Frentes", o PRP apresentou candidatos próprios e a UDN não participando das eleições. No Quadro acima, as "Frentes" foram tomadas como se existissem conforme sua composição primitiva.

CAPITULO IV

Os distritos



1- O 1º Distrito (1)

Com os seus 1.800 km^2 (2) ocupa o 1º Distrito metade da área do município . De forma irregular, estende-se no sentido Leste-Oeste do rio Toropi ao Jacuí , tendo a oeste o 5º Distrito e a leste, o 4º Distrito e o município de Espumoso ; no sentido Norte-Sul estende-se do rio Ivaí ao arroio Felício, entre os municípios de Tupanciretã e Cruz Alta ao norte, e o de Santa Maria e os 2º e 3º Distritos de Júlio de Castilhos ao sul.

No seu ponto de gravitação situa-se a cidade, todo o resto sendo campanha , dividida em 34 fazendas com uma área total de 1.130 km^2 e mais umas 270 propriedades de menos de 1.000 hectares, num total de 670 km^2 . As pequenas propriedades encontram-se espalhadas entre as grandes, com uma certa condensação nas proximidades da estrada de ferro e, particularmente, da cidade .

Em vista desta divisão das propriedades, não admira que a população do 1º Distrito seja a menos densa de todos os distritos. Com efeito, por ocasião do recenseamento de 1950 contava apenas 7.623 habitantes, dos quais 3.287 na cidade, montando a população rural, portanto, a 4.336, donde a densidade de 2,5 por km^2 (3) .

Os terrenos do Distrito são ondulados, chamando-se coxilhas, na linguagem regional, as elevações. Nos vales que formam, correm pequenos cursos d'água, aqui e acolá acompanhados por restingas. Um ou outro raro capão aparece nos campos, que

(1) V. Mapa 2

(2) Todas as áreas distritais, mencionadas neste Capítulo, são calculadas por estimativas

(3) Apenas 1,7 segundo o recenseamento de 1960. V. acima, p. 49, Quadro 4 .

são utilizados para a pecuária e algumas manchas de agricultura.

A maior artéria que atravessa o 1º Distrito é a estrada de ferro e, paralela a ela, a rodovia BR 14, em construção. (Este trecho da estrada federal recebeu posteriormente o número BR 158). Ambas fazem transitar por Júlio de Castilhos considerável número de passageiros e cargas, pouco contribuindo, entretanto, para o comércio interno do Distrito. Quatro ônibus descem diariamente para Santa Maria, dois deles precedentes de Cruz Alta e dois de Tupanciretã; todos eles também subindo diariamente em direção oposta. Vários trens são preferidos para a viagem à Capital do Estado.

Recém terminado, há um amplo campo de aviação com espaçosa estação, no limite entre o Distrito e o município de Tupanciretã. Por enquanto, entretanto, as escalas mais próximas de aviões são as de Santa Maria e Cruz Alta.

As estradas mais importantes, além da BR 14, são a que liga a cidade a Tupanciretã e a que põe em contacto a sede do município com as dos 3º e 4º Distritos. Destas últimas, a primeira é estadual, e a segunda municipal. Menor é o movimento de trânsito nas estradas municipais que vão ao rio Ivaí e ao 5º Distrito, e naquela que demanda a vila de Ivorá diretamente. Todas elas são de fácil conservação em território do 1º Distrito, sendo de trânsito precário apenas a do Quevedos (5º Distrito) por atravessar no limite distrital o rio Toropi, munido de faixa de cimento, mas, assim mesmo, intransponível quando cheio.

Na divisa do 1º Distrito com Cruz Alta fica a usina hidrelétrica do Ivaí, que fornece luz e energia à cidade, e na divisa entre este e o 5º Distrito, a usina do rio Toropi, que serve o vizinho município de São Pedro do Sul.

2- O 2º Distrito

O segundo Distrito ocupa o canto sul-ocidental do município. Confronta-se ao



norte (pelo arroio do Felício e seu afluente McCanguá) com o 1º Distrito; a oeste (pelos arroios Tiapira e Chorão) com o município de Santa Maria; ao sul (por um limite artificial) ainda com este, e (pelo lagoado Peripólio) com o recém-criado município de Faxinal do Soturno. A leste divide-o o arroio Soturno do 3º Distrito.

Na parte setentrional, cerca de 230 km^2 pertencem à campanha. A ela segue, em direção sul, uma faixa de terras já trabalhadas pelas cabeceiras dos arroios, apresentando relevo mais movimentado, e onde matas residuais dão testemunho da vegetação primitiva. Na divisa de Santa Maria avança a faixa de transição para sul, envolvendo a "colônia baixa" e intercalando-se entre ela e a parte montanhosa da - aquele município. Esta faixa de transição do "campo" para a "serra" ou colônia baixa" ocupa cerca de 100 km^2 (4). A leste e sul desta área, encontra-se aquela em que os arroios cavaram sulcos fundos, ora formando barrocas estreitas, ora abrindo-se em vales amenos e férteis. São cerca de 130 km^2 que constituem o coração histórico do Distrito e fazem parte da "Serra de São Martinho".

Com exceção de uma pequena parte de campanha, o Distrito fica a leste do leito da estrada de ferro e da rodovia federal BR 14, hoje BR 158, paralelas e próximas uma da outra. Da rodovia federal parte, no povoado Val de Serra, a estrada estadual que dá acesso à sede do distrito, situada nas proximidades do limite meridional. É a melhor estrada do Distrito e prolonga-se, além da vila, para a cidade de Faxinal do Soturno e dali para Cachoeira do Sul. Outra estrada importante liga diretamente a sede à cidade de Júlio de Castilhos, passando por alguns núcleos da faixa de transição: São João, Barreiro e Potreiro da Serra. É municipal e atravessa trechos pedregosos e de difícil conservação. Outra estrada municipal liga a sede com Nova Palma, sede do 3º Distrito. Como a anterior, tem o trânsito interrompido quando chuvas intensas fazem crescer as águas dos riachos. Finalmente, um ramal da estrada estadual

(4) No Mapa 2, a Faixa de Transição não foi assinalada, sendo sua área dividida entre a do Campo e a da Serra.



serve a "Colônia Nova", na faixa de transição, rumando dali para Silveira Martins, o município de Santa Maria.

A hidrografia do 2º Distrito é dominada pelo arroio Soturno, que além de lhe constituir limite oriental, recebe as águas que modelaram o relevo das partes novinentadas e que lhe constituem afluentes de direita. Entre eles releva o arroio do Melo, ou Ivorá, cujo sistema é responsável pela configuração de quase toda esta área.

A colonização do Distrito remonta ao ano de 1883, quando se instalou o "Núcleo Norte" da Colônia de Silveira Martins. Este núcleo passou mais tarde a chamar-se Nova Udine, segundo a província italiana de onde provinha a maioria dos seus povoadores, recebendo finalmente o seu atual nome de Ivorá. Este início deixa manifesta a orientação ecológica de toda a zona que circunda a sede: por Silveira Martins a Santa Maria transitam, até hoje, as correntes mais intensas de movimento de viagens, de relações comerciais e de êxodo.

Já em 1885 foi rezada no "Núcleo Norte" a primeira missa, um curato instituído em 1906 e elevado a paróquia em 1918. Desta forma, a colônia praticamente nunca esteve sem assistência religiosa, conservando até hoje firme lealdade à igreja católica.

Uma segunda corrente de população começou a penetrar uns dez anos mais tarde nas matas da zona de transição, partindo das fazendas ao norte da mesma, e fundando núcleos como os de Barreiro e do Potreiro da Serra. Eram elementos de origem nacional que, com o tempo, foram recebendo reforço de italianos e seus descendentes, vindos da "serra" e que de lá subiam em direção ao campo, constituindo núcleos homogêneos, como o de São João, e juntando-se aos brasileiros já presentes em outros pontos.

Finalmente, a partir de 1934, com o loteamento de parte de uma fazenda no extremo sul do Distrito, na faixa de transição, sobre a lingueta desta faixa que en



volve a "colônia baixa", criou-se a "Colônia Nova", povoada por descendentes de italianos procedentes de Silveira Martins (5).

A vila de Ivorá compõe-se de umas 50 casas, tôdas bem construídas e conservadas, de alvenaria ou de madeira. A rua principal corre do norte a sul, passando, pouco antes do seu extremo meridional, pela grande praça quadrada onde se localizam, do lado oposto, a igreja, o salão paroquial e a casa canônica e, já na esquina da rua que acompanha o lado meridional, o pré-seminário, enquanto no canto setentrional se avista o hospital. Na rua principal está localizado o moinho de trigo, única indústria local de algum porte, a sub-prefeitura, a agência postal, o posto telefônico, o pequeno hotel, e quatro casas comerciais.

Sobre o limite de Santa Maria fica a estação ferroviária de Val de Serra com povoado de igual nome e que em tempos passados já foi vila, tendo ainda hoje o privilégio de possuir agência postal e posto telefônico.

Onibus diários ligam a vila a Faxinal do Soturno e a Santa Maria, havendo nesta última direção possibilidade de baldeação em Val de Serra para o ônibus de Santa Maria a Júlio de Castilhos.

3- O 3º Distrito

O menor de todos os distritos de Júlio de Castilhos é o terceiro. Dos aproximadamente 220 km^2 de sua área, apenas uma quinta parte - 45 km^2 - situam-se na campanha, metade na colônia baixa, e o resto na faixa de transição.

A leste e oeste, os arroios Soturno e Canhenborá (também chamado Bugre) separam-no dos 2º e 4º Distritos; ao norte o lagoado Mirapicica, afluente do Soturno, do 1º. Ao sul, linhas retas, arbitrariamente fixadas constituem o limite com o re-

(5) Para os aspectos históricos, v. A Paróquia de Ivorá no seu Jubileu de Prata, 1918-1943.

em-criado município de Faxinal do Soturno, antes parte de Cachoeira do Sul .

Com exceção das cabeceiras de poucos arroios que desagüam no Jacuí, é o relevo do distrito obra da ação erosiva de afluentes do Soturno e do Canhenborá .

A sede do distrito, a vila de Nova Palma, fica próxima do limite ocidental e a apenas 7 km do meridional. Por ocasião do recenseamento de 1960 verificou-se a existência de 862 moradores. É construída sobre planta em forma de xadrez, no qual a "praça" ocupa posição periférica. Nela situam-se, do lado mais alto, na encosta do morro, a igreja, ladeada pelo salão paroquial e a casa canônica e pelo Colégio Nossa Senhora Mediadora. "Hotel", posto telefônico, três casas comerciais, um depósito de consignações, uma fábrica de malhas, uma alfaiataria e casas residenciais ocupam os demais lados da praça. A pouca distância dela ficam o hospital e a única agência bancária que funciona na vila. Todas as construções são de alvenaria ou madeira, bem feitas e bem conservadas.

A colônia de Nova Palma foi fundada em 1883, quase simultaneamente, portanto, com a de Ivorá. Sua denominação oficial era inicialmente "Soturno", passando ao nome atual por volta de 1912 (6) . Popularmente, a sede era chamada de "Barracão", segundo o abrigo provisório das levas de imigrantes, vindas da Itália, e sendo para a nova colônia encaminhadas através de Silveira Martins. A primeira missa rezou-se em 1886, e ainda no mesmo ano ou no seguinte foi erigida uma capela. Em 1912 passou a curato e em 1919 foi este elevado a paróquia. Quase todo o distrito é hoje ocupado por descendentes daqueles imigrantes italianos, e a sua paróquia prima pela coesão e disciplina eclesialística .

Fazem exceção ao caráter italo do Distrito apenas pequenos núcleos marginais de lusos e uma colônia teuta, igualmente periférica, que, situada em torno da embo-

(6) Para a história da paróquia, v. Jubileu de Nova Palma, 1914- 1944 .

cadura do Canhenborá no Jacuí, ultrapassa os limites do 3º Distrito continuando no 4º e se articula com outras colônias da mesma origem étnica nos municípios vizinhos de Faxinal do Soturno e Sobradinho. Conta cerca de 100 famílias, das quais pouco mais de 40 em território do 3º Distrito (7) .

A estrada mais importante do distrito - além daquela que liga a vila a Faxinal do Soturno - é a que vem da cidade de Júlio de Castilhos. Entra do norte, através da parte plana, dividindo-se em seguida em dois ramos, ambos passando pela faixa de transição, um demandando a vila e outro a Linha 7 . Entre a vila e a Linha 7, cujo ponto de gravitação é o povoado do mesmo nome, maior centro secundário da colônia ítala no distrito, existe uma estrada de tráfego precário. Outras ligam a vila para sul a Faxinal do Soturno, para oeste a Ivorá, e para noroeste a São João, colônia de beira-campo no 2º Distrito. Finalmente, uma estrada vinda da cidade desce nas proximidades do limite do 4º Distrito, em território do mesmo, o vale do Canhenborá, transpondo este e penetrando no 3º Distrito para nele seguir os últimos 10 kms do curso inferior daquele arroio, indo alcançar o povoado do mesmo nome e dali seguir, margeando o Jacuí, para Dona Francisca, no município de Faxinal do Soturno .

No Soturno existe uma usina elétrica de propriedade particular, construída entre 1948 e 1951 para substituir outra anterior e menor, e sendo atualmente por sua vez substituída por outra maior. Fornece luz e energia às vilas de Nova Palma e Ivorá e ainda a pequena parte do interior do 3º Distrito , inclusive o povoado de Linha 7 .

A vila é ligada por ônibus, duas vezes por semana, à cidade de Júlio de Cas-

(7) A colônia tauta converteu-se durante o ano de 1959 em centro do 6º Distrito, então criado, com o nome simplificado de "Caenborá". Esta modificação administrativa não se reflete na substância do nosso relato por não ter sido posta em execução durante o nosso trabalho de campo .

[REDACTED], e três vezes a Santa Maria, via Faxinal do Soturno. Caemborá (8) tem ônibus duas vezes por semana a Cachoeira, também via Faxinal do Soturno.

4- O 4º Distrito

Dos três distritos predominantemente coloniais, o 4º é o mais novo. Apenas pequena parte da sua área pertence à Serra de São Martinho, abrangendo 110 km^2 , aproximadamente, enquanto cerca de 150 km^2 ocupam a área de transição, e 200 km^2 são "campo", que se prolonga no 1º Distrito.

A leste, o rio Jacuí separa o 4º Distrito dos municípios de Sobradinho e Espumoso. Ao norte e oeste constituem o arroio da Reserva e seu afluente, o arroio Monduru, o limite com o 1º Distrito, dividindo a sudeste o arroio Canhemborá, o 4º do 3º Distrito. Na parte meridional, no triângulo formado pelo Jacuí e pelo Canhemborá, fica a zona montanhosa que é o trecho mais setentrional da Serra de São Martinho e à qual se segue, ao norte, a faixa de transição e, mais adiante, o campo.

No centro da faixa de transição situa-se a sede distrital, a vila de Pinhal Grande e, 5 kms mais adiante, já na serra, São José dos Pinhais, sede da paróquia. Acidentes históricos são responsáveis por este desdobramento geográfico do centro comunal entre a sede administrativa e a eclesiástica, esta algo mais antiga. Pinhal Grande é construído sobre planta retangular, com as suas casas de alvenaria e madeira, bem conservadas, isoladas e rodeadas de jardins, perdendo-se, nas margens, na paisagem colonial. Enorme praça quadrada constitui o coração da vila, em um de cujos lados passa a rua principal onde se encontram o hotel e bar local, que serve também de ponto de parada dos ônibus, ficando do lado oposto o Grupo Escolar estadual. A capela, com dimensões de igreja, fica à margem da rua principal, uma quadra mais adiante, à direita de quem vai para São José dos Pinhais. Este último povoado conser

(8) V. rodapé anterior.

vou o seu caráter rural, não possuindo planta organizada. O seu centro é constituído pela igreja matriz e a casa comercial mais antiga, que lhe fica em frente, bem como o hospital, um pouco mais afastado.

Quando se iniciou a colonização do Distrito, as terras marginais do Jacuí, numa faixa de cerca de 5 km de largura, pertenciam ao Estado, esparsamente povoadas por elementos de origem lusa. Seguiam-se matas de propriedades de fazendeiros latifundiários, cuja venda deu início, em 1917, à imigração de populações de origem italiana. Estas, já naquela época, fundaram o povoado de São José dos Pinhais e, pouco mais tarde, o de Lineira, hoje oficialmente denominado Pinhal Grande. Esta colonização, em seguida, extravasou para a faixa de transição e, mesmo, para o campo, onde em antigas fazendas de gado hoje encontramos culturas, principalmente de trigo. As terras do Estado estão hoje, em grande parte, transformadas em propriedades particulares, em virtude de concessão, na maioria, a elementos de origem lusa (9).

A zona montanhosa é irrigada por afluentes diretos do rio Jacuí, entre os quais os mais importantes são o Canhenborá com o arroio Felisberta, seu afluente, e os arroios da Sétima, Lineira e Gringuinha. A faixa de transição também se liga diretamente ao Jacuí, o mesmo acontecendo com aquela parte do campo que é ocupada por atividades agrícolas, enquanto as fazendas de gado pertencem ao sistema do arroio da Reserva e só através deste ao Jacuí.

O acesso da cidade ao 4º Distrito faz-se inicialmente pela mesma estrada que vai a Nova Palma. Ao entrar no 4º Distrito, ela se divide em três ramos, dos quais um logo em seguida deixa o território deste para entrar no 3º Distrito. Outro ramo volta-se para norte e depois para leste, sempre seguindo o divisor de águas entre

(9) Muitas destas concessões caducam em virtude de abandono das terras pelos adquirentes.

Jacuí e Reserva (e Monduru), percorrendo o campo e, transposto o Jacuí por uma barca, demanda Sobradinho. O terceiro ramo dirige-se para sudeste, bifurcando-se após poucos quilômetros em uma estrada que vai em direção leste para a vila de Pinhal Grande e outra que, seguindo a cerca de 1 km de distância o arroio Canhemborá, desce por colônias ítalas até atingir e atravessar o rio, entrando no 3º Distrito e alcançando a colônia teuta.

Outra estrada relativamente importante do Distrito é a que sobe o vale do Jacuí, procedendo da colônia teuta do Canhemborá e entrando no 1º Distrito pouco a diante do passo do Jacuí, onde se encontrará com o segundo ramo acima mencionado da estrada de Júlio de Castilhos, que vai a Sobradinho.

Pinhal Grande é a única dentre as vilas do município a ter quatro vezes por semana linha direta de ônibus à cidade, faltando-lhe, por outro lado, ligação fácil com outros centros. Por este motivo, e por ter lavouras relativamente férteis na sua parte plana, cortada por estradas sempre transitáveis, é este o distrito que de todos, exceto o 1º, mais comercia com a cidade de Júlio de Castilhos.

5- O 5º Distrito

Na mente do forasteiro que na cidade procura informar-se sobre o 5º Distrito vai-se formando, pouco a pouco, a imagem de um país de trevas e de misérias, sito para além de uma muralha de brumas espessas, um país onde reinam a doença e o desânimo, a pobreza e o "atraso". Para lá viajando pela estrada direta, é recebido, após cruzar o rio Toropi, por um povo altaneiro e lhano, habitando campos amenos, entre coxilhas e restingas. Só mais tarde, percorrendo os vários recantos do Distrito, conhecendo melhor o modo de viver de diversas categorias da população, verá confirmadas de certo modo as noções adquiridas na cidade, embora em âmbito limitado. Podemos observar aí, em escala reduzida, o processo sócio-psicológico, pelo qual se formam

os estereótipos nacionais. Identificando a população inteira com o setor que mais lhe chamou a atenção, o observador inadvertido constroi esta ou aquela generalização, justa quanto à parte, errada quanto ao todo.

A oeste, sul e leste confinam os rios Toropi e Toropi Mirim o território do 5º Distrito. Confluindo no seu canto sul-ocidental, formam a área de erosão, popularmente chamada "serra", de contorno aproximadamente triangular e com forte declive de ambos os lados do divisor de águas. À medida que sobe em direção setentrional o curso de ambos os rios, divergem e tornam-se mais estreitas as faixas de erosão, avançando entre elas a ponta meridional do planalto que, nas proximidades da vila, ocupará toda a largura do Distrito e, para norte, se fundirá nos campos do município de Tupanciretã. Ao mesmo passo diminui a profundidade dos vales, e os rios perdem-se entre as coxilhas.

Não muito ao norte do ponto em que o campo se alarga, dominando inteiramente a paisagem, entremeados apenas de pequenas restingas e capões, situa-se a vila de Quevedos. O povo ainda a chama de "Igrejinha", nome derivado da capela da família dos Quevedos, construída em 1820 e que até a ereção da igreja nova, terminada na década de 1940, servia ao culto religioso da região circunvizinha. Cerca de quarenta casas constituem a vila, agrupadas em forma de xadrêz ao longo da grande praça de cerca de 100 x 200 metros, e nas ruas que dela partem. Todas elas servem totalmente como residências, ou, simultaneamente, para este fim e para atividades profissionais. Metade, aproximadamente, é bem construída, de madeira; ou, excepcionalmente, de alvenaria, enquanto que a outra metade tem o caráter de ranchos, de madeira rústica ou mesmo de pau a pique barrado.

A estrada mais freqüentada do distrito é a que liga a vila à vizinha cidade de Tupanciretã, a 65 km de distância. É relativamente boa e transitável com qualquer tempo, correndo em nível plano através da campanha, raras vezes interrompida por uma

brusca subida ou descida. A rigor, não liga a Tupanciretã a própria vila, passando por ela a oeste, a 6 kms de distância, mas sim a região de "serra", próxima do Toropi Mirim. Perto da confluência dêste com o Toropi atravessa-o para ir alcançar a vila Toropi que fica no extremo sul do município de Tupanciretã. Entretanto, ao sair do campo e entrar na "serra", torna-se esta estrada intransitável para automóveis, com exceção de jeeps, em virtude da existência de degraus de rocha e, em tempo de chuva, de lamaçais. Chegada a Toropi Mirim, localidade no extremo do Distrito e próxima do passo sobre o rio Toropi Mirim, encontra-se com outra estrada que, em condições semelhantes de precário trânsito, desce de Quevedos ao longo do Toropi. É portanto possível contornar a cavalo toda a região da "Serra", partindo de Quevedos e para ali regressando, com um percurso de cerca de 80 quilômetros. De vários pontos destas estradas circulares podem atingir-se os rios: Toropi de uma, Toropi Mirim da outra, atravessando-se uma encosta coberta de matos e que abriga grande número de pequenos proprietários e posseiros de terras do governo.

Outra estrada principal é a que liga a vila à cidade de Júlio de Castilhos. É semelhante à que vai a Tupanciretã, com a diferença ponderável de que atravessa o rio Toropi por uma lage de cimento. Esta travessia é fácil e cômoda quando o rio não está muito alto, havendo ferros fincados na lage em sentido vertical como indicadores do nível de água. Quando, porém, chove copiosamente, fica interrompido o trânsito e as viagens de Quevedos a Júlio de Castilhos têm de ser feitas por Tupanciretã.

Além destas estradas principais existem outras, menos movimentadas, e "corredores" abertos no campo, entre as cercas de propriedades vizinhas, e que permitem o acesso a localidades de importância menor. Muitas propriedades particulares só podem ser atingidas, passando-se por campos alheios, cercados. Nas cercas encontram-se "porteiras" que a qualquer um é lícito franquear, destinando-se apenas à guarda



do gado .

É significativo para a vida do 5º Distrito o receber apenas uma vez por mês a visita de um padre e uma vez por quinzena de um médico, ambos de Júlio de Castilhos, e este subvencionado pela municipalidade. Assim acontece desde 1958. Antes não havia nenhuma regularidade na assistência religiosa e médica.

Uma linha de ônibus corre três vezes por semana entre a vila e a cidade de Tupanciretã, e vai uma vez por quinzena a Júlio de Castilhos. A estrada para Tupanciretã torna-se raramente intransitável para o ônibus, mas as viagens deste a Júlio de Castilhos são suspensas com frequência quando as chuvas fazem subir o nível do rio Toropi.

Ainda para caracterizar o sistema de transportes do 5º Distrito, vale notar que dos 381 veículos motorizados existentes no município 6 apenas são de Quevedos : 1 ônibus, 3 camionetes, 1 caminhão e uma limusine .



CAPITULO V

A Vida No Campo



1- A Fazenda

A fazenda é um estabelecimento agro-pastoril de certas proporções. Segundo uns, uma boa fazenda deve ter de 30 a 50 quadras de sesmaria, (a quadra corresponde a 87 hectares). Segundo outros, 10 quadras bem exploradas podem representar propriedade apreciável. Abaixo deste limite (quanto a isto há consenso) colocam-se as "fazendolas".

A falta de rigor na classificação dos estabelecimentos maiores deve-se a dois fatores: por um lado modificou-se nos últimos decênios o caráter das fazendas pela importância crescente que vem assumindo nelas a agricultura; por outro, envolve a classificação um critério social além do propriamente econômico: uma vez que algumas das velhas estâncias (grandes fazendas) se fracionaram a ponto de as parcelas se situarem abaixo do limite de 30 quadras, tornou-se elástico o limite inferior da categoria em questão, embora os seus proprietários continuem pertencendo indiscutivelmente ao grupo dos fazendeiros.

As classes de áreas adotadas no quadro constante da página 47 poderão, pois, ser interpretadas de maneira a se considerarem grandes fazendas as superiores a 5.000 ha, médias as que vão de 2.500 a 5.000 ha e pequenas as de 1.000 a 2.500 ha. Entre as grandes existe uma, em Júlio de Castilhos, que se coloca à parte pelas dimensões totalmente divergentes, abrangendo 21.000 ha. Entre as pequenas há algumas que em sua estrutura se aproximam das médias, e outras que mais parecem fazendolas.

Em face do que foi dito acima, as indicações que a seguir daremos com relação à vida nas fazendas deverão ser entendidas como relativas aos estabelecimentos de 1.000 ha ou mais. Quando fizermos referência às classes de tamanho dos estabele

cimentos, teremos em mente não apenas a área total em si, mas também as características estruturais que fazem com que a opinião geral os inclua em um ou outro grupo (1) .

Instalações

Tôdas as propriedades são cercadas com arame farpado ou liso. Porteiras de tábuas - ou de arame, nos estabelecimentos menores - facultam o acesso. A qualquer pessoa é lícito franqueá-las, contanto que volte a fechá-las para impedir a evasão do gado. Ao se aproximar da sede encontrará o visitante outra cêrca que veda a invasão do recinto domiciliar não somente ao gado, mas também à pessoa visitante . Esta deve chamar a atenção de algum dos moradores, gritando "ó de casa!", ou batendo do palmas, ao que será prontamente convidado a entrar, o que fará pedindo licença, ainda no próprio ato de abrir a porteira. Não havendo homem presente na casa, poderá acontecer ao visitante estranho à família ser atendido a distância por mulher ou criança que lhe informará da inconveniência da visita antes da volta do fazendeiro. Neste caso, se insistir, obterá o visitante licença para se aproximar, mas dificilmente para penetrar na própria casa.

O recinto domiciliar é geralmente constituído da casa do fazendeiro ou administrador, da casa do capataz, e das coxheiras e galpões. Nestes últimos há acomodações para os peões solteiros. Todo êste conjunto é abrigado de sol e vento por um grupo de cinamomos e, eventualmente, por um pomar, no qual predominam as laranjeiras e bergamoteiras.

A casa do fazendeiro é de alvenaria, variando o grau de conforto com o nível econômico do morador. Raramente faltará o gerador de luz elétrica, movido por cata

(1) Muitas informações sobre a vida pastoril no Rio Grande do Sul são encontradas em: Dante Laytano, A Estância Gaúcha.

vento, o rádio, a geladeira, e praticamente todo o conforto da casa que o fazendeiro tem ou poderia ter na cidade.

O capataz tem casa modesta, mas geralmente também confortável, de alvenaria ou de madeira. A acomodação dos peões solteiros, ao contrário, é simplíssima. Ora há quartos pequenos, com várias camas muito rústicas, ora os peões estendem os seus pelegos em qualquer canto sossegado do galpão, com ou sem tarimba. Fazem suas refeições em um refeitório especial, não raramente junto à cozinha do capataz. Nunca falta no galpão um lugar próprio para acender um fogo destinado ao aquecimento nos dias frios e ao preparo do chimarrão. Alguns dos peões solteiros encontram hospedagem na casa do capataz. Os peões casados dispõem de casas próprias para as suas famílias, quando não são "caseiros" que moram em dependências da casa do fazendeiro.

Estrutura Funcional

A estrutura funcional da fazenda apresenta, em teoria, quatro níveis hierárquicos. O fazendeiro, proprietário ou arrendatário, dirige a empresa e a administração, podendo nesta última função ser assistido ou substituído por um administrador. A administração compreende a iniciativa de ordenar a realização dos serviços fundamentais (ver adiante pág. 74 s.) e extraordinários, a fiscalização dos mesmos, e o atendimento dos assuntos relativos ao pessoal.

Ao capataz cabe a direção efetiva dos trabalhos da fazenda mediante participação direta. Os peões realizam os serviços específicos de que são encarregados, variando o grau de autonomia que lhes é concedida entre o extremo da atividade simplesmente auxiliar e o outro extremo de uma independência quase igual à do capataz.

Na realidade, as atribuições dos quatro níveis se confundem; o fazendeiro é muitas vezes seu próprio administrador e, quando sua propriedade é pequena, chega a

exercer funções de capataz; o capataz que dispõe de poucos peões executará serviços próprios destes, ou, ainda, se for inteligente e esclarecido, ocupará uma posição quase equivalente à de administrador; o peão, finalmente, adquire autonomia à medida que as necessidades de serviço e suas capacidades o favorecem.

Em certas ocasiões, é convocado pessoal avulso, adicional. Sobressaem os trabalhos de construção de aramados (cercas) executados por trabalhadores especializados, e os de agricultura nas épocas de maior acúmulo de serviço, como são a lavoura e as colheitas. Para determinados serviços pastoris recorre-se não raro ao auxílio recíproco entre vizinhos. Isto ocorre mais freqüentemente quando se trata de conduzir o gado ao banheiro ou de apartar as reses a serem vendidas.

Os Fazendeiros

Os fazendeiros de Júlio de Castilhos não são apenas proprietários, mas realmente exercem as atividades pastoris como profissão. Embora muitas residam na cidade, são raros os que exercem outra ocupação. Entre os que o fazem contam-se quatro dos cinco médicos da cidade. Três dos fazendeiros são agrônomos formados. Vários exploram fazendas arrendadas, além das próprias. Os administradores, onde existem, são geralmente membros da família; são mais assistentes dos seus patrões do que gerentes.

Quem examinar o rol das fazendas maiores e dos seus proprietários, perder-se-á em um emaranhado de relações de parentesco e de linhas de herança, pois a maioria pertence a pequeno número de famílias ligadas por conúbio e acrescidas de genros de fora. Um número menor de propriedades está na mão de pessoas não ligadas a este grupo de famílias. Como no processo das sucessões várias fazendas foram divididas e outras surgiram pela fusão de parcelas de origens diversas, seria difícil traçar a evolução que levou ao atual estado.

De alguns latifúndios que ainda existiam no início deste século, resta apenas a lembrança: como o dos Mello, no atual 2º Distrito, e o dos Padilha no 4º. Ambos abrangiam, além de vastos campos, áreas cobertas de matas. Enquanto os campos hoje constituem fazendas menores, dentro dos padrões que atualmente prevalecem no município, as matas foram parceladas e estão ocupadas por "colonos", pequenos proprietários-lavradores, de quem nos ocupamos em capítulo posterior.

Assim sendo, constituem os fazendeiros de hoje um grupo de estrutura praticamente igualitária. Os que entre eles sobressaem, não o devem tanto a riquezas herdadas, mas sim a sua posição no seio do sistema familiar, ou a sua atividade profissional como criadores ou ao grau de interesse que tomam pelas iniciativas coletivas, concentradas, mormente, na Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados.

Resta mencionar que o campo de ação de numerosos fazendeiros ultrapassa os limites do município de Júlio de Castilhos, entrando para os de Tupanciretã, Cruz Alta, Santa Maria e, em casos esporádicos, mais longe ainda. Está clara, porém, a linha divisória entre os castilhenses que são também proprietários em outros municípios, e os pouquíssimos moradores de outros municípios que são proprietários no de Júlio de Castilhos. Todos aqueles que moram na cidade ou no interior dos 1º, 2º, 3º e 4º Distritos formam um grupo coeso. Apenas os do 5º Distrito e uma família proprietária na parte setentrional do 1º orientam-se mais para a cidade de Tupandiretã.

Peões e Capatazes

Os trabalhos afetos aos peões dividem-se em duas categorias principais: pastoris e agrícolas. Aquêles é que correspondem à atividade tradicional que tão grande papel desempenha nas tradições do povo gaúcho, enquanto estes deram origem, nestes últimos 40 anos, a um corpo de trabalhadores cuja importância vem crescendo com o desenvolvimento das atividades agrícolas nas fazendas. Na realidade, a linha divisória

sória entre as duas categorias não é clara; elas tendem a se confundir cada vez mais, pois muitos peões exercem atividades pertencentes a ambos os setores e, além disto, as ocupações mais bem remuneradas da lavoura mecanizada, de tratoristas e mecânicos, tendem a atrair elementos originários do setor pastoril.

Entre os serviços pastoris distinguem-se várias especializações. O cabanheiro é o peão encarregado dos cuidados dos bovinos e cavalos mantidos em estábulo. Os campeiros param rodeio para a distribuição do sal e para a revisão periódica do gado. Laçam os bovinos que apresentem bicheiras, cuja cura realizam no próprio campo, e lhes aplicam os curativos; para isto é preciso derrubar os animais, o que exige o esforço conjunto de vários homens. Em certas fazendas, estes curativos são feitos na mangueira, dispositivo que dispensa a derruba. Ao contrário da condução ao rodeio, a qual exige quase só vigilância, pois o gado se dirige espontaneamente para o rodeio, bastando alguns gritos para pô-lo em movimento, o caminho ao banheiro é muitas vezes longo e desconhecido do gado, requerendo maior interferência dos peões encarregados. Além disto, ao entrar na mangueira, muitos animais se rebelam, devendo ser introduzidos individualmente. É feito nas mesmas condições o aparte do gado a ser vendido. Cabe, ainda, ao campeiro o consêrto de aramados (cuja construção é feita por pessoal avulso, especializado). A doma de potros requer habilidade toda especial, e o bom domador tem esta qualidade em conta de galardão de honra.

As grandes fazendas colocam em pontos afastados da sede peões, denominados posteiros, encarregados da vigilância de determinada área do estabelecimento. Estes e os caseiros, encarregados dos cuidados da casa do fazendeiro, são os que mais facilidade têm de constituírem famílias. O mesmo acontece com os capatazes que são quase sempre casados. O cargo de capataz costuma ser preenchido por peões experientados, de confiança, inteligência e tirocínio. Principalmente nos casos em que o fazendeiro mora na cidade, esse cargo envolve responsabilidades consideráveis e, em

contrapartida, é recompensado com vantagens especiais além do ordenado, tais como a cessão de uma área de campo para a criação de lavoura, uso dos reprodutores da fazenda para a criação própria, e gratificações anuais.

A Distância Física como Determinante da Vida Social

Vencer distâncias é uma componente fundamental das atividades na fazenda. O cavalo leva o pessoal ao local do trabalho, e este mesmo consiste quase sempre, totalmente ou em parte, em deslocamentos do cavaleiro e em transporte do gado.

Da mesma forma, impõe a extensão das fazendas um cunho peculiar às relações do seu pessoal com o mundo exterior. Aos domingos, os peões cavalgam muitos e muitos quilômetros até chegarem à "bodega" mais próxima para, gozando o convívio de companheiros vindos de outras fazendas, "tomar um trago" e praticar jogos de cartas ou "boccia". Maiores ainda são, via de regra, os percursos a serem vencidos nas idas à cidade com o fim de fazerem compras e de procurarem os divertimentos próprios de solteiros. Médicos e farmácias só podem ser encontrados na cidade; a igreja é pouco procurada - em grande parte, exatamente, por ser a cidade visitada em geral durante a semana, quando o comércio se encontra aberto. Para as crianças das famílias que têm a felicidade de morar em pontos próximos de aglomerados de pequenas propriedades, a escola rural, assim mesmo, fica a considerável distância. São poucas as escolas nestas condições, e as demais famílias são obrigadas a mandar os seus filhos para vilas ou cidades, se lhes querem proporcionar alguma instrução formal.

Para o abastecimento, o transporte de doentes e uma ou outra ida à cidade, está à disposição o automóvel, a camioneta ou o caminhão da fazenda. No mais, é o cavalo o meio de transporte geralmente usado.

Estas condições ecológicas influem profundamente na mentalidade do morador dos campos. Em vez de prêso a pequena área de terra, como acontece com o agricultor das zonas montanhosas, vagueia livremente, sem se deixar fixar em posições definitivas, nem no sentido espacial, nem no social. A estrutura social em que vive é frouxa, expondo-o a pouco contrôlle e impôndo-lhe raras obrigações. Mesmo aquelas que resultam da relação de trabalho com o patrão podem sempre ser, e são freqüentemente interrompidas. As qualidades de que se orgulha são de natureza individual : habilidade, coragem, vigor, garbo , liberalidade.

O campeiro clássico, de mentalidade quase feudal, que se considera "homem do coronel Fulano" (embora transfira, ao menos hoje em dia, sua lealdade periodicamente de um patrão a outro dentre um certo grupo de fazendeiros) vem-se tornando raro. Não sabemos dizer se o número de tais elementos realmente está diminuindo, ou se o aumento do número de fazendas por divisão lhes intensificou a procura. É um tipo pitoresco que, se do patrão ocasionalmente aceita uma palavra ríspida, de outra pessoa qualquer, de forma alguma a tolera. O seu trabalho dá-lhe oportunidade para a demonstração de habilidade, força e audácia, principalmente quando se trata de lançar gado no campo, ou de domar potros. Aos domingos e nas visitas à cidade apresenta-se garboso, em trajes vistosos. Bota bem cuidada com grandes esporas, bombacha vasta, cinto largo com o infalível facão em bainha de prata, tirador de couro de capivara ou veado, lenço ao pescoço, chapéu de aba larga com barbicacho atado por baixo do queixo; no inverno pala ou poncho. O resto da indumentária será citadina: camisa clara, paletó. Solteiro e vivendo na fazenda, o ordenado lhe serve, precisamente, para as despesas do convívio social, nas quais faz questão de demonstrar liberdade. Gosta da móbilidade, não apenas daquela que o serviço envolve: quando o capataz menos espera, um belo dia pede as contas e procura outro emprêgo onde passará meses ou anos, voltando quando lhe apraz. É sempre bem recebido nas fazendas onde já trabalhou .

Os elementos novos na profissão, de mentalidade já influenciada pela vida citadina, no convívio social lhe imitam as atitudes. Toda a peonada é, pois, altamente instável.

A Agricultura na Fazenda

A maioria dos fazendeiros sempre procurou produzir os mantimentos básicos para o próprio sustento e o do seu pessoal: milho, mandioca, trigo, batatinha, batata doce, arroz. Em tempos passados, segundo nos contaram velhos fazendeiros, tais lavou - ras eram feitas na zona das matas, hoje ocupadas por "colonos". Aquêles fazendeiros (e eram muitos) que não dispusessem de tais terrenos na própria estância, obtinham nos por arrendamento, deslocando-se às vezes a grande distância, na época de fazer a roça e lavoura, e novamente para a colheita.

Hoje, talvez devido ao parcelamento dos latifúndios que dispunham de matas, as lavouras são feitas no próprio campo. Onde o pessoal é pouco numeroso, os próprios peões de criação executam os trabalhos necessários. Em outros estabelecimentos existem peões especializados nos serviços agrícolas.

O incremento da triticultura, fomentada pelo governo, teve poderosa influência sobre os métodos agrícolas. Despertando o interesse pela agricultura como fonte de renda, e facilitando a aquisição de máquinas modernas, esta nova modalidade de cultura abriu o caminho para a remodelação de todo este setor de atividades. Muitas "empresas", isto é, estabelecimentos monocultores de trigo, formaram-se nas fazendas, exploradas pelos proprietários ou por arrendatários. Alguns anos depois do começo da "corrida ao trigo", uma série de más colheitas obrigou muitos dos "empresários" (2) a reconsiderarem a sua posição, levando alguns a abandonar a agricultura, e outros

(2) Denominação regional do empreendedor de lavoura em regime de exploração racionalizada.

a introduzirem o cultivo em maior escala dos produtos tradicionais: milho, arroz, e de outros modernos: linho, soja e forrageiras. A maior produção de milho e forrageiras, por sua vez, aponta os rumos à intensificação da atividade pastoril, visando maior produção em áreas menores.

A triticultura, ela mesma, não deixa de ter, ainda hoje, numerosos partidários, e enquanto que a "Estação Fitotécnica da Serra", do governo estadual, se empenha no cultivo de novas variedades, resistentes aos fungos, lavradores vêm-se convencendo da necessidade de uma rotação de culturas, que conserve a fertilidade do solo, e de obras de terraceamento, que evitem a erosão. Esta, não sendo tomadas precauções, é de ação tremenda sobre o solo ocupado por trigo, pois esta cultura não opõe, durante o inverno, praticamente, nenhuma resistência à ação das chuvas torrenciais.

2- A Pequena Propriedade Campesina

A Fazendola

O estabelecimento de pecuária com menos de 1.000 ha é, técnica e economicamente, uma réplica em ponto menor da fazenda. As atividades fundamentais, agrícolas e pastoris, são as mesmas, variando, porém, a escala em que são realizadas e consequentemente, o ambiente social em que se desenrola a vida dos moradores.

Seria difícil fixar o limite inferior da área da "fazendola", pois ela se confunde com a "chácara", que é um pequeno estabelecimento agrícola. Quanto menor a fazendola, tanto maior a importância relativa que nela assume a lavoura.

O pequeno criador tem bem mais vivo que o morador das fazendas grandes o senso das relações de vizinhança. A proximidade das moradas e a frequente necessidade de assistência mútua por escassez de pessoal próprio em cada estabelecimento, multiplicam as oportunidades para contactos entre as famílias. A propensão para a mobili-

dade pessoal - esta sim, igual à que encontramos entre os peões de fazendas - faz com que mormente os homens, façam amplo uso de tais oportunidades. O fato de que muitas das pequenas propriedades se originaram pela divisão entre herdeiros de outras maiores causou em muitos lugares a coincidência entre relações de vizinhança e de parentesco, o que ainda contribui para intensificar estes contactos .

No 5º Distrito é bem manifesto o predomínio das pequenas propriedades de criação de gado, pois entre cerca de 230 propriedades existentes (e praticamente todas ocupadas) no campo daquele distrito, apenas 4 fazendas ultrapassam as 20 Quadras ~~1/4~~ (1.740 ha) e 10 as 10 Quadras (870 ha). Assim é que entre os criadores desse distrito se desenvolveu um vivo intercâmbio social, feito de visitas, prestação de serviços recíprocos, conversas de estrada e de venda. Formou-se, pois, um tipo de homem que às qualidades do campeiro de estância alia a segurança de atitudes resultante da independência econômica. No seu convívio não respeita diferenças de posição social; apenas os defeitos pessoais podem excluir alguém das reuniões alegres que de vez em quando se organizam .

Tais festas, regularmente frequentes, promovem um ambiente de convivência cordial por todo aquele pequeno mundo que é a parte plana do 5º Distrito. Os contactos cotidianos, como já dizíamos, completam este quadro. Pouco se sabe das instituições formais. Dos poderes seculares tem-se notícia na época do pagamento de impostos e nas campanhas eleitorais. A igreja só recentemente se faz presente por missas quinzenais na capela da vila .

A escola estadual na vila e as municipais no campo são acessíveis a todas as crianças. Alguma lacuna que houver - o parece haver - na rede escolar poderá ser preenchida nas mesmas condições que prevalecem nas outras partes do município ocupadas por pequenas propriedades .

Divergindo do quadro geral acima traçado, encontramos em nossas andanças pelo 5º Distrito três proprietários que, ao lado de regular criação, desenvolvem uma agricultura complexa do tipo comum na "serra". Dois deles, de origem alemã e procedentes da região "colonial", transportaram para o campo o modo de vida e os processos de trabalho do seu ambiente de origem. O terceiro, de origem "lusa" e natural do mesmo lugar onde continua residindo, bem compensaria um estudo do caso. Homem modesto e de pouca instrução, cria os numerosos filhos no mesmo regime de trabalho costumeiro na "colônia". Aproveita o leite para a fabricação de manteiga e queijo. É, enfim, um caso perfeitamente anômalo sem que nos fôsse possível descobrir, no decorrer da nossa entrevista com ele, as raízes deste desvio dos padrões da cultura local.

Estilo de Vida

O grupo doméstico dos pequenos criadores costuma abranger apenas duas gerações, havendo de vez em quando filhos de criação. A casa tem em média 5,5 cômodos, com 1,1 pessoas por cômodo. É de alvenaria ou madeira, mais frequentemente sem ferro, mas em geral assoalhada. Como cobertura, a telha é usada quase exclusivamente. As casas, muitas vezes rodeadas de arvoredo que as protege do sol e do vento, são geralmente baixas. O ferro, quando existe, segue frequentemente os planos do telhado em vez de ser horizontal; com isso se ganha espaço útil. O soalho é normalmente limitado à sala e ao dormitório; a cozinha, na parte posterior da casa, tem como piso o chão nu ou coberto de tijolos - aparentemente por precaução contra o perigo de incêndio. A privada é raríssima no 5º Distrito e não obrigatória no 1º. A água provém de fonte (muitas vezes uma nascente barrenta no campo) ou de poço manual. Nunca encontramos chuveiro; banheira, raramente.

A iluminação predominante é a de lampeão a querosene, não sendo, porém, ex-



cepcional a luz elétrica produzida por catavento próprio. Se o número de rádios encontrados é superior ao das casas com luz elétrica, isto decorre do uso de acumuladores. Ferro de engomar e máquina de costura existem em quase todas as casas. Mesmo os relógios de parede ou mesa, se não são de uso geral, não são tão raros quanto em alguns outros setores do município.

A mobilidade característica do campeiro é acentuada ainda pelo fato de que cerca de metade dos pequenos criadores, chefes de famílias e suas esposas, são naturais de outros lugares. Esta circunstância explica, talvez, a ausência de terceira geração na quase totalidade dos domicílios inquiridos. A taxa de analfabetismo dos pais de chefes de famílias, regularmente módica (3), não pode ser interpretada em termos de oportunidades educacionais locais, em virtude de ser elevado o número de imigrantes provindos de outros municípios. Quanto aos filhos, a situação - a julgar pela nossa amostra - parece não ser das melhores, nem das piores no município. A participação em associações formalmente organizadas e a leitura são praticamente nulas.

A alimentação é semelhante à usual nas fazendas, sendo entretanto mais raro o consumo de carne de gado. Reduz-se, portanto, a arroz, feijão, mandioca, canjica, batata doce e inglesa, ovos e linguiça, carne de porco e galinha, pão e café. A quase completa falta de verduras e frutas, também observada nas fazendas, talvez seja compensada pelo chimarrão, largamente consumido.

Os filhos menores têm pouca oportunidade de colaborar nos trabalhos rurais (ao contrário do que mais tarde veremos acontecer entre os agricultores da "serra"), o mesmo se dando com a mulher, que passa os seus dias em casa. Só os rapazes já adolescentes é que se integrarão na vida do trabalho.

(3) Um terço de amostra de 44 pessoas.

Pequenos Agricultores

A agricultura é considerada pelo campeiro uma ocupação secundária. Quando predomina na economia de um pequeno estabelecimento rural - exceto em casos divergentes da norma, como aquêles que mencionamos acima - é indício de estabilidade ^{econômica} precária. Existe tãda uma gama de variedades de tal situação, indo do quase-criador , com 10, 20, 30 cabeças de gado e alguma lavoura, até ao pequeno proprietário sem gado nenhum, o qual, não apurando na lavoura recursos suficientes para a sua manutenção, emprega parte do seu tempo trabalhando como peão .

Em tôdas estas constelações, falta ao pequeno agricultor uma segura orientação na sua vida de trabalho. Dispersando a sua atenção entre atigidades de natureza diversa, em geral não obtém resultados satisfatórios em nenhuma. Não podendo ser nem criador, nem bom agricultor, nem bem proprietário, nem bem peão, vacila entre os padrões sociais vigentes para tôdas estas categorias. Se à nossa pergunta sôbre satisfação no trabalho a maioria das pessoas nestas condições respondiam afirmativa^{mente}, era quase sempre perceptível o tom de resignação com que o faziam .

A insegurança do seu sistema de valores sociais, manifesta-se nos homens , freqüentemente, em certa apatia: o uso do chinarrão se torna comumente um verdadeiro vício. As mulheres, sob a influência dos costumes vigentes no campo, desprezam o trabalho físico mais ainda do que os homens, participando raramente e muito a contragosto nos trabalhos de lavoura .



CAPITULO VI

A "Colônia"



1- A Economia "Colonial"

O sentido em que o termo "colono" é empregado no Rio Grande do Sul diverge do que lhe é atribuído em algumas outras partes do país. Entende-se, aqui, por colono o proprietário de pequeno estabelecimento agrícola, chamado "colônia". Este termo, por sua vez, significa no Rio Grande do Sul o seguinte:

Primeiro, o conjunto de um grupo de imigrantes ou seus descendentes, com as terras que ocupam. Assim, fala-se da "colônia velha" e da "colônia nova" no Rio Grande do Sul, da "colônia italiana" e da "colônia alemã" no município de Júlio de Castilhos, ou da "colônia da Linha 7" no 3º Distrito e da "Colônia Nova" no 2º .

Segundo, o lote atribuído inicialmente pelo governo a imigrante estrangeiro, medindo 20 a 25 hectares. Neste sentido continua sendo usado o termo "colônia" como medida de área, dizendo-se, por exemplo, que um determinado "colono" possui duas "colônias" .

Terceiro, a propriedade colonial, qualquer que seja a sua extensão, havendo "colônias" grandes e pequenas, e podendo os proprietários ser também de origem "lusa".

Neste último sentido (que é o atribuído ao termo no início deste Capítulo) , a "colônia" define-se por uma série de características:

1º Localiza-se em terreno originariamente coberto de mata, no qual a área cultivada é obtida por derrubada ,

2º É propriedade pequena, variando a extensão de acordo com as condições de relevo locais, em Júlio de Castilhos nunca ultrapassando 200 hectares, sendo mais frequentes as áreas de 20 a 100 hectares .

3º É explorada pelo proprietário com sua família domiciliar, compreendendo pessoas ligadas entre si por vínculos de parentesco ou conúbio, e um ou outro agregado. Ocorrem casos em que partes de "colônias" são cedidas para exploração a agregados que moram separados e formam estabelecimentos agrícolas semi-independentes. Neste ponto, torna-se vacilante a definição do termo "colônia".

4º Fornece toda a alimentação indispensável à família; alguma sobra dos produtos vegetais ou animais é destinada à venda, a fim de que, com o numerário apurado, possam ser adquiridos instrumentos de trabalho, roupa, utensílios domésticos, alimentos complementares e outras comodidades.

São estes os elementos necessários à definição do termo "colônia". Outros traços são considerados normais, encontrando-se com grande frequência em Júlio de Castilhos. Entre eles o mais óbvio é a cultura do milho. Este cereal constitui em verdade o esteio da economia colonial. Fornece alimento básico para o homem e os animais (porcos, bovinos e galinhas). Quase igualmente frequente e, pelas mesmas razões, é a mandioca. Ocorrem ainda, cultivados principalmente para consumo próprio e venda apenas eventual de sobras, o arroz, o feijão, o trigo, a batata doce, a batata inglesa, a cana e, entre os descendentes de italianos, a uva.

Entre os produtos primordialmente cultivados com fins mercantis sobressai o fumo, ocupando ainda posição de destaque a batata e o trigo; são produtos que fazem a (relativa) prosperidade de áreas limitadas. Todos os demais produtos podem assumir caráter mercantil, segundo as condições prevaescentes em cada colônia.

De animais, encontram-se normalmente o porco, a galinha, o boi de tração e, frequentemente, a vaca de leite.

A economia "colonial" existe em função do mato e produz à custa dele. A camada de húmus, formada no decorrer de séculos no fundo das florestas, é posta a descoberto pelo machado e pelo fogo, que reduz às suas componentes minerais a matéria

orgânica de árvores e arbustos. Os primeiros anos de cultura são a lua de mel do colono com a terra. Aos poucos, a fertilidade do solo decai, e no fim de um prazo que, em terreno acidentado, varia entre 3 e 12 anos, alcança o limite inferior da rentabilidade econômica. A terra "não dá mais" e precisa "descansar". É abandonada e, espontaneamente, cresce a "vassoura" (planta arbustiva), formando uma capoeira que, no decorrer de alguns anos, reconstitui em parte a produtividade do solo. Após 3 anos, ao menos, e tantos mais quantos a disponibilidade de outras terras permite, a capoeira é queimada e um segundo ciclo de culturas tem o seu início, este já mais curto e de rendimento inferior ao primeiro. Segue-se novo "descanso", novo ciclo de culturas, e assim por diante até que a produção, cada vez menor, não compensa mais o esforço empregado. É ao aproximar-se deste ponto que o colono trata de adquirir terras em zona "nova" na bacia do Uruguai ou no norte do Paraná, para si ou para seus filhos. Os que não conseguiram acumular em tempo o capital necessário para isso, serão fácil presa de desânimo e de um conformismo que ainda mais os priva da capacidade de recuperação econômica.

A rapidez do esgotamento das terras depende, principalmente, de dois fatores: da própria composição e estrutura do solo por um lado, e da posição topográfica por outro. As terras mais duráveis são aquelas que, cobertas de grossa camada de húmus, apresentam declive suave ou nenhum. Ao contrário, as que, com camada de húmus mais fina, se situarem em declive forte, terão os seus elementos nutritivos não somente exauridos em virtude do próprio consumo de matéria mineral pelas plantas cultivadas, mas ainda serão rapidamente erodidas pela ação da chuva e do vento.

São os mais pobres, quer proprietários, quer agregados, que lavram à enxada os "peraus" mais íngremes e nêles plantam culturas que, não requerendo lavra profunda, por outro lado são as que menos protegem o solo contra a erosão: o milho e o trigo. Ouvimos um colono assim se referir a outro, caracterizando com compassiva ironia

os seus ingratos trabalhos: "Vi aquele homem plantar trigo de espingarda"; não poucos lugares, realmente, nos pareciam quase inacessíveis e assim mesmo apresentavam culturas. Não se pense, entretanto, que as terras privilegiadas por declividade suave são livres de erosão. Apenas, esta se processa mais devagar, e embora pouco se usem técnicas de proteção intencional do solo, a própria lavra em horizontal - que se prefere por ser mais fácil e mais eficiente para a sementeira - é mais conveniente também, do ponto de vista conservacionista, do que a vertical. Ainda o uso de enterrar, arando, a resteva de milho, trigo e batata dá maior resistência ao solo contra a erosão.

O regime de exploração do solo que acabamos de descrever explica o fato de que somente uma pequena parte da área de qualquer propriedade se encontra sob cultura em qualquer dado momento.

Utilização das Terras na Colônia Itala (1)

	Categoria de áreas das propriedades coloniais (ha)						
	Até 10	10 a 20	20 a 30	30 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500
Média da área total (ha)	1,7	15,1	24,5	38,0	74,3	127,2	230,0
Média da área cultivada (ha)	1,0	7,1	9,1	10,8	15,2	25,5	20,0
Porcentagem de área cultivada	58,8	47,0	37,1	28,4	20,5	20,0	8,7

Outra circunstância que contribui para a prematura exaustão dos solos é o raro emprêgo de uma rotação racional de culturas. A boa técnica agronômica exige que se alternem plantações de cereais com as de leguminosas. Isto não ocorre, de na

(1) Segundo a amostra de 101 estabelecimentos.

neira consciente e sistemática, pois à população colonial falta o conhecimento necessário dela. Em realidade, a preocupação do colono é a de fazer seguir uma cultura a outra com o menor intervalo de tempo possível. Planta, então, após uma colheita, a quele produto, dentre os próprios da estação, de que necessitará para consumo e ven da. Enquanto cultiva uma área, não pensa na sua recuperação, pois para isto se reserva o "descanso" sob capoeira. As considerações agronômicas apenas entram em jogo quando se impõem de maneira absoluta: quando a terra "já não dá mais" para determinada cultura, ou então quando a ocorrência de uma praga torna evidente a inconveniência do plantio imediato da mesma espécie.

A aplicação de métodos recomendáveis de rotação de cultura requereria, além do conhecimento teórico das regras fundamentais, a elaboração de seqüências economicamente viáveis. Não basta que se saiba da conveniência de se plantar uma leguminosa em terra antes ocupada por milho, e não outra gramínea; é preciso articular a rotação de tal forma que resultem os vários produtos nas quantidades desejáveis para consumo e comercialização. Dificilmente se encontrará um colono que, desassistido, seja capaz de introduzir tão profunda modificação nos processos tradicionais de agricultura.

As vantagens da adubação já são mais conhecidas. Se ela não é empregada senão em culturas que visam à venda do produto, e mesmo nelas não é generalizada, isto decorre principalmente do custo dos adubos químicos. Além disso, o emprego eficiente desses adubos depende de prévia análise do solo, outra coisa alheia ao mundo mental da maioria dos colonos que tendem a supor que "adubo" serve para "adubar", como dinheiro serve para comprar, sem distinção das circunstâncias de cada caso. A adubação verde é empregada quando não há outro uso mais tentador para determinada ra magem, mas raramente ou nunca se cultiva, por exemplo, uma leguminosa, com o fim ex clusivo e premeditado de enterrá-la verde. A própria palha de milho e trigo é muitas

vêzes queimada em vez de ser incorporada inteira à terra, apenas para apressar o preparo desta para nova cultura. Esta praxe, entretanto, já é condenada por muitos colonos mais esclarecidos, justificando-se, por outro lado, quando a palha é portadora de doenças, como freqüentemente ocorre com a do trigo.

2- A Colônia Itala

Descendentes de italianos ocupam quase todo o 3º Distrito (Nova Palma), grande parte do 2º (Ivorá) e parte do 4º (Pinhal Grande). A bom da simplicidade terminológica, chamaremos a seguir de italos êstes brasileiros que na maioria, além do português, ainda falam dialetos italianos, mais ou menos misturados com expressões brasileiras, mas que pouco ou nada sabem do país de origem dos seus antepassados.

A colônia itala de Júlio de Castilhos pertence a três paróquias: à de Ivorá, à de Nova Palma, e à de São José dos Pinhais. Esta última é a mais recente delas, criada em 1941, e a própria imigração itala no seu território só se iniciou em 1917. Assim acontece que a cultura e a sociedade italas são mais coesas nas outras duas.

Nos trechos de nossa exposição em que se trata de aspectos culturais e sociais, teremos em mente as condições prevaletentes naquelas partes das paróquias de Ivorá e Nova Palma, em que as colônias italas existem em relativo isolamento.

Três vilas e simultaneamente sedes de paróquias centralizam a vida administrativa, eclesiástica e comercial da colônia: Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande. A população de origem italiana está dispersa sobre toda a área colonial, ocupando pequenas propriedades, cuja área varia entre 10 e 200 ha. Centros secundários constituíram-se em torno de algumas capelas; junto a essas capelas e dentro delas funcionam escolas primárias, municipais ou estaduais, e em suas proximidades se localizaram, freqüentemente, casas comerciais.

O mais importante dêstes núcleos secundários é o da Linha 7, no 3º Distrito,



cuja denominação se deriva de uma das linhas demarcatórias traçadas por ocasião da colonização, indicando o número 7 a distância aproximada, em quilômetros, da linha base (vila). Nela existem uma capela grande, com salão paroquial e casa canônica, um grupo escolar, duas casas comerciais fortes, dois proprietários de trilhadeiras com oficinas próprias, uma sapataria próspera que não só conserta mas também confecciona calçados e outros objetos de couro, e vários trabalhadores especializados, como o pedreiro, o sapateiro remendão, o barbeiro, o fabricante de vassouras, o dono de caminhão de frete, o açougueiro.

No Quadro abaixo indicamos a distribuição de capelas, escolas primárias e comerciantes nas colônias compactas, itálas, nos 2º e 3º Distritos:

Quadro 9

Localização de capelas, escolas e casas comerciais nos 2º e 3º Distritos

Local	Capela	Escola	Casa Comercial
<u>Ivorá</u>			
Linha 1	x	x	
3 Mártires	x	x	x
Piruva	x	x	
S. Francisco do Pinhal	x	x	
São João	x	x	x
Linha 5	x	x	
L. 5 (afast. da Cap.)		x	
L. 5 (" " " e Esc.)			x
Rincão S. Antônio		x	
Rincão dos Fréos		x	
Linha 7		x	
Linha Venturini		x	
Bom Retiro		x	
<u>Nova Palma</u>			
Linha 3	x	x	x
Linha 7	x	x	x
Linha 11	x	x	x
Linha Base	x	x	x
Novo Paraíso	x	x	x
Linha Soturno		x	
Canhemborá +)		x	
Linha 5	x	x	x
Capela dos Cocco		x	
Linha 1		x	
Santi		x	
Rincão do Bugre		x	

+) Não se confunda este local com o núcleo teuto honônimo.

Casa e Família

Embora as casas da colônia itala não obedeçam a um padrão único, é possível indicar algumas características fundamentais. Assim, ela é assoalhada, tem fôrro de madeira e cobertura de telhas. Em casas mais velhas, ainda se encontra cobertura de taboinhas, a qual, porém, tende a ser substituída por telhas. Como material de paredes predomina a madeira. O colono abastado usa tijolos ao construir residência nova e melhor. Encontramos casas de tijolos, já bastante antigas, muito freqüentemente providas de vasto porão para a guarda de mantimentos e de pipas de vinho. Em casas de alvenaria novas ainda ocorrem porões, mas não com a mesma freqüência.

É tradição fazer as casas de madeira em dois corpos distintos, um abrigando cozinha e refeitório ("varanda"), outro alinhando os quartos de dormir dos dois lados de um corredor central que vai da porta de entrada até o lado oposto do prédio. Tal corredor pode ser alargado de forma a representar outra sala, além da varanda. Se tal acontece, é em suas paredes que se colocam as fotografias de família, as estampas de santos, os diplomas de associações religiosas, as paisagens litografadas. Nas casas mais simples e que não disponham de tal sala, todos estes adornos são aplicados na varanda.

Nas casas de alvenaria, muitas vezes se conserva a localização separada da cozinha, ou então esta se anexa, geralmente nos fundos da casa, ficando junto dela a varanda, enquanto a sala se localiza perto da porta de entrada. Tanto nas casas de madeira como nas de tijolos, a sala pode ocupar o lugar do primeiro quarto, à direita ou à esquerda da porta de entrada. Esta, assim mesmo, costuma conservar a sua posição central na fachada. Exceção feita para algumas das casas mais pobres, há um alpendro que protege ou apenas a porta, ou então toda a frente da casa, permitindo, nesta última hipótese, que se coloquem cadeiras para repouso e conversa ao abrigo do sol.

Entre os prédios mais velhos encontram-se alguns assobradados, muitos deles de pedra, grandes blocos maciços cuja forma se reconhece nas casas de madeira em outras colônias itálicas (2). Em Júlio de Castilhos, porém, são raras e não se constroem mais.

Em torno da casa agrupam-se galpões, paiol, chiqueiro, galinheiro, forno de assar pão. Só nas casas mais confortáveis, existem banheiro e privada no corpo da casa. A banheira é quase desconhecida e a privada, quando existe, em geral não passa de uma "casinha" no fundo do quintal. Não havendo água encanada, o chuveiro consiste de um pequeno tonel em cuja parte inferior se soldou um crivo, igual aos de regador.

Atrás ou ao lado da casa dificilmente faltará a horta de verduras, suficiente para suprir o consumo cotidiano. Na frente de muitas casas há algum canteiro de flores; árvores frutíferas ocupam qualquer lugar no terreno. Entre elas predominam a laranjeira, a bergamoteira, o pessegueiro, a ameixeira, a pereira.

A mobília é austera, principalmente nos quartos, em geral apenas equipados com camas e, no máximo, alguma mesinha. As camas são boas e no inverno bem providas de acolchoados. O equipamento da varanda é rústico, composto de mesa, banco e algumas cadeiras com assentos de palha de milho ou de tábuas. Na cozinha o fogão é de fabricação industrial, com chaminé; há um guarda-louça e, em muitos casos, uma pia feita de madeira, de forma retangular e de um a dois metros de largura. O único cômodo de caráter representativo, e assim mesmo só em algumas casas, é a sala. Além de ser ornada de fotografias e estampas, como já indicamos, recebe às vezes mobília considerada elegante, o que vale dizer, fabricada em série. As donas de casa que mais carinho lhe dedicam, enfeitam-na com flores artificiais e bibelôs. Estas salas parti

(2) Vimos casas de madeira, alvenaria ou pedra, com esta forma, na área situada entre Caxias e Erechim, no Rio Grande do Sul.

cularmente representativas terão quase sempre o soalho pintado .

O suprimento de água provém de poço ou fonte de onde é, pela maioria dos colonos, carregada para casa em baldos. A iluminação elétrica de rede geral é reservada a poucos núcleos favorecidos. Na Linha 7, tôdas as casas visitadas a possuíam e uma só não tinha rádio. Fora dêste povoado, em 103 casas visitadas, encontramos apenas 32 rádios, o que é facilmente compreensível, considerando-se a dificuldade que o colono encontra para manter as baterias dos mesmos carregadas. Ferros de engomar e máquinas de costura existem em quase tôdas as casas. Também em quase tôdas se encontra rá o cavalo cojo principal meio de transporte pessoal.

A família do colono ítalo é numerosa. Sob o mesmo teto vivem, com o chefe da família e sua esposa, todos os filhos que ainda não se emanciparam, e os netos, filhos dêstes. Entre os grupos familiares de nossa amostra, o mais numeroso tinha 15 pessoas, o menor tinha 2; a média de pessoas por domicílio foi de 7,9 .

A emancipação dos filhos processa-se, normalmente, por casamento. Ao jovem casal dão os pais do noivo a assistência correspondente às suas posses e ao seu temperamento. Há os que, em sua própria terra, facilitam aos filhos a construção de casa própria, conservando-os incorporados no estabelecimento agrícola paterno. Em 8% das propriedades rurais de descendentes de italianos constatou o nosso inquérito a presença de filhos nestas condições. Outros cedem ao filho outra colônia de sua propriedade ou ajudam-no a adquirir terra própria de terceiros. Nestes casos, depende das condições econômicas e do grau de liberalidade do pai se esta ajuda é gratuita ou representa um empréstimo a ser pago em condições "de pai para filho". As filhas levam geralmente de dote apenas utensílios domésticos, o que, por ocasião do falecimento de um dos pais da nôga, facilmente provoca discórdia na partilha da herança .

Uma certa parte dos filhos, entretanto, abandona a terra natal, procurando sua independência em lugares afastados. Em nossa amostra de 114 domicílios encontra -

nos 51 casos de filhos homens que se fixaram fora dos respectivos distritos. Dentre eles 17 foram para a zona rural de outros distritos de Júlio de Castilhos ou de municípios limítrofes. Outros 17 dirigiram-se para zonas rurais ou vilas mais distantes (15 para a região riograndense das "Missões" e adjacências, e 2 para o Paraná), 12 para cidades diversas, e 5 para vilas de Júlio de Castilhos ou municípios limítrofes. Maior foi o número de filhas que deixaram o distrito natal: 76, 42 das quais estão agora na zona rural do mesmo município ou de municípios limítrofes, apenas 6 em zonas rurais distantes, 21 em cidades, e 7 em vilas de Júlio de Castilhos ou municípios limítrofes.

O regime familiar divide o governo da casa entre homem e mulher de tal forma, que ao homem cabe a autoridade maior e a representação para fora. Ele é quem trata dos negócios e participa da vida comunal. A mulher tem a seu cargo a economia doméstica. Na educação dos filhos não se observa clara divisão dos poderes entre ambos, predominando, embora, a ascendência da mãe sobre as filhas e os filhos pequenos, do pai sobre os filhos adolescentes e homens. A cooperação de todos os membros da família nas lides da lavoura, entretanto, tende a apagar qualquer rigidez de tais atribuições.

Toda a família participa dos trabalhos agrícolas. Aos homens cabem de preferência os serviços mais pesados, como o corte de mato, a lavoura a arado, a roça de capoeira; a mulheres e crianças, os mais leves. As mulheres têm o domínio exclusivo da casa e cozinha, sendo ajudadas pelas filhas e pelos filhos pequenos (até 10 anos aproximadamente). Na agricultura porém o acúmulo de serviço nem sempre permite que a divisão das atribuições seja observada, encontrando-se mulheres e crianças arando e roçando capoeira.

Alimentação, Vestuário e Higiene

A alimentação do colono italo é farta e abundante. De manhã, entre 7 e 8 ho-

ras, toma uma merenda de café reforçado, com ou sem leite, acompanhado de polenta, pão, queijo, salame, mel ou geléia ("schmier" (3) de uva, abóbora, morango, pera, narmelo, pêssego ou melado. A manteiga só se usa no inverno e não lhe atribuem muita importância. "Roscas" de trigo ou bolachas e presunto aparecem de vez em quando. No verão, ao clarear o dia, um café simples com um pedaço de pão precede à merenda.

O almoço inicia-se por uma sopa, seguida de arroz, feijão, mandioca, salada de "radice" (almoirão), alface ou agrião, a qual nunca falta. Ovos fritos ou carne de porco são os alimentos de origem animal mais frequentes, seguidos de carne de galinha. A carne de gado é bem mais rara, pois tem de ser comprada no açougue, em geral distante e que abate apenas uma vez por semana ou mesmo por quinzena, a menos que seja o da vila, que fornece carne diariamente. A carne de porco é produto da própria economia doméstica, sendo por isto mais acessível e comum. É, em parte, transformada em salame, morcilha, toucinho e presunto e em parte cozida e coberta de baba ou simplesmente seca por cima do fogão. Pelas 16 horas toma-se um chá ou café, com pão e, às vezes, bolachas. Pouco antes da hora de dormir, janta-se. Esta refeição é essencialmente igual ao almoço, apenas mais leve.

O vinho já não é tão comum quanto, segundo dizem, o foi em tempos passados. Muitos colonos, entretanto, ainda o tom por acompanhamento necessário das refeições principais. Nem todos, entre eles, o preparam em sua própria casa, havendo alguns que o produzem para vender. É leve, feito de uva Isabel, e tomado moderadamente, não diminui a capacidade de trabalho.

As frutas frescas são apreciadas, e principalmente laranjas e bergamotas são abundantes e se "chupan" a qualquer hora do dia. Alguns adultos, entretanto, as desprezam. As donas de casa, quase todas, exibem sobre um guarda-louça na sala ou varan

(3) Este termo dialetal alemão é de uso generalizado no Rio Grande do Sul.

da tôda uma bateria de vidros com compotas de frutas, por elas próprias preparadas.

A caninha não chegou a substituir o vinho, mas não são raros os que a apreciam. Pouquíssimos, porém, dela abusam em dias de semana, e poucos aos domingos. Antigamente a teriam consumido muito mais do que hoje. A graspa não é bebida de todos os dias, reservada para os visitantes. O chimarrão está-se tornando cada vez mais comum, tomado antes das refeições e oferecido aos visitantes.

Nas suas vestes, os colonos itálos em geral não manifestam qualquer tendência para a representação ou, muito menos, ostentação. Os homens usam camisa de tecido de algodão, "xadrez" ou "azefir", e calças de brim preto com listras brancas, um padrão que é conhecido em todo o Estado como "brim de serviço". As mulheres trajam vestidos folgados e sem nenhuma preocupação de elegância. Para se protegerem do frio ou de arranhões de capoeira, e para montar a cavalo, usam, em caso de necessidade, calças compridas debaixo do vestido. Ambos os sexos se cobrem nos dias ensolarados com chapéus de palha, de abas vastíssimas, semelhantes aos que os habitantes das cidades usam nas praias. Estes chapéus são confeccionados pelas mulheres, trançando-se fitas de palha de arroz ou trigo, as quais são arranjadas em espirais, costuradas borda a borda, dando-se-lhes neste processo o molde desejado.

As crianças trajam o mesmo tipo de vestuário, com a única diferença de que os meninos pequenos usam calças curtas.

Ambos os sexos costumam trabalhar descalços. Em casa, e mesmo quando saem a negócios ou para visitas na vizinhança, os homens frequentemente põem chinelos de couro. As mulheres só o fazem para sair. Muitas crianças, particularmente meninas, são encontradas na escola de tal forma calçadas, embora geralmente os que vêm de chinelos os tirem ao entrarem na sala de aula.

Aos domingos, a missa ou o terço impõem um vestuário mais elaborado: é o ter

ne igual ao usado na cidade, de fazenda barata e sem elegância acentuada; é o vestido mais novo, de cintura e com alguns enfeites, principalmente o que é usado pelas moças. A camisa dos homens pode ser de tecido mais fino, mas é sempre aberta, sem colarinho nem gravata. Aparecem os sapatos, de rigor para os homens só na missa, mas as mulheres também se calçam sempre para o têrço. Muitos homens usam chapéu de feltro.

A oportunidade para exibir vestuário representativo apresenta-se por ocasião de grandes festas, como, por exemplo, de casamentos e nas principais festas de capelas. Observam-se, então, muitos homens de gravata, alguns de terno escuro. Tanto homens como mulheres exibem o máximo de elegância rústica ao seu alcance.

Dêste padrão, não costumam divergir os homens abastados, nem mesmo os comerciantes poderosos que apenas serão sempre dos mais bem vestidos, dentro dos limites do costume.

Uma nota nova é introduzida pelos colonos das faixas de transição, à beira do campo, muitos dos quais podem ser vistos em casa de bombachas e, para as missas ou em suas visitas à vila, surgem cavalgando montarias garbosas, de botas, bombachas e chapéu de feltro de aba larga. Esta indumentária gauchesca já vem sendo adotada também na colônia baixa, os graus de aculturação se distribuindo em toda uma gama que começa pelo simples uso da bota e vai até o traje de "Bope Gordo", tipo popular que, quando acompanha a tropa de gado de um amigo, só pelo riso largo no rosto redondo trai sua ascendência italiana.

O suprimento precário de água impõe limites relativamente estreitos aos hábitos higiênicos. Não é, portanto de estranhar a informação de médicos familiarizados com a colônia, de que as verminoses são fenômeno geral, atingindo quase a totalidade da população. A falta ou precariedade de privadas e a localização dos poços, muitas vezes inadequada, contribuem para este mal. A farta alimentação parece obstar

conseqüências sérias dêste mal para a capacidade de trabalho.

Hospitais existentes em tôdas as três vilas assistem à população, embora se observe pouca estabilidade do corpo médico, podendo um distrito ficar por semanas ou meses privado dêste recurso, o que obriga os moradores a viajar até as cidades mais próximas. Em tôda vila há uma parteira licenciada ou uma enfermeira com competência satisfatória para prestar assistência às parturientes. No mais, são curiosas experimentadas que assistem aos partos, recorrendo geralmente aos médicos em caso de necessidade.

A assistência dentária é prestada por dentistas "práticos", dos quais só dois têm residência fixa na parte colonial do município (em Pinhal Grande e Nova Palma); outros aí vêm periodicamente, de cidades vizinhas. As dentaduras dos colonos logo chamam a atenção do forasteiro, pela abundância de ouro em dentes postiços, coroas e chapas, revelando o cuidado que a população toma a êste respeito.

Vida Religiosa e Associativa

O colono italo é católico fiel e praticante e a vida religiosa é o centro da vida comunal. Aos domingos, a freqüência à missa é obrigatória; nas capelas pequenas, onde a missa só se celebra quinzenal ou mensalmente, nos demais domingos rezam o têço sob a direção de um "fabriqueiro". Os fabriqueiros são grupos de homens, nomeados pelo bispo por indicação do vigário, e incumbidos da administração dos próprios da mitra no local de sua residência. Cuidam, portanto, da manutenção dos prédios de capela e salão paroquial, e do carramanchão que substitui êste nas capelas pequenas. Além disto, administram a caixa da capela e servem de intermediários entre o povo e o pároco. São nomeados cinco para cada capela, mas entre êles geralmente o presidente é o mais ativo e concentra em suas mãos tanto a execução dos trabalhos como a influência.

A escolha do padre recai sempre em homens que vão à sede da paróquia com re-

lativa freqüência e que sejam respeitados pelos fiéis. Ocasionalmente pode o padre mesmo realizar uma assembléia eleitoral quando assim acha conveniente.

Uma das funções importantes dos fabriqueiros é a de proporem ao vigário os festeiros que êle, a seu critério, poderá designar para dirigirem a organização das festas que se realizam uma ou duas vezes por ano em cada capela.

Além de tais atribuições diretamente ligadas às funções da capela, exercem os fabriqueiros grande influência na comunidade congregada em torno desta. O fato de estarem em comunicação freqüente com o padre permite-lhes o exercício de uma quase-autoridade derivada da eclesiástica. Como esta é quase ilimitada, confere prestígio a tudo quanto o fabriqueiro faça ou proponha, contanto que o faça ou proponha em nome do padre. O pequeno agricultor, vivendo retraído em sua propriedade, pouco precisa de outros (salvo em casos de graves emergências) e pouco está disposto a aceitar conselhos ou ordens de amigos e vizinhos, e muito menos a dá-los. Um conselho aceito e que tenha resultado em algum fracasso expõe o conselheiro ao desprestígio ou ridículo. O fabriqueiro tem a grande vantagem de não arcar com tais consequências. Se, por exemplo, qualquer providência, por êle tomada ou sugerida em relação a uma festa, não produzir o resultado previsto, a responsabilidade recairá sobre o padre, e êste tem o privilégio de errar sem arriscar a sua autoridade.

O grau de poder investido no padre pelos "mores" da comunidade será melhor ilustrado por alguns exemplos:

Convictos de que as reuniões dançantes são fatores desagregadores da moral sexual, os vigários proibiram os bailes. O vigário cuja paróquia compreende praticamente só fiéis de origem italiana pôde registrar observância desta proibição. Outros, cuja jurisdição entra na região de campo, foram menos bem sucedidos; mas os colonos itálos, se de vez em quando infringem a proibição, o fazem clandestina e raramente.

172/84

Um colono, que vive em atrito com a mulher e o filho mais velho, vê um dia dois soldados de polícia entrar na sua propriedade para transmitir ordens do padre para o restabelecimento da paz. Declarou-nos que, não fôsses emissários do padre, não os deixaria entrar. "A polícia não pode entrar assim na propriedade de um homem, não é?". Talvez esta história não esteja bem contada, mas o que nos interessa aqui é o fato de se conceder ao padre o direito a uma imposição que de parte da autoridade secular não se accitaria.

O produto da lavoura colonial está decaindo nos últimos anos, e os colonos lamentam-se sem saberem remédio para o seu mal. Dois dos padres, de paróquias diferentes, moços, já moraram em região colonial mais próspera e resolveram - isoladamente aliás - propagar métodos novos, principalmente a renovação da suinocultura. Um deles se limita a percorrer a colônia na sua paróquia, advogando a introdução de novas raças e construção de chiqueiros racionais. O outro, assistido pelo seu coadjutor, resolveu fundar uma sociedade para o fomento agropecuário e em dois meses arregimentou 230 sócios, coisa de que só um padre seria capaz.

As festas que se realizam uma, duas ou três vezes ao ano em cada capela são os pontos altos da vida social da colônia. Embora, aos olhos de homem da cidade, pareçam oferecer pouco atrativo, para a colônia satisfazem necessidades sociais elementares. Principalmente os moços solteiros de ambos os sexos não se contentam em apenas assistir às festas da sua própria capela, mas viajam longe, a cavalo, de canhão, de barroca, para visitar outras, distantes. O programa, elaborado pelo padre segundo sugestões dos festeiros, compreende a missa, uma procissão em torno da capela, churrasco ou almoço e pouco mais. Quando se realiza, constitui-se a tómbola, em grande atrativo. A sua popularidade não se deve aos prêmios oferecidos, que são frangos assados, bolos e "cucas", revestidos de açúcar branco e enfeitados com cristais de açúcar coloridos. O verdadeiro segredo da tómbola é outro, bem outro: os bilhe -

tes, vendidos durante a festa, servem de correio de amor aos rapazes que desejam estabelecer contacto com môças com quem, por não serem vizinhas nem terem amigos comuns, de outro modo não poderiam comunicar-se. O rapaz compra um bilhete (ao preço de 3 cruzeiros), escreve no verso a sua mensagem, declarando simpatia e pedindo um encontro, e envia-o à môça por intermédio de um amigo. A môça, ou o devolve sem responder, com isto rejeitando a proposta, ou então compra outro bilhete e o envia ao rapaz, marcando o encontro.

Entre as festas de capelas, umas são mais importantes que outras, atraindo maior número de visitantes de longe. Disseram-nos que isto dependia grandemente da qualidade das comidas oferecidas e do seu preço módico. Acreditamos, entretanto, que, embora isto seja verdadeiro, a fama de uma festa, uma vez estabelecida, a afluência do povo é, ela mesma, o maior atrativo.

As grandes festas de família, mormente os casamentos, ocorrências por sua natureza esporádicas, reúnem parentes, compadres e vizinhos num espírito de confraternização alegre, semelhante ao que prevalece nas festas de capela. Distinguem-se destas pela maior homogeneidade do grupo e pelo empenho que fazem os pais dos nubentes em receber condignamente os visitantes, com ênfase clara na qualidade e quantidade das comidas oferecidas.

De vez em quando, um grupo de vizinhos resolve organizar uma "surpresa" a um aniversariante, aparecendo em massa em sua casa no dia do aniversário ou antes dêle, trazendo comes e bebes, não restando ao surpreendido (agradavelmente surpreendido, sempre) senão contribuir com o que tiver em casa e com o pagamento do que tenha sido levado pelos visitantes. As vêzes as mulheres da casa, cientes, guardam o segredo. A dispersão das moradias coloniais permite o sigilo mesmo em grupos grandes. Um dos pesquisadores teve ocasião de assistir a uma "surpresa" em que cerca de cem pessoas, debaixo de chuva, de carroça e a cavalo, se aproximaram da casa, provo

cando pânico nos moradores com o espoucar dos rojões disparados pela pequena van-guarda, que penetrou no recinto da propriedade e com os tiros dava sinal aos demais para avançarem.

Aos domingos os rapazes se reúnem em algumas colônias para o jogo de futebol, os "times" aí surgindo e desaparecendo sem organização formal. As canchas de "boccia" registram movimento mais contínuo. Nas bodegas, à noite e, mais ainda, aos domingos, jogam-se cartas. Também aos domingos, realizam-se churrascos, pescarias, caçadas. Visitas a parentes e amigos são outra ocupação domingueira.

Tôdas estas atividades sociais espontâneas diminuem pelo fim do ano, desde setembro ou outubro, devido aos trabalhos agrícolas que neste período se intensificam. As festas de igrejas e capelas, ao contrário, têm datas certas, independentes desta circunstância, realizando-se mesmo entre setembro e fevereiro aquelas que registram maior afluência.

Formas de Cooperação

A comunidade de capela, congregando os fiéis residentes em torno do templo local, é o principal núcleo de atividades coletivas que, visando objetivos comuns, estruturam a comunidade e nela exaltam o espírito de solidariedade grupal. Tôdas as capelas, os salões paroquiais, os carramanchões destinados à realização de festas, e grande número de escolas foram construídas "pelo povo", como dizem orgulhosamente os moradores. Juridicamente, terrenos e benfeitorias pertencem à mitra diocesana de Santa Maria, mas "o povo" se considera o seu legítimo dono, e nada desmente na prática os seus direitos morais e reais neste sentido.

Uma ou mais vezes por ano, festas da capela centralizam as atenções e os esforços da comunidade, reavivando a consciência da responsabilidade de cada um pelo êxito destes empreendimentos comunais. As associações de Santo Antônio (Pão dos Po-

bres) e do Apostolado da Oração dedicam-se à assistência aos necessitados. Os coros de capelas cooperam para o brilho das cerimônias religiosas. A Pia União das Filhas de Maria promove a formação moral e religiosa das moças.

Todo este sistema de esforços coletivos tem como ponto de gravitação a pessoa do vigário. A posição deste já nos referíamos, cabendo aqui apenas ressaltar a iniciativa que lhe cabe para a criação de novas formas de cooperação, podendo mesmo estender as atividades comunais para o terreno secular, como já vimos acontecer com a fundação da Sociedade Agro-Pastoril Nova Palmense.

As organizações que desta forma funcionam em torno da capela têm ampla possibilidade de premiar os cooperadores assíduos com cargos honoríficos que no conceito do povo não conferem menos prestígio que o poder econômico, sendo ao contrário indispensáveis para a consagração deste. Fabriqueiros, diretores de associações, zeladores do Apostolado da Oração, são pessoas respeitadas na comunidade, e se por um lado estes cargos lhes são conferidos em função da sua respeitabilidade, por outro lado a confirmam.

Só uma atividade secular concorre com as religiosas no exercício da defesa comum de interesses coletivos: o trabalho na manutenção das estradas municipais. Os pequenos proprietários têm o direito de pagar a Taxa Rodoviária devida, sob a forma de dias de serviço. A administração deste privilégio, como todas as providências ligadas à rede de estradas, cabe ao sub-prefeito. Este nomeia, em núcleos que nem sempre coincidem com as sociedades de capelas, "capatazes" como seus órgãos executivos. Os capatazes convocam os colonos (e outros pequenos proprietários), que escolheram esta modalidade de contribuição, para trabalho em turmas. A extensão em que tal atividade coletiva é praticada depende em larga escala da iniciativa dos subprefeitos. O desejo de poupar dinheiro compete na mente do colono com o de concentrar os seus esforços no cultivo da sua colônia. A orientação seguida pelo subprefeito, e à habi-

lidade por êste desenvolvida, cabe fazer pender a balança para um ou outro lado, O exercício do cargo de capataz, sem dúvida, confere prestígio pelo poder que envolve. Entretanto, pertencendo à esfera secular, nem de longe se equipara ao prestígio ligado ao desempenho de cargos do âmbito religioso.

Neste último fenômeno manifesta-se a atitude do colono em relação à autoridade político-administrativa. Dela espera-se a prestação de serviços úteis mediante a menor contraprestação possível. Já que a administração municipal se encarrega da manutenção das estradas, o colono espera sentado, agindo quando chamado, e reclamando no ínterim contra o desleixo das autoridades. Esta atitude domina as suas relações com a política: O candidato a cargo político é julgado pelas promessas que faz e pelo cumprimento que dá às promessas, mas se o cargo confere algum prestígio, é o decorrente da longínqua autoridade política, que é respeitada e obedecida como parte da autoridade nacional, mas à qual pouco afeto prende o colono.

Com isto parece estar em contradição a exaltação com que, em partes da colônia, segundo nos informaram, são disputadas as eleições políticas de todos os graus. Entretanto, tal contradição não existe. O jogo político é sentido como tal, como jogo.

Os ânimos se acendem na medida em que os candidatos locais ou os partidários locais de candidatos de fora passam para o terreno dos ataques pessoais. Aí sim, formam-se as facções que de muito podem sobreviver à campanha. A disputa, porém, não gira em torno de interesses sentidos como coletivos, mas em torno, precisamente, de suscetibilidades pessoais. É como se as "torcidas" de equipes de futebol, esquecidas do jogo desenvolvido no gramado, se voltassem uma contra a outra, fazendo do esporte simples pretexto (4).

(4) É preciso ressaltar que estas observações relativas às campanhas políticas se baseiam em informações recebidas sobre acontecimentos passados, pois a campanha de 1959, à qual pudemos assistir, foi pacífica e calma.

Cooperação no nível de vizinhança ocorre na assistência a doentes e na construção de "pinguelas". Estas são pontes suspensas para o trânsito, exclusivamente, de pedestres, cuja necessidade se faz sentir principalmente para a ida das crianças à escola. Enquanto veículos e adultos a pé atravessam os arroios a vau, para crianças é necessário este recurso toda vez que uma escola serve ambos os lados de um curso de água de certa profundidade. As pinguelas, então, são construídas pelas famílias interessadas, servindo de materiais, cabos de aço e tábuas. Como já vimos, favorece o sistema comunal o aporacimento de líderes, cujo âmbito de ação é restrito em face do zelo com que o colono defende a sua independência em todas as esferas, menos a religiosa, mas que é suficiente para a organização de trabalhos coletivos de interesse comum, tão manifesto como no caso das pinguelas.

A doença, por sua vez, transforma o lar da pessoa atingida imediatamente em ponto de convergência de visitas de vizinhos que se oferecem a prestar serviços por acaso necessários. O colono italo não é muito dado à prática de visitas domiciliares, senão a parentes, sendo a doença precisamente a maior exceção. Em casos de enfermidades prolongadas e morte, os vizinhos se reúnem em grupos para trabalharem nas roças abandonadas. Em outras condições não é costumeiro tal auxílio, pois cada qual se fecha na sua propriedade e em caso de necessidade prefere recorrer a trabalhadores assalariados em vez de assumir compromissos pouco definidos de serviços recíprocos.

Este zelo de independência estende-se à venda dos produtos da colônia e dificulta sobretudo a organização de cooperativas. O colono não gosta de gastar um tostão sequer sem ver um resultado palpável e imediato, preferindo a obtenção de um preço ligeiramente melhor à esperança de um "retorno" duvidoso.

Educação

Os filhos nascem com a assistência de uma parteira da vizinhança. Quem mora

nas proximidades da vila, tem à sua disposição uma parteira diplomada (Nova Palma) ou ao menos com bons conhecimentos de enfermagem (Ivorá). No interior mais afastado, uma "curiosa" deve prestar este primeiro serviço ao novo ser humano. Só algumas mulheres mais esclarecidas seguem o conselho do pai, consultando o médico no oitavo mês.

O recém-nascido é mantido enfaixado durante dois a três meses. A mãe, que só deixou de trabalhar no último dia, em vista da evidente aproximação do parto, depois se resguardará uma semana, aproximadamente, após a qual volta aos serviços mais leves da casa, e quarenta a cinquenta dias depois estará na roça como sempre. Não tendo ainda filhos mais velhos ou mãe, e nem sogra, a quem possa confiá-la, leva consigo a criancinha. Esta é amamentada pela mãe ou alimentada com leite de vaca e recebe um banho diário.

Passará os primeiros cinco anos de sua vida, despreocupada e livre, mas aos cinco ou seis anos de idade começa a contribuir para o trabalho da casa. Cuida de irmãos menores, corta lenha, trata de galinhas, porcos e terneiros. Os brinquedos de que dispõe são os mais simples: um carrinho de madeira, feito pelo pai, uma boneca de pano feita pela mãe, um ou outro raro brinquedo comprado na venda.

Aos sete, oito ou nove anos começa a ir à escola, e ao mesmo tempo agravam-se as responsabilidades na família: antes já tinha acompanhado os pais à roça, agora aprende a capinar, roçar, plantar. Aos dez ou onze anos será um trabalhador como os outros, na medida das suas forças. As meninas, nesta idade, já tomam conta da cozinha na ausência da mãe, obedecendo às instruções desta. Nesta mesma idade a criança toma consciência das diferenças de sexo, não podendo mais dormir no mesmo quarto, banhar-se e tomar outras liberdades com o sexo oposto. Os meninos retiram-se dos serviços de cozinha.

Os rapazes, aos quatorze ou quinze anos, tornam-se gradativamente mais inde

pendentes. Vão adquirindo o direito de sair de casa e de encontrar-se com os companheiros de idade, na vizinhança. A mãe afrouxa o exercício da sua autoridade sobre eles, deixando-os mais e mais a cargo do pai.

Durante toda a infância, poucas são as lições que os pais procuram dar às crianças sob forma expressa. A mais destacada é aquela relativa ao respeito aos mais velhos. A maior parte da educação faz-se pelo exemplo: as crianças devem contribuir para o andamento normal e eficiente da economia doméstica, não a estorvando, nos primeiros anos, e ativamente depois. Pelo mesmo processo formam-se os hábitos religiosos. Em caso de desobediência os pequenos, até os dez a doze anos, facilmente sentem a mão pesada de pai ou mãe. Poucas, porém, são as punições "morais".

3- A Colônia Teuta

À esquerda do Jacuí, no atual município de Agudo, existem antigas colônias de origem alemã, de onde, a partir de 1880, excedentes de população, atravessando o Jacuí, penetraram no município de Júlio de Castilhos. Localizaram-se, ali, em terras do Estado que acabavam de ser medidas e eram concedidas mediante requerimento. Assim constituiu-se o pequeno núcleo de que nos cabe aqui tratar e que ocupa propriedades sitas no vale do Jacuí, desde o limite de Júlio de Castilhos com Faxinal do Soturno até a foz do arrôio Gringuinha, e nos vales dos cursos inferiores do arrôio Canhemborá, do seu afluente Felisberta, e do arrôio Sétima.

São, ao todo, umas cem famílias, incluídas algumas já pertencentes ao município de Faxinal do Soturno. O seu ponto de gravitação é o povoado Caenborá (ou Canhemborá), recentemente elevado a vila e sede do 6º Distrito de Júlio de Castilhos. Segundo a divisão administrativa anterior, e à qual nos atemos neste trabalho, o povoado e a encosta direita do Canhemborá pertenciam ao 3º Distrito, Felisberta, Sétima e a margem (castilhense) do Jacuí, ao 4º.



Só no povoado e nas suas proximidades formam os teutos um núcleo quase fechado, alternando no resto da área as propriedades teutas com as de lusos e descendentes de italianos. (A margem do próprio povoado formou-se nos últimos dez anos um grupo de ranchos de intrusos lusos em um espólio colonial teuto, de herança não inventariada). Econômica e ecológicamente em pouco ou nada se distinguem das colônias itálicas, o povoado sendo parecido com o povoado da Linha 7, do 3º Distrito.

O povoado, propriamente dito, compõe-se de umas 15 casas, onde se localizam a igreja protestante, uma casa de comércio, a Sociedade de Bolão, a escola, e casas de colonos cuja maioria exerce adicionalmente uma profissão industrial ou artesanal: sarpinteiro, oleiro, moageiro, alfaiate, canteiro, marceneiro, pedreiro. O próprio professor é colono. A cerca de 3 km, subindo o arroio Canhenborá, encontra-se outro pequeno aglomerado de casas da mesma natureza: comerciante (e atual subprefeito), fabricante de gasosa, ferreiro. Todo este conjunto de casas alinha-se ao longo da estrada que, vindo da cidade, vem beirando o Canhenborá na divisa entre o 3º e o 4º Distritos.

A economia e o regime de trabalhos agrícolas são essencialmente iguais aos encontrados na colônia itálica. Aqui cabe-hos apenas registrar que em uma só propriedade encontramos agregados, e nesta existe uma olaria grande, na qual de preferência trabalham os quatro agregados casados e mais um ou outro solteiro de permanência temporária.

Casa e Família

O grupo doméstico compõe-se, em geral, de um casal com os seus filhos. Apenas em 2 casos da nossa amostra de 16 encontramos três gerações reunidas, e em um caso, apenas um casal cujos três filhos já se tinham emancipado e deixado o domicílio paterno. O maior grupo doméstico encontrado foi de 12, o menor de 2 pessoas, a média sendo de 6,1.



As relações familiares com os municípios de origem são bastante intensas: dos homens casados da amostra, 8 são naturais de Caem borá, 8 do município de Cachoeira (5), 1 da Alemanha. Das mulheres, apenas 3 são de Caemborá, 14 de Cachoeira e 1 de Nova Palma. Da mesma forma, as mães que saem do lugar para casar dirigem-se de preferência para as "colônias antigas" de população germânica: de 18 filhas e irmãs dos atuais chefes de família e de suas esposas, nascidas em Caemborá, e de lá saídas, 10 casaram-se nos municípios de Cachoeira, Sobradinho e Santa Cruz.

Já os homens se voltam mais para as "terras novas": de 11 filhos e irmãos dos nossos entrevistados, nascidos em Caemborá e emigrados, 7 encontram-se hoje no oeste de Santa Catarina ou nos municípios riograndenses de Frederico Westfalen, Três Passos ou Santa Rosa.

Os filhos que não emigram, estabelecem-se na própria colônia de Caemborá, em terras próprias adquiridas pelo pai ou por eles próprios com sua assistência.

Em nenhum domicílio de nossa amostra encontramos pessoas estranhas à família, como empregados ou a qualquer outro título.

A distribuição de autoridade na família é praticamente igual à observada na colônia ítala, verificando-se moderado predomínio do marido, a quem incombem com preferência as relações com o ambiente social, com exclusividade quando se trata de relações formais, como a participação nas diretorias de sociedades. Igualmente semelhante à observada na colônia ítala é a distribuição dos encargos de lavoura e economia doméstica entre os sexos e as categorias de idades. A única diferença que notamos a este respeito consiste na maior importância geralmente atribuída à frequência das crianças à escola, a qual importa o menor grau de disponibilidade do trabalho infantil nas lides domésticas e agrícolas.

A casa não obedece, em sua forma arquitetônica, a nenhum padrão geral, cada

(5) Inclusive da área de municípios atuais, desmembrados de Cachoeira após o respectivo nascimento.

proprietário distribuindo dormitórios, sala e cozinha da maneira que corresponde às suas necessidades ou preferências pessoais. Como material de construção é bastante comum a pedra (arenita), que na nossa amostra ocorreu com frequência igual à da madeira, havendo poucas casas de tijolos. A cobertura costuma ser de telhas, fabricadas em uma das olarias locais. A privada, quando existe, é de fossa simples, sendo menos numerosas que entre os ítalos as "casinhas" sem fossa. Chuveiro e banheira são pouco encontrados. A água provém de nascente ou poço, sendo em 4 casos da nossa amostra, canalizada para o interior da casa. Poucos domicílios são ligados a pequenas rdes elétricas existentes no povoado, e que não servem nem todos os moradores dêste, nem qualquer dos moradores mais afastados. O querosene é que fornece luz à maioria. Ferro de engomar foi encontrado em tôdas as casas visitadas, máquina de costura em 12 das 16, relógio de mesa ou parede em 7, rádio (de pilha) em 5, geladeira em uma. O meio de transporte comum, presente em tôdas as casas menos uma, é o cavalo, mas encontramos também 6 bicicletas.

Alimentação, Vestuário e Higiene

A alimentação do colono teuto é semelhante à do colono ítalo, mas há algumas divergências menores: em vez da polenta aparecem roscas de polvilho; as bolachas são feitas de maneira um pouco diferente. No café da manhã a "schnier" (geléia) de frutas predomina sobre o salame, "kaesschnier" (ricota), nata e manteiga sobre o queijo. No almoço, verduras cozidas são mais frequentes do que as saladas, e muito apreciada é uma sopa fria e doce, de frutas (esta, aliás, uma peculiaridade da Alemanha setentrional, cujo dialeto também se reconhece naquele falado nesta colônia).

No traje, também, a diferença entre teutos e ítalos é sutil. Aos domingos e em outras ocasiões festivas, praticamente não se vêem botas, mas sim sapatos. Os chapéus de feltro são do tipo usado na cidade, com a aba menos larga do que é preferi-



da pelos itálos. As moças nunca apresentam a elegância que - raramente embora - se nota em algumas professoras ou filhas de homens abastados na colônia itala. Não ha vendo ligação d'êste núcleo com a zona de transição, não se observam atitudes gauchescas como lá. Apenas timidamente um rapaz pode ensaiar uns traços de tal origem: um lenço colorido no pescoço, ou sôbre a garupa do cavalo garboso, na visita galante, um poncho enrolado, enquanto o resto da indumentária é tôda de colono.

Quanto aos hábitos higiênicos e cuidados com a saúde, é menos comum a lamentável instituição da "casinha" sem fossa, que observamos entre os itálos. Médicos, dentistas, são procurados nas vizinhas localidades de Agudo e Dona Francisca. Existe uma parteira prática no povoado, filha, aliás, de enfermeira diplomada alemã, já falecida .

Vida Religiosa e Associativa

A grande maioria das famílias pertence à igreja luterana e pratica o culto com a assiduidade adequada às circunstâncias. Uma vez por mês vem o pastor residente em Agudo, o qual, além da matriz e desta, ainda atende cinco outras igrejas filiais. Nestas visitas, sempre domingueiras, do pastor, realiza-se um serviço religioso, ao qual ambos os sexos comparecem. As normas da igreja não prescrevem a obrigação de frequência regular aos serviços religiosos, e o comparecimento realmente não é integral. Entretanto, procura tôda família ser representada ao menos por um membro adulto, seguindo-se nisto o costume reinante nas comunidades luteranas, praticantes, na Alemanha .

A Comunidade Evangélica - êste o seu nome oficial - distingue-se decisivamente das católicas em sua estrutura social. O pastor, não sendo sacerdote, é considerada um membro especializado da comunidade. Embora a sua função específica lhe assegure grande influência nas decisões da comunidade, esta é efetivamente adminis

trada por uma diretoria eletiva. Desta forma, o povo é chamado a assumir responsabilidade direta pelos destinos da agremiação. No caso particular de comunidades como a de Caemborá, filiais de comunidades matrizes, tais responsabilidades se entrosam com as das demais comunidades pertencentes ao mesmo conjunto. Ainda mais, todas elas pertencem ao "Sínodo Riograndense" que as congrega. Entretanto, as relações com o "Sínodo" não possuem, como é natural, o mesmo grau de intimidade que prevalece nas relações entre as comunidades do conjunto local. São de natureza mais burocrática. Uma das principais incumbências do "Sínodo" em relação às comunidades é a de propor candidatos ao cargo de pastor, em caso de vaga. Tal indicação não teria, teoricamente, caráter de imposição. Praticamente, porém, o tem devido à escassez de pastores formados.

Tal como a capela na colônia itala, a igreja é o ponto de reunião aos domingos em que há serviço religioso. Como isto ocorre, no entanto, apenas uma vez por mês, não chega a igreja a concentrar a vida social da mesma forma como lá acontece. Existem duas outras sociedades que, simultaneamente com a igreja, contribuem para a organização da vida social: a "Comunidade Escolar Tiradentes", mantenedora da escola primária existente no povoado, e a "Sociedade Esportiva de Bolão Ávila-Bugre" (6), centro da vida recreativa.

A "Sociedade de Bolão" dispõe de uma cancha em que semanalmente, às quartas feiras, das 20 às 23 horas, as equipes realizam os seus treinos. A participação de muitos sócios residentes fora do município e torneios amistosos dão oportunidade para vivo intercâmbio com sociedades congêneres que funcionam nos municípios vizinhos. Quatro grandes festas proporcionam as únicas oportunidades de que a colônia dispõe para a realização de bailes no salão anexo à cancha. Este salão, arrendado a

(6) Esta denominação toponímica explica-se pela designação antiga da colônia como "Linha Ávila" e do arrôio como "Bugre".

um ecônomo, é além disso um centro de contactos frequentes para os jogadores de cartas, do mesmo modo como muitas casas comerciais da colônia ítala. Não se realizam bailes públicos, e a admissão de convidados à "Sociedade de Bolão" é regulada pelo desejo de manter o caráter "familiar" da mesma. Nas atividades sociais recreativas, ao contrário do que geralmente acontece no ambiente familiar, o português é quase exclusivamente falado. Nada impede porisso a participação nos bailes de elementos ítalos e lusos, contanto que sejam reconhecidos como membros do mesmo nível social - o que exclue os agregados - e que, quando casados, se apresentem acompanhados das suas espôsas. A ênfase que os nossos informantes fizeram neste ponto projeta luz sobre um aspecto peculiar das relações entre colonos teutos e ítalos: como a êstes a igreja proíbe as danças, haveria uma tendência para que certos homens viessem divertir-se fora da sua paróquia, escapando ao contrôlo social da mesma. Os teutos, embora mantenham relações cordiais com aquêles seus vizinhos, receiam as conseqüências de tal comportamento sobre o contrôlo social no seio do seu próprio grupo. Esta observação pode contribuir para a explicação também da atitude pouco cordial que os colonos teutos observam em relação aos lusos não-proprietários, que vivem no seu meio. Em virtude de uma herança cultural diferente, são sentidos como ameaça potencial à moral do grupo.

A Sociedade de Bolão é a única organização recreativa que se restabeleceu depois do período de guerra quando, em 1942, tôdas as então existentes foram fechadas. No período anterior, havia uma "Sociedade de Canto" e outra de "Atiradores", esta com um departamento de bolão. Da "Sociedade de Canto" sobreviveu a tradição de uma pequena orquestra que, hoje independente e comercializada, toca nos bailes da "Sociedade de Bolão" e de localidades vizinhas. À nossa pergunta pela razão que impediu o ressurgimento da "Sociedade de Canto", disseram-nos que "não há ninguém que tome iniciativa neste assunto". Como ocorre fato semelhante na colônia ítala, somos levados a conjecturar que talvez o período de "nacionalização" durante a guerra te-

nha provocado uma inibição em tôdas as atividades públicas relacionadas com a expressão verbal. A escola constituiria exceção na colônia teuta, devido à sua função utilitária.

Grande inclinação para os contactos sociais manifesta-se, além da vida associativa formalmente organizada, na frequência das festas de família. Os aniversários são ocasiões benvidas para reuniões de parentes e amigos, e com uma família onde nos hospedamos por alguns dias, participamos de duas seguidas, em casas próximas, de parentes. Servem à noite uma refeição reforçada, com café, carnes, bolos, pão com "schmier" e em seguida os homens se retiram para o jogo de cartas, enquanto as mulheres ficam conversando. Como na colônia itala, há uma certa tendência para a separação dos sexos, antes e durante a refeição. Esta separação, porém, não é rígida e obedece mais às necessidades práticas: as mulheres não ocupadas na cozinha ou com a vigilância de filhos pequenos juntam-se aos homens, sem qualquer constrangimento.

Formas de Cooperação

A colônia teuta de Júlio de Castilhos vive afastada da sede municipal, situação que aliás poderá modificar-se com a recente criação do 6º Distrito, com sede no povoado assim promovido a vila. Na situação que encontramos, porém, a cidade de Júlio de Castilhos não passa de cobradora de impostos e construtora de precárias estradas. Por outro lado as vilas vizinhas, de Agudo e Dona Francisca (aquela recentemente elevada a cidade) atraem comércio e relações sociais. Provocado pela posição geográfica, este fenômeno se acentua pelo fato de serem aquelas regiões terra de origem das famílias residentes no Caemborá. Entretanto, separados delas pelo rio Jacuí, os colonos castilhenses não podem chegar a se integrar nas comunidades ali formadas, vivendo separados e quase autônomos.

Estas circunstâncias, e mais a organização democrática acima descrita da igreja evangélica, fazem com que a cooperação comunitária se tenha desenvolvido intensamente. Nunca faltaram "líderes" que iniciassem obras de interesse comum, tais como: a igreja, a escola (cujo prédio é um dos melhores que encontramos entre as escolas do interior do município), e o hospital que atualmente se encontra em construção adiantada. A liderança fundamenta-se no grau de instrução, na iniciativa e no interesse pelo bem comum, não se notando influência do nível econômico. As pessoas atualmente mais influentes são os dois comerciantes do povoado, principalmente o mais velho deles, recém-nomeado subprefeito. O outro é filho de outro "líder", já falecido, que era ferreiro de profissão. Muito se lamenta a saída de um velho professor, atualmente residente na cidade de Cachoeira. O atual diretor da escola ainda está consolidando a sua posição na comunidade, pois passou vários anos fora dela.

Trabalhos de cooperação vicinal realizam-se, como na colônia itala, na construção de "pinguelas". O seguinte episódio parece ilustrar bastante bem o estilo de organização de tais equipes: tivemos ocasião de presenciar um grupo de moradores da margem do Jacuí ajudando o "barqueiro" a recolocar o cabo condutor da barca, arrancado por uma enchente. Este trabalho realizava-se sem interferência do subprefeito e sem uma direção eficiente por faltarem ao barqueiro as qualidades de conhecimento técnico e de liderança. Desta forma, havia muitas discussões e manobras falhas, mas no fim do dia o objetivo tinha sido alcançado, escapando à morte por afogamento dois homens que transportavam de canoa a ponta do cabo, não revelando a perícia necessária.

4- Os Agricultores Lusos

Entre a população de origem lusa, na serra, encontram-se elementos dedicados à agricultura em toda uma gama de graus diferentes de eficiência e bem-estar econômico. Ao lado de uns cuja economia se assemelha à dos italos, há outros, peque-

nos proprietários ou posseiros de terras do Estado, cuja economia própria não lhes garante a subsistência, seja por insuficiência de área cultivável, seja por precariedade da sua exploração. O que fundamentalmente distingue estes daqueles, é não possuírem os instrumentos necessários à prática eficiente da agricultura, principalmente arado e bois de canga. São obrigados a empregar parte do seu tempo e da sua energia em trabalho assalariado a serviço de agricultores mais prósperos.

Além destes proprietários ou quase-proprietários existem agregados meeiros que exploram por conta própria, mediante entrega de parte do produto, áreas agrícolas de propriedade de outros, e ainda agregados que, morando em terras de outros, prestam serviços assalariados.

Estimamos a população pertencente à primeira categoria, dos proprietários, em 4.000 a 5.000 pessoas e em 2.000 o número de agregados com suas famílias.

Os Proprietários

Os proprietários auto-suficientes formam núcleos fechados à beira da colônia itala dos 2º e 4º Distritos (principalmente no vale do Jacuí e na faixa de transição), e ainda na parte montanhosa do 5º Distrito. As técnicas agrícolas que empregam são as mesmas dos colonos de origem estrangeira, descritas no capítulo sobre a economia colonial, e o seu estilo de vida assemelha-se ao daqueles. Tanto é isto assim, que é praxe dar-lhes a denominação de "colonos" apesar da sua origem nacional, e eles mesmos adotaram em grande parte esta terminologia.

Não deixa de haver, entretanto, diferenças visíveis. A alimentação é claramente inferior à dos italos. São mais simples os pratos usuais, predominando a mandioca, singelamente cozida, o feijão, a carne de porco, a batata doce, o milho sob a forma de canjica ou pão. A polenta, e as verduras quando ocorrem com alguma frequência, já são indício de difusão de traços culturais italos. O chimarrão é larga-

mente usado, e pelo tempo que consome chega para muitos dos menos bem sucedidos a constituir um vício. O café da manhã, onde não há influência itala, é tomado sem qualquer acompanhamento ou com simples pedaço de pão.

No vestuário nota-se a proximidade ou não do campo, pois em função dela varia a freqüência do uso da bombacha. No mais, trajam-se os lusos de maneira pouco diferente dos italos e teutos. Apenas as mulheres estentam, aos domingos, pó de arroz, rouge e baton em escala que entre aquêles seria tomada por expressão de falta de "modéstia" .

Também a casa costuma ser mais simples do que a da média dos colonos. A maioria é de madeira, sendo raras as de tijolos. Em geral não têm fôrro. É freqüente o emprêgo de tabuinhas ou tábuas para a cobertura, e não raro o piso é de simples chão, batido ou não. A água provém quase sempre de nascente ou córrego. As instalações sanitárias de qualquer espécie constituem exceção. A mobília é a mais simples possível: bancos, cadeiras rústicas, banquinhos, alguma mesa, camas ou tarimbás. Nas paredes folhinhas comerciais, uma ou outra fotografia, talvez uma ampliação colorida. Louça e mantimentos são guardados em estantes abertas. A "Sala", quando existe, é pequena.

Os que moram na faixa de transição, entre campo e serra, dispõe de estradas relativamente boas, têm a mesma facilidade que os seus vizinhos italos na procura de médico e hospital. Outros entretanto, no 5º Distrito e à margem da colônia itala, na costa do Jacuí, sentem grande dificuldade neste sentido, e não é de estranhar que em tais lugares tenhamos ouvido referências mais freqüentes à consulta a curandeiros do que entre os descendentes de estrangeiros.

O que mais distingue, entretanto, os agricultores lusos dos seus colegas italos é a pobreza da sua vida associativa. Apenas entre aquêles que residem próxima mente à colônia itala, na faixa de transição, encontramos membros de associações re

ligiosas. Afora isto, nada há de formalmente organizado. Algum baile improvisado em casa de um deles, encontros na bodega, e visitas de vizinhança representam as oportunidades que existem para contactos sociais. As visitas são mais frequentes do que entre os ítalos, e tivemos a impressão - não o podemos afirmar com segurança - de que, quanto mais pobre o homem, mais visitas faz. Se há uma relação de causa e efeito entre os dois fenômenos, talvez seja em sentido inverso: quanto mais tempo gasta em visitas, mais pobre fica.

Nas colônias mistas, onde ítalos e lusos vivem lado a lado, ocorrem processos de aculturação e de assimilação. Os lusos incorporam ao seu patrimônio cultural traços tecnológicos e - isto de maneira bastante visível e intensa - traços alimentares, ao mesmo tempo que facilitam aos ítalos o contacto com a vida nacional através do uso mais freqüente do vernáculo e do conhecimento de modos de vida e de pensamento alheios à colônia. Casamentos interétnicos solam e intensificam os laços resultantes da vizinhança. Alguns lusos - dois casos nos ocorreram - podem tornar-se líderes em tais núcleos mistos, com influência mesmo nos núcleos ítalos próximos. A sua ascendência sobre os concidadãos parece dever-se precisamente ao seu grau de instrução e à facilidade em lidar com a palavra escrita em vernáculo. Um dos casos citados é o de um homem de origem campeira, casado com ítala e sogro de ítala, dono de esplêndida lavoura na faixa de transição do 2º Distrito. Assíduo leitor de jornais de Porto Alegre, sabe manifestar opiniões fundamentadas sobre todos os assuntos nacionais que tenham qualquer significação para o seu meio. Onde aparece em reuniões sociais, torna-se centro de um grupo de homens que procuram ouvi-lo, mas a quem não dá sem receber, procurando conhecer os seus pontos de vista. Como interlocutor, prefere o vigário, o, fiel católico, é no entanto capaz de "tomar atitudes" diante daquele. É, pois, uma das personalidades mais marcantes que encontramos no município, e a sua história de vida, que infelizmente não nos foi dado

conhecer (7), seria certamente um manancial de ensinamentos relativos aos processos de aculturação e assimilação naquele ambiente. Será um autêntico "líder" local? Não temos elementos para afirmá-lo. Duvidamos, mesmo, de que seja capaz de iniciar ação grupal a não ser, talvez, em determinadas e limitadas esferas da vida social. Também sob este ponto de vista, um "estudo de caso" compensaria.

Agregados e Jornalheiros

Nas terras do Estado, recentemente acabadas de medir nas encostas dos rios Jacuí e Toropi-Mirim, as quais podem adquirir mediante simples requerimento; em terras antes pertencentes a fazendas parceladas, compradas a prestações; e mesmo em corredores de estradas, vivem lusos cuja economia própria não lhes fornece mesmo o sustento mais modesto. Empregando-se para trabalhar por dia, conseguem o dinheiro necessário para a aquisição de bens complementares para seu consumo. Fazem-no na medida das suas necessidades, das suas forças, e do temperamento de cada qual.

Deste modo, alguns conseguem anealhar o capital necessário para adquirir bois e arado, subindo para a categoria dos proprietários auto-suficientes, enquanto outros, a custa de pouco trabalho, vivem na mais completa miséria e outros ainda mantêm-se entre estes dois extremos.

Só poucos conseguem romper o círculo vicioso, que a exiguidade da sua própria agricultura estabelece, em virtude das seguintes circunstâncias.

Primeiro, faltam-lhes os instrumentos necessários para o desenvolvimento da sua própria lavoura.

Segundo, o trabalho para outros toma-lhes uma parte do tempo que poderia ser empregado para, mesmo a enxada, aumentar a sua própria produção, fazendo-os frequentemente perder os momentos propícios para determinados serviços.

Terceiro, a vida andarilha distrai a sua atenção, impedindo-os de se concen

(7) Sabemos, porém, que nunca morou fora da colônia.

trar na observação das suas culturas e na execução das tarefas que esta exige.

Quarto - e este fator não deve ser desprezado - a administração de uma agricultura complexa requer uma capacidade de previsão e organização que só o dono de qualidades pessoais excepcionais possui individualmente. O herdeiro de uma tradição agrícola consolidada adquire desde pequeno uma rotina de trabalho que reduz a importância de tais qualidades individuais a um mínimo.

Quinto, a alimentação insuficiente reduz a força física. Apenas a título de exemplo citamos aqui a informação de um grande triticultor. Disse-nos este que, quando ainda não possuía as máquinas com as quais hoje realiza as suas colheitas, precisava convocar trabalhadores com antecedência de dias sobre o real início dos trabalhos, porque, vindos de uma das regiões mais pobres dentre as que fornecem este tipo de operários rurais, necessitavam de um período de boa alimentação para se colocarem em condições de suportar o peso do trabalho prolongado.

Alguns rompem, como dizíamos, este círculo vicioso a custa de qualidades individuais excepcionais. Que isto aconteça com certa frequência na vizinhança das colônias italias, sugere a hipótese, cujo estudo deveria ser objeto de uma pesquisa especial, de que a participação em uma vida de comunidade organizada dá a tais qualidades individuais estímulo e apoio favoráveis para que frutifiquem. Aquêles que, vivendo em núcleos isolados, só têm por companheiros pessoas de igual condição, parecem não poder, normalmente, elevar-se sobre o ambiente. Se, como jornaleiros, prestam serviços em lavouras mais prósperas, sentem-se em condição de tal inferioridade, elementos estranhos que são naqueles ambientes, que a observação do modo de proceder dos "patrões" pouco lhes pode significar de aplicável à sua economia. Nas conversas que tivemos a este respeito com colonos repetiam-se sempre, quase nas mesmas palavras, as observações de Saint-Hilaire a respeito dos peões índios nos arredores Santa Maria: "Os patrões lamentam a inconstância e falta de afetividade dessa gente."

Dizem que quando recebem adiantamentos, retiram-se e não aparecem mais" (8) .

Outro caminho, pelo qual este proletariado rural pode tentar libertar-se de uma situação sem esperança, é indo morar em terras de colonos, explorando-as como meeiros. Em tais casos, costuma ser-lhes entregue uma determinada área, o "patrão" fornecendo animais de trabalho e instrumentos, bem como as sementes necessárias. A contrapartida consiste na divisão do produto, na maioria dos casos em partes iguais, entre patrão e agregado.

O resultado deste regime de trabalho depende em certa medida da assistência que o patrão dá ao meeiro, dirigindo-lhe o trabalho. A impressão que tivemos, e que mereceria ser investigada sistematicamente, o que ultrapassaria os limites impostos ao nosso trabalho, é de que tal assistência é fraca. O colono não é capaz de compreender a mentalidade do agregado, formada sobre um fundo cultural diferente, e atribui a "indolência" ou "preguiça" o desânimo daquele. Afinal, o agregado acaba sendo tão miserável quanto o jornaleiro, mais talvez, por lhe faltar a convivência regular ou frequente em um grupo de semelhantes.

As condições de habitação correspondem à precariedade do estilo de vida. No casebre pobre, de madeira tosca ou pau-a-pique, sem fôrro, moram em média 6,2 pessoas. Não tem muito sentido calcular o número de cômodos, pois êle é mal dividido em "lances" separados. Raríssimos são os casos em que o patrão, fornecendo material e orientação, proporciona um ambiente doméstico algo melhor. Camas, mesas, cadeiras, uns as têm, outros não. A água provém na maioria dos domicílios de nascentes, nem sempre isentas de contaminação, e de arroios. A privada é desconhecida. Iluminação elétrica foi encontrada, em nosso inquérito, apenas em três domicílios, todos êles do tipo melhor e estabelecidos na propriedade de um colono tauto que possui gerador elétrico próprio. Muitos têm ferro de engomar, mas a máquina de costura é rara e o rádio ausente .

(8) Auguste de Saint-Hilaire, Viagem ao Rio Grande do Sul, p. 246 ,

P A R T E III

M o c o c a



MOCOCA

DO
LESTE PAULISTA



PLANALTO OCIDENTAL

Depressão Perifeica



PA 3

CASSIA dos
COQUEIROS

MONTE SANTO

O GUARANÉ

Est. de MINAS GERAIS

São Benedito
das Rãs

ARCEBURGO

CAJUTÁ

USINA
S. ALEXANDRE

Rio Canoa

MOCOCA

AL. do
RIO

rio Pardo

IGARAI

TAPIR

Tambuzá

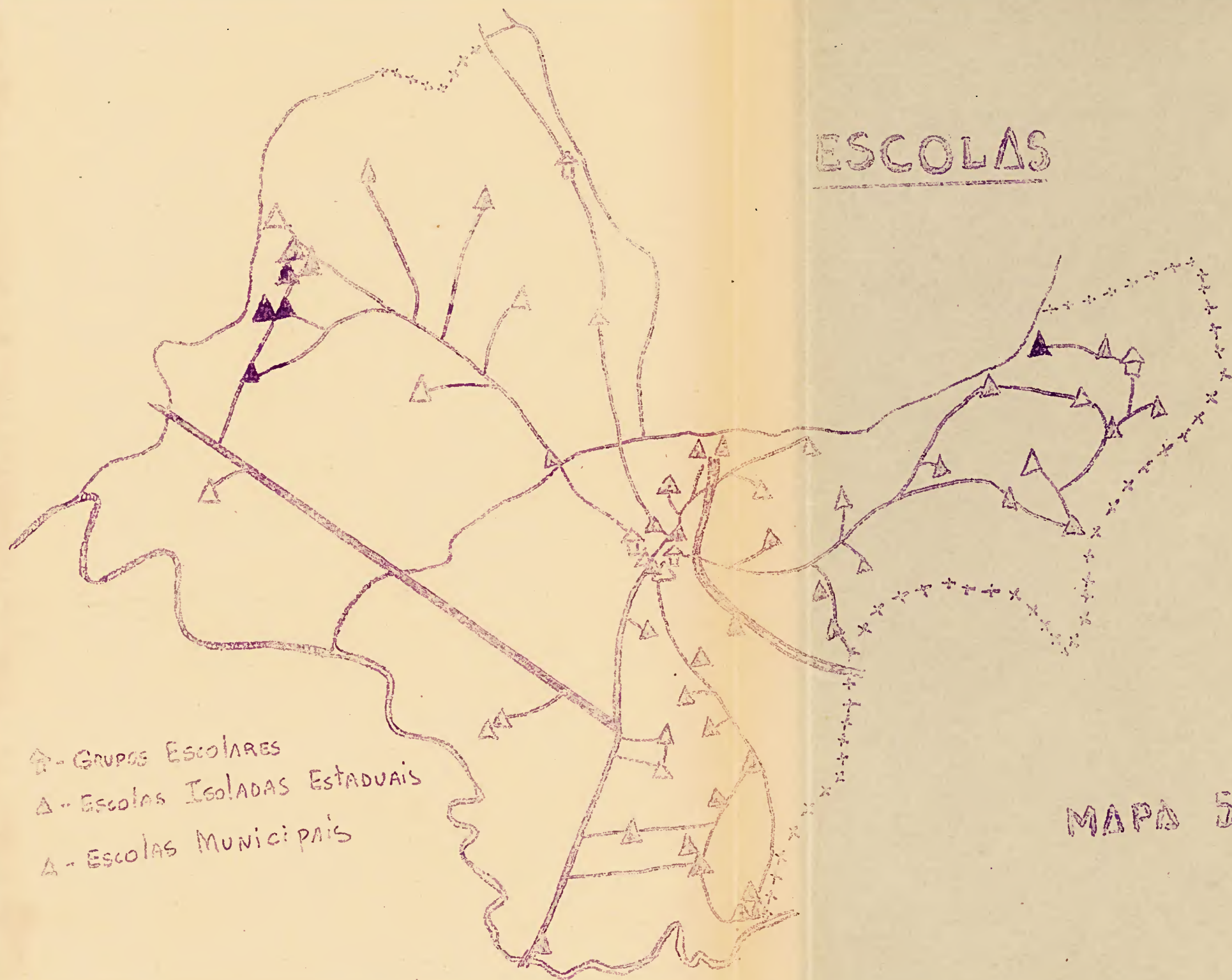
SÃO JOSÉ
do RIO PARDO

MOCOCA
(MUNICÍPIO)

CASA
BRANCA

MAPA

ESCOLAS



▲ - GRUPO ESCOLARES
△ - Escolas Isoladas Estaduais
△ - Escolas Municipais

MAPA 5

[Handwritten signature]

CAPÍTULO VII

O Município



1- Aspectos Geográficos

Situado sobre o limite entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, é o município de Mococa algo como um ponto avançado deste Estado sobre aquele. O próprio contorno da sua planta o sugere: como num amplexo envolve pelas suas pontas setentrionais uma área triangular, mineira, confrontando-se com os municípios de Arceburgo, Monte Santo e Guaranésia (Mapa 4) .

Ainda em outro sentido é extrema a posição de Mococa. Ocupando a ponta setentrional da grande depressão "periférica" que corre em São Paulo paralelamente ao Planalto Cristalino (ou "Atlântico"), reúne em seu território de 859 km² uma área pertencente a esta depressão, e outra, oriental, forrada por ramificações da Mantiqueira. Assim, se Mococa avança de São Paulo para Minas, também se pode conceber como campo de penetração de formações físicas mineiras nos limites políticos de São Paulo. Ao norte estende-se até as encostas das Serras da Borda da Mata e das Contendas, já incluídas nos municípios de Cássia dos Coqueiros e Cajuru, respectivamente, e as quais representam a "cuesta" do Planalto Ocidental (Mapa 3) .

Entre Mantiqueira e "Depressão Periférica" é que se definiu o destino da cidade. Sede de município colonizado por mineiros, viu-se por décadas investida na função de empório comercial, servindo a região mineira limítrofe, mormente quando, em 1891, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro dela fez a sua ponta de trilho . No início do nosso século, porém, abriu aquela ferrovia o Sul de Minas, partindo de São José do Rio Pardo e ligando esta cidade a Guaxupé, com o que Mococa, já candidata à posição de capital regional, passou a viver do seu próprio potencial produtivo, exclusivamente .

De tal modo, todavia, já estava consolidada a sua situação econômica que o fim de um sonho de hegemonia não importou em submissão a outra cidade. Mantendo co

mércio e relações administrativas com São José do Rio Pardo e Casa Branca em condições de certa dependência, são relativamente fracos estes laços, pois Mococa não se prende a estas cidades, tratando de todos os seus negócios mais importantes, políticos e econômicos, diretamente na Capital do Estado, à qual a ligam pouco mais de 300 quilômetros de estrada boa, percorridos diariamente por dois ônibus em cada direção.

Por outro lado, porém, não se beneficia consideravelmente de intercâmbio com outros municípios vizinhos: Cajuru e Cássia dos Coqueiros voltam-lhe as costas, procurando o centro planaltino, que é Ribeirão Preto, enquanto Tambaú se orienta para Casa Branca, e Tapiratiba para São José do Rio Pardo. Há, contudo, ligação diária por ônibus a todos eles (exceção feita de Cássia dos Coqueiros). Outras linhas de ônibus permitem a viagem direta até Ribeirão Preto, Santa Cruz das Palmeiras (estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro), São João da Boa Vista, Guaxupé, Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso.

O território municipal abrange, então, áreas pertencentes aos contrafortes da Mantiqueira e outra que participa da "Depressão periférica". O viajante, que vem de Casa Branca pela estrada de rodagem, atravessa, após cruzar o Rio Pardo, um trecho de campo que se estende a sua esquerda até o Rio Canoas e que é um prolongamento dos campos cerrados daquele município. À sua direita vê as primeiras colinas das que, tendo por eixo a Serra do Mato Custódio, cobrem a parte do município que vai dali até o limite de Minas Gerais e na qual se localiza a maioria dos cafésais mocoquenses.

A meio caminho entre o Rio Pardo e a cidade de Mococa, inicia-se a estrada que, quando concluída, irá alcançar Cajuru e que corre paralela ao Rio Pardo. Transposta a baixada ^{pantânica} do Rio Canoas, atinge nas proximidades da Serra das Contendas novamente terras úberes (terra roxa) em que se situam os canaviais da Usina Santo Ale -

xandre. Visitando-as, podemos regressar à cidade de Mococa pela estrada velha de Cajuru, percorrendo uma paisagem levemente acidentada e que ocupa a área compreendida entre esta estrada e o Ribeirão das Areias, divisor entre Mococa e o Estado de Minas Gerais.

Dos três distritos que constituem a organização administrativas do município, de longe o maior em área e população é o de Mococa, tendo por sede a cidade e abrigo, por ocasião do recenseamento de 1960, 83,4% da população municipal. O distrito de Igaraf, que ocupa o extremo leste, era habitado por 12,3% da população e o de São Benedito das Areias, ao norte, por apenas 4,3%.

O sistema hidrográfico é tributário, através do Rio Pardo e do Rio Grande, da bacia do Paraná. Os rios mais importantes são o Rio Pardo, divisor do município em relação aos de Casa Branca e Tambaú, por um pequeno trecho também ao de São José do Rio Pardo, e que acionará as recém-construídas usinas do Limoeiro e de Euclides da Cunha, como já vem fornecendo, há muitos anos, luz e energia ao município. Seu afluente, o Rio Canoas, vindo de Minas, vem marcando a divisa estadual ao norte da parte oriental do município, até o ponto onde seu afluente, o Ribeirão das Areias, começa a assinalar o limite oriental do norte do município. A partir da confluência de ambos, atravessa o Rio Canoas a área municipal entre banhados, até se projetar no Rio Pardo. Terceiro em importância é o pequeno Ribeirão do Meio, afluente do Canoas, e que se destaca por atravessar a cidade e por separar as terras orientais, pertencentes ao sistema da Mantiqueira, daquelas ocidentais que são o extremo da depressão periférica. (É ele, a rigor, que exerce esta função, e não o leito da estrada de Casa Branca, como inicialmente dissemos com intuito de simplificar). O Ribeirão da Boiada, a noroeste, serve de limite entre Mococa e Cajuru.

O clima caracteriza-se por uma estação quente e chuvosa que vai de setembro/outubro a março, e outra seca, de abril até agosto/setembro. A estação quente dis-

tingue-se da "fria" mais pelas suas temperaturas mínimas do que pelas máximas. Aque-
las alcançaram em média nos últimos 6 anos (janeiro de 1955 a setembro de 1960), em
janeiro, 16,30C, enquanto em junho a média foi de 5,5° C. No mesmo período a tempe-
ratura máxima teve sua média mais alta com 36,6° C no mês ainda seco de setembro,
a mais baixa sendo de 29,8° C em junho (1) .

2 - História

As matas que cobrem os contrafortes serranos, e os campos pertencentes à "De-
pressão Periférica", no atual município de Mococa, estavam praticamente virgens de
ocupação humana nos princípios do século 19 . Podemos contar como sendo os primór-
dios da sua história a fundação das fazendas de "Água Limpa" e "Alegria", em 1822 e
1831, respectivamente. Embora as terras desta já tenham sido exploradas anteriormen-
te, consideram os cronistas como os verdadeiros iniciadores da ocupação de ambas,
os mineiros que então nela se fixaram. O fato de que estas famílias ainda existem e
exercem grande influência sobre os destinos do município é de importância para a
compreensão da estrutura social, atual, do mesmo (2) .

Daquela época em diante, foi rápido o crescimento do núcleo. Já em 1837 ra-
zou-se a primeira missa na capela da Fazenda da Alegria (3), e em 1841 instituiu-se
o povoado e capela curada, pertencentes à vila de Casa Branca e Comarca de Mogi-Mi-
rim (4). Deu-se-lhe o nome de São Sebastião da Boa Vista, mas - diz o cronista Hum-

(1) Segundo informações da Casa da Lavoura .

(2) Testemunhos desta importância das famílias tradicionais podem não apenas ser en-
contrados profusamente nas obras de Humberto de Queiroz e Edgar Freitas como também
observados na vida atual do município .

(3) Humberto de Queiroz, A Mococa - De sua Fundação até 1900, p. 26 .

(4) Op.cit., p. 29 .

berto de Queiroz - popularmente foi sempre chamada de Mococa, designação que se oficializou em 1875 (5) . Passou a freguesia em 1856, a vila em 1871, e a cidade em 1875 .

Ainda segundo Humberto de Queiroz, produziam-se, nos primeiros tempos, cana, arroz, feijão e milho; criavam-se gado bovino e suíno (6). Por volta de 1850 introduziu-se o café (7) , cuja cultura se expandiu de tal forma que em 1870 já representava um fator preponderante na economia local (8) .

A política partidária fez sua aparição no cenário da freguesia, a partir da sua criação (9) . O grau a que deve ter chegado no apaixonar os ânimos mede-se pela tendência dos cronistas de verem a história mocoquense em função dela - quer por preferência pessoal a este assunto, quer porque sob o aspecto político eram mais fecundas as fontes de informação .

Até 1860, aproximadamente, vai o período rústico de Mococa. Uma população de cerca de 1.500 almas vivia mormente do trabalho rural (10) . O seu divertimento festivo eram as cavalhadas (11) , e uma visita pastoral de 1858 dá testemunho de uma pobreza tal, da igreja, que o bispo diocesano declarou, em provimento, a sua indignação (12) .

(5) Sinótese Estatística do Município de Mococa, p. 3 .

(6) Humberto de Queiroz, *Op.cit.*, p. 24 .

(7) *Op.cit.*, p. 35 .

(8) *Op.cit.*, p. 56 .

(9) *Op.cit.*, p. 40 .

(10) *Op.cit.*, p. 42 .

(11) *Op.cit.*, p. 50 .

(12) *Op.cit.*, p. 47 .

Em 1858, também, realizou-se, segundo Humberto de Queiroz, o primeiro grande baile, com orquestra vinda de fora (13). O padre italiano que veio em 1860 foi a primeira pessoa de sua nacionalidade a residir na freguesia (14), mas em 1866 temos notícia de vários seus patrícios, negociantes e artesãos; e poucos anos mais tarde, grandes casas comerciais pertenciam a italianos (15). O primeiro e modesto espetáculo teatral foi visto em 1863 (16). O valor da produção agrícola e o comércio com o Sul de Minas começavam a proporcionar conforto à vida do povoado (17).

Dois decênios de prosperidade seguiram-se à elevação da vila a cidade. A administração civil e judiciária, a lavoura, o comércio, as profissões liberais contribuíram para a consolidação do núcleo urbano. Nomes tradicionais distinguiam os grandes fazendeiros, mas no comércio avultavam os italianos. Uma banda de música e uma sociedade dramática vieram dar uma nota algo refinada às diversões. A própria política tomava um aspecto mais ideológico com a campanha abolicionista (18).

A riqueza veio a partir de 1890. A abolição foi seguida pela imigração em massa de trabalhadores italianos de cujo padrão de vida, como colonos de fazendas ainda hoje se contam fábulas. A estrada de ferro vinha-se aproximando havia anos; após atingir Mogi-Mirim em 1875, Casa Branca em 1878, fêz de Mococa ponta de trilho e empório para toda uma região mineira em 1890 (19). Neste ano, havia 7.731 habi -

(13) Op.cit., p. 52 s.

(14) Op.cit., p. 44.

(15) Op.cit., p. 59.

(16) Op.cit., p. 51.

(17) Op.cit., p. 68.

(18) Op.cit., p. 74 ss.

(19) Op.cit., p. 105.

tantes no município , dos quais 4.932 brancos, 1.637 pardos e caboclos, 1.162 pretos. 3.863 eram naturais do Estado de São Paulo, 2.788 de Minas Gerais, 209 de outros Estados brasileiros, 597 da Itália, 186 de Portugal, e 88 de outros países estrangeiros (20) .

Sôbreveio a alta do café de 1893 a 1895 com uma vertigem de abastança; e a crise subsequente não chegou a abalar o bem-estar dos cidadãos de Mococa. Jornais se fundaram; o velho teatro transformou-se em prédio suntuoso, onde companhias do Rio de Janeiro representaram óperas, dramas e revistas; inaugurou-se um novo Mercado Municipal; fundou-se o Banco de Mococa; erigiram-se nova Matriz e um colégio; construíram-se palacetes particulares; e muitas outras obras públicas e particulares se fizeram (21) .

A estrutura da economia rural, tal como era em 1901, caracteriza-se pelos seguintes dados então levantados pelo intendente municipal: proprietários agrícolas : 109; área total das propriedades: 17.506,5 alqueires; área cultivada em café: 4.070 1/2 alqueires; pessoal agrícola: 2.971 pessoas (22). Era, pois, uma economia baseada na propriedade grande, o que explica a concentração de riqueza e poder em poucas mãos, embora, como já mencionamos de passagem, naquela época o colono possuísse um padrão de vida consideravelmente mais elevado do que hoje .

O primeiro quartel do século XX viu consolidar-se a cidade. Em 1904 deram-se os primeiros passos para a constituição da sociedade particular que forneceria luz e energia elétrica à cidade (23). Em 1911 instalou-se grande usina de açúcar nas pro

(20) Op.cit., p. 106 .

(21) Op.cit., pp. 107 ss.

(22) Dados extraídos da crônica de Edgar Freitas: Mococa , 100 Anos de História, p. 112 .

(23) Op.cit. p. 128 .

ximidades do limite oriental do município, embora fora do seu território (24) Na cidade, todavia, não vingava a fundação de atividades industriais em maior escala. Entre as razões, que devem ser várias, conta-se - segundo a opinião de contemporâneos ainda vivos - a oposição dos fazendeiros que receavam uma ameaça à sua posição no mercado de trabalho. O prédio do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" - que deve seu nome a uma das figuras dominantes da vida da cidade, fazendeiro a quem em 1885 o imperador conferiu o baronato - data de 1913 (25). A primeira escola de comércio foi instalada em 1925 (26).

A grande crise de 1929/30 pôs termo a esta fase da vida de Mococa, incentivando a transferência das residências de muitos fazendeiros para a Capital do Estado. Isto provocou mudanças estruturais, que certamente facilitaram a ascensão de uma nova classe média, para a qual fortemente contribuiu a colônia italiana. Esta recrutou-se em duas fontes distintas: compõem-na os descendentes dos comerciantes imigrados nas décadas de 1860 e 1870, e os dos colonos vindos depois da abolição e que paulatinamente foram abandonando as fazendas, quer para se dirigir a regiões "novas", quer para se transferir para a cidade.

O período posterior à segunda guerra mundial viu as estradas melhorarem, facilitando a comunicação com a Capital, para a qual a estrada de ferro de há muito se havia tornado insuficiente; viu um início de industrialização e a construção de duas grandes usinas elétricas pelo poder público. Novamente processaram-se mudanças na estrutura do município, e é nesta fase que o estudaremos.

3 - Economia

Para se compreender a economia hodierna de Mococa, é conveniente recordar as

(24) Op.cit.p. 149 .

(25) Op.cit. p. 156 .

(26) Op.cit., p. 213 .

suas raízes históricas. Vimos, no capítulo anterior, que a base da produção local foi constituída pela lavoura, à qual se acrescentava o comércio que, exercido mormente por imigrantes italianos, cobria área consideravelmente superior à municipal, especialmente a partir de 1890, quando a Estrada de Ferro Mogiana transformou Mococa na sua ponta de linha, tornando-a centro de escoamento e suprimento dos municípios mineiros adjacentes. Este momento coincidiu com o da grande prosperidade do café, de 1893 a 1895. "Também ela (Mococa) teve o seu "encilhamento". Houve ano de se edificarem 200 prédios! As ruas eram entulhadas de materiais de construção, as carroças, os operários, os negociantes em apressado vai-vem se entrecruzavam nas ruas, em um labutar contínuo. Era uma cidade de "Yankees"! (27)

Até a crise de 1930 manteve-se o município em prosperidade, dado aquele impulso inicial. Fator contrário dos mais relevantes foi, no entanto, o avanço da Estrada de Ferro Mogiana para o território mineiro, a partir de São José do Rio Pardo, o qual se deu em 1907. Mococa perdeu, com isto, a sua posição de centro comercial. Quando a crise do café abalou mais este esteio da economia local, estava preparado o palco para a nova economia que caracteriza o município de hoje ,

A agricultura então novamente se diversificou, voltando o espírito do lavrador, de certo modo, à mentalidade que tivera antes do reinado do café, com a diferença, porém, de que já agora está consciente de um mercado maior ao seu alcance. A pecuária desenvolveu-se, particularmente no sentido da produção de leite, absorvido por uma indústria de laticínios localizada na cidade. O café, embora tendo perdido seu predomínio absoluto, manteve posição respeitável e ainda hoje ocupa o primeiro lugar na produção agrícola. Suinocultura e avicultura fazem contribuições ponderáveis à riqueza rural. Um produto, contudo, em que se colocaram grandes esperanças, o algodão, teve apenas uma passagem temporária pelo cabeçalho das estatísticas de produ-

(27) Humberto de Queiroz, op.cit., pp.107 s .



ção (28) .

Os principais produtos rurais podem ser vistos no quadro seguinte:

QUADRO 10

Produção agro-pecuária (1958/9 (29) :

Produto	Unidade	Produção	Valor (Cruzeiros)	%
Café em côco	arroba	180.000	117.000.000	23
Arroz em casca	60 ks,	110.000	88.000.000	17
Milho	60 ks,	200.000	80.000.000	16
Outros vegetais			71.636.210	14
Leite	litro	6.859.533	44.179.575	9
Ovos	dúzia	1.200.000	50.000.000	10
Bovinos abatidos	cabeça	3.403	30.371.040	6
Suínos (gordura e carne)	"	2.181	12.047.844	2
Outros prod. animais (*)			14.268.215	3
			<u>507.502.884</u>	<u>100</u>

(*) Subestimado por não incluir subprodutos suínos.

Esta produção rural provinha de 514 estabelecimentos com os seguintes tamanhos

QUADRO 11

Área das propriedades rurais (1959) (30)

Área	número	Área total	%	
Até 2,99 ha.	78			
3 a 9,99 ha.	112			
10 a 29,99 ha.	108			
30 a 99,99 ha.	95			
100 a 299,99 ha.	<u>66</u>	459	21,000 ha.	25
300 a 499 ha.	<u>23</u>	23	9.000 ha.	10
500 a 999 ha.	14		10.000 ha.	12
1.000 a 2.499 ha.	13		20.000 ha.	23
2.500 ha. e mais	<u>5</u>	<u>32</u>	<u>26.000 ha.</u>	<u>30</u>
	514		86,000 ha.	100

(28) Em 1945 chegou a representar 40% da produção agrícola (Sinótese Estatística do Município de Mococa)

(29) Segundo dados levantados na Agência Municipal de Estatística e na Casa da Lavoura.

(30) Dados fornecidos pela Casa da Lavoura .

65% da área rural pertencem pois a 32 proprietários (individuais ou em sociedades) , 75% a 55, e 25% a 459. Para avaliarmos o total de moradores dos estabelecimentos grandes e dos pequenos, solicitamos à Casa da Lavoura um levantamento rápido e sumário do número de famílias estabelecidas nas propriedades de mais de 300 hectares, com o que se obteve uma estimativa algo superior a 1.500. Dando a cada família 6 membros, em média, obtém-se uma população de 9.000 pessoas nas fazendas. Como o recenseamento de 1960 apurou a presença de 16.296 moradores na zona rural, estes 9.000 representam 55% da população rural em 75% da área. E de se notar, a fim de evitar má interpretação deste cálculo, que entre as grandes propriedades há umas, mormente situadas na parte oriental do município, dedicadas principalmente à lavoura com predomínio do café, enquanto outras, localizadas nas terras arenosas e de campo no oeste, norte e sul do município são predominantemente exploradas em atividades pastoris. A distribuição da população nas fazendas é, portanto, desigual .

Ao lado das atividades rurais desenvolveu-se a indústria em ritmo cada vez mais acelerado, mormente depois da crise do café. Em 1900 ostentava ainda caráter nitidamente rural, como se vê pela seguinte relação: (31)

- 1 cortume
- 4 olarias
- 25 máquinas de despulpamento e benefício de café
- 6 fábricas de cerveja
- 7 fábricas de massas alimentícias
- 25 serrarias
- 4 solarias
- 3 máquinas de benefício de arroz
- 26 pequenos estabelecimentos artesanais

Entre estes últimos estava uma oficina, iniciada em 1888, que se iria transformar na fábrica de máquinas agrícolas que hoje é um dos maiores estabelecimen

(31) Segundo o rol da prefeitura municipal, referente àquêle ano .

tos locais, com mais de cem trabalhadores. Em 1919 fundou-se uma fábrica de manteiga, a qual mais tarde diversificou a sua produção, ocupando hoje mais de 150 operários, principalmente na produção de leite em pó.

Nas linhas traçadas por este início foi a indústria local progredindo paulatinamente, segundo nos relataram testemunhas contemporâneas, até que a crise de eletricidade irrompida no Estado nos anos de 1952 e 53 provocou a instalação de vários estabelecimentos novos, atraídos pela relativa abundância de energia, proporcionada por uma companhia de capital e iniciativa locais. Desde então é que se pode falar em "industrialização", propriamente dita, da cidade.

Para caracterizar a situação atual, indicaremos a seguir os valores de produção e a mão de obra empregada nos vários ramos industriais. Excusado é ressaltar que os valores de produção são incomensuráveis em confronto com os da produção rural, em vista da composição diferente dos custos industriais e rurais.



QUADRO 12

Produção e Mão de Obra da indústria de transformação em Mococa - 1959 (32)

Ramo	Produção		Empregados	
	Valor absoluto	%	Nº absoluto	%
<u>Alimentação</u>	<u>451.814.497</u>	62	<u>270</u>	28
Laticínios	355.741.462		166	
Carnes e gorduras	42.418.884		? (*)	
Açúcar e álcool	28.435.397		71	
Doces e conservas	23.100.000		27	
Bebidas refrigerantes	2.118.754		6	
<u>Mecânica e Metalurgia</u>	<u>110.936.612</u>	15	<u>151</u>	16
Máquinas e mecânica	44.753.560		106	
Latas para embalagem	66.183.052		45	
<u>Tecelagem, confecção e fiação</u>	<u>93.388.729</u>	13	<u>282</u>	30
Tecidos	60.238.368		194	
Fiação	23.200.000		27	
Confecção de roupas	9.950.361		61	
<u>Couros etc.</u>	<u>61.086.183</u>	8	<u>127</u>	13
Couros e peles	37.598.521		61	
Arreios e outros artefatos	7.569.447		36	
Cola e sebo	15.150.000		30	
Couro verde	768.215		-	
<u>Outras atividades (estimativa)</u>				
Madeiras, cerâmica, gráficas etc.	<u>10.000.000</u>	2	<u>120</u>	13
Total geral	727.226.021	100	950	100
(*) Pequenos estabelecimentos (açougues) com reduzido número de empregados				

(32) Dados levantados, a nosso pedido, junto aos estabelecimentos locais, pelo economista Augusto Amato.

As diferenças manifestas na proporção entre produção e mão de obra não me recem análise em vista da heterogeneidade da composição dos custos nos vários ramos industriais. Pela mesma razão e pelo menor interesse sócio-econômico deixamos de discutir a composição da produção industrial em termos de valores, limitando-nos a alguns dados relativos à mão de obra, não sem ressaltar a relativa insegurança dos dados apurados em face do processo adotado para o seu levantamento.

O fato mais significativo a este respeito é o que se refere à distribui -
ção dos sexos sobre os vários tipos de atividade industrial, a qual se depreende do quadro abaixo :

QUADRO 13

Mão de Obra da Indústria mocoquense, segundo o sexo
1959 (33)

Ramo	Homens		Mulheres	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Alimentação	234	37,0	36	11,3
Mecânica/Metalurg.	137	21,7	14	4,4
Fiação, tec. e conf.	42	6,7	240	75,2
Couros	118	18,7	9	2,8
Outros (estimativa)	100	15,8	20	6,2
	<u>631</u>	<u>100</u>	<u>319</u>	<u>100</u>

Estes números tornam bem nítida a grande importância da indústria do ves -
tuário (em sentido lato) na absorção de trabalho feminino. Este contingente represen -
ta uma quarta parte de toda a "Força de Trabalho" industrial, e três quartas partes
da feminina. Não é necessário insistir na significação que tem, para a cidade, esta
oferta de empregos femininos de natureza industrial. Quanto aos dados aqui relatados,
tenha-se em mente que se referem a todo o território municipal. (Entretanto, somente
uma usina de açúcar se localiza na zona rural; as demais indústrias, na cidade) .

(33) Idem .

A influência da indústria do vestuário faz que seja superior à masculina a mão de obra industrial feminina de menor idade (menor de 18 anos). Entre a "Força de Trabalho" acima discriminada há 211 menores, quase metade dos quais sendo constituída por meninas que trabalham nas fábricas de fios, tecidos e confecções.

QUADRO 14

Mão de Obra de menor idade na Indústria mocoquense
1959 (34)

Ramo	Rapazes		Meninas	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Alimentação	10	12,7	8	6,1
Mecânica/Metalurgia	34	43,0	13	9,8
Fiação, tecel., confec.	3	3,8	101	76,5
Couros	12	15,2	-	0,0
Outros (estimativa)	20	25,3	10	7,6
	<u>79</u>	<u>100</u>	<u>132</u>	<u>100</u>

Finalmente, antes de encerrarmos esta exposição, cabe fazer referência a um fenômeno passageiro, mas de grande vulto durante o período de pesquisa, que é a construção de duas grandes usinas hidrelétricas no Rio Pardo, na divisa entre Mococa e São José do Rio Pardo. Este empreendimento da Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, de economia mista, influiu poderosamente na composição ocupacional da população, durante vários anos.

4 - População

Pelo recenseamento de 1960 foi constatada no município de Mococa uma população de 31.851 habitantes, dos quais 14.306 na cidade, 1.249 nas vilas (780 em Igaraf e 469 em São Benedito) e 16.296 na zona rural, assim distribuída pelos distritos:

(34) Idem

Mococa: 12.249

Igaraf 3,132

São Benedito: 915

Em 1950 verificara-se uma população total de 30.706, em 1940 esta era de 26.054 e em 1920 de 26.157. Estes dados fazem pensar que a população do município acusa um crescimento pequeno e de ritmo hesitante. Esta conclusão é aproximadamente verdadeira, mas os números indicados não representam fielmente a realidade ;

Em primeiro lugar deve ser levado em consideração que os recenseamentos não se realizaram nas mesmas datas: os de 1920, 1940 e de 1960 foram feitos em setembro, e o de 1950 em julho. Esta divergência não é irrelevante em face da mobilidade da população rural, que se renova a uma taxa anual de aproximadamente 12%. Tal deslocamento de populações rurais ocorre em plano tanto intra como intermunicipal e precisamente entre agosto e outubro.

Por outro lado, compõe-se a população municipal de dois setores com tendências demográficas distintas: o urbano e o rural. Deste modo uma aparente estabilidade global pode encobrir tendências parciais divergentes, o que realmente ocorre. Também este fenômeno, contudo, não pode ser observado com absoluta segurança por ter sido modificado, nos períodos inter-censitários, o perímetro urbano (e suburbano) legal. Não se pode, pois, afirmar que o crescimento da cidade entre 1950 e 1960 corresponda exatamente aos dados censitários, pois desconhecemos a distribuição efetiva da população em 1950, podendo ter havido núcleos urbanos, legalmente considerados rurais. Isto não ocorreu em 1960, quando o perímetro, recentemente aumentado, compreendia realmente toda a população urbana, incluindo ainda pequeno número de habitantes da zona rural (se esta for ecologicamente definida). (35)

Com estas ressalvas, passamos a apresentar os resultados dos três últimos recenseamentos, com relação à cidade:

1940: 7.681

1950: 7.893

1960: 14.306

(35) Esta população rural é insignificante em número, em face da população total.

Salta aos olhos que, quaisquer que tenham sido os fatores de distorção dos dados em detrimento da cidade, em 1950, desde aquela data ela realmente se expandiu sensivelmente.

A população rural, por outro lado, foi registrada como segue:

1940:	17.576	1950:	21.879	1960:	16.296
-------	--------	-------	--------	-------	--------

Levando em consideração a mobilidade anual, não parecem decisivamente distintos os dados relativos a 1940 e 1960. O grande aumento registrado em 1950 pode ser decorrência de inadequação do limite urbano legal, ou de ter a população rural sido recenseada antes do início de sua renovação, ou ainda (e provavelmente) de ambos estes fatores.

De tudo isto conclui-se que o número total da população rural é relativamente estável, enquanto que a cidade tendeu a crescer, mormente entre 1950 e 1960. Os dados apresentados no tópico anterior permitem a conclusão de que a expansão urbana decorreu do desenvolvimento industrial. Soma-se a isto a vinda, para a cidade, de operários rurais que, não obstante a mudança de domicílio, continuam a exercer a mesma atividade. A construção das usinas hidrelétricas de Limociro e Euclides da Cunha terá contribuído no mesmo sentido, colocando a cidade hoje perante a alternativa de encontrar novas oportunidades de emprego para esta "fôrça de trabalho" após a sua liberação em virtude da conclusão das obras ou, então, de ver o seu contingente demográfico diminuído, futuramente.

Os seguintes dados adicionais caracterizarão melhor a população :

98% da população municipal declararam, em 1950, professar a religião católica. Nosso levantamento por amostra (36) não forneceu indicações de qualquer mudança sensível sob este ponto de vista. Protestantes e espíritas devem, pois, ter con-

(36) Pormenores da técnica de execução deste levantamento são apresentados no Anexo.

servado, em conjunto, aproximadamente a mesma força numérica observada em 1950 (339 e 272 pessoas, respectivamente).

A taxa de masculinidade da nossa amostra é de 943 para a cidade e 1115 para a zona rural, obedecendo à tendência global do país, que acusa mais alta masculinidade na zona rural do que nas cidades. Para toda a população municipal a taxa era em 1950 de 1054.

Quanto à cor, encontramos em nossa amostra urbana 78,5% de brancos, e 78,0% na amostra rural, correspondendo a 79%, verificados no recenseamento de 1950 para o município.

Ainda, em 1950, havia 464 estrangeiros e 291 brasileiros naturalizados, ou sejam 2,5% da população municipal. Esta taxa é relevantemente baixa em relação à herança que a imigração italiana deixou, numericamente expressa pelo fato de que entre os chefes de domicílio de nossa amostra, na cidade, 45,8% ostentavam sobrenomes italianos e 2,5% de outra origem estrangeira. Na amostra rural as taxas eram de 12,0% e 2,6%, respectivamente. Em 1920 foram recenseados 5043 estrangeiros, ou sejam 19% da população municipal.

Segundo a idade, encontramos na cidade, por amostragem, 36,9% de menores de 15 anos e 5,8% de maiores de 60. Na zona rural as respectivas taxas, na amostra, eram de 50,0% e 3,3%, respectivamente, o que vale dizer que aí a proporção de pessoas em idade produtiva é menor do que na cidade, por haver maior contingente infantil.

5 - Política e Administração

Em toda a sua história (carinhosamente anotada pelos cronistas, mas que aqui seria fastidioso reproduzir) tendeu a política de Mococa para o bi-partidarismo. Girava em torno da política municipal, sem contudo deixar de acompanhar as gran

des linhas das constelações estaduais. Nos últimos anos competiam pelo governo da cidade o Partido Social Democrático e o Partido Social Progressista, ambos encabeçados por membros da "aristocracia" local. Aquêlo era tradicionalmente mais poderoso sob a chefia do rico usineiro pertencente a uma das mais antigas famílias do município, mas morador fora dos limites dêste. Há muito tempo êste chefe vem raramente ocupando o seu casarão no centro da cidade e exerce sua influência a distância.

Na eleição municipal de 1959 entrou um novo elemento político em jogo: a União Democrática Nacional que, congregando uma parte da classe média e tornando-se porta-voz de aspirações populares, conseguiu eleger um grupo de vereadores combativos. Embora perdendo a disputa pela prefeitura, conseguiu modificar o panorama partidário, fortalecida ainda pela vitória, em 1960, de seu candidato à presidência da república. No bojo do mesmo movimento renovador fez sua aparição como força ativa o Partido Democrata Cristão.

A administração municipal funciona atualmente sob os olhos críticos de uma oposição atenta. A Câmara de Vereadores é regularmente freqüentada pelos seus membros, mas o espaço reservado ao público permanece geralmente quase vazio. É que as paixões partidárias inflamam permanentemente apenas um pequeno setor das camadas média e alta da população. Limitam-se, aliás, aos assuntos considerados de interesse partidário, não perturbando a paz em todos os demais aspectos da vida municipal: os próprios atos da administração, transformando-se em acontecimentos políticos no momento em que aparecem no recinto da Câmara, dificilmente têm o seu propósito desfigurado de modo a prejudicar o interesse público.

O jornal (semanal) que se publica na cidade e que fundamentalmente se liga ao PSD, noticia e comenta as ocorrências sociais, administrativas e esportivas de maneira interessante e defende os seus pontos de vista partidários de forma a

não arriscar a sua tiragem, vendida entre tãda a população alfabetizada. E, aliás, notavelmente bem redigido em virtude da colaboração de numerosos membros da camada culta da cidade.

A administração está firmemente concentrada nas mãos do prefeito, que , nos distritos, é representado por sub-prefeitos. A pequena área municipal e a concentração das forças políticas na cidade são provavelmente fatores que impedem o jogo político e a sua interferência com a administração na zona rural .



CAPITULO VIII

A Vida Rural



1 - Aspectos Gerais

A área fértil do município é a compreendida entre o Ribeirão do Meio e as divisas dos municípios de São José do Rio Pardo e Tapiratiba e do Estado de Minas Gerais. O relevo ali é acidentado e as terras, ligadas geologicamente à Mantiqueira, são de massapé e salmourão. Ao norte do Rio Canoas, entre este e as divisas dos municípios de Tambaú, Cajuru, Cássia dos Coqueiros e o Estado de Minas Gerais, predominam terras arenosas, havendo, ao sopé da Serra da Boiada, terras roxas. Finalmente, entre o Rio Canoas e o Ribeirão do Meio, estende-se uma zona de campo, pertencente à Depressão Central, e caracterizada pela vegetação do "cerrado".

A circunstância de os limites distritais não separarem estas áreas, umas das outras, e mais o fato de se interpenetrarem as zonas pertencentes aos últimos três tipos (de campo, arenosa e roxa), impossibilitam uma descrição em termos estatísticos e dificultam mesmo um estudo sistemático. Nestas condições, deve bastar aqui indicarmos que a maior prosperidade da cafeicultura é encontrada na parte oriental do município (massapé e salmourão), dominando na zona de campo (meridional) a criação de gado (há também lavouras de cereais), e a área setentrional (arenosa e roxa) abrigando, além de outras lavouras, a de cana, e pastos. Esta descrição genérica omite os inúmeros detalhes geográficos cuja enumeração seria necessária para o conhecimento perfeito do território municipal; dispensável, porém, para os fins da presente exposição.

A falta de melhor indicador, sugere o mapa de distribuição das escolas primárias (Mapa 5) a concentração da população rural nas áreas mais intensamente exploradas, isto é, na região oriental. É ali que se localiza a maioria das fazendas de café. Produzem predominantemente cafés finos, de "bebida estritamente mole". 3,5 milhões dos seus 4,5 milhões de cafeeiros são novos e formados de acordo com

técnicas modernas. A variedade mais aceita é "Mundo Novo", seguida de "Bourbon Amarelo". Gado leiteiro e alguma lavoura de cereais são frequentemente encontrados nas fazendas de café, mormente, entretanto, na faixa intermediária entre a zona oriental e o campo, entre as estradas que levam para Casa Branca e São José do Rio Pardo.

Na zona de campo localiza-se a maior propriedade do município, por muitos mocoquenses considerada verdadeiro "latifúndio". Que a qualidade do solo ali não impede totalmente uma exploração mais intensa do que a existente, sugere a fundação recente, também na zona de campo, nas proximidades do Rio Pardo, de uma colônia de sitiantes japoneses.

Ainda extensivamente explorada é a zona arenosa, na parte setentrional do município, até onde (ao sopé da Serra das Boiadas) terras roxas facilitaram o desenvolvimento de canaviais, cuja produção é absorvida pela "Usina Santo Alexandre" entre eles situada.

A maior parte do território municipal é ocupada por fazendas: 75% por propriedades de mais de 300 ha; mais ainda, se considerarmos fazendas aquêles estabelecimentos menores, localizados nas partes mais úberes do município, onde mesmo 30 alqueires podem já ser considerados suficientes para serem classificados entre elas. Levando-se em consideração que até sítios maiores são muitas vezes explorados com o auxílio de mão de obra assalariada, compreende-se que a população rural é precipuamente representada por esta; o número de proprietários e suas famílias não ultrapassando ~~sadas~~ 20% (1). Dêstes, algo menos de uma quarta parte (os proprietários de áreas superiores a 300 ha, e boa parte dos que tem entre 75 e 300 ha.), podem ser contados

(1) Estimando em 500 o número de proprietários residentes na zona rural e em 6 o número médio dos membros de cada família, obtemos uma população proprietária de 3.000. A população rural, recenseada provavelmente em momento de rarefação (v. Capítulo VII, p.140.), sendo estimada em aproximadamente 16.300, obtem-se a taxa de 18,4%.

como fazendeiros, perfazendo os sitiantes aproximadamente 15% da população rural.

2- Tipos de Trabalhadores Rurais

O contingente mais numeroso entre os trabalhadores rurais é o constituído pelos colonos, parceiros e meeiros, e diaristas. O colono empreita os tratos e a colheita de lavouras de café, mediante uma remuneração em dinheiro (paga parceladamente por cada capina) e cessão de terra para o plantio de cereais por conta própria. Reside em casa fornecida pelo patrão. O meeiro que recebe terra preparada e sementes, e o parceiro que apenas recebe terra, plantam cereais por sua própria conta e risco, entregando ao patrão 50%, aquêles, e êstes 20 a 30%, do produto colhido. O diarista, finalmente, executa trabalhos que lhe são atribuídos, mediante pagamento em dinheiro.

O administrador substitui o fazendeiro em tôdas as providências rotineiras relacionadas com os serviços do estabelecimento, sendo assistido por fiscais. Ambas estas categorias percebem ordenados mensais.

Retireiros, maquinistas, tratoristas, carroceiros prestam os serviços que sua designação indica. O seu número é muito inferior ao dos colonos, meeiros, parceiros e diaristas. Esta última classe, aliás, tende ultimamente a crescer em virtude da migração para a cidade. Colonos, meeiros e parceiros transferem residência para esta no intuito não só de gozar o maior conforto que ela oferece, como também de obter renda adicional pelo trabalho feminino. Passam a trabalhar como "volantes" nos serviços rurais, contratados por empreiteiros e transportados diariamente aos locais de trabalho em caminhões.

A população rural, à exceção dos fazendeiros, é movel no espaço. Apenas uma parcela muito pequena é natural do mesmo local em que reside (10% dos chefes de domicílio de nossa amostra), e aproximadamente uma quarta parte (êstes incluídos) são naturais do município. Metade ou mais dos chefes de domicílio são oriundos do

Estado de Minas Gerais. 85% dos chefes de domicílio estabeleceram-se no local atual depois da crise de 1930. Neste grupo observamos, porém, uma diferença entre sitiantes e dependentes (2), pois a quase totalidade daqueles (9 entre os 10 da nossa amostra), lá reside há mais de dez anos, o que ocorre com apenas metade dos administradores e fiscais, e com um quarto de todos os demais chefes de domicílio da zona rural.

A presença dos sitiantes pode, por conseguinte, ser interpretada como de corrente da crise que abalou a vitalidade de algumas propriedades maiores, levando-as ao parcelamento. Antes da crise, dá a tradição notícia da existência de sítios que, entretanto, devem ter sido em número muito pequeno. Os dependentes, ao contrário, entram e saem: dos colonos e parceiros, quase 70% residem no local há menos de cinco anos. Como a população rural não está crescendo por imigração, isto equivale a dizer que destes trabalhadores, dois terços se renovam a uma taxa de 20% ao ano, um terço sendo mais estável. A mobilidade processa-se ao menos em parte por uma espécie de rodízio entre fazendas próximas, localizadas neste município e na região mineira fronteiriça. Para outra parte destes trabalhadores, Mococa serve de passagem para outras regiões paulistas, fenômeno que infelizmente não pôde ser investigado em pormenores. Ao nos ocuparmos da população municipal (Capítulo VII, tópico 4) já mencionamos que a saída dos colonos costuma ocorrer no fim do ano agrícola, quando findam os contratos de trabalho, firmados, segundo a praxe, pelo prazo de uma safra.

Colonos e Parceiros

Os trabalhadores rurais: colonos e diaristas - salvo a minoria que mora na cidade - costumam ocupar casas pertencentes à fazenda e construídas, comumente, em

(2) Diaristas, colonos e parceiros (incl. meeiros).

longas filas. Muitos, contudo, e mormente os parceiros, moram isoladamente. Raramente, porém, se encontra no município de Mococa família cujo vizinho mais próximo more a muito mais de 500 metros de distância.

As residências de colonos e parceiros costumam ter entre três e seis cômodos. São construídas de tijolos, com cobertura de telhas, e sem fôrro; o piso é de chão batido ou (em metade, aproximadamente, das casas) de tijolos. Metade dos grupos domésticos são constituídos por 4 a 6 pessoas, mas existem outros menores e, particularmente, maiores com até 14 pessoas. (Solteiros são raros nas fazendas, podendo, entretanto, ser encontrados na usina de açúcar Santo Alexandre e nas obras das usinas elétricas Limoeiro e Euclides da Cunha, onde moram em habitações coletivas). Dividindo o número de pessoas pelo de cômodos da casa, obtemos taxas que variam entre 0,5 e 2,5. A densidade de ocupação da casa oscila, pois, entre duas pessoas em 4 cômodos e 5 pessoas para cada 2 cômodos. Em um terço das casas da nossa amostra ultrapassava o número de cômodos o dos habitantes.

Quanto à ligação à rede elétrica distinguem-se as casas dos colonos daquelas dos parceiros. Estes, residindo comumente a certa distância da sede da fazenda, raramente possuem este conforto encontrado em quase todas as casas de colonos. Por outro lado, são extremamente raras quaisquer instalações sanitárias. Dois terços dos domicílios da nossa amostra, em ambas as categorias de trabalhadores rurais, possuem ferro de passar roupa e 40% máquina de costura, mas apenas um sexto têm rádio. A audição deste, naturalmente, não está limitada à casa em que se acha instalado.

A grande maioria das famílias são nucleares, compostas de pais e filhos, ou só de cônjuges. Os matrimônios costumam ser regularmente constituídos, embora em 20% dos casais da amostra só tenha sido realizado casamento civil ou religioso. Uniões sem casamento são raras, mas ocorrem. A vida associativa é muito reduzida,

limitando-se em geral às relações de vizinhança. Em 15%, somente, das casas por nós visitadas, algum morador pertencia a uma associação religiosa. Quaisquer outras as sociações são inteiramente ausentes. No que concerne a facilidade de locomoção, ve mos distinguir-se uma parte ponderável dos parceiros pela posse de charrete ou, ao menos, cavalo. Assim mesmo, metade dos parceiros da amostra não possuía nenhum meio de transporte, o mesmo ocorrendo com 70% dos colonos.

Sitiantes ; administradores e fiscais de fazendas

Os sitiantes e funcionários administrativos das fazendas moram em geral algo mais distanciados dos vizinhos mais próximos do que os colonos. Assim mesmo , dificilmente algum dêles será obrigado a andar um quilômetro para chegar a outra casa. As suas casas são maiores que a dos colonos, tendo comumente de 5 a 7 cômodos. Como não observamos maior extensão do grupo doméstico nestas categorias do que naquela, resulta uma densidade menor de ocupação das moradias, tomando por base de comparação o número de cômodos. Muito mais influi, porém, no estilo de vida o espa ço maior correspondente a cada peça da casa, e o conforto de ao menos algumas de - las. Assim mesmo, apenas uma minoria possui instalações sanitárias, mas ferro de engomar, máquina de costura e rádio são encontrados na maioria das casas. As casas dos funcionários de fazenda possuem praticamente sempre ligação elétrica, a qual entre os sitiantes beneficia uma minoria. Em virtude disto, ocorrem rádios de pálha em domicílios de sitiantes remediados .

Por outro lado, são raros os sitiantes que não tenham ao menos cavalo. . Muitos possuem mais algum outro meio de transporte: charrete, carroça, bicicleta , caminhão ou automóvel. Apesar de terem, os sitiantes, assim, mais facilidade de lo com oção, raros são os que participam da vida associativa secular da cidade (já que na zona rural não estão sediadas quaisquer organizações formais). Em nossa amostra não ocorreu nenhum. Um pouco mais freqüente do que entre os trabalhadores braçais

é a participação em associações religiosas, mas nem a estas chega a pertencer metade dos domicílios da nossa amostra.

Fazendeiros

Deixamos de nos referir aos fazendeiros com maiores pormenores, pois residem (a maioria) na cidade ou possuem ao menos uma residência alternativa na cidade. As suas situações de família, de modo de vida, de conforto variam de um caso para outro, e o número total é pequeno para encontrar expressão significativa em amostra pequena como a nossa.

3 - Instrução

Grande parte da população rural é analfabeta: 57% dos 115 chefes de domicílio e 67% das 114 espôsas de nossa amostra. Sabem ler sem terem frequentado escola ou têm curso primário incompleto (isto é, menos de 4 anos com aprovação, inclusive os que frequentaram com êxito os 3 anos da escola rural): 38% e 29%, respectivamente. Os 5% e 4% restantes, respectivamente, possuem diploma de escola primária completa. A taxa de analfabetismo é, na nossa amostra, ligeiramente superior à média, para a classe dos colonos e diaristas e suas espôsas (65% e 77%). Quer esta diferença para pior seja obra de flutuação amostral, quer não, é certamente pequena. Mais importante é notar que o analfabetismo corre em todas as camadas da população rural e que é grave em conjunto.

Consoladora é, por outro lado, a tendência de melhora que se observa através da percentagem decrescente dos analfabetos à medida que se passa das idades mais avançadas para as mais novas, entre toda a população levantada. Assim, acima de 50 anos (54 pessoas) 80% da população tanto masculina como feminina, na amostra, não sabem ler; entre 40 e 49 anos (61 pessoas) 62%; entre 30 e 39 anos (num total de 71) 56%; entre 25 e 29 (43 indivíduos) 58%, entre 20 e 24 anos (56) 39% e entre 15

e 19 anos (73 indivíduos) apenas 29% .

Persiste, no levantamento de tôdas as pessoas da amostra, a ligeira desvantagem para o sexo feminino, observada entre as donas de casa: mesmo no conjunto, a percentagem de analfabetos masculinos é de 47%, de femininos: 60% .

Que, não obstante a melhora observada na geração nôça, este problema social ainda não está resolvido, indica-o o fato de termos encontrado entre 128 menores de 9 a 14 anos 27% (ainda) não escolarizados. Como esta taxa equivale praticamente à observada entre as pessoas de 15 a 19 anos, parece ter o esforço de escolarização atingido um limite no qual tende a se estabilizar. Conhecendo-se o empenho feito pela escolarização por parte da administração escolar, pode conjecturar-se que a alta mobilidade da população rural e a não-coincidência das mudanças de residência com o ano escolar são, ao menos em parte, responsáveis por esta limitação.

Em face do exposto, não se estranhará que apenas 3% dos domicílios por nós visitados assinavam quaisquer jornais ou revistas. Em 29% não se encontrou nenhum livro nem folheto. Na maioria dos demais, entretanto, os livros encontrados eram quase exclusivamente de natureza religiosa (livros de reza etc.) ou didática (escolares). Não se computando estas duas categorias, restam 3% dos domicílios, que possuem livros. Nas condições gerais da vida rural, pode dizer-se, pois, que a oportunidade para a prática cotidiana da leitura é inexistente.

4 - Alimentação

Tendo em mente a boa alimentação dos colonos (sitiantes) de Júlio de Castilhos, apuramos alguns dados relativos ao consumo de carne, leite e verduras. Verificamos que o consumo de leite é freqüente, sendo diário em 80% de todos os domicílios visitados . Já a carne aparece diária ou semanalmente em apenas 35% (mas em todos os domicílios de sitiantes visitados), nunca, ou menos de uma vez por mês, em 17% .

O consumo diário de verduras não é sistematizado em nenhuma das categorias, e foi encontrado em 22% dos domicílios. Nunca, ou menos de uma vez por mês, são as verduras consumidas em 36% dos domicílios. Este ponto fraco no regime alimentar é de natureza cultural, pois realmente todo colono mocoquense tem possibilidade para plantar alguns pés de alface ou repolho. Estranhando tal desinterêsse por alimento importante, tive de uma mulher de colono a explicação de que não preparava verdura por falta de gordura, como se esta fôsse imprescindível para o consumo daquela .



P A R T E IV

M a c a é

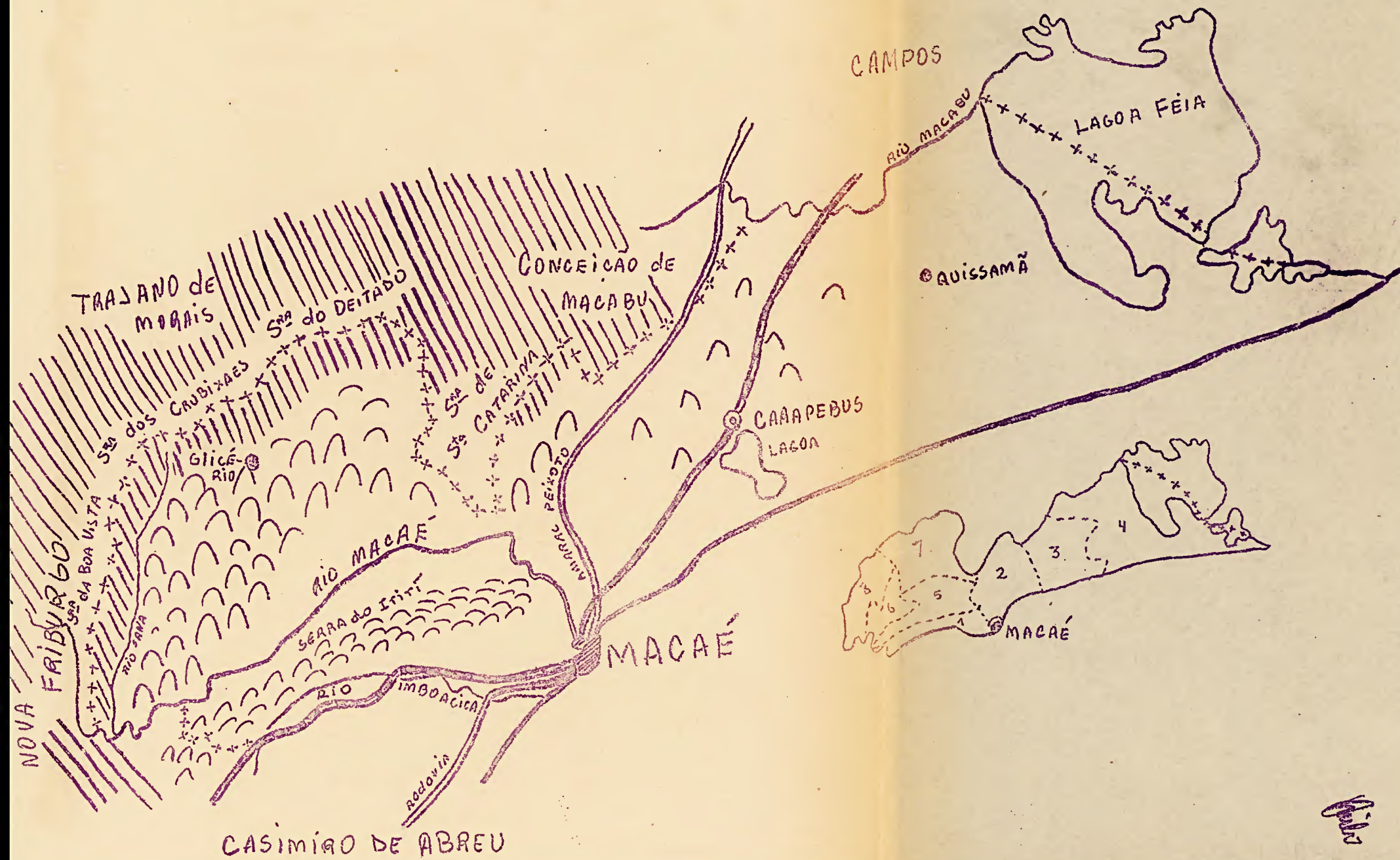
MACAÉ

na Baixa da Fluminense

MAPA 6

MACAÉ (MUNICÍPIO)

MAPA 7



CAPITULO IX

O município



1 - Aspectos Geográficos

A Serra do Mar, correndo de sudoeste para nordeste, aparece a quem a vê do mar, como uma muralha de cumes pitorescos que se elevam bruscamente sobre as terras relativamente planas da Baixada Fluminense. A costa marítima, por sua vez, acompanha o paralelo 23 para, em Cabo Frio, voltar-se para nordeste em ampla curva de forma senóide. A faixa litorânea entre ambas é, por conseguinte, de largura muito variável, formando vastas planícies na área dos sistemas dos rios Una e São João por um lado, e na foz do rio Paraíba por outro (Mapa 6). No vértice da curva de costa, marca a cidade do Macaé não somente o ponto de maior aproximação entre o mar e a frente da serra, mas ainda aquêle onde um contraforte desta, a Serra do Iriri, avança em direção oeste-leste, as suas últimas ramificações atingindo o oceano precisamente onde a cidade se desenvolveu.

No ângulo agudo, aberto entre as serras dos Grubixais e do Deitado, integrantes da Serra do Mar, e a Serra do Iriri, espraia-se os vales do rio Macaé inferior e dos seus afluentes em uma paisagem formada de morros e colinas. Em leitos praticamente planos, as águas destes rios, uma vez saídas das montanhas, formam brejos e banhados que só um labor constante do homem poderia pôr a serviço das suas lavouras, como no fim do século XIX já ocorreu. (Mapa 7).

Um relêvo suave caracteriza o resto do território macaense até a Lagoa Feia. Ao longo da Serra de Santa Catarina, na divisa do município de Conceição do Macabu, formações cristalinas lhe dão feição ondulada. Junto ao mar, uma faixa de restingas (1) de forma triangular começa junto à cidade com uma largura de poucas centenas de metros, e chega a ter 20 quilômetros quando alcança a Lagoa Feia. Inclui vá-

(1) No Estado do Rio de Janeiro dá-se a denominação de "restinga" a terras arenosas e salinas, nas proximidades do mar.

rias lagoas, tanto rente à costa como terra a dentro, a maior das quais é a de Carepebus. Entre as colinas cristalinas e a restinga intercalam-se, em extensão menor, tabuleiros arenosos .

As escarpas da Serra do Mar aparecem no município apenas onde a Serra dos Crubixais e a do Deitado lhe constituem limite em relação ao município de Trajano de Moraes. Ali fica o Pico do Frade, com 1.750 metros de altitude e ao qual muito bem se aplica o nome que, segundo Jean de Léry, lhe davam no século XVI: a Esmeralda de Macaé. Não que seja verde, mas emerge do verdor das matas, reluzente ao sol, com tal imponência e beleza que justifica o epíteto pitoresco.

No mais, as terras montanhosas da Serra de Santa Catarina, que já pertenceram a Macaé, desde 1953 estão incluídas no então criado município de Conceição de Macabu .

Os limites municipais obedecem, grosso modo, a acidentes geográficos: ao sul, o rio Imboacica separa Macaé de Casimiro de Abreu; a oeste, é divisa de Nova Friburgo a Serra da Boa Vista, divisor de águas entre o rio Sana e um trecho do curso do Macaé naquele município; a Serra dos Crubixais e a do Deitado ficam entre Macaé e Trajano de Moraes. A Serra de Santa Catarina marca a divisa de Conceição de Macabu, o rio Macabu e a Lagoa Feia a de Campos.

A área municipal divide-se em três partes, de fisionomia bastante distinta: os distritos orientais, os centrais e os ocidentais. A primeira destas zonas é constituída pelos 3º e 4º Distritos (Cafapebus e Quissamã), de paisagem aberta, de relêvo suave nas partes altas e plana na restinga; a terceira pode ser subdividida em uma sub-área dominada pelo sistema do rio Macaé, plana e pantanosa, ocupada pelo 5º Distrito (Iriri), e outra, montanhosa e pitoresca, dominada pelas serras ocidentais, e ocupada pelos 6º, 7º e 8º Distritos (Cachoeiro, Glicério e Sana); a zona que chamamos de "central", finalmente, (1º e 2º Distritos: Macaé e Cabiúnas) é caracte-

rizada como zona de influência da cidade e participa, de um lado, do vale do rio Macaé, do outro das formações determinantes da zona oriental. (Um trecho do 1º Distrito que se estende ao longo do limite meridional do município, ao sopé da Serra do Iriri, é de deminuta importância sócio-econômica).

Esta divisão do município tem influenciado consideravelmente a sua história econômico-social: os distritos orientais, mormente Quissamã, participaram e participam ainda das atividades canavieiras da região de Campos, enquanto os demais viveram e ainda vivem os azares de lavouras variadas. Na Fazenda Atalaia, em Iriri, lembra uma torre em ruínas os tempos em que o Visconde de Mauá ali possuía um engenho de açúcar, hoje, como quase toda a vasta fazenda, coberto de mata secundária. Nas proximidades deste ponto, junto à estrada que vai da cidade para Glicério, outra usina, de construção recente, mas fechada, dá notícia de mais uma tentativa frustrada no mesmo ramo econômico. Lavouras de cereais, de modo geral tratadas por métodos arcaicos, e criação de gado ocupam parte destes distritos ocidentais, brejos a maior parte dos vales. Há morros nus, praticamente abandonados, e uma apreciável reserva florestal (secundária, como já dissemos) na maior parte da vasta Fazenda Atalaia, além de outras matas remanescentes.

Os distritos extremos, Sana e Cachoeiro, acham mais fácil o comércio com Casimiro de Abreu. Iriri e Glicério preferem a cidade de Macaé, à qual os liga boa estrada. Por outro lado, em Quissamã começa a sentir-se a atração da cidade de Campos. Este centrifugismo de algumas zonas marginais explica-se facilmente pela extensão do município, cujos 2.053 km² de área se estendem sobre uma estreita faixa litorânea de mais de 80 km de comprimento entre o Sana e a Lagoa Feia, tendo de um lado o fim de uma capital regional, enquanto do outro a precariedade das estradas de acesso à cidade, em terrenos acidentados, quase obrigam os moradores a se voltar para fora.

Acresce que a heterogeneidade econômico-social não facilitou a convergência dos interesses da população na sede do município, tanto mais que esta viveu, através

dos séculos de sua existência, à sombra de Campos. Se hoje a cidade ganhou em vitalidade, não foi devido a qualquer modificação nas suas relações com a zona rural, mas pelo seu próprio desenvolvimento urbano. No decorrer de séculos foi, antes de mais nada, um ponto de passagem, e isto em consequência de sua posição geográfica, controlando a ligação terrestre entre Campos e Niterói. Durante o curto período de sua maior prosperidade, graças às magníficas condições naturais do seu porto, recebia desde 1872, através do canal Macaé-Campos, e a partir de 1875, pela estrada de ferro, a produção campista para embarque, com destino ao Rio de Janeiro. Do porto hoje só restam algumas ruínas do cais, pois o prolongamento da estrada de ferro Campos Macaé até Rio Bonito, onde se ligou ao tronco da Leopoldina, lhe tirou toda a importância. Hoje, o açúcar, o cimento, o gado, passam em vagões fechados, por Macaé, com destino ao sul, e o trânsito rodoviário que a atravessa pela Rodovia Amaral Peixoto, ligando Campos a Niterói, não movimentam o comércio senão de alguns bares, restaurantes, hotéis e postos de gasolina. Macaé deixou de ser "vila de passagem", em virtude de caracteres urbanos que vieram a presidir ao seu crescimento, como veremos posteriormente.

Apenas três aglomerados populacionais no interior do município são vilas num sentido sociológico, isto é, acusam qualquer grau de urbanização: Quissamã, Carapebus e Glicério, cada qual com cerca de 1.000 habitantes. (Note-se que o perímetro oficial de Quissamã é menor que a real extensão da povoação). A sede do 2º Distrito faz parte, sócio-economicamente, da cidade. Os demais distritos têm por sede casas esparsas.

2 - História

Quando Gil de Góes renunciou à Capitania de São Tomé, que em 1534 tinha sido conferida a seu pai, Pero de Góes, (2), deixou a sua parte meridional, onde hoje se

(2) Alberto Lanego, A Terra Govatacá, Vol. I, p. 10.

encontra o município de Macaé, virgem de domínio branco (3). Os índios goitacá ainda eram seus senhores incontestes, havendo todavia alguns moradores brancos com quem, a nos mais tarde, se encontrariam os "7 capitães".

Eram, êstes, oficiais portugueses a quem o governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, em 1627, conferiu por sesmaria as terras da capitania abandonada, situadas entre o Rio Macaé e o Cabo de São Tomé e com entrada para o sertão até o alto da serra. Em 1632, realizaram a primeira viagem para as terras que acabaram de receber, da qual, como de outras duas posteriores, um dêles, Miguel Ayres Maldonado, nos deixou um relato bastante minucioso (4). Possuíam engenhos de cana no Rio de Janeiro, e o que os levou a pedir aquela sesmaria foi, segundo Maldonado, a falta de gado vacum e a notícia de grandes campinas existentes naquela região. Para a primeira viagem, que era apenas de inspeção, partiram de Cabo Frio em uma sunaca fretada, no dia 2 de dezembro, chegando a Macaé no dia 11. Lá encontraram um arraial composta de choupanas cobertas de palha e habitado por mamelucos, que vigiam da pesca. Andando mais para o interior, acharam "moradas com alguma consideração" de gente da sua "massa" e dos quais um "fazia vêzes de govêrno, autorizado por Cabo Frio". Após uma excursão marítima até o rio Iguaçu, limite setentrional dos seus domínios, regressaram a Macaé, para dali iniciarem uma segunda expedição, desta vez a pé. Alcançaram a lagoa, a que deram o nome de "Feia", em virtude do estado em que a acharam, em um dia "nublado e frio, e de um vento fulminoso". Havia lá uma aldeia de índios, e mais adiante, no Ca-

(3) Op.cit., pp. 32 ss.

(4) Parcialmente publicado, pela primeira vez, por Augusto de Carvalho em Apontamentos para a História da Capitania de S.Thomé, pp.201 ss, Dúvidas levantadas por Alberto Lanego quanto à integral autenticidade dêste documento (A Terra Goyatacá, Vol. I, p. 39) não lhe diminuem consideravelmente o valor, nesta parte, pois qualquer possível deturpação se limita, provavelmente, à parte final.



bo de São Tomé, outra, na qual moravam alguns náufragos portugueses. Deram notícia a todos, dos seus direitos, e voltaram para as suas casas, muito satisfeitos com o que tinham visto, tanto pela qualidade das terras, como pela boa índole dos seus habitantes, de quem "tinham feito idéia de muito ferozes".

Na sua segunda viagem, um ano mais tarde, foram a cavalo até o Cabo de São Tomé, já desta vez levando 17 cabeças de gado. E, nesta viagem, dividiram entre si as terras, estabeleceram os primeiros currais, deram terras para cultivar aos náufragos e voltaram aos seus pagos.

Iniciou-se, assim, a história de Macaé pela criação de gado, particularmente nas campânas de Quissamã. Também já data desta época grande número de denominações de acidentes geográficos, apostos pelos sete capitães.

O fraternal empreendimento destes, contudo, não teve duração, retirando-se uns, morrendo outros e ficando por último só Miguel Ayres Maldonado, autor do roteiro das suas viagens. Na última parte deste, narra-se uma espoliação de que teriam sido vítimas os capitães sobreviventes e os herdeiros dos demais, por parte do General Salvador Correia de Sá e Benevides. É este o trecho de autenticidade duvidosa. O certo é que os descendentes do General Salvador, tornados Viscondes de Asseca, por cem anos (até 1753) foram donos dos destinos dos "Campos dos Goitacazes", dos quais as terras entre a Lagoa Feia e o Rio Macaé eram uma espécie de apêndice, enquanto que a vida econômica, social e política da capitania se centralizava na vila de São Salvador, hoje cidade de Campos.

Viva continua, todavia, a tradição iniciada pelos sete capitães, pelo facto de ter-se a viúva de Miguel Ayres Maldonado casado com José de Barcelos Machado e, desquitando-se d'ele, ter-lhe deixado a posse das propriedades de seu falecido primeiro marido, as quais José constituiu em morgado, raiz da família cujo domínio no distrito de Quissamã o segundo império iria consagrar com brilhantes títulos nobiliárquicos.

Retrocedendo mais uma vez ao ano de 1630, e voltando as vistas para a região da foz do rio Macaé, vemos a Companhia de Jesus obter as terras sitas entre os rios Macaé e das Ostras (hoje no município de Casimiro de Abreu). Aldearam ali índios goitacá, dando, ao que parece, execução a uma ordem régia que mandava se fizesse tal aldeamento, a cargo dos jesuítas, no interesse da segurança territorial. Segundo Augusto de Carvalho, tal ordem teria sido consequência da descoberta de um campo preparado por piratas ingleses, no ano de 1615. A fazenda dos jesuítas - que nos legou a branca capela de Sant'Ana, ainda hoje um dos mais belos adornos da cidade - encravada entre as duas grandes fazendas que a mesma ordem possuía nos Campos dos Goiatacazes e nos Campos Novos, ficou - segundo Serafim Leite - durante muito tempo, na órbita daquelas (5). O mesmo autor pouco nos sabe relatar, digno de nota, sobre aquele estabelecimento, a não ser (6) que ainda em 1755, quatro anos antes da extinção, "a produção da fazenda, de pouco lucro, consistia em madeira, de que era abundante , em peixe seco, em alguma farinha , e em gado então quase nenhum" (tudo disto, citando Memorial do colégio, daquele ano) .

Até o início do século XIX, a vida da região parece ter sido pacata e pouco movimentada. Ao norte, a cultura de cana que em torno de Campos se expandiu após a saída dos Asseca, no fim do século XVIII, deve ter ocupado boa parte das terras de Quissamã, e no início do século seguinte toda a área de relevo suave até o rio Macaé e além (7) . Cultura e industrialização da cana eram praticadas, entretanto, com técnicas antiquadas, e ao tempo da visita de Saint-Hilaire (1818), não percebeu este viajante indícios de muita prosperidade desta cultura, nem aliás, de qualquer outra, inclusive do café que se começava a plantar nas regiões montanhosas. Era, ainda, a

(5) Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo VI, p. 92 .

(6) Ibidem .

(7) Cf. Renato da Silveira Mendes, Paisagens Culturais da Baixada Fluminense (mapas)

exploração da madeira o principal ramo econômico, a própria cidade "não podia ser comparada senão a uma pequena aldeia da França". Assim mesmo, Macaé apresentava "um ar de vida raramente notado no interior e mesmo no litoral do Brasil; do lado sul vêem-se numerosas vendas e várias casas anunciam a abundância de seus proprietários pelo cuidado com que são conservadas" (8) . Para que não se tenha idéia errada da extensão de tal "aldeia", notemos o que na página anterior Saint-Hilaire dissera a respeito desta mesma parte meridional da cidade (a setentrional é a "Barra" de hoje): "Não se compõe de mais de sessenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas umas das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria cobertas de colmos" .

Era esta a vila de São João de Macaé, instalada em 1814, com territórios desmembrados de Cabo Frio e São Salvador dos Campos. Ainda teve que esperar pela maré favorável que em meados do século a atingiria. Quando o engenho a vapor transformou a indústria açucareira, introduzindo-lhe o espírito capitalista, quantidades cada vez maiores de açúcar afluíram ao porto de Imbetiba, providas do próprio município e do de Campos. Como o transporte desta última cidade a Macaé era penoso, a construção do canal Macaé-a-Campos, iniciada em 1850 e terminada em 1872, mas já antes parcialmente em uso, causou uma modificação radical da situação, iniciando o curto período de grande prosperidade de porto e cidade de Macaé. O canal conservou por pouco tempo sua função de via de transporte, pois em 1875 tomou-lhe o lugar a estrada de ferro, o que possivelmente ainda acentuou mais a vantagem do porto de Imbetiba sobre o de São João da Barra, que servira Campos apenas enquanto não houvesse outro melhor .

Coincide com estes acontecimentos, no setor de transportes, a organização, em 1877, do primeiro Engenho Central pelos fazendeiros de Quissamã, cuja riqueza e

(8) Auguste de Saint-Hilaire, Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil , p. 364 .

brasões nobiliárquicos, de Condes, Viscondes e Barões do Império, até os dias de hoje vivem na memória de tôdas as classes, naquele distrito. Também a cafeicultura prosperava nas regiões montanhosas .

A ligação ferroviária de Macaé ao Rio de Janeiro (1888) pôs fim a este curto período de prosperidade. De 1920 em diante, o mercado de açúcar foi sofrendo reação à conjuntura de guerra. Em 1929 o café deixou de ser fonte de riqueza. Foi, assim, Macaé recaindo na sonolência que lhe caracterizara os primeiros séculos de existência. Apenas em Quissamã a grande indústria açucareira continuou funcionando sempre, embora acompanhada de transformações sociais que levaram ao domínio de poucos donos da usina sobre os demais plantadores de cana, expulsando-os para aumento das culturas próprias, ou relegando-os à posição de simples "fornecedores" . Também em Carapebus, findo o período de baixa, instalou-se grande usina de açúcar.

A cidade, porém, estas grandes organizações econômicas nos distritos orientais não proporcionaram grande movimento comercial. Só nestes últimos dez anos o "progresso" voltou a agitar a cidade: a construção da "Rodovia Amaral Peixoto", entre 1940 e 1944 e cujo asfaltamento foi concluído em 1958, facilitou o transporte de pessoas e cargas para o Rio, além de trazer a Macaé uma "residência" do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. A nacionalização da "Estrada de Ferro Leopoldina" elevou bruscamente o poder aquisitivo de funcionários e operários, que hoje se contam em cerca de 1.000. A rodovia ainda teve influência indireta, estimulando o desenvolvimento do turismo, particularmente na região de Cabo Frio, refletindo, também isto, sobre Macaé .

Hoje, Macaé é uma cidade moderna, seguindo, nas suas construções, de preferência, as linhas da arquitetura contemporânea. Alguns poucos edifícios, apenas, dão testemunho do esplendor de fins do século XIX, merecendo destaque, entre eles, pela nobreza das suas formas, o casarão que atualmente abriga o Posto de Saúde estadual ,

a igreja matriz de São João Batista, a Casa de Caridade. Algumas palmeiras, a branca igrejinha jesuítica: eis tudo. O espírito de seu povo, entre quem poucos descendem de contemporâneos da época de prosperidade anterior, é todo voltado para o futuro, num justo otimismo, mas que às vezes os faz desprezar o encanto que à paisagem urbana confere este legado do passado.

3 - Economia

Entre as atividades econômicas do município, sobressai a produção de açúcar cristal, associada à cultura da cana de açúcar e que se centraliza nos distritos de Quissamã e Carapebus. Em cada um destes distritos funciona uma Usina, proprietária de grandes plantações próprias e contando ainda com numerosos fornecedores.

A pecuária, mais antigo dos ramos econômicos da região, ainda é largamente praticada, em quase toda a área do município. Visa, mormente, à criação de gado de corte, mas a Cooperativa Agro-Pecuária de Macaé vem estimulando a produção de leite, que é pasteurizado, para exportação, na sua fábrica sita na cidade.

Os demais produtos agrícolas, cuja cultura ocupa os lavradores dos distritos ocidentais, estão longe de se equipararem em importância à cana. Em 1956, foi, segundo dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (9), a seguinte a produção agrícola:

(9) IBGE, Coleção de Monografias, Nº 201: Macaé.



QUADRO 15

Produção agrícola - 1956

Produto	Área cultivada	Valor em Cr\$1.000
Cana de açúcar	4.800	57.000
Arroz com casca	600	6.300
Mandioca (brava e mansa)	630	6.300
Café beneficiado	928	5.510
Feijão	350	4.200
Milho	650	3.500
Banana	192	3.600
Batata inglesa	70	1.260
Outros	<u>82</u> 8.302	<u>2.444</u> 90.114

O rebanho compunha-se, segundo a mesma fonte, conforme segue:

QUADRO 16

População pecuária - 1956

	Cabeças
Bovinos	65.000
Equinos	6.000
Asininos	200
Muare	3.200
Suinos	29.000
Ovinos	3.000
Caprinos	3.500

O recebimento de leite, na fábrica de laticínios da Cooperativa, varia, segundo informação dos seus dirigentes, entre 3.000 e 9.000 litros diários (informação de junho de 1960).

Com relação à produção extrativa, apoiamo-nos em informações contidas no Artigo dedicado a Macaé, na Enciclopédia Brasileira dos Municípios (10) e que se re-

(10) Enciclopédia Brasileira dos Municípios, Vol. XXII, p. 278.

ferem igualmente ao ano de 1956 :

QUADRO 17

Produção extrativa

	Quantidade	Valor em Cr\$1.000
Pedra para construção	24.540 m ³	2.944
Madeira bruta	14.500 m ³	14.500
Lenha	100.228 m ³	6,809
Dormentes	81.622 Unid.	4,081
Pescado	210 To.	<u>3.789</u> 32.123

Segundo este quadro, a produção extrativa seria aproximadamente equivalente em valor à produção agrícola, excetuada a cana de açúcar .

A produção de cana concentra-se nos 3º e 4º Distritos (Carapebus e Quissamã) cuja economia determina, ligada que está à industrialização em duas usinas. O arroz provém do vale do Macaé, no distrito de Iriri, e do vale do Macabu, no de Quissamã. Café é cultivado nos distritos serranos de Glicério e Sana e em partes de Iriri e Cachoeiro. Os demais produtos agrícolas procedem de várias partes do município, o mesmo acontecendo com a pecuária, que acompanha as atividades agrícolas em toda a área municipal, concentrando-se entretanto, especialmente no vale do Macaé, no distrito de Cabiúnas e na faixa litorânea de todo o município. A extração de madeiras e pedras pratica-se em todos os distritos ocidentais; a pesca principalmente na cidade.

A produção rural processa-se em aproximadamente 2.400 estabelecimentos dos mais variados tamanhos e diferentes quanto a solos, relevo de sua superfície, facilidade de comunicações etc. Sua distribuição percentual sobre as várias classes de tamanho é a seguinte :

QUADRO 18

Propriedades rurais

			%
1 a	9 ha.	823	33,8
10 a	19 ha.	439	18,0
20 a	49 ha.	506	20,8
50 a	99 ha.	273	11,2
100 a	299 ha.	240	9,9
300 a	999 ha.	116	4,8
1.000 a	9.999 ha.	33	1,4
		2.430	99,9

Na economia da cidade predomina a oficina da Estrada de Ferro Leopoldina, a qual se dedica à reforma de vagões e locomotivas. Uma fábrica de artefatos de lã e seda artificial, fundada há poucos anos por estrangeiros, tem tomado grande impulso, já tendo alcançado, senão sobrepujado, a tradicional indústria de tanancos, representada por pequenos estabelecimentos. Uma fábrica de calçados, várias serrarias, a fábrica de laticínios: eis, em linhas gerais, a indústria da cidade.

No seu comércio, notam-se poucos vestígios da sua importância antiga: o fechamento do pôrto e o aperfeiçoamento dos transportes terrestres, principalmente nos últimos dez anos, deixaram pouca margem às atividades atacadistas. O próprio médio comércio do interior do município já tende para se abastecer e para colocar os produtos regionais, no Rio de Janeiro. Desta forma, embora continuem prosperando algumas casas de atacado, o principal comércio é o varejista, dependente do consumidor urbano. Este é representado principalmente pelas pessoas ocupadas na indústria, os autônomos, um número considerável de servidores públicos (E.F. Leopoldina, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Forte Marechal Hermes e outros órgãos estatais), e, na estação de veraneio, por turistas que freqüentam as praias do município e dos municípios vizinhos.

Esta estrutura econômica da cidade reflete-se no quadro seguinte, no qual re-
produzimos as percentagens correspondentes a vários tipos de dependência ou indepen-
dência no trabalho, dos homens maiores de 18 anos, economicamente ativos, de nossa
amostra urbana :

QUADRO 19

Força de Trabalho na Cidade

Autônomos	21,8%
Servidores da Estrada de Ferro Leopoldina	21,5%
Servidores de outras entidades públicas	18,0%
Empregados em empresas particulares	31,3%
Assalariados sem emprego certo	6,0%
Trabalhando na empresa da família	1,3%
Total (100%)	(233)

De todos os homens da amostra urbana, maiores de 18 anos, trabalham 86,6% ,
das mulheres 17,5% .

4 - População

O recenseamento de 1960 verificou a existência, no município de Macaé, de
58.805 habitantes, dos quais 19.830 na cidade sede. As grandes divisões da área mu-
nicipal, descritas no capítulo relativo à geografia, refletem-se nos seguintes núme-
ros:

QUADRO 20

População dos distritos

Distritos orientais (Quissamã e Carapebus)	16.833
Distritos ocidentais (Iriri, Cachoeiro, Glicério e Sana)	16.953
Distritos centrais (Macaé e Cabiunas)	25.019
	<u>58.805</u>

Considerando-se que a cidade abrange, quando seus limites são definidos em termos ecológicos, área ligeiramente superior ao limite administrativo, no 1º Distrito, e ainda um aglomerado considerável sito no local chamado "Barra", pertencente ao 2º Distrito, pode avaliar-se a população realmente urbana em aproximadamente 22.000 . Com isto, fica a população rural destes dois distritos centrais reduzida a 3.000 habitantes,

Das vilas, apenas as de Carapebus, Quissamã e Glicério são aglomerados compactos com 1.000 a 1.500 habitantes, enquanto que as demais representam casas dispersas, por força de lei elevadas à categoria de sedes distritais e com isto, por definição, à de vilas. Os números apurados pelo recenseamento em relação às três vilas reais não refletem bem a sua extensão demográfica, pois apenas no caso de Carapebus (1.527 habitantes recenseados) coincide o limite administrativo com o ecológico. Em Quissamã situa-se fora do limite administrativo da vila toda a área da usina, que fica a pouca distância dela (998 habitantes recenseados). Estas duas áreas em conjunto devem equiparar-se em população total à vila de Carapebus. Em relação a Glicério, a diferença será algo menor, podendo o número recenseado (857) ser considerado pouco inferior à realidade ecológica.

Destas estimativas decorre a de que a população urbana do município compreende aproximadamente 26.000 habitantes, ou seja, quase a metade da população municipal. Isto não foi sempre assim e uma análise dos resultados de recenseamento anteriores mostrará a reestruturação social ocorrida, enquanto se mantinham estáveis os totais gerais, provocando a impressão errônea de imobilidade interna.



QUADRO 21

População municipal, segundo os recenseamentos de
1920 , 1940 , 1950 , e 1960 (11)

Distrito	1920	1940	1950	1960
Macaé (1º)	4.930	10.596	12.365	21.598
Cabiúnas (2º)	3.249	2.729	2.627	3.421
Carapebus (3º)	10.290	9.369	8.825	7.179
Quissamã (4º)	7.021	9.003	9.056	9.654
Iriri (5º)	2.186	2.905	1.963	5.423
Cachoeiro (6º)	5.616	4.646	2.895	3.383
Glicério (7º)	4.598	4.929	5.117	5.226
Sana (8º)	3.344	3.156	2.872	2.921
Município	41.234	47.333	45.720	58.805

Para maior facilidade de discussão, calculamos os índices populacionais de cada distrito, tomando por base o ano de 1920.

QUADRO 22

Índices de flutuação dos números de habitantes, segundo os recenseamentos de
1920, 1940 , 1950 , 1960 (1920 = 100)

Distrito	1920	1940	1950	1960
Macaé	100	215	251	438
Cabiúnas	100	84	81	105
Carapebus	100	91	86	70
Quissamã	100	128	129	138
Iriri	100	133	90	248
Cachoeiro	100	83	52	60
Glicério	100	107	111	114
Sana	100	94	86	87
Município	100	115	111	143

(11) Fonte : Recenseamentos Gerais do Brasil. Dos números relativos a 1920, 1940 e 1950 foram deduzidos, na elaboração desta tabela, as parcelas correspondentes ao distrito de Conceição de Macabu, emancipado em 1953 .

O distrito da sede é o único a acusar um crescimento contínuo igual ou superior ao vegetativo. Nos demais, o período que vai de 1920 a 1950 é de estagnação ou mesmo de rarefação populacional. Apenas no de Iriri observa-se um crescimento entre 1920 e 1940, seguido de violenta redução entre este ano e 1950, e no de Quissamã o salto inicial de 1920 a 1940 é seguido de estabilização da densidade. Houve, pois, desenvolvimento intenso entre 1920 e 1940 na cidade, e em escala algo menor em Quissamã e Iriri. Entre 1940 e 1950 a maioria dos distritos, inclusive o da cidade, estagnam, havendo redução sensível nos de Cachoeiro e Iriri. No último decênio ascende vigorosamente a população da cidade (causando aumento do número de habitantes no distrito de Cabiúnas através da expansão demográfica da "Barra"), e a de Iriri, enquanto os demais distritos continuam imóveis.

Este quadro caracteriza-se, em relação à população rural, pela sua tendência fundamental para a estagnação, deixando entrever movimentos de emigração. Esta linha geral é interrompida por surtos repentinos, como os de Quissamã e Iriri entre 1920 e 1940, não chegando, porém, nem assim, a compensar a queda populacional dos demais distritos rurais no mesmo período. Apenas a cidade cresce fortemente, e assim mesmo com exceção do período de 1940 a 1950. Aumentou também, em anos recentes, o número de habitantes de Iriri, e de tal forma que o afluxo de migrantes é, por assim dizer, visível, efeito da exploração intensiva e recente de uma grande propriedade e da invasão de intrusos em outras, abandonadas.

Examinando o tempo de residência dos moradores incluídos em nossa amostra, vamos verificar que a aparente estabilidade da população rural encobre movimentos migratórios bastante intensos. Enquanto que, segundo o nosso levantamento, dos chefes de domicílio da cidade, 38% nasceram e sempre residiram na cidade, a percentagem dos chefes de domicílio que sempre residiram no mesmo distrito na zona rural foi de

52% (12). Esta última percentagem resulta de taxas que variam entre os extremos de 80% (para os grandes proprietários; amostra: 5) e 69% (para os trabalhadores rurais dos distritos canavieiros; amostra: 32), por um lado, e de 38% (para os trabalhadores rurais de outros distritos; amostra: 26), 40% (para os fiscais de fazenda; amostras: 5) e 23% (para os parceiros e ocupantes (13); amostra: 22) por outro lado. Há, então, a ser verdadeiro o resultado por nós obtido, uma diferença sensível quanto à estabilidade de domicílio entre a camada proprietária e aquela parte do operariado rural que se emprega na economia açucareira, por um lado, e o operariado rural e os parceiros e ocupantes dos distritos ocidentais, pelo outro.

Da população total do município, por ocasião do recenseamento de 1950, apenas 0,4% eram estrangeiros, naturalizados ou deixaram de declarar sua nacionalidade. 52% foram computados como brancos, 18% como pretos, e 29% como pardos (14). (Segundo a nossa amostra há uma diferença sensível quanto à distribuição segundo a cor, entre a cidade e a zona rural, pois as percentagens por nós apuradas foram de 65%, 9% e 26%, respectivamente, entre a população urbana, e de 52%, 32% e 15% entre a população rural).

De acordo com o mesmo recenseamento, havia no conjunto da população municipal 1.044 homens para cada 1.000 mulheres (15), explicando-se esta taxa média pela compensação parcial de uma alta taxa de masculinidade na zona rural (a nossa amostra forneceu a taxa de 1.087) por outra baixa na cidade (897 na nossa amostra).

(12) A diferença entre estas duas taxas não é estatisticamente significativa, pois a construção das respectivas amostras ~~deve~~ deu a métodos diferentes (v. Anexo). Os dados podem, pois, ser apenas considerados como sugestões indicadores de fenômenos a serem verificados por outros métodos.

(13) O termo "ocupante" emprega-se aqui como sinônimo de "intruso".

(14) Dados extraídos da Monografia Nº 201: Macaé, do IBGE, acima citada.

(15) Ibidem.



5 - Política e Administração

Durante a realização da pesquisa estava a política macaense em uma situação anômala, o prefeito eleito tendo sido expulso da cidade e o cargo sendo exercido pelo vice-prefeito, eleito na mesma chapa. A posse da prefeitura estava em demanda judicial. Um choque entre a polícia e populares havia causado, antes da nossa chegada, alguns feridos. Assim mesmo, corria a vida política de maneira que nos parecia normal, sob as condições criadas pela atual conjuntura em que a coalisão estadual se compõe de forma divergente da constelação tradicional das forças políticas macaenses. Mencionamos a anomalia em relação à prefeitura para deixar clara a possibilidade de erro em que ela nos possa ter induzido ao tentarmos compreender o funcionamento da estrutura política do município .

Esta tem seu palco na câmara dos Vereadores, cujas sessões costumam despertar o interesse de regular número de cidadãos, que formam uma assistência fluutuante mas sempre presente.

No corpo de vereadores entrecruzam-se duas tendências diferentes e que, assim mesmo, se encontram em manifestações bastante características: a dupla atuação de cada vereador em função da posição de seu partido e dos interesses daquela parte da população que particularmente representa.

A circunstância de que o prefeito em exercício foi eleito por uma coalisão já desfeita, tem por consequência não se formarem situação e oposição coerentes em termos de política municipal, mesclando-se freqüentemente as atitudes derivadas desta com aquelas que se definam em função da política estadual.

Dos 17 vereadores, 9 são representantes de distritos, cujas necessidades e aspirações levam a plenário e defendem junto ao poder executivo. Dos demais, alguns representam preferencialmente determinadas camadas da população, enquanto outros agem sobretudo em função do interesse partidário.

Os assuntos que se tornam objeto de atividade política são , de modo geral , medidas administrativas , visando a algum be-

nefício local. Estas dependem em parte exclusivamente do executivo municipal. Em outros casos, porém, requerem intervenção do Estado, quando então a atuação dos políticos toma rumos divergentes, provocando a emulação entre várias forças. Enquanto uns insistem junto ao executivo municipal no sentido de que promova as iniciativas cabíveis para provocar a ação governamental, outros - que figuram como oposição no nível municipal, mas pertencem a agremiações incorporadas à coalisão estadual - desenvolvem atividades na própria capital estadual. Na Câmara, uns e outros recriminam a insuficiência da iniciativa do adversário, do que resulta a insistente reformulação das aspirações defendidas.

Não é, todavia, só na Câmara que se exerce a atividade do vereador. Ao lado dos interesses coletivos promovidos nesse grêmio, e muitas vezes em seu bôjo, e existem posições pessoais a serem alcançadas ou salvaguardadas.

As nomeações de servidores públicos são o aspecto mais manifesto desta segunda preocupação. São de grande importância para o político, pois, pelo número de favores concedidos - acredita êle - contam-se os votos nas próximas eleições. Não é de se estranhar que, neste contexto, a escola primária ganhe considerável projeção nas disputas políticas, pois a população, mormente a do interior, isto é, da zona rural e das vilas, manifesta insistentemente a importância que lhe atribui, principalmente quando ausente ou deficiente. Ora, criando escolas ou substituindo professoras relapsas, satisfaz-se a um interesse da coletividade local, ao mesmo tempo que se abre oportunidade para o cumprimento de um compromisso partidário através da nomeação. Assim sendo, não se cansam os vereadores do interior de pleitear medidas no terreno escolar junto aos executivos municipal e estadual. A própria agitação que causam mantém vivo o interesse popular, e tudo isso parece favorável à expansão da rede escolar. O reverso da medalha aparece apenas quando se trata de definir o que seja uma professora relapsa ou quais sejam as condições mínimas a serem preenchidas pelas candidatas a tais cargos. Como o número de normalistas é tão re-

duzido que somente o Grupo Escolar de Quissamã, entre as escolas do interior, pode ser totalmente lotado com professoras formadas, é vasto o campo para a eclosão de divergências de opinião sobre as qualificações de leigas (isso é, não formadas),

Compreende-se o quanto a clientela pessoal de cada candidato influi nas votações, independentemente da legenda, quando se lêem os resultados de três eleições realizadas simultaneamente, como as de outubro de 1959, cujos resultados a seguir reproduzimos:

QUADRO 23

Resultado das eleições de 3 de outubro de 1959

	Deputado Federal	Deputado Estadual	Vereador
A.P.N. *	1.908	-	-
P.S.D.	4.460	1.820	2.355
P.S.P.	479	328	-
U.D.N.	2.587	2.048	1.574
P.D.C.	-	168	788
P.R.P.	-	188	176
P.R.	-	228	1.402
P.S.T.	-	30	-
P.S.B.	-	182	1.242
P.T.B.	-	4.655	2.317
P.T.N.	-	95	-
Totais	9.434	9.742	9.851

* Aliança Popular Nacionalista (composta dos partidos que não registraram votação própria na eleição federal)

Nota-se que, embora haja três partidos de posição incontestada (P.T.B., P.S.D. e U.D.N.), o número de votos destes mesmos partidos flutua notavelmente em função das pessoas dos candidatos indicados. Também em relação a outros partidos

é manifesta a diferença nos números de votos obtidos pelos candidatos a cargos nas esferas federal, estadual e municipal. Assim, não se arrisca muito a errar quem atribuir à personalidade e às relações pessoais de um político maior peso do que à influência do seu partido. Evidentemente, não se nega com isto a função das legendas em aglutinar candidatos e uni-los de plataforma preferida por eleitores do tipo social ao qual os candidatos, individualmente, tendem a se dirigir.

As relações pessoais com o eleitorado, que são a base do sucesso político, formam-se no ambiente local, através de provas de influência em benefício da população, e seria temerário por parte de qualquer candidato a cargo eleitoral o excluir destes benefícios os favores pessoais, através dos quais se consegue que os amigos do beneficiado reconheçam quaisquer outros esforços desenvolvidos.

Este sistema leva a uma politização bastante profunda da consciência da comunidade municipal, mas a uma politização que envolve poderosos fatores individualistas, ao contrário de uma organização partidária em função direta dos interesses coletivos, tal como já vem surgindo no seio do operariado urbano. No interior acentua-se o efeito individualista da política de vereadores pela inexistência de agentes categorizados do poder executivo: na falta de subprefeitos, são os vereadores os únicos intermediários entre o prefeito e a população, razão pela qual toda a ação do executivo tenderá a tomar a feição de um favor obtido por intermediário. Este fenômeno é efeito da distância social que separa o cidadão comum, morador do interior, da autoridade urbana. Em realidade, o baixo grau de instrução da maioria da população rural e a natureza da sua estrutura social produzem a liderança "patrimonialista" por ser o processo de articulação mais adequado.

Se o mesmo sistema prevalece largamente na cidade, é porque o eleitorado rural o impõe aos políticos que dependam de votação tanto urbana como rural. Além disto, mesmo no ambiente urbano esta tradição não foi ainda interrompida. Em realidade, o

"empreguismo" já é um fator secundário para o sucesso político na cidade, sem por isto deixar de existir. Ao seu lado vem surgindo, contudo, a política de defesa de interesses coletivos do operariado .

6 - A Vida Religiosa

A vida religiosa macaense requer um relato especial, embora resumido, em virtude da multiplicidade de grupos, nela envolvidos, e da grande influência que exercem sobre a vida associativa .

A Igreja Católica à qual, segundo o recenseamento de 1950, 88% da população pertencem, mantém na área municipal três paróquias. Por ordem de antiguidade , são as seguintes: Quissamã, criada em 1755 na capela erigida em 1694, a qual mudou várias vezes de local, até se fixar definitivamente, em 1811, no sítio onde ainda está a atual matriz, na vila de Quissamã; Macaé criada em 1815, em sucessão à capela de Sant'Ana, que fôra da fazenda jesuítica; e Carapebus, criada em 1842. A paróquia da cidade está sendo atendida, há muitos anos por um único sacerdote,

Embora segundo o recenseamento de 1950, apenas 12% da população municipal não professem a religião católica, é bastante importante na vida da cidade a atuação de outras comunidades religiosas. Tendo elas as suas atividades mais intensas concentradas na cidade, contudo estendem a sua influência sobre a área de todo o município, com exceção da paróquia de Quissamã, onde a tradição católica se tem mostrado, até agora, inabalável. Dedicaremos primeiro algumas linhas às várias igrejas protestantes, para em seguida nos referirmos ao espiritismo (16)

A Igreja Batista foi fundada em 1898 por um missionário norte-americano . Conta hoje cerca de 400 membros na cidade e mais de 800 no interior do município .

(16) As informações que seguem foram obtidas junto às várias comunidades religiosas e por observação direta.

Possui dois templos na cidade, dos quais o mais velho é amplo e dispõe de numerosas salas para reuniões de grupos, constituídos pelas várias categorias de fiéis, segundo o sexo e idade. A segunda comunidade batista, situada no bairro de Cajueiros, foi fundada em 1954 pela primeira; modestamente instalada, está tratando, atualmente, da construção de novo templo. No interior do município, funcionam oito congregações, em todos os distritos, com exceção de Quissamã.

A Assembléia de Deus existe há 18 anos, tendo tomado grande impulso desde que, há dois anos, foi provida de ministro residente na cidade. Conta atualmente na cidade pouco mais de 300 membros, dois terços dos quais do sexo feminino. É grande o número de frequentadores dos cultos, que não são membros. O templo localiza-se no bairro Visconde de Araújo, dominado, durante as horas de culto, pelo seu altofalante. No interior, existem núcleos em Imburol e na vila de Carapebus, este sendo o maior, com 80 membros. Funciona, ainda, na cidade um pequeno núcleo dissidente (filial da igreja de Vila Boa Esperança) com diminuto movimento.

A Igreja Presbiteriana teve sua origem na localidade de Frade, no atual distrito de Glicério, onde continua funcionando uma igreja. Possui templo pequeno no bairro de Visconde de Araújo, planejando construção maior, em estilo arquitetônico moderno, nas proximidades da estação ferroviária. Subordinada ao presbitério de Nova Friburgo, é regida por pastor residente em Macaé. Atualmente, conta com, aproximadamente, 70 membros adultos. No interior existem igrejas, além da do Frade, em Sana e Cachoeiro.

A Igreja Metodista, com pequeno templo nas proximidades da Praça Veríssimo de Melo, tem pouco mais de 30 membros; é atendida por pastor residente em Campos, e leigos se encarregam da direção dos cultos na sua ausência.

A Igreja Adventista, com pequeno templo próximo do metodista, chegou a ter, em 1946, 40 membros. Atualmente tem apenas dois membros batizados, os cultos sendo

ainda frequentados por outros 15 membros adultos das famílias destes.

A Igreja Adventistas (Movimento de Reforma), possuindo pequeno templo no bairro Visconde de Araújo, também é dos grupos de reduzida expressão numérica, mas de funcionamento regular.

Tôdas as igrejas protestantes, acima enumeradas, têm, em conjunto, na cidade, pouco menos de 1.000 membros. Para se avaliar a sua influência sobre a população, é, todavia, necessário ter em conta que o número de frequentadores das respectivas igrejas inclui grande número de pessoas não registradas.

Os centros espíritas kardecistas estão reunidos na Federação Espírita Macaense. São em número de seis, e mais um em vias de fundação, isto é, funcionando sem ainda estar formalmente constituído. Todos êles estão bem instalados em casas que, não fôsse pela placa, seriam tidos por residências. Localizam-se na faixa compreendida entre a Avenida Rui Barbosa e a linha férrea, entre o rio e o bairro de Cajueiros. Somente um novo grupo em fundação situa-se no bairro de Miramar. O número total de adeptos não pode ser facilmente constatado, porque a contribuição financeira dos membros não é considerada essencial, mantendo-se contudo, registros apenas dos contribuintes. Com esta ressalva, avaliamos o número de espíritas em aproximadamente 1.000, isto é, em força igual à do protestantismo.

O grande crescimento do movimento espírita iniciou-se depois de 1926, quando existia um só grupo, pequeno. Duas características acompanharam este desenvolvimento: a realização de reuniões quase públicas que têm lugar, atualmente, em todos os grupos, duas vezes por semana, para estudo de doutrina espírita e Bíblia (enquanto que as secções mediúnicas são reservadas a um número restrito de adeptos); e a assistência social praticada especialmente por uma organização feminina, além daquela prestada na própria sede de alguns dos grupos. A realização máxima de que se orgulha o espiritismo macaense, é o "Lar de Maria", abrigo de menores, com amplo prédio

próprio e mais de 60 internos .

Como a população da cidade, maior de 18 anos, é de aproximadamente 10.000 pessoas, cerca de 20% praticam religião não católica. No interior, esta taxa é praticamente igual a zero no distrito de Quissamã, e mais baixa do que na cidade, nos demais .



CAPITULO X

A Vida Rural em Macaé



1 - Aspectos Gerais

Para a descrição das suas atividades rurais, pode o município de Macaé ser dividido em três zonas principais (1) . Trata-se de uma simplificação, envolvendo a crissã de muitas peculiaridades locais, mas necessária se quisermos obter uma visão geral dos fenômenos principais. Distinguimos, pois, a zona canavieira, a do vale do rio Macaé e a serrana. A primeira corresponderá aos 3º e 4º Distritos, a segunda ao 5º e a terceira aos 6º , 7º e 8º Distritos. O primeiro e segundo Distritos pertencem com a maior parte de sua área ao vale do Macaé. Não os incluiremos na discussão seguinte por terem composição muito heterogênea e população rural pequena. Aquela pequena parte do 1º Distrito, que não está sob influência direta da cidade, pode ser considerada como formando um conjunto com o 5º , o 2º Distrito, por outro lado, além de um núcleo consolidado de sitiantes, compreende uma grande área - antiga fazenda - que está sendo parcelada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o que está provocando situações anômalas do ponto de vista ecológico e que seriam interessante objeto de estudo especializado , impossível de ser realizado no âmbito dêste relato.

O quadro seguinte, extraído do rol de proprietários rurais da Recebedoria Estadual, tem por base o número de contribuintes de cada distrito. Não representa, pois, nem uma relação de estabelecimentos, nem, exatamente, de proprietários no município. Ocorrem, embora com pouca freqüência , casos de múltipla contagem de contribuintes que tenham propriedades em mais de um distrito. Os casos mais salientes encontram-se na categoria de propriedades com mais de 1.000 ha, cujo total municipal é de 33, pois duas empresas particulares e o governo federal possuem terras em dois distritos (3º e 4º, 2º e 3º, 2º e 5º, respectivamente) .

(1) Cf. Capítulo IX - tópico 1, . pp.155 ss.



Foram omitidos neste quadro as 166 propriedades com menos de 1 ha, ocorrendo principalmente nos 1º, 3º e 4º distritos, com localização suburbana (nos arredores da cidade e das vilas de Carapebus e Quissamã), e não representando, portanto, em sua grande maioria, estabelecimentos agrícolas. (São 67 no 1º Distrito, 31 no 3º, 38 no 4º e 30 nos demais) .

QUADRO 24

Propriedades rurais

Distritos

Hectares		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Total
1 a	9,9	30	51	367	284	11	27	22	31	823
10 a	19,9	8	45	166	85	21	39	39	36	439
20 a	49,9	12	37	114	84	27	77	70	85	506
50 a	99,9	9	17	56	54	14	31	41	51	273
100 a	299,9	11	16	34	60	14	31	36	38	240
300 a	999,9	8	13	14	24	15	12	19	11	116
1.000 a	9.999,9	1	7	2	10	10	2	3	1	36
Total		79	186	753	601	112	219	230	253	2.433

2 - A Zona Canavieira

Quissamã (4º Distrito) e Carapebus (3º Distrito) formam a zona canavieira. Também a este respeito há uma restrição a fazer: canavieiras são as partes altas destes distritos. Entre elas e o mar intercala-se uma faixa arenosa ("restinga") que começa estreitíssima na Barra do Rio Macaé e vai-se alargando até ter aproximadamente 20 km de largura ao alcançar a Lagoa Feia. Nesta faixa, ou "na areia", como diz o povo, não se pode cultivar cana. A extração de lenha e a criação de gado são ali as únicas fontes ponderáveis de renda. A pecuária encontra principalmente nas proximidades da Lagoa Feia um habitat favorável, responsável pela fixação dos antepassados dos maiores proprietários de terra atuais (conforme se relatou no Capítulo IX - tópi-

co 2). Por outro lado, há baixadas, ao norte, no vale do rio Macabu, onde se pratica alguma orizicultura. A grande maioria da população dos dois distritos mencionados, todavia, dedica-se à plantação da cana, e a maior parte da sua renda dela provém. Con centraremos, pois, nossa atenção neste ramo de atividade.

Quissamã é o Distrito "nobre" de Macaé. Fundado pelos "7 capitães", teve a posse de suas terras mantida por muito tempo sob regime de morgado. A crise açucareira dos anos 20 é responsável pelo estado atual das propriedades. Existem hoje dez fazendas com mais de 1.000 hectares de área, ocupando aproximadamente 40% da superfície distrital (incluindo "areia" e "barro"). Os 60% restantes estão divididos em estabelecimentos de menor tamanho. É particularmente numerosa a categoria de menos de 10 hectares, a qual compreende quase metade do número total de 501 propriedades. O maior proprietário é a Companhia Engenho Central de Quissamã.

Em Carapebus existem apenas duas fazendas com mais de 1.000 ha, das quais uma predominantemente de "areia" e dedicada à pecuária, e outra, canavieira, pertencente à Usina de Carapebus. Esta é muito mais nova do que a de Quissamã, tendo sido fundada em 1927. A estrutura de propriedades deste distrito distingue-se da de Quissamã pela frequência mais alta ainda, do que lá, de sítios. Os menores de 10 ha (e sempre excluindo os menores de 1 ha, considerados residenciais) correspondem à metade do número total de propriedades, como em Quissamã; mas somando ainda os de 10 a menos de 50 ha, chegamos a 86%, enquanto que em Quissamã as propriedades menores de 50 ha apenas correspondem a 75%. A "Usina" de Carapebus mantém, por conseguinte, contratos de fornecimento de cana com um número maior de lavradores do que a de Quissamã, e não conta com o mesmo número de fornecedores grandes que aquela tem. Diga-se desde já que em Carapebus são mais frequentes do que lá as disputas em torno dos preços e prazos de pagamento da cana, chegando-se de vez em quando ao ponto de retardar o período de atividade industrial em virtude de retenção da matéria prima pelos lavradores, reunidos em sindicato.

Antes da fundação da Usina plantavam-se no distrito milho, feijão, arroz e mandioca, e os velhos se lembram de grande abundância de produção destas culturas, hoje quase totalmente substituídas pela cana. Alegam também, contudo, que o rendimento daquelas lavouras hoje não é mais o que já foi naqueles tempos, e cabe aqui lembrar a mesma queixa apresentada pelos sitiantes ("colonos") de Júlio de Castilhos. Com efeito, podem aquelas culturas ter atingido a fase de declínio, em que necessitariam de a dubação. A cana também a requer, e ela torna a terra praticamente inesgotável para es ta cultura - mas a cana tem mercado relativamente estável, justificando tal empate de capital .

O sitiante de Carapebus beneficia-se, há anos, de uma conjuntura favorável que lhe garante a colocação razoavelmente lucrativa dos seus produtos, principalmente da cana. Como reagirá em face de uma crise? A facilidade de comunicações que lhe oferece o seu ambiente e a sua experiência de lutas econômicas torná-lo-ão propenso a abandonar a monocultura da cana em trôco de outra exploração exclusiva e de alto valor comercial - ou tentará voltar para os "cereais" tradicionais? Esta questão econômica leva a outra, de natureza sociológica: fortalecer-se-á ou romper-se-á totalmente, em tal hipótese, a comunidade local?

A plantação da cana é feita na estação chuvosa (de outubro a janeiro). Na lavoura da terra usam-se arados, puxados por tratores ou bois, segundo os recursos do es tabelecimento. Milho e feijão podem ser plantados nos interstícios das fileiras de cana, o que é frequentemente praticado pelos sitiantes. O primeiro corte é feito ano e meio depois da plantação, no segundo semestre do ano. Não se faz nova cultura associada, a não ser aquela realizada por ocasião do plantio. Três a quatro safras correspondem ao período de produção mais frequente das culturas. Como os cuidados da cana se re duzem a uma "limpa" anual, sobra ao trabalhador tempo para se dedicar a outras lavouras; para isto, o colono de fazenda dispõe muitas vezes de um pequeno pedaço de terra,

cedido pelo patrão. Entretanto, muitos trabalhadores são sitiantes, que residem em terra própria, a qual cultivam, dedicando ao trabalho assalariado apenas parte do seu tempo .

As fazendas tendem para a monocultura, como também muitos sítios, enquanto que outros pequenos lavradores também plantam produtos destinados à própria manutenção. A criação de um número maior ou menor de bois de tração é necessária, quase sempre, mesmo em estabelecimentos grandes cujo objetivo principal é apenas a monocultura da cana. O carro de boi é usado, embora, em muitos estabelecimentos, apenas subsidiariamente, para suprir as faltas eventuais de tratores, no plantio e na colheita. A Usina de Quissamã dispõe, para esta, do recurso a uma rede ferroviária própria, diminuindo bastante, mas não suprimindo, o transporte da cana em "gaiolas" individuais. As fazendas não ligadas a esta estrada usam geralmente tratores para a tração das "gaiolas" de cana, enquanto que os pequenos sitiantes dependem do boi.

A criação de gado bovino chega, todavia, a ter importância maior em determinadas fazendas de cana, as quais associam êstes dois ramos de produção rural. Já fizemos menção da existência de estabelecimentos precipuamente dedicados à pecuária, mormente na faixa de restinga. Gado de leite, galinhas, porcos, são encontrados em muitos estabelecimentos, grandes e pequenos, em toda a zona canavieira .

3 - O Vale do Macaé

A parte mais baixa do curso do rio Macaé é constituída por terras pertencentes aos Distritos de Macaé (1º) e Cabiúnas (2º). Pelo fato de estarem incluídas nesta área a própria cidade e grandes extensões de antigas fazendas, administradas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colônização, não as incluiremos nestas considerações, uma vez que a complexidade da sua situação requeriria uma pesquisa especializada e a sua análise não é necessária para os nossos fins . Resta o distrito de Iriri

(e algumas pequenas áreas adjacentes dos distritos de Macaé, Cachoeiro e Glicério) , cuja área é dominada pelo largo vale do Macaé .

Ao contrário do que acontece com os distritos canavieiros, é o de Iriri (5º) de pouco dinamismo econômico. 68% do seu território pertencem a dez propriedades com áreas superiores a 1.000 ha. Os sítios com menos de 10 ha são raros (10% das propriedades). Um grupo de propriedades entre 40 a 100 ha, correspondendo a 22% dos estabelecimentos (em número absoluto: 25) parece atestar pela sua frequência e pela impressão que nos causou a visita a alguns deles, a viabilidade de uma economia rentável sobre esta base territorial. As propriedades grandes são, umas , exploradas pela criação organizada de gado bovino; uma outra por uma empresa de lavoura em base tipicamente capitalista; e outras são verdadeiros latifúndios semi-abandonados (inclusive uma que dizem pertencer à "União" ou seja ao fisco federal). Muito grande, mas não abandonada, é uma delas, que constitui uma verdadeira e apreciável reserva florestal, defendida das derrubadas clandestinas .

A maioria destas propriedades grandes são, em apenas uma pequena parte de sua área, cultivadas por processos primitivos. Há, instalados nelas, parceiros obrigados a ceder ao proprietário um terço do produto obtido, meeiros que, geralmente em troca de alguma assistência por parte do patrão (aração da terra, semente) dão-lhe a metade do produto, e intrusos que nenhuma obrigação aceitam. Os limites entre a última categoria e a dos parceiros apagam-se às vezes por não se darem alguns donos de terra nem mesmo ao trabalho de cobrar sistematicamente o que lhes é devido .

Os principais produtos agrícolas encontrados nesta zona são o milho, o feijão, a mandioca, o arroz, a banana. Nos sítios mais prósperos encontram-se frequentemente algumas cabeças de gado bovino, mesmo quando a sua criação e a produção de leite não constituem o ramo principal da atividade rural. Os trabalhadores rurais nunca ou quase nunca criam quaisquer animais. Até mesmo galinhas não são comumente encontradas .



Em algumas fazendas, contudo, existe agricultura organizada, e em uma, das maiores, ela é mesmo praticada em grande escala, com considerável empate de capital em máquinas e salários. Nesta fazenda são pagos em dinheiro os especialistas (pessoal administrativo, tratoristas, mecânicos etc.) enquanto que os trabalhadores rurais são geralmente contratados pelo sistema de "meia". Outra atividade agrícola com intuito comercial é a dos empreendedores que arrendam terras úmidas e baixas para o plantio de arroz. Muitos deles não chegam a se transformar em sitiantes por visarem à exploração por tempo limitado, do imóvel arrendado.

Tôdas estas atividades de produção mais intensa oferecem oportunidades de emprego a considerável número de trabalhadores braçais, dos quais uns possuem pequenos sítios, outros exploram terrenos ocupados por intrusão ou mesmo mediante parceria, outros ainda moram em um núcleo residencial recém-formado nas proximidades da grande fazenda de produção, à qual acabamos de aludir. Este operariado rural, de situação insegura e renda baixa, é em grande parte composto de migrantes, mormente de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro. As noções que têm de agricultura são tão rudimentares quanto as da maioria das populações rurais brasileiras. Conhecem e praticam a lavoura braçal e predatória, tradicional, aspirando, cada qual, à posse de uma pequena gleba que possa explorar em segurança e sem dever tributo a um dono ausente. Em conversas com operários rurais, ouvimos seguidamente a alegação de não ser justo o regime sob o qual vivem. Apontam principalmente para a extensão de matas ainda existentes e que, segundo o pensamento dessa gente, estão à espera de serem derrubadas (como toda mata, segundo o modo de pensar que encontramos em quase todos os lavradores em Júlio de Castilhos e Macaé). Neste ambiente irrequieto já existem duas iniciativas - concorrentes uma da outra - de criação de "Associações de Lavradores" para a defesa dos interesses e das aspirações desta massa.

4 - A Zona Serrana

Os distritos de Cachoeiro, Glicério e Sana derivam sua feição característica da localização nas Serras do Deitado, dos Crubixais e da Boa Vista. Em todos êles são poucas as propriedades grandes. As de mais de 1.000 ha, em número de 6 (entre 702), ocupam uma oitava parte da área d'êstes distritos. Sítios e pequenas fazendas ocorrem de todos os tamanhos, sem que qualquer das categorias sobressaia pela frequência. Cultivam-se milho, feijão, mandioca e café, êste último sendo o principal produto comercial. Todo sítio costuma possuir alguma criação de bovinos, de suínos, ou pelo menos de galinhas. O pequeno sitiante cultiva a terra só com sua própria família, e aquêle que tiver maiores recursos emprega meeiros ou assalariados.

Os três distritos, mas principalmente o de Sana (8°), só nos últimos anos estão tendo as suas estradas melhoradas, sendo ainda o burro cargueiro o meio de transporte mais eficiente. Na vila de Glicério, que é o centro comercial da zona das Serras do Deitado e dos Crubixais, encontram-se sempre tropas, trazendo os produtos dos sítios e levando as mercadorias compradas no comércio. A parte meridional do distrito de Sana e o distrito de Cachoeiro acham mais fáceis as relações com o município de Casemiro de Abreu do que com qualquer núcleo comercial situado no de Macaé. O próprio viajante que da cidade de Macaé se dirija a Cachoeiro ou à vila de Sana prefere, normalmente, atravessar o território daquele município para lá chegar.

No relativo isolamento daquelas populações, desenvolvem-se facilmente as relações de vizinhanças. Para a formação de agrupamentos maiores contribuem particularmente duas igrejas protestantes: a batista e a presbiteriana, que possuem várias igrejas e congregações espalhadas sobre os três distritos, enquanto que a igreja católica não faz sentir a sua presença.

5 - As Populações Rurais

Contrastando com a população da cidade, a da zona rural é predominantemen te composta de antigos residentes. Em nossa amostra, dois terços dos chefes de domicílio são naturais do município de Macaé; 60% são mesmo do distrito em que atualmente moram. Dos migrantes, a grande maioria (um quarto da amostra total) provém de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro .

Menos de um décimo dos chefes de domicílio veio de outros Estados, nenhum (na amostra) de país estrangeiro (2) .

Examinando, agora, as categorias ocupacionais, veremos que a parcela, relativamente pequena, de migrantes, contribui mais sensivelmente para umas do que para outras. Entre os fazendeiros são raros os que não são naturais do município (nenhum incluído entre os 5 fazendeiros da amostra). Já dos sitiantes por nós visitados (amostra: 32) 15% são migrantes, 85% macaenses. Entre os intrusos e parceiros, em grande número encontrados no distrito de Iriri (amostra: 22), apenas uma quarta parte são naturais do município; os demais vieram de fora, mormente de outros municípios fluminenses. Quanto aos colonos e trabalhadores assalariados observa-se diferença entre os distritos canavieiros e os demais, pois em Quissamã e Carapebus, 88% da amostra (ou seja, praticamente a mesma proporção que entre os sitiantes de todos os distritos) são naturais do município, enquanto nos demais distritos esta percentagem é de 54%.

(2) É verdade que a representatividade da amostra sofre restrições. A diferença entre a cidade e a zona rural, quanto à naturalidade, é, entretanto, tão nítida que não se corre o risco em considerá-la real atributo do universo .

Os forasteiros são, pois, precipuamente encontrados entre os parceiros e intrusos de Iriri e, com freqüência um pouco menor, entre os operários rurais dos distritos ocidentais em geral, sendo reduzido o seu número nas demais categorias .

Predomina a família nuclear, composta de um casal, ou (caso mais comum) de casal e filhos, ou, finalmente, de um só dos pais com filhos. Três quartas partes das famílias por nós visitadas estavam assim constituídas. Nos demais casos os tendia-se o grupo doméstico sobre três gerações, ou incluía parentes colaterais ou filhos de criação, enquanto que outras pessoas não aparentadas só se encontravam em famílias de fazendeiros ou administradores de alto nível .

O casamento foi realizado só no civil em um terço dos casos da amostra ; só no religioso em um décimo. Este último é portanto menos freqüente que aquele, o que se deve à fraca penetração da igreja católica em grande parte da área municipal. União sem casamento ocorrem (1/5 dos casos da amostra) .

O número de membros dos grupos domésticos varia entre dois e dez; apenas 3% dos domicílios da amostra (pertencentes a várias categorias ocupacionais) ultrapassam este número, e outros 3% representam pessoas que vivem sós. Dois terços dos domicílios por nós visitados compreendiam entre duas e seis pessoas. De sete em diante, vai a freqüência dos casos diminuindo gradativamente. Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre as várias categorias ocupacionais, mas não se encontraram domicílios com mais de dez moradores na categoria de trabalhadores braçais (inclusive parceiros e intrusos).

No que concerne às condições de habitação, observamos semelhança entre as dos colonos de fazenda canavieiras e aquelas que vimos em Mococa: a maioria mora em "colônias" nas sedes das fazendas. Estas são geralmente fileiras de casas, sempre de tijolos e cobertas de telhas; nunca têm fôrro, e raramente , piso assoalhado ou cimentado. Nos distritos canavieiros, aqueles trabalhadores rurais que possuem casas

em terrenos próprios, constroem-nas do mesmo modo que os que residem nos distritos ocidentais: de pau-a-pique, barrendas, cobertas às vezes de palha. Nos distritos ocidentais é este o tipo de construção comum, quer pertença a casa ao morador, quer ao proprietário da terra em que trabalha.

Em casas do mesmo padrão moram os parceiros e intrusos. Muitas vezes a consideram como sendo de sua propriedade, não obstante o precário direito de posse da terra.

As casas dos sitiantes são de construção tão variada quanto as suas dimensões e os níveis econômicos de seus donos. Existem umas confortáveis e sólidas, outras precárias, até mesmo cobertas de palha, e muitas que representam degraus intermediários em uma escala com tais extremos. O que mais as distingue das moradias de não-proprietários, é a rara ocorrência do simples chão batido em seu interior (embora o tenhamos encontrado mais vezes até do que a cobertura da palha).

Os fazendeiros possuem casas amplas de tijolos, assoalhadas, quase sempre com fôrro de madeira (benfeitoria de que desfrutam fazendeiros, poucos sitiantes mais prósperos e administradores que ocupam casas construídas originariamente para fazendeiros),

A iluminação elétrica é privilégio dos fazendeiros e de poucos sitiantes remediados, e de agregados favorecidos pela proximidade da "sede". As colônias em geral não são ligadas ao gerador da fazenda. Como combustível de cozinha emprega-se a lenha, abundante na região. O gás engarrafado, à venda na cidade, já aparece esporadicamente em residências de fazendeiros e administradores. Banheiros ou chuveiros existem um pouco mais comumente do que a iluminação elétrica, e nas mesmas categorias ocupacionais. O mesmo se dirá das privadas com descarga. Dispositivos mais simples são encontrados em um terço das casas de sitiantes e em uma ou outra moradia de trabalhadores. Ocorre também, embora raramente, a "casinha" sem fossa, tão comum em Já-

lio de Castilhos. A esmagadora maioria das residências de sitiantes, parceiros e as salarizados não possui privada nenhuma.

Em apenas aproximadamente um décimo das casas não há ferro de passar roupa. O rádio, por outro lado, é mais freqüente do que a ligação elétrica em virtude do recurso a pilhas por parte de alguns sitiantes. Parceiros, intrusos e operários rurais raramente possuem receptor, e dos sitiantes apenas uma quinta parte. A máqui na de costura também é rara abaixo do nível dos sitiantes, e destes apenas metade a possui.

As sedes de fazenda costumam ser amplas, tendo 8 ou mais cômodos, mais de dez em geral. Os sitiantes ocupam quatro a dez cômodos, os parceiros, intrusos e as salarizados dois a seis. As casas existentes nas "colônias" de fazenda costumam ter quatro. A nossa amostra forneceu as seguintes médias: fazendeiros: 17 cômodos, si - tiantes: 6,3 , parceiros e intrusos nos distritos ocidentais: 3,7 , e assalariados nos distritos canavieiros: 4,1 . Disto decorre densidade diferencial de ocupação das habitações: as casas de fazendeiros dispõem de dois cômodos para cada pessoa, em mé - dia, as de sitiantes de um, e as de não-proprietários de 0,7 .

O regime alimentar difere do que prevalece em Mococa principalmente pelo menor consumo de leite, que é diário em nossa amostra para apenas um terço dos domi - cÍlios e ocorre nunca ou menos de uma vez por mês em 10%. A carne, por outro lado, é mais freqüentemente consumida do que em Mococa, ocorrendo diariamente ou ao menos u - ma vez por semana em dois terços dos domicÍlios, e ao menos uma vez por mês em quase todos os demais. Para as verduras, a situação é semelhante à de M_ococa, pois o consu mo diário não se verifica como norma em nenhuma das classes ocupacionais, mas nunca ou menos de uma vez por mês em apenas 10%. Sob todos êstes aspectos são os menos fa - vorecidos os parceiros, ocupantes e assalariados dos distritos ocidentais .

A religião católica é a mais frequentemente declarada: 87% dos casais a professam, enquanto que 10% são não-católicos, e 3% dos casais compõem-se de um esposo católico e outro não-católico.

A vida associativa formal ocorre quase exclusivamente nas comunidades religiosas e nos partidos políticos (cuja atividade intermitente já foi apontada). Somente os fazendeiros pertencem sempre a uma ou mais das demais organizações voluntárias existentes no município. Entre os restantes 154 domicílios da amostra, 139 não incluem nenhum membro associado a qualquer delas. À Associação Rural, ao Sindicato dos Lavradores (isto é, fornecedores de cana) de Carapebus e às Associações de Lavradores de Iriri e Glicério pertencem alguns membros do pessoal administrativo das fazendas, alguns sitiantes e parceiros e ocupantes de Iriri, respectivamente. Os assalariados de todo o município vivem afastados de todo e qualquer tipo de associação. Muito mais contribuem para a sociabilidade os contatos informais; entre os 89 chefes de domicílio do sexo masculino que puderam ser interrogados a este respeito, 85 declararam ter-se encontrado com "o seu melhor amigo" nos últimos dois dias. Como ponto de encontro, cita-se o domicílio de um ou outro, ou então o local de trabalho. Para os sitiantes, como parece óbvio, predomina o domicílio. Também "a vila" é mencionada com regular frequência pelos sitiantes e pelos assalariados dos distritos canavieiros.

Raros são os domicílios - exceto os de fazendeiros - em que se assinem ou comprem com regularidade jornais ou revistas (10% no máximo, em qualquer das categorias ocupacionais; nenhum, porém, entre os assalariados). Livros, não se computando os escolares, são encontrados nas casas de fazendeiros e em quase metade das de sitiantes, mas apenas em um décimo das demais. Excluindo-se do cômputo ainda os livros religiosos, passa a sua frequência a 10% entre os sitiantes e praticamente zero entre os demais. De tudo isto conclui-se que escola e igreja são quase exclusivamente

responsáveis por qualquer interesse que haja pela leitura. Assim mesmo, em 62% dos domicílios da amostra, com exceção dos de fazendeiros, não se encontrou impresso nenhum.

Nem mesmo o rádio proporciona a esta população sistematicamente comunicação com o mundo exterior. Somente 10% dos domicílios - sempre excetuados os fazendeiros - possuem receptor. Dos sitiantes apenas uma quinta parte o têm.

Os contatos sociais e seus veículos, citados nos últimos parágrafos, caracterizam bem a natureza da vida associativa: quem não disponha, como os fazendeiros, de grandes facilidades de convívio urbano, limita-se a contatos primários, de pessoa para pessoa, no trabalho ou através de visitas. Nenhuma organização formal, nenhum meio de comunicação em massa se equipara em intensidade a este, como fator de integração social. Isto explica a importância que possui para a população rural a atividade desenvolvida pelos "políticos" e o papel influente exercido pelos vereadores distritais, de que fizemos menção ao tratar da vida política e administrativa do município. Como pano de fundo desta articulação em nível político municipal está o fato de que a vida urbana não é desconhecida: dos 100 chefes masculinos de domicílio de quem temos informação a este respeito, 80 tinham ido a uma cidade (Macaé ou Campos) ao menos uma vez durante o ano precedente à entrevista. Para conhecer o ângulo de visão, sob o qual os interesses coletivos se apresentam ao povo, solicitamos críticas e sugestões quanto a melhoramentos desejáveis, e de 98 dos chefes masculinos de domicílios consultados, só dois se abstiveram de manifestar qualquer opinião. 59 referiram-se à insuficiência do conforto doméstico, 24 à da rede escolar (3),

(3) Esta resposta foi particularmente frequente entre os ocupantes de Iriri e Glicério, o que talvez decorresse da formação recente dos respectivos núcleos, talvez da influência de políticos. Não se deve esquecer, contudo, que ao proceder à pesquisa, os ramos considerados representantes do Ministério da Educação, particularmente interessados na solução do problema escolar.

16 à necessidade de combate às formigas (4), ocorrendo mais 34 respostas várias (5). Em face disto, não se pode certamente falar em apatia com relação às condições de vida rural. Resta saber de quem se espera amparo nas dificuldades sentidas. Só 83 dos homens consultados definiram-se a este respeito, as abstenções subindo para 15 . Dos que se manifestaram, 22 indicaram as autoridades municipais, 53 as autoridades estaduais ou federais e 8 a outras pessoas, o que mostra ser quase ausente a consciência de uma possibilidade de ação fora dos quadros políticos .

O analfabetismo ainda atinge metade da população rural: 46% dos homens , 57% das mulheres da amostra, maiores de 10 anos (não se contando como analfabetos as crianças que freqüentam escola). Os dados por nós levantados indicam, porém, uma melhoria recente, pois, enquanto para os maiores de 20 anos a taxa de analfabetismo é praticamente invariável com a idade, e superior às percentagens acima indicadas (6), a geração de 10 a 19 compreende apenas um terço de pessoas analfabetas e crianças não escolarizadas. Contudo, considerável contingente de menores não freqüenta escola sem ter concluído o curso primário. Para 102 crianças de 7 a 14 anos, nestas condições , obtivemos as razões alegadas pelos pais com relação a 74 . De acôrdo com os pais, seriam as seguintes: falta de escola ou escola paralisada por falta de professora: 35; necessidade de trabalhar: 16; inválidos: 3; outras razões (falta de "recursos", falta de interêsse por parte dos pais ou da criança): 20 .

(4) 25% dos sitiantes e ocupantes deram esta resposta.

(5) Salário, carestia : 8 (!); hospital, assistência à infância: 8; condução para a cidade, telefone, correio: 6. As demais respostas foram dadas por menos de 5 pessoas, respectivamente. 15 pessoas não acharam o que reclamar .

(6) Metade dos homens maiores de 20 anos, dois terços das mulheres de 20 a 60 anos . Quase tôdas as mulheres maiores de 60 anos, sendo analfabetas, fazem pensar que, pelo menos em relação ao seu sexo, o comêço do século já marcou uma mudança no sentido da difusão das primeiras letras .

P A R T E V

Estruturas externas e internas
da escola

CAPITULO XI

A Escola Primária em Júlio de Castilhos,
Mococa e Macaé



1 - Aspectos Gerais

Descritas que foram, nas partes precedentes, as condições de vida observadas nos municípios de Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé, passaremos a discutir a posição que, nêles, ocupa a escola primária. Começaremos pela exposição de alguns dados positivos, referentes à administração das respectivas redes escolares, aos seus corpos docente e discente, e aos fenômenos de repetência e evasão neste registrados. Estas informações refletem situações existentes em determinado momento, considerando-se apenas de passagem algumas circunstâncias diacrônicas. A dificuldade de se tirarem conclusões de material assim limitado é, por um lado, agravada pelo fato de ter estado em ação, no período da pesquisa, a "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", influenciando sobre as redes escolares de Júlio de Castilhos e Macaé. Por outro lado, não serão de importância decisiva para os nossos raciocínios posteriores as linhas da dinâmica histórica e, quanto à atuação da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", estava esta, em ambos os municípios citados, apenas iniciando a sua atividade.

O ensino primário é um dos campos mais importantes da atividade da administração municipal. A competência municipal aí concorre com a estadual, em geral mais bem preparada para a manutenção de um corpo docente qualificado. Nos municípios por nós estudados, a rede estadual compreende de preferência os estabelecimentos de maior envergadura e localizados em cidades e vilas, enquanto a iniciativa municipal se desenvolve mais na zona rural. Escolas particulares fazem contribuições ponderável em Júlio de Castilhos (1), sendo de pouca importância em Mococa e Macaé. A seguinte rela -

(1) Esta contribuição aparece, através dos números abaixo, algo maior do que realmente é, pois inclui a matrícula de classes regidas por professores estaduais em estabelecimentos particulares. Além disto, era a "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" responsável por uma parte das matrículas da escola do Asilo Santo Antônio. Finalmente, teve a escola da "Fundação Leão XIII" existência efêmera.

ção das proporções aproximadas das respectivas matrículas dará disto uma idéia:

QUADRO 25

Matrículas das escolas primárias (1a. a 5a. séries)

segundo as entidades mantenedoras (1)

	Na cidade	Nas vilas	Na zona rural
Julio de Castilhos (matrícula geral em 1959)			
Estaduais	67	57	27
Municipais	-	-	70
Particulares	33	43	3
Mococa (matrícula inicial em 1960)			
Estaduais	98	100	79
Municipais	-	-	21
Particulares	2	-	-
Macaé (cifras aproximadas 1959/60 (2))			
Estaduais	85	80	60
Municipais	5	20	40
Outras (particulares, C.N.E.A., F.F. Leopoldina)	10	-	-

(2) A rede escolar primária deste município encontrava-se entre 1959 e 1960 em situação muito instável, conforme exporemos em tópico posterior deste capítulo, dedicada ao corpo discente. É por este motivo que aqui figurem números grosseiramente arredondados e obtidos por comparação das matrículas de 1960 com as de 1959. Nosso intuito, a esta altura, é apenas de dar uma visão preliminar da realidade a ser analisada.

As escolas estaduais são, em princípio, providas com professores formados em escola normal, funcionários públicos ou, quando não o são, com probabilidade de serem mais cedo ou mais tarde efetivados. Leigos são contratados em casos de absoluta falta de normalistas. Os professores estão sujeitos à administração central sediada na Capital do Estado e representada no município por um inspetor escolar (ou que outra denominação tenha o cargo). A sua lotação e remoção obedece a plano único estadual, envolvendo eventualmente a necessidade de lecionarem em local distante do domicílio de sua família.

As escolas municipais admitem, na falta de professores formados e em maior proporção que as estaduais, leigos julgados suficientemente preparados. Sua estabilidade na função é regulada por legislação municipal. Esta cria, tanto em relação à estabilidade como ao nível de remuneração, condições inferiores aos padrões estaduais.

Para a administração das suas redes escolares dispõem cada qual dos três municípios de departamento especializado. Em Júlio de Castilhos estava este, por ocasião da pesquisa, confiado, mediante convênio, à "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", tendo a anterior inspetora municipal passado a co-diretora do "Centro Pilôto" da mesma. Em Mococa estava o ensino municipal a cargo do inspetor escolar estadual. Em Macaé, embora lá também estivesse instalado "Centro-Pilôto" da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", permanecera intacta a autoridade do inspetor municipal, funcionário de tempo parcial.

A inspeção do ensino estadual era exercida em Júlio de Castilhos por inspetora que, dependente da Delegacia de Ensino sediada em Santa Maria, atendia a vários municípios. Em Mococa, tinha sede um inspetor estadual cuja jurisdição incluía, além deste município, ainda outro, menor (Tapiratiba). Como já se disse, estava ele encarregado, simultaneamente, da inspeção municipal. Em Macaé atuava um "técnico de educação" estadual, com área de exercício limitada ao território municipal.

O "Centro Pilôto" de Júlio de Castilhos dispunha de pessoal (dois co-diretores e alguns poucos auxiliares) e de condução e estava, por isto, em condições de acompanhar regularmente as atividades da rede escolar municipal na zona rural de todo o município. Como as facilidades da inspetora municipal tinham sido anteriormente menores, isto refletia benêficamente sobre o "moral" dos professores rurais, articulados em reuniões mensais realizadas nas sedes distritais, e a quem se ministrou, durante a nossa permanência na cidade, um primeiro curso de férias. - O inspetor escolar de Mococa estava igualmente em condições de agir eficientemente sobre toda a rede escolar própria existente no território municipal e fazia uso desta possibilidade. - Em Macaé, ao contrário, tanto o inspetor municipal como o "técnico" estadual não tinham recursos para se locomover fora da cidade, ignorando, pois, o que se passasse na zona rural a menos que fôsse levado ao seu conhecimento por correspondência, mapas estatísticos e eventuais visitas das professoras interessadas em resolver qualquer assunto específico.

As diferenças que acabamos de apontar, na eficiência do sistema administrativo em cada município, refletem-se nos dados que a seguir exporemos com relação às respectivas redes escolares. Em Júlio de Castilhos e Mococa pudemos levantar estatísticas completas com relação a todos os aspectos que nos interessassem, contando com a cooperação de autoridades e professores locais. Em Macaé, porém, onde as nossas próprias possibilidades de locomoção eram limitadas, devemos o material estatístico às dirigentes do "Centro Pilôto" da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", a quem pudemos prestar colaboração esporádica e cujo esforço, grande mas ingrato, só após a nossa saída do município produziu os resultados em que, a seguir, nos apoiaremos, bem menos detalhados do que os relativos aos outros dois municípios.

2 - O Magistério Primário

O ensino nas escolas primárias de Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé está



predominantemente a cargo de mulheres. Em Júlio de Castilhos e Mococa ocorrem também alguns professores do sexo masculino, segundo mostra o quadro seguinte. Para Macaé não possuímos dados positivos a este respeito, não encontramos, porém, pessoalmente nenhum professor homem, o que faz supor que são extremamente raros se não inexistentes.

QUADRO 26

Sexo dos professores (*)

	Júlio de Castilhos		Mococa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cidade	1	44	8	53
Vilas	1	20	... (**)	... (**)
Zona rural	12	86	2	40
	14	150	...	...

(*) Os dados correspondem aos mestres que estão realmente exercendo as respectivas funções, sem consideração da sua situação pessoal como servidores públicos ou de entidades particulares. Faltam-nos dados com relação a 2 professores rurais em Mococa.

(**) Os grupos escolares nas vilas de Mococa estavam, por ocasião da pesquisa, em situação excepcional por estarem todos os seus professores titulares afastados, frequentando curso para "Administradores Escolares".

Observa-se que os homens são encontrados em Júlio de Castilhos mormente na zona rural, enquanto em Mococa ocorrem mais frequentemente na cidade. A diferença explica-se por algumas particularidades locais: Os professores municipais de Júlio de Castilhos são pequenos agricultores, residentes nas respectivas áreas escolares e que não possuem curso especializado. Os professores estaduais, rurais são diplomados por escola normal "rural". Em Mococa, são as escolas da zona rural providas com mães residentes na cidade e que viajam diária ou semanalmente ao local de trabalho. Os homens, por outro lado, exercem na cidade ocupações adicionais ao magistério, para o que dificilmente encon-

trariam oportunidade na zona rural mocoquense .

Uma análise da idade dos professores fará ressaltar o maior grau de consolidação que já possui o ensino em Mococa, expresso pela maior proporção de pessoas maiores de 30 anos :

QUADRO 27

Idade dos professores

	Júlio de Castilhos		Mococa	
	Maiores de 30 anos	Menores	Maiores de 30 anos	Menores
Cidade (*)	10	35	50	9
Vilas (**)	3	10	...	...
Zona Rural (***)	24	74	16	26
	<u>37</u>	<u>119</u>	...	...

(*) Ignora-se a idade de dois professores estaduais na cidade de Mococa.

(**) Ignora-se a idade de 8 professoras particulares em Júlio de Castilhos. No tocante às vilas de Mococa, veja-se a nota no quadro anterior.

(***) Ignora-se a idade de 2 professores rurais em Mococa.

A maior frequência, em Mococa, de professores jovens na zona rural do que na cidade deve-se à típica carreira de magistério estadual que, em virtude do sistema de concurso de títulos, facilita ao recém-formado o acesso a cadeira na zona rural, de onde só depois de algum tempo consegue remoção para a cidade. As professoras municipais, por outro lado, tendem para ingressar no magistério estadual, ou então para abandonar a profissão com o casamento .

Este professorado rural mocoquense é verdadeiramente flutuante: 23 dos 42 professores, ou seja, mais de metade, estão há um ano ou menos na escola que atualmen-



te regem. Só 2 moram junto à escola, sendo que 30 viajam diariamente do local de residência (para a maioria a cidade de Mococa) para a escola, enquanto 10 encontraram uma situação intermediária, "morando" na cidade, mas "parando" durante a semana em local próximo ao de trabalho .

Em Júlio de Castilhos, o professor rural mora sempre nas proximidades da escola. Se, por um lado, está mais radicado que o mocoquense no seu local de trabalho , por outro lado é menos preparado para o exercício de suas funções, pois dos 22 professores rurais estaduais castilhenses, apenas 13 são formados em escola normal (de 1º ou 2º ciclo), e dos municipais: 2 entre 76. Em Mococa, ao contrário, todos os professores são formados em escola normal de 2º ciclo.

Também em Júlio de Castilhos é grande, entre os professores rurais, a proporção dos mestres com um ano ou menos de exercício no atual local de trabalho: 32 entre 73 professores municipais e 12 entre 21 professores estaduais (3). Não se esperaria taxa tão alta, quanto aos mestres municipais, por não existir a causa que favorece a remoção em massa na carreira estadual, há pouco mencionada. Duas circunstâncias contribuem para a explicação do fenômeno. Por um lado, estava em expansão a rede escolar rural do Estado e em reorganização a do município. Por outro lado trata-se, no que concerne aos professores municipais, de mobilidade profissional, isto é, de contratação para cargos de magistério de pessoas que antes não o exerciam e poucas das quais o exercerão em outros locais, e não de mobilidade espacial de pessoas no desempenho de uma mesma função profissional, como ocorre nas carreiras estaduais. Esta diferença é caracterizada pelo fato de que, enquanto em Mococa constitui exceção a residência da família do professor junto à escola, isto ocorre com 58 dos 76 professores municipais em Júlio de Castilhos. Também o magistério estadual é, aliás, mais radicado neste municí-

(3) Ignora-se o tempo de exercício, na escola atual, de 3 professores municipais e de 1 professor estadual .

pio do que em Mococa, pois dos seus 22 componentes, 13 moram com as suas famílias nas proximidades da escola. Enquanto em Mococa a professora costuma ser de origem urbana, os mestres rurais de ambos os sexos em Júlio de Castilhos são, com apenas 12 exceções (entre 98), naturais de zona rural ou vila.

Júlio de Castilhos e Mococa apresentam, então, duas soluções diferentes do problema do recrutamento do magistério rural: Mococa emprega professoras formadas, mas cuja instabilidade e falta de contato com os pais são sem dúvida fatores de grave insuficiência, considerando-se que a população rural dêse município, composta em grande parte de operários rurais de estreitíssimo horizonte intelectual, necessitaria de decidida assistência educacional. Por outro lado, torna esse mesmo baixo nível quase impossível para muitas professoras o convívio permanente, justificando-se a sua tendência para ficarem morando na cidade.

Júlio de Castilhos possui na zona rural pequeno número de professores formados. Residem, forçosamente, a pouca distância da sua escola; mas os que não conseguiram colocar-se na proximidade da residência familiar não conhecem desejo mais intenso que o de sair e voltar para a região natal ou ao menos para uma que lhe seja culturalmente semelhante (4). Esta minoria tende para ter (há exceções) contato pouco íntimo com a população local e diminuta possibilidade de cooperar com ela no campo da educação.

(4) Dos 13 professores estaduais, formados, 7 residem com suas famílias, 6 no prédio escolar ou em casas alheias. Dêstes, uma moça pretende deixar o local para casar-se, os restantes 5 aguardam impacientemente sua renovação, descontentes com o seu isolamento. É verdade que também os professores que residem com suas famílias em grande parte não permanecerão, mas as razões são outras: em 3 casos casamento ou mudança determinada por conveniências do grupo familiar; em 1 caso o desejo de trabalhar mais perto ainda do domicílio, pois a moça em questão percorre diariamente duas vezes a distância de 3 quilômetros que separa a escola de sua casa.

A forte predominância, por outro lado, de professores que possuem apenas o curso primário determina um nível modesto do ensino nas escolas municipais de Júlio de Castilhos. Praticamente todos eles, porém, demonstraram grande vontade de melhorar os seus conhecimentos, o que ficou manifesto pelo sucesso do primeiro curso de treinamento realizado pela "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" durante a nossa presença naquela cidade. Mais importante de tudo, porém, é que o serem naturais do município ou não radicados facilita o seu ajustamento social, estimulando mesmo o desejo de aperfeiçoamento. Muitos lecionam no próprio lugar de residência de suas famílias, enquanto os demais podem facilmente visitá-las nas férias ou mesmo nos fins de semana. É verdade que aquelas mães solteiras que são obrigadas a trabalhar longe das suas famílias, hospedadas em casas alheias, encontram certa dificuldade de ajustamento, mas esta é menor do que a da professora formada (isto é, acostumada com o estilo de vida urbano) e vinda de mais longe ainda.

A escolha de uma ou outra destas soluções (professores formados ou mestres leigos na zona rural) dependerá sempre de circunstâncias peculiares de cada município, mas a experiência de aperfeiçoamento de professores municipais, realizada em Júlio de Castilhos pela "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", merece atenção e estudo por parte das autoridades do ensino (5).

Macaé segue o mesmo modelo que Júlio de Castilhos, com provimento das escolas rurais e das localizadas nas vilas, preferentemente com elementos locais, quer sejam quer não normalistas. Resulta serem professoras formadas 17 entre as 43 nestras com exercício nas vilas, e 20 entre as 62 que trabalham na zona rural.

Nas vilas de Mococa todos os professores são formados em escola normal de

(5) Em fins de 1963 informaram-nos os dirigentes do "Centro de Treinamento de Professores Municipais" de que o mesmo continuava em pleno funcionamento, já agora sob responsabilidade da Secretaria da Educação e Cultura do Estado, havendo possibilidade de considerável ampliação graças a convênio entre esta e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

2º ciclo, nas de Júlio de Castilhos, 17 entre 21 possuem diploma de escola normal de 1º ou 2º ciclo ou de escola normal rural ,

Nas cidades predominam, não só em Mococa, mas também em Júlio de Castilhos e em Macaé, as professoras formadas. A seu lado existem, porém, nestas duas últimas cidades, algumas leigas, formadas em curso secundário incompleto ou tendo apenas curso primário: 5 entre 45 em Júlio de Castilhos; 14 entre 114 em Macaé .

3 - O Corpo Discente das Escolas Primárias

Passamos agora a uma ligeira análise da matrícula das redes escolares primárias de Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé, separadamente .

Júlio de Castilhos

Neste município estavam matriculados, no fim de 1959, 4.271 alunos em escolas primárias (matrícula geral). Este total distribua-se da seguinte maneira :

Quadro 28

Matrícula geral das escolas primárias em 1959 (6)

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	Total
Cidade	497	258	183	90	119	1.147
Vilas (*)	245	92	95	86	63	581
Zona rural	<u>1.466</u>	<u>533</u>	<u>346</u>	<u>162</u>	<u>36</u>	<u>2.543</u>
	2.208	883	624	338	218	4.271

) Para os fins da análise da rede escolar, o povoado de Val de Serra foi equiparado às vilas

(6) Estas cifras resultaram de inquérito por nós realizado entre julho e outubro. Conquanto se tenha revestido de toda a cautela na correta apuração da matrícula de cada escola, este levantamento não poderia refletir com inteira fidelidade os totais que se iriam atingidos até o fim do ano letivo. A fonte oficial competente (Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais - 1959, publicado pela Diretoria de Estatística Edu-

Segundo as entidades mantenedoras, a distribuição era a seguinte:

Escolas estaduais	1.782	
Escolas municipais	1.770	
Escolas particulares	<u>719</u>	4.271

Entre a matrícula geral e a efetiva no fim do ano houve em 1958, ano anterior à pesquisa, uma diferença global de 13% (da matrícula geral), correspondendo a 10% na zona rural e 18% na cidade. Nesta parece ter havido forte perturbação das matrículas pela entrada em funcionamento, em meio ao ano letivo, da escola particular da "Fundação Leão XIII", que pode ter atraído aproximadamente 100 alunos já matriculados em outras escolas. Fenômeno semelhante a este, ocorrido em 1958, deu-se em 1959, quando a matrícula geral da "Escola Particular do Asilo Santo Antônio" saltou de 32 internos (1958) para um total de 105 alunos em 1959, em virtude da abertura de classes externas com o apoio da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", encerrando-se, porém, o ano com uma matrícula efetiva de 66. (O motivo desta evasão parece ter sido muitas crianças se matricularem nesta escola na expectativa de receberem assistência econômica, o que não se deu, causando a transferência para a "Fundação Leão XIII"

cional da Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul) informa, a pg. 27, ter sido a matrícula geral do ensino primário geral, naquele ano, de 4.570. Este total inclui a matrícula dos cursos supletivos e a do pré-seminário de Ivorá (113 internos), por nós não computadas, do que se deduz ser o total por nós apurado inferior em no máximo 5% ao que se verificaria no fim do ano. Os dados oficiais são discriminados apenas com referência às entidades mantenedoras, razão pela qual não puderam ser utilizados para a análise que a seguir empreendemos. - No que concerne a matrícula das escolas particulares, veja-se a nota (1). Segundo a fonte oficial citada, montaria ela a 568.

e para outras escolas). Desta forma, houve também em 1959 uma flutuação acentuada. Tõ da esta perturbação inutiliza as estatísticas escolares da cidade para a análise da evasão, tal como será feita, mais adiante, com relação a Mococa e Macaé. Em todo caso, confrontando-se a matrícula com o número de 1.134 crianças entre 7 e 14 anos, conta - das, de casa em casa, pela "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" em a - bril de 1959, verificou-se um "deficit" de escolarização praticamente idêntico à dife - rença entre matrícula geral e matrícula efetiva. A abertura de dois grupos escolares em 1960, pela citada "Campanha", deve, além de ter contribuído para a melhoria mate - rial do ensino, ter eliminado este deficit" (7) .

A matrícula registrada nas vilas é tão elevada que deve compreender alu - nos provindos das áreas rurais circunvizinhas (além de 61 internas em escola particu - lar de Nova Palma), pois 581 alunos para 2.055 moradores correspondem a 28%, propor - ção evidentemente superior à participação das classes de idade, escolarizadas, na po - pulação .

Na zona rural estavam matriculados em 1959 (matrícula geral) 2.543 alunos (12,3% da população rural), podendo admitir-se uma matrícula efetiva no fim do ano de cêrca de 2.300 em decorrência de taxa de flutuação presumivelmente idêntica à do ano anterior. Como as classes de 7 a 14 anos compreendem 20% a 25% da população rural (8),

(7) Informações recebidas em fins de 1963 confirmaram esta suposição . Note-se, ain - da, que não se esperaria uma matrícula efetiva igual ao número de crianças de 7 a 14 anos, uma vez que a escola primária apenas oferece 4 séries de estudo.

(8) As percentagens que recaem sôbre estas 8 classes variam, em nossa amostra de 2.042 moradores da zona rural, segundo os setores populacionais, entre 12,9% e 31,7%, a mé - dia ponderada sendo de 22,8% . Em Mococa incluiu a amostra rural 25,2% de crianças das mesmas idades, em Macaé 23,1% .

ou seja, 4.000 a 5.000 crianças, o equivalente a 4 classes estava matriculado. A matrícula da 1a. série - 1.466 (7,1% da população) - corresponde a mais de duas classes etárias, e como entre estes alunos há 42,9% de repetentes, disto pode concluir-se que a escolarização é praticamente total no sentido de que todas as crianças frequentam ao menos a 1a. série e permanecem nela, em média, dois anos. Isto coloca na devida perspectiva as dificuldades de implantação da escola em determinados setores da população rural - a serem discutidas mais adiante (9) - mostrando que tais impecilhos atin- gen, admitindo-se o acôrto das nossas estimativas, uma pequena parcela apenas da população de Júlio de Castilhos.

Mococa

Neste município atingiu a matrícula inicial em fevereiro de 1960 os seguintes totais:

Quadro 29

Matrícula inicial das escolas primárias em 1960

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	Total
Cidade	622	506	405	307	80	1.920
Vilas	161	111	60	50	-	382
Zona rural	<u>788</u>	<u>352</u>	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.313</u>
	1.571	969	638	357	80	3.615

Dêste total cabiam às

Escolas estaduais	3.244
Escolas municipais	328
Escola particular	<u>43</u> 3.615

(9) Capítulo XIII .

Em março foram ainda registradas mais 195 matrículas pelas escolas estaduais e 32 pelas escolas municipais, elevando-se com isto a matrícula rural a 1.540 e o total a 3.842. Deixamos de acrescentar ainda a matrícula nas escolas criadas depois de março, porque se constituiu em parte por transferência.

Admitindo-se que a população rural é de aproximadamente 17.000 pessoas (10), teríamos, pois, 9% na escola, correspondendo a três classes de idade, entre 7 e 14 anos. Com efeito, foram matriculadas na 1.ª série rural até 29 de fevereiro 788 crianças, entre as quais 227 repetentes, a matrícula nova sendo, portanto, de 561, ou seja, 3,3% de 17.000. Considerando-se que, como já dissemos, houve matrículas posteriores, a nova da 1.ª série corresponde a uma classe de idade. Tem-se, pois, a impressão de que o deficit de matrícula na 1.ª série da zona rural é pequeno. Na situação peculiar de Mococa, esta conclusão seria, todavia, enganosa. Que ainda há crianças fora da escola, mostra-o o nosso inquérito (realizado em abril do mesmo ano), que acusou a analfabetismo em uma quarta parte das crianças entre 9 e 14 anos. Acontece que a escolarização, na 1.ª série, de contingente igual a uma classe de idade é insuficiente para recuperar o atraso de instrução provindo de anos anteriores e de migração. A rede escolar deveria arregimentar anualmente número superior a uma classe, até que estivesse vencido este atraso.

Na cidade verificamos, por um recenseamento total da população, a existência de 2.505 crianças entre 7 e 14 anos. Delas, 1.619 (e mais 40 com 6 anos de idade) estão frequentando escolas primárias. (Como nestas encontramos uma matrícula de 1.920, a diferença para mais, de 261, deve correr por conta de alunos vindos da zona rural próxima). 126 crianças estavam sem qualquer escolaridade e 137 tinham o curso primário incompleto. Entre estas últimas estão incluídas aquelas que completaram os três anos que a escola rural oferece. 263 crianças eram, pois, ainda escolarizáveis. Vejamos

(10) Vejam-se as considerações sobre a estimativa da população rural, no Capítulo VII - tópico 4, p.140

se o equipamento escolar da cidade basta para isto,

Existiam na cidade 52 classes estaduais de 1a: a 4a: série. Totalmente lotadas com 40 alunos em cada classe, teriam os estabelecimentos oficiais, portanto, capacidade para 2.080 alunos. Com uma matrícula inicial de 1.797 (1.920 menos a 5a. série e menos o "Externato Maria Inaculada", particular) havia, por conseguinte, 283 vagas. Como as 263 crianças acima mencionadas de forma alguma seriam escolarizadas simultaneamente, as vagas eram suficientes para atender às necessidades do momento. Havia, é verdade, apenas pequena margem de segurança para prever o caso de que as classes incompletas correspondessem excedentes de candidatos a outros graus.

Nas vilas, a matrícula (33% da população) é muito superior ao que se esperaria de uma população de 1.249 habitantes. De maneira semelhante à que se observou em relação às vilas de Júlio de Castilhos, aqui também deve haver considerável afluxo de alunos residentes na zona rural.

A matrícula inicial das escolas oficiais (estaduais e municipais) de todo o município nas quatro séries fundamentais, em 29 de fevereiro de 1960, foi de 3.492, superando em cerca de 10% a matrícula efetiva no fim de 1959 (3.193). Entretanto, a matrícula geral de 1959 atingira nas mesmas quatro séries o número de 4.378. A matrícula geral superou, portanto, em 37% a matrícula efetiva final e em 25% a matrícula inicial seguinte. Percebe-se que deve haver flutuação considerável no corpo discente, no decorrer do ano. O quadro a seguir mostra que a intensidade desta flutuação é maior na 1a. série, declinando na 2a., e que é mais forte na zona rural do que na cidade. Observa-se, ainda, que nas vilas e na zona rural a flutuação volta a se agravar nas 3a. e 4a. séries, contrariamente ao que ocorre na cidade :

Quadro 30Flutuação da Matrícula

Matrícula geral (MG) e matrícula efetiva (ME) - 1959

Séries	1a.		2a.		3a.		4a;	
	MG	ME	MG	ME	MG	ME	MG	ME
Cidade	834	625	551	447	405	355	314	282
ME sobre MG (%)		75		81		88		90
Vilas	212	139	125	101	56	43	75	49
ME sobre MG (%)		65		81		77		65
Escolas estaduais rurais	854	543	328	244	172	114	22	8
ME sobre MG (%)		64		74		66		37
Escolas municipais rurais	292	157	87	52	51	34	-	-
ME sobre MG (%)		54		60		67		
Total	2192	1464	1091	844	684	546	411	339
ME sobre MG (%)		67		77		80		82

Em outras palavras: as escolas da cidade, para atingirem uma matrícula efetiva final, na 1a. série, de 625, passam por uma matrícula geral de 834. E a matrícula efetiva corresponde aproximadamente à inicial do ano seguinte (1960: 613). As escolas rurais, estaduais, passam por uma matrícula geral de 854 para chegar a uma efetiva final de 543. Nas municipais, à matrícula efetiva de 157 corresponde uma geral de 292.

Para melhor esclarecer este fenômeno, examinamos as matrículas e eliminaçãoes, mês por mês, de cinco escolas rurais, escolhidas ao acaso, durante o ano de 1959. O resultado demonstrou precisamente grande flutuação, acentuada em abril e de agosto a outubro. Estes últimos três meses correspondem ao fim do ano agrícola, quando muitos colonos se transferem de uma fazenda para outra.

Quadro 31Matrículas (M) e Eliminações (E) em 5 escolas rurais (*)

Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro	
M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E
164	-	9	4	10	10	10	5	3	3	-	-	9	21	9	11	1	11

Matrículas: inicial - 164, efetiva em outubro - 150, geral - 215

Matrículas de março a outubro: 51

Eliminações de março a outubro: 65

(*) Escolas municipais da Fazenda da Serra, da Fazenda Rosinha, da Estação de Canoas, do Bairro Barra Alegre, da Estação Comendador Guinardes, em 1959.

Esta observação explica a diferença, na intensidade da flutuação, entre a cidade e a zona rural. A elevada flutuação, na cidade, da 1a. série, e a bem menor nas séries mais adiantadas só podem ser interpretadas, aqui, a título de hipótese. A flutuação na 1a. série, bem como a existência de crianças não escolarizadas, mencionada acima, decorreriam de fatores localizados no ambiente doméstico, ou de falta de ajustamento entre este e a escola. Haveria uma certa parcela na população, mesmo na urbana, para quem a escola não faz parte, necessariamente, da vida da criança. Esta minoria de crianças, prejudicadas por tal atitude dos pais - e pelos fatores que a produzem - não passaria da 1a. série, reduzindo-se, dali em diante, a flutuação àquela causada por mudanças de domicílio e por outras circunstâncias fortuitas.

Também na zona rural (e nas vilas, que parecem seguir o padrão rural) manifestar-se-ia o mesmo fenômeno. Se lá a flutuação é maior, de modo geral, há-de ser em virtude da mobilidade da população rural, mas o fato de intensificar-se na 3a. série em relação à 2a. parece apontar ainda um elemento adicional: haveria uma parcela, na população rural, que encara o programa escolar de 2a. série como o limite da esco-

laridade desejável, enquanto na cidade a quase totalidade da população - exceto aquela parte, já mencionada, de aspirações mínimas - coloca este limite no fim da 4a. série? O estudo da evasão, tal como ocorre de uma série para outra, e para o qual forneceremos dados no último quadro deste capítulo, tornará ainda algo mais plausível a estas hipóteses.

Macaé

As matrículas em Macaé sofreram forte modificação durante os anos de 1959 e 1960. Naquele ano, em que se realizaram eleições municipais, criou-se grande número de escolas municipais, tanto na cidade como no interior. Muitas destas já tinham sido novamente fechadas na primeira metade de 1960. Além disto, estavam numerosas escolas em situação irregular, com falta de professoras, por licença, comissionamento ou transferência. Isto ocorreu mormente na zona rural e nas vilas. Nestas existiam três grupos escolares, localizados nas vilas de Carapebus, Glicério e Quissamã, dêles estando em funcionamento regular por ocasião de nossa visita, unicamente o de Quissamã. No de Carapebus trabalhavam quatro professoras leigas e apenas uma formada, não havendo diretor. O de Glicério praticamente ^{estava} paralisado, atuando apenas uma única professora leiga. Na zona rural encontramos escolas em funcionamento admirável - como a de Morro Alto (4º Distrito), onde cerca de 90 crianças se apinhavam na casa particular da professora, atendidas por esta com assistência (gratuita) de sua filha - e outras, abandonadas. Por outro lado, já se fazia sentir, mormente no interior do município, a atuação da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", mantendo professoras onde fôsse de mais premente necessidade, e houvesse candidatas aceitáveis.

Nos dados a seguir apresentados com relação à matrícula (geral) deve, pois, fazer-se o devido desconto quanto à sua exatidão, considerando-se, ainda, que os órgãos sediados na cidade nem sempre conseguiam manter-se perfeitamente a par do que realmente sucedia em cada estabelecimento de ensino.

Adotando a mesma divisão do município em três áreas, estabelecida acima (11), damos a seguir as matrículas gerais nas escolas primárias, confrontando, para corrigir o impacto das modificações registradas de ano para ano, as de fins de 1959 com as de princípio do segundo semestre de 1960:

Quadro 32

Matrículas por áreas

	<u>1959</u>	<u>1960</u>
Distritos centrais (1º , 2º)	3.188	3.193
Distritos orientais (3º, 4º)	2.074	1.691
Distritos ocidentais (5º, a 8º)	1.030	1.124
	<u>6.292</u>	<u>6.008</u>

Estes dados não são estritamente comparáveis, por terem os de 1960 sido tomados antes do encerramento do ano. No fim do ano letivo elevava-se a matrícula total, segundo informações que nos foram gentilmente prestadas pela "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo", a 6.307, ou seja, a nível praticamente igual ao do ano anterior. Isto representa uma melhora real no conjunto municipal, por terem os números relativos ao ano anterior sido inflados pelas matrículas de escolas municipais recém-criadas e provavelmente em parte não realmente atuantes.

Note-se que englobamos tôdas as escolas primárias existentes nas respectivas áreas, tanto urbanas como rurais e de vilas. De fato, funcionavam efetivamente nos 1º e 2º Distritos quase só as escolas urbanas; em Glicério (7º Distrito) só as rurais, não sendo possível uma distinção rigorosa entre as da vila e as rurais em Quissamã, em virtude da não-coincidência dos limites administrativos daquela vila com o caráter ecológico dos respectivos núcleos populacionais. Feitas estas ressalvas, examinaremos os dados apresentados .

(11) Capítulo IX - tópico 1

A cidade atravessou o mencionado período agitado, no setor escolar, sem perda de substância, pois da matrícula dos distritos centrais, 3.114 (1959) e 3.163 (1960) correspondem a escolas urbanas. As restantes escolas da área central funcionavam muito precariamente, obrigando os 3.000 habitantes da zona rural a mandar os seus filhos para a cidade, ou então deixando-os sem assistência escolar digna de menção. Nos distritos ocidentais também se manteve inalterada a situação, acusando-se mesmo ligeira ascensão que, entretanto, pode ser apenas aparente, efeito da insuficiência de nossas informações com relação ao ano de 1959. Nos distritos orientais, a diminuição da matrícula foi sensível devido ao fechamento de algumas escolas municipais (de duvidoso rendimento) e da crise irrompida no grupo escolar da vila de Carapebus.

Como os dados apresentados com relação ao ano de 1960 parecem corresponder melhor à realidade do que os de 1959, calculamos sobre eles as seguintes percentagens do número de alunos matriculados sobre a população recenseada:

Quadro 33

Densidade de matrículas, por áreas

	<u>População</u>	<u>Matrícula</u>	<u>Percentagem</u>
Distritos centrais	25.019	3.193	12,7
Distritos orientais	16.833	1.691	10,0
Distritos ocidentais	16.953	1.124	6,6

Isolando a cidade (incl. a "Barra") obtemos para ela uma percentagem de 14,2, o que representa o equivalente de cinco classes de idade, e portanto uma escolarização satisfatória. Já nos distritos orientais a taxa cai abaixo da registrada na zona rural de Júlio de Castilhos (12,3%). Como isto, entretanto, é em parte devido a fatores inerentes ao defeituoso funcionamento administrativo da rede escolar existente, não se afigura tão grave quanto o deficit registrado nos distritos ocidentais, onde a taxa baixa é estrutural e tem o mesmo significado verificado na zona rural de Mococa, isto é, a sua insuficiência para a recuperação do atraso escolar legado pelo

passado. Em outras palavras: enquanto nos distritos orientais existe número suficiente de escolas, bastando que sejam postas a funcionar regularmente, nos distritos ocidentais há real falta de estabelecimentos de ensino primário.

Segundo a entidade mantenedora, distribuíam-se assim as matrículas:

Quadro 34

Matrículas por entidade mantenedora

Escolas	estaduais		municipais		outras(*)		Total	
	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960
Cidade (incl. Barra)	2592	2727	522	148	-	288	3114	3163
Vilas (**)	429	400	106	118	-	-	535	518
Zona rural	<u>1096</u>	<u>1303</u>	<u>1547</u>	<u>1024</u>	-	-	<u>2643</u>	<u>2327</u>
	4117	4430	2175	1290	-	288	6292	6008

(*) Estrada de Ferro Leopoldina e entidades particulares

(**) Carapebus, Quissamã e Glicério. Quanto ao grupo escolar desta última vila, faltam-nos informações relativas a 1959. Os totais relativos a este ano são, pois, inferiores à realidade.

Vê-se como a extinção de efêmeras escolas municipais na cidade foi, em 1960, compensadas por um aumento das matrículas estaduais e outras (na Estrada de Ferro Leopoldina e em entidades particulares, em parte com auxílio da "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo"). Na zona rural, entretanto, a rede estadual pôde absorver apenas em parte o contingente infantil liberado. Na tabela do Quadro 32, porém, ficou demonstrado que o prejuízo advindo à população rural recaiu mormente sobre os distritos orientais, relativamente mais favorecidos que os ocidentais, e que estes não sofreram queda da matrícula total. É de se levar em consideração, ainda, que, conforme já indicamos, a matrícula total se elevou, depois de levantados os nossos dados com relação a 1960, para 6,307 até o fim do ano. Tudo indica que esta elevação beneficiou principalmente vilas e zona rural. Se isto for exato, registrou-se como saldo do ano

de 1960 a recuperação de toda a perda havida com o fechamento de escolas municipais. Como estas escolas fechadas eram de recente criação, conseguiu-se, pois, em termos globais, melhora sobre a situação anterior à sua efêmera existência.

4- Repetência

A repetência conseqüente de mau aproveitamento do ensino e das reprovações dêle decorrentes, incide pesadamente sobre a rede escolar primária, tanto em Júlio de Castilhos como em Mocóca e Macaé . As proporções em que isto acontece podem ser vistas pelo quadro abaixo .

Quadro 35

Repetência nas escolas primárias (*)

Proporções de alunos repetentes nas várias séries urbanas

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
Júlio de Castilhos, 1959					
Matrícula geral	352	179	127	57	715
Repetentes	150	56	30	13	249
Repetentes (%)	42,6	31,3	23,6	22,8	34,8
Mocóca, 1960					
Matrícula inicial	622	506	405	307	1.840
Repetentes	206	76	28	5	315
Repetentes (%)	33,1	15,0	6,9	1,6	17,1
Macaé, 1960					
Matrícula geral	1.434	575	436	321	2.766
Repetentes	370	109	106	57	642
Repetentes(%)	25,8	19,0	24,3	17,8	23,2

Proporções de alunos repetentes nas várias séries nas vilas

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
Júlio de Castilhos, 1959					
Matrícula geral	137	60	58	51	306
Repetentes	33	10	10	7	60
Repetentes (%)	24,1	16,7	17,2	13,7	19,6
Mococa, 1960					
Matrícula inicial	161	111	60	50	382
Repetentes	79	40	9	12	140
Repetentes (%)	49,1	36,0	15,0	24,0	36,6

Proporções de alunos repetentes nas várias séries rurais

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
Júlio de Castilhos, 1959					
Matrícula geral	1.401	502	335	151	2.389
Repetentes	696	86	56	23	861
Repetentes (%)	49,7	17,1	16,7	15,3	36,0
Mococa, 1960					
Matrícula inicial	788	352	173	-	1.313
Repetentes	327	62	4	-	393
Repetentes (%)	41,5	17,6	2,4	-	29,9
Macaé, 1960					
Matrícula geral	2.421	516	275	94	3.306
Repetentes	651	98	57	17	823
Repetentes	26,9	19,0	20,7	18,1	24,9

(*) Só 1a. a 4a. séries. Com relação a Júlio de Castilhos consideraram-se apenas as escolas públicas. Os dados relativos a Macaé foram extraídos das tabelas que nos foram fornecidas pela "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" após o período de trabalho de campo. Por este motivo não estão os números relativos à "Barra" incluídos nos que correspondem à cidade. Os números referentes às vilas de Macaé estão incluídos nos da zona rural.

Não cabe aqui uma discussão pormenorizada de causas e efeitos da repetência, a qual invadiria em ampla frente a seara da metodologia do ensino. Apresentamos os dados a este respeito apenas para demonstrar que a escola primária em nenhum dos três municípios está em condições de desenvolver o seu trabalho de maneira ordenada, dentro do tipo de programa e organização que atualmente a regem. Entre um sexto e um terço dos alunos de qualquer dos setores geográficos estudados são repetentes (12). A série mais atingida é a primeira, em que nunca significativamente menos de um quarto, mas não raramente metade ou quase metade dos alunos ocupam os bancos escolares por mais de um ano. Abstendo-nos de quaisquer considerações relativas ao prejuízo que isto causa às crianças atingidas, a seus pais, e ao erário público, devemos ressaltar apenas, como relevante para os objetivos deste trabalho, que tal situação prova a fraqueza intrínseca do sistema escolar. Não conseguindo cumprir regularmente os objetivos a que se propõe, tenta corrigir os efeitos do insucesso, fazendo o aluno repetir programas, e com isto agravando a dificuldade pedagógica que não fôra capaz de vencer.

5- Evasão

Nos quadros precedentes notou-se a diminuição das matrículas, de série para série, em todas as redes escolares investigadas. Parte deste fenômeno resulta do acúmulo de repetentes, mormente na 1.ª série. Está claro que, matriculando-se uma classe etária na primeira série, e todos repetindo a mesma, a matrícula da primeira série dobra, compreendendo duas classes etárias no ano seguinte. À medida que a repetência diminui de intensidade, decresce, nas séries subseqüentes, o número de alunos. Não é, porém, esta a única explicação do decréscimo de matrículas. Para neutralizar este fa-

(12) A taxa muito elevada, registrada na cidade de Júlio de Castilhos, terá, provavelmente, sido produto das perturbações que as matrículas sofreram nos anos de 1958. e 1959.

tor, confrontamos, no quadro a seguir, apenas as matrículas de alunos "novos", isto é, não repetentes, em cada série. O índice calculado sobre o contingente discente da primeira série expressa a proporção em que a frequência escolar é persistente e, inversamente, revela a evasão. (13) (14) .

(13) Tentamos, pois, representar uma série histórica através de outra, simultânea. Este procedimento é válido apenas na medida em que durante o período de anos, considerado, não houve modificação estrutural na distribuição do corpo discente sobre as várias séries (p. ex. ingresso desproporcional de alunos novos em séries adiantadas) nem alteração quantitativa do contingente-base (1ª série).

Por ambas estas razões deixamos de analisar as escolas urbanas de Júlio de Castilhos. Nelas houve, conforme relatamos acima, ponderáveis perturbações nas matrículas e, conseqüentemente, possível alteração na estrutura do conjunto. Além disso, expandiu-se a rede escolar, cuja matrícula efetiva era, em 1955, de 634 (cf. Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais - 1953/1955 - Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Cultura, Diretoria de Estatística Educacional p. 42) e em 1959, de 983 (cf. Anuário, idem, relativo a 1959; p. 39), acusando, pois, um crescimento de 55%. No interior do mesmo município, registraram as mesmas fontes oficiais 2.376 alunos, respectivamente. Tal crescimento de apenas 8% não invalida os resultados da interpretação a ser exposta, porque esta envolve percentagens de evasão muito superiores a esta taxa.

Também em Mococa cresceu a matrícula, uma vez que em 1956 a matrícula inicial era, na cidade, de 1.406 (cf. Boletim do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, nº 2, 2º Semestre de 1956, p. 114); subindo para 1.920 em 1960 (segundo o nosso próprio levantamento), o que representa um aumento de 37%. Nas vilas as matrículas iniciais passaram de 346 para 382 (no mesmo período e segundo as mesmas fontes) e na zona rural de 1.198 para 1.313, havendo, pois, em ambas estas categorias um acréscimo de 10%, semelhante ao registrado no interior do município de Júlio de Castilhos.

O forte crescimento das matrículas nas cidades citadas obriga a cautela na interpretação das causas do decréscimo observado de umas séries para outras. Com efeito, se o crescimento global se deu por ingresso de números cada vez maiores de alunos nas primeiras séries, as séries posteriores tenderam, por isto mesmo e independentemente de evasão, a acusar matrículas proporcionalmente menores. Com relação a Júlio de Castilhos não dispomos de dados que permitam verificar se tal ocorreu, ou

Compilamos os respectivos dados separadamente para cidades, vilas e zonas rurais dos três municípios, e interpretamo-los como se os setores assim constituídos fôsem sistemas fechados. Em realidade, isto, evidentemente, não se dá, havendo trans

se o aumento das matrículas se deu simultaneamente em todas as séries. Em havendo esta dúvida, e sendo mais provável a hipótese de crescimento a partir da base, é de se admitir que a evasão escolar naquela cidade é sensivelmente menor do que se poderia concluir dos dados mencionados na nota (+) da tabela.

Já em relação à cidade de Mococa, as restrições decorrentes do aumento de matrículas não são igualmente ponderáveis, desde que este crescimento parece ter-se dado em todos os níveis. Embora os dados publicados pelo Departamento de Estatística do Estado (Boletim nº1, 1º Semestre de 1956, pp.108, 116 e 124) se refiram ao município em conjunto, o pequeno aumento observado no interior do município permite ao menos a conjectura de que na cidade a situação não será decisivamente diferente do conjunto. Os dados relativos à matrícula inicial de 1956, quando comparados com a matrícula inicial em 1960 por nós levantada (para este ano o Departamento de Estatística não publicou a matrícula inicial), acusa um crescimento de 27% no primeiro Ano, de 13% no segundo Ano, de 21% no terceiro Ano e de 18% no quarto Ano. A expansão da rede escolar não teve, pois, os seus efeitos de tal forma concentrados no primeiro Ano atual, que a comparação das séries, com vistas para o estudo da evasão, perca todo o sentido.

Com relação a Macaé, não dispomos de dados fidedignos, referentes ao passado, de maneira que a interpretação dos números constantes da tabela deve ser aceita com particular cautela, no que tange a esse município. Observe-se, contudo, que as flutuações de matrícula entre 1959 e 1960 são insuficientes para explicar a queda do número de alunos da primeira para a segunda série, quer na cidade, quer na zona rural.

(14) Todos os dados constantes da tabela resultaram de levantamento por nós realizado, contando em Júlio de Castilhos e em Macaé com a eficiente assistência dos respectivos Centros-Piloto da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em Mococa com a do Inspetor Escolar.

ferência de alunos entre os vários setores escolares dentro de um mesmo município e, ainda, entre municípios. Por esta razão e pelas indicadas na nota (13) são de precária validade as conclusões a que poderemos chegar.

Quadro 36

Índices de permanência nas várias séries urbanas (+)

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
<u>Mococa, 1960</u>					
Alunos novos	416	430	377	302	1.525
Índice (base: 1a. Série)	100	103	91	73	
<u>Macaé, 1960</u>					
Alunos novos	1.064	466	330	264	2.124
Índice (base: 1a. Série)	100	44	31	25	

Índice de permanência nas várias séries nas vilas (++)

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
<u>Júlio de Castilhos, 1959</u>					
Alunos novos	104	50	48	44	246
Índice (base: 1a. Série)	100	48	46	42	
<u>Mococa, 1960</u>					
Alunos novos	82	71	51	38	242
Índice (base: 1a. Série)	100	87	62	46	

Índice de permanência nas várias séries rurais

Séries	1a.	2a.	3a.	4a.	Total
<u>Júlio de Castilhos, 1959</u>					
Alunos novos	705	416	279	128	1.528
Índice (base: 1a. Série)	100	59	40	18	
<u>Mococa, 1960</u>					
Alunos novos	461	290	169	-	920
Índice (base: 1a. Série)	100	63	37	-	
<u>Macaé, 1960</u>					
Alunos novos	1.770	418	218	77	2.483
Índice (base: 1a. Série)	100	24	12	4	

(+) Na cidade de Júlio de Castilhos, os índices, calculados com as ressalvas feitas na nota de rodapé (13), seguem o mesmo padrão da zona rural do mesmo município: 100-61-48-22.

(++) Os dados relativos às vilas de Macaé foram incorporados aos totais correspondentes à zona rural.

Vê-se como na cidade de Mococa quase três quartas partes dos que entram para a escola chegam à quarta série, nas vilas de Mococa e Júlio de Castilhos quase a metade, na cidade de Macaé apenas um quarto. Nas zonas rurais a quarta série ocorre apenas excepcionalmente, mesmo porque poucas escolas a oferecem, mas mesmo a terceira série é atingida por contingentes inferiores aos que nas cidades atingem a quarta série.

Importante é notar que, à exceção apenas de cidade e vilas de Mococa, evasão maciça se dá entre a primeira e a segunda série. É como se (à exceção de cidade e vilas de Mococa) para metade ~~ou mais~~ das crianças, os por elas responsáveis considerassem suficientes alguns rudimentos de conhecimentos escolares.

6- Conclusões

No que foi exposto neste capítulo percebe-se a presença, particularmente na escola rural, dos seguintes fatores de ineficiência - mesmo em relação aos objetivos que a escola primária realmente se propõe, e sem levar em conta as funções mais amplas que ela deveria desempenhar:

1- Opção entre o emprego de professorado formado, mas desajustado em relação ao ambiente social da escola, ou leigo, mas integrado neste.

2- Claros na rede escolar, sendo este defeito sanável pela simples expansão quantitativa da rede de estabelecimentos, difícil apenas onde faltem candidatos ao magistério que possuam as qualificações mínimas exigidas.

3- Dificuldade de supervisão e orientação, em face da dispersão geográfica das escolas .

4- Flutuação das matrículas durante o ano. Esta verifica-se mormente em populações espacialmente móveis, mas também, onde a frequência à escola não seja considerada, pelos pais, atividades imprescindível para a criança, ou onde a instabilidade da rede escolar provoque numerosas transferências. Este problema é particularmente intenso em zonas rurais, onde predomina numericamente a população não-proprietária,

mas ocorre também nas cidades.

5- Mau rendimento do ensino, provocando reprovações em massa e, conseqüentemente, repetência que, por sua vez, agrava a dificuldade do trabalho didático. Este fenômeno é observado, também, nas cidades, mas, pelo menos no 1º Ano, tende a ser mais grave na zona rural. Nas séries subseqüentes a repetência diminui na zona rural, possivelmente em virtude da evasão de reprovados.

6- Evasão em massa após o 1º Ano, o que se observa também em ambientes urbanos, mas com maior intensidade na zona rural. Isto indica que nesta, mais que naquela, a escola é largamente restrita ao ensino das primeiras letras e das operações mais elementares da aritmética.

7- Sob qualquer dos pontos de vista citados, há grande desigualdade entre os sistemas escolares locais, aqui examinados, o que reflete tanto diferenças intrínsecas entre os mesmos, como entre os respectivos ambientes sociais.

Os fatores de ineficiência, incluídos neste rol, são os mais facilmente observados pelo exame do sistema de ensino em si. As ponderações expendidas no primeiro capítulo desta tese apontaram, todavia, um condicionamento mais amplo da escola, o qual faz com que esta perspectiva restrita apareça como sendo apenas o aspecto, por assim dizer, superficial da problemática educacional. Esta adquire sentido mais fundamental pela investigação dos objetivos que as necessidades da sociedade propõem à escola. Pela focalização desta no contexto social em que funciona, as suas deficiências, acima enumeradas, ganham as dimensões de realidade cuja compreensão poderá encaminhar as correções necessárias. - É o que empreenderemos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO XII

Tradição, Mudança Social e Educação



1 - Mudança Tecnológica e Mudança Social

Chegamos ao fim de nosso relato. De observações feitas em três municípios do Sul e Centro-Leste brasileiros procuramos extrair algumas das variegadas formas, pelas quais o homem se ajusta ao ambiente, dele obtendo os meios de seu sustento. Tal ajustamento envolve aspectos tecnológicos, ligados à exploração dos recursos naturais, e outros sociais, relativos ao convívio humano. Ambos - e esperamos que isto tenha ficado claro pelas descrições que fizemos - estão inextricavelmente interligados, o que cria a situação tão característica de nossa época e particularmente do Brasil e de outros países em fase de desenvolvimento acelerado, onde mudanças imperiosamente exigidas pela evolução da tecnologia colocam os sistemas sociais diante de igualmente inelutável necessidade de readaptação.

Nos agrupamentos por nós investigados, decorre a necessidade de reforma tecnológica de fatores de duas ordens diversas: por um lado, mostra-se o tipo de exploração, tradicional, inadequado para um habitat natural modificado em virtude da própria utilização destes mesmos métodos: a terra "não dá mais", esgotada a sua riqueza primitiva em substância fértil. Ao mesmo tempo, porém, alteraram-se as condições econômicas do mercado de que depende todo aquele produtor que tenha emergido da mais singela economia de auto-suficiência. A procura de variedade crescente de bens em quantidades maiores e progressivamente mais padronizados e a oferta de sempre novos recursos de conforto ao consumidor obrigam o agente econômico a racionalizar o seu modo de procedimento, sob pena de empobrecer senão absoluta, ao menos relativamente, em vista do enriquecimento de outros.

Este processo de mudança técnica e econômica não é de origem recente. Vem progredindo ao passo que a população do país se adensa e a exaustão do seu solo se acentua pelo simples transcorrer do tempo. O que hoje nos causa tão aguda consciência do problema é a diminuição das oportunidades de evasão. A procura de "terras novas"

está-se tornando cada vez mais difícil ao lavrador, e a persistência em métodos antiquados ameaça concretamente esmagar tanto o produtor rural como o industrial sob a superioridade de concorrentes mais eficientes .

A inexorável necessidade de mudança tecnológica constitui um problema grave para a sociedade a que se impõe. A existência de todo sistema social é condicionada à posse de um patrimônio de normas de comportamento, o qual, como um todo, não pode ser criado por uma só geração. São tão numerosos e em tão grande parte inconscientes, os padrões sociais, que a sua modificação, por espetacular que seja, é sempre parcial e gradativa. Tratando-se, por outro lado, de um sistema integrado, a alteração em qualquer parcela desta "herança cultural" reflete-se em outras e no equilíbrio do todo.

Tôda modificação, mesmo parcial, seria, pois, fatal a uma cultura que não dispusesse de mecanismos inerentes de mudança. Como tôda a cultura muda quando se modificam traços de sua tecnologia, e como esta no nosso mundo ocidental está em evolução há séculos , pode afirmar-se que, no âmbito das nossas cogitações, não existe cultura de formação tão rígida que se oponha a tôda e qualquer transformação. Há toda via graus de adaptabilidade diferenciais quanto à medida de sua elasticidade e quanto à natureza qualitativa das mudanças que admitem .

Exemplos disto existem nos agrupamentos descritos nas partes anteriores dêste volume. Pensemos no núcleo da colônia itala de Júlio de Castilhos. Altamente integrado, constitui um sistema quase perfeito de ajustamento à fase de sua história cujo fim se aproxima. Os mecanismos de mudança são pobres. Tentar uma inovação, por pouco não significa retirar-se da comunidade. Isto vale especialmente para o cerne do seu sistema de valores, que é a organização religiosa. Que a vida tecnológica e econômica não é igualmente impermeável à inovação, demonstram-no dois processos: a formação das culturas de batatas na "Colônia Nova" e as tendências incipientes para a renovação da suinocultura em tôda a colônia. No primeiro dêstes fenômenos evitou-se a rup

tura da vida comunal através da emigração para área contígua. Havendo terras a ocupar na proximidade imediata da comunidade, foi possível iniciar um novo método de exploração técnico-econômico, sem pôr em causa o sistema cultural da comunidade de origem, muito embora o grupo migratório dela não se desligasse. Trata-se, por conseguinte, de uma oportunidade rara de mudança, pouco atingindo o sistema social como um todo. Mais significativo para a nossa discussão é o outro caso: a reforma das técnicas de suinocultura é realmente alteração de modos tradicionais de proceder. Por isto mesmo, impõe-se lentamente a a partir do próprio eixo de gravitação do sistema de valores, que é a autoridade eclesiástica.

A procura de um exemplo de sistema elástico e acessível a variados tipos de mudança, prende a nossa atenção o dos parceiros e intrusos do distrito de Iriri, em Macaé. Formado pelo afluxo de migrantes, possui como patrimônio cultural aqueles padrões de comportamento, trazidos em comum pelos seus integrantes, ou sejam os costumes e as técnicas usuais na parte setentrional do Estado do Rio de Janeiro. Não se cristalizou ainda um conjunto de normas ou atitudes específicas do ambiente local. A própria teia de relações entre as pessoas não teve tempo de "amadurecer" (1). Dir-se-ia que, na mesma medida, a comunidade local está apenas em formação. Os indivíduos, sentindo o desejo de solidariedade grupal por ser insegura a posição sócio-econômica de cada um, procuram um objetivo comum em termos de sua experiência anterior. É isto o que pro-

(1) Por "relação social" entendemos, com Radcliffe-Brown ("Estrutura social", em Estudos de Organização Social, pág. 168) a existência "entre dois os mais organismos individuais" de "um ajustamento de seus interesses respectivos...". As relações sociais só existem, ainda segundo o mesmo autor (ibid., pag. 159), como partes de vastas redes de relações. As várias "espécies de relações" possuem formas gerais ou normais" caracterizadas por certa "continuidade estrutural" (ibid. pag. 161). O grupo local referido está em vias de criar a sua "estrutura", assim entendida.

porciona perspectivas de sucesso às tentativas de organização de "Associações de Lavradores". Estas tenderão a agir primordialmente no sentido que lhes é imposto por a aquelas noções preexistentes, isto é, na conquista do direito de roçar independente - mente de tributo. Não mudam, mas sim, reafirmam-se estas atitudes. O que mudará é o grau de solidariedade grupal, surgindo novas atitudes adicionais àquelas. Se procura mos o protótipo perfeito de uma sociedade aberta à inovação tecnológica, nesta não o encontramos. Enquanto não se der a coalescência do novo sistema, a inovação de con cepções tecnológicas será possível, mas quem a quiser promover navegará fora da corren te mais forte do processo social. Deverá provocar a emergência, dentre as novas atitu des em formação, de mais uma, adicional e não diretamente ligada à formação da nova solidariedade social - a menos que consiga desviar radicalmente o curso dos aconteci mentos, introduzindo outro sistema de valores capaz de se tornar centro de crescimen to da comunidade (2).

Os sistemas do distrito de Sana, também em Macaé, com a sua organização social já formada em termos de um sistema de valores favorável à iniciativa pessoal, e possuindo os recursos econômicos indispensáveis à atuação da mesma, parecem melhor corresponder ao tipo ideal de estrutura elástica. Nenhuma tradição forte impede a trans formação de qualquer modo de agir, contanto que não interfira com a harmonia das rela ções vicinais, ou com os "mores" fundamentais. O conservantismo, é consequência de há bitos individuais, não de costumes sociais.

Algo do mesmo gênero ocorre na colônia teuta de Júlio de Castilhos, onde a relativa facilidade de comunicação com zonas rurais em mudança tecnológica - bastan do atravessar o rio Jacuí - e a intensa vida associativa facilitam a introdução e di vulgação de novas técnicas e de novos modos de pensar.

(2) Pensamos, por exemplo, na idéia de se formarem cooperativas de lavradores, que em preguem técnicas racionais de cultivo. Tal concepção é, porém, atualmente periférica em relação ao mundo mental desta população, tendo-nos sido expressa por remediado si tiente que mora fora, embora nas proximidades dela.

Dentre os elementos da sociedade rural é, contudo, indiscutivelmente o fazendeiro o mais acessível à mudança. Eis a história do trigo em Júlio de Castilhos, do algodão e da avicultura em Mococa, a criação do engenho central em Quissamã para comprová-lo. Vivendo entre a cidade e a zona rural, quanto mais participa do estilo de vida daquela, menos se prende à convenção local. Produz e consome, na medida do seu poder econômico, segundo as diretrizes da conjuntura do momento.

Pois é na cidade que a mudança é mais intensa. Crescendo e industrializando-se, transforma o homem. A vida quase-urbana no Brasil de ontem e a vida rural de hoje ligam-no por relações íntimas ou relativamente estreitas a outras pessoas e outros grupos. Na cidade moderna tende a multiplicar os contatos, tornando a maioria deles ao mesmo tempo mais superficiais, menos relacionados com a esfera de valores que o orienta. Retrai-se para o lar e livre da imposição de distâncias físicas procura núcleos associativos segundo as suas inclinações. Quanto mais adiantado o processo de urbanização, tanto mais variadas as oportunidades que para isto se lhe oferecem e tanto menos rígido o controle social difuso.

2 - Tradição e Educação

Sistemas sociais com seus conjuntos de costumes e valores regulam, então, a evolução tecnológica. Aludimos, nos parágrafos precedentes, à tendência para a mudança, incorporada às culturas locais. Impõe-se agora uma consideração dos mecanismos que, ao contrário, transmitem heranças culturais de uma geração a outra. Nas sociedades simples quanto à tecnologia e à estrutura social, este processo é difuso, todos os membros do grupo local dele participando. Cada homem, cada mulher, cada menor apenas um pouco mais velho influenciam o comportamento da criança no sentido de fazê-la observar os procedimentos dos mais velhos. Imitando-os, a nova geração adquire praticamente toda a "herança cultural", desde o respeito aos que como merecedores de respeito são considerados, até às técnicas do cultivo da terra e do controle do so

brenatural.

Este método de transmissão cultural funciona tanto melhor quanto mais se trate de incutir no jovem costumes e atitudes, apenas toscamente ou de todo não verbalizados, e que se adquirem inconscientemente, pelo exercício. O ensino de princípios e fatos verbalizados ou de outra forma abstratos oferece dificuldades por não poder, muitas vezes, ser simplesmente subordinado à rotina diária. A maioria dos homens, desde os "primitivos" até os da nossa civilização, vive no exercício concreto dos seus conhecimentos e das suas habilidades sem analisá-los e sem discernir nitidamente a sua função no contexto de um conjunto. Esta análise e esta visão de conjunto são indispensáveis a quem queira ensinar algo de abstrato. E, pois, necessário que tal atividade seja confiada a especialistas, quer da religião, quer da tecnologia, ou de outras disciplinas que se encontrem no mesmo caso.

Eis porque o mais simples dos grupos locais de nossa civilização necessita da escola de alfabetização, caso esta técnica pertença ao seu patrimônio tecnológico, de algo como a aula de catecismo se a sua religião envolve conhecimentos abstratos. Nas sociedades mais complexas aparecem outros tipos de ensino especializado, do curso industrial básico até à escola superior. Todas estas formas de ensino tendem por sua própria natureza para a abstração e têm este caráter ainda acentuado por terem sido retiradas da vida prática e entregues a especialistas de abstração.

Esta é um tipo de atividade intelectual, e por isto, o que se aprende na escola especializada é fundamentalmente conhecimento intelectual e a habilidade de manipulá-lo. Valores, se fôr o caso, podem ser ensinados como princípios, mas para incorporá-los à personalidade ativa, para transformá-los em atitudes, é necessário o exercício. Consequentemente, a escola transmite atitudes na medida em que proporciona oportunidade para a sua prática. A escola especializada formará atitudes em relação à aprendizagem: se fôr boa, desenvolverá a disciplina intelectual; se fôr má, a repugnância pelo esforço mental. Criará, também, atitudes e costumes concernentes às rela -

ções entre colegas de estudo, entre estudantes e professores.

O que a escola de ensino abstrato não produzirá, são as atitudes e os costumes prevalecentes na sociedade que lhe é exterior, a menos que algum esforço especial neste sentido seja feito, a escola deixando de ser, na mesma medida, curso abstrato. Que virá, então, a ser? Se chamarmos de "instrução" o ensino de conhecimentos abstratos e da habilidade de manipulá-los, a "educação" incluirá, além dela, a formação de hábitos e atitudes sociais. Erraríamos se à escola de ensino abstrato negássemos a função educadora, pois educa (bem ou mal) em relação ao trabalho de abstração. A escola que procura-se incutir nos seus alunos atitudes e costumes da sociedade circundante seria educativa ainda em um segundo sentido: exerceria a função de educação cívica (não dizemos: educação social ou moral, pois esta está implícita também na formação de padrões de comportamento social intra-escolar).

A teoria educacional há muito tempo vem tomando em devida consideração o problema da educação, aqui chamada cívica. Cremos, porém, que nem todos os educadores bem intencionados têm sempre tido plena consciência do que isto envolve. O ensino de conhecimentos abstratos é de natureza diversa da educação cívica. O especialista daquela, não o é desta. É até mesmo necessário levantarmos a questão de saber de que modo e em que medida é possível ao educador cívico ser especialista.

Educação cívica, segundo a nossa conceituação, seria a formação, no jovem, de hábitos e atitudes sociais, em harmonia com os costumes e com o sistema de valores da sociedade. O ensino de costumes e valores como sistemas abstratos seria apenas instrução. Formar atitudes e hábitos é estimular a sua fixação no jovem através do exercício, prático ou imaginativo. O educador, para realizar esta obra deve, êle próprio, ter incorporado o que pretende transmitir, pois no exercício surgem situações cuja solução não pode resultar - com segurança e rapidez - do raciocínio abstrato, mas apenas da pronta reação do educador em função dos seus próprios hábitos e modo de pensar..

O educador cívico, então, precisa ser cidadão da sociedade para a qual pretende educar. Esta verdade, aparentemente simples, é, todavia, no caso brasileiro ao menos, de enorme complexidade. Não basta formarmos professores "brasileiros" para educar os brasileiros de todos os recantos dêste grande país. É verdade que os sistemas escolares estaduais se diferenciam algo, um do outro, mas, assim mesmo, formam professores para todos os recantos de cada Estado. É como se bastasse ser brasileiro para ser brasileiro gaúcho, bandeirante ou fluminense, brasileiro rural ou urbano, criador de gado, operário rural ou sitiante.

A realidade é simplesmente esta: formamos professores de alfabetização, damos-lhes conhecimentos abstratos das coisas nacionais, e esperamos que, implicitamente, tenham adquirido a capacidade de viver o estilo brasileiro de vida na forma peculiar de cada região, de cada zona, de cada vila ou rincão, para onde serão enviados para exercerem o magistério. Deveríamos enfrentar a realidade decidindo-nos ou pela formação do professor apenas de ensino abstrato, ou então examinando a fundo as condições em que podemos fazer dêle, simultaneamente, um educador cívico.

A resposta a esta questão ser-nos-á facilitada por uma investigação nas causas que fizeram surgir à consciência nacional o próprio problema da educação cívica nacional. Em Júlio de Castilhos encontramos um exemplo frisante da aparição dêste problema, nas colônias de origem estrangeira. Alemães e italianos, ao virem para o Brasil haviam trazido, no bojo da sua tradição cultural, a noção de que o ensino primário era indispensável para assegurar o êxito social e econômico de seus filhos também na nova pátria. Instalaram, então, as suas próprias escolas, já que a administração brasileira pouco se preocupava com a instrução pública. Quisesse ou não quisesse (às vezes realmente com a intenção de manter viva a tradição cultural alienígena) esta escola educava em sentido nem sempre conforme ao interesse nacional, que exigia a integração dos imigrantes e dos seus descendentes no sistema de solidariedade brasi-

leira (3) . Em determinado momento, em face do recrudescimento do nacionalismo tanto ultramarino como brasileiro, entrou em crise a escola primária nas colônias de origem estrangeira. O governo chamou-a a si com a intenção declarada de transformá-la em agente de nacionalização. A educação cívica em termos de nacionalidade brasileira tornara-se função da escola primária (4) .

Retirando-se deste exemplo o seu caráter dramático, temos o modelo da educação cívica na escola primária: implantada na escola de alfabetização pela administração federal ou estadual, tenta incorporar o jovem à nação brasileira, raramente em conflito com o grupo social local, mas freqüentemente à revelia dele. A dificuldade deste empreendimento consiste em que não se é brasileiro, sem o ser sob a forma peculiar correspondente a um sistema social muito mais restrito, que é aquele em que se vive e se trabalha. O que a escola pode transmitir em matéria de conhecimentos, são noções abstratas relativas à pátria. Em casos muitos felizes, professores de ensino abstrato poderão provocar uma exaltação emocional, condicionando-a a determinados símbolos da nacionalidade (5). Que a consciência da nacionalidade e dos deveres dela decorrentes realmente se incorporasse à vida mental do jovem, só o poderia conseguir o educador que se integrasse na "herança cultural" do grupo mais específico, ao qual o jovem pertence e de cuja vida participa. O campo para isto está preparado, pois a maioria dos grupos locais - a totalidade dos que encontramos em nossa pesquisa - é incapaz de cuidar da socialização do menor por processos total -

(3) Cf., a respeito da escola rural teuta, Emilio Willems, A Aculturação dos Alemães no Brasil, Cap. 12, pags. 376 a 419 .

(4) Cf. Ivo de Aquino, Nacionalização do Ensino. As considerações expendidas por este autor, embora se refiram especificamente ao Estado de Santa Catarina, aplicam-se também ao Rio Grande do Sul. Vejam-se particularmente as páginas 43 ss .

(5) Veja-se, a esse respeito, Paul Foulquié, As Escolas Novas, pags. 101 a 103. Mutatis mutandis, também se aplica aqui o que Willems (o.c., pag. 414 s.) afirma com relação ao culto da fidelidade à Alemanha, praticado em escolas teutas no Brasil ,

mente informais. Não somente a tecnologia (como parte da qual consideramos a alfabetização) como também as relações e os padrões sociais de comportamento em nível nacional adquiriram complexidade tal, que o próprio convívio só incompletamente ou de todo não pode transmiti-los. A escola deve ser mais que simplesmente instrutiva se quiser corresponder aos reclamos da sociedade hodierna.

É necessário que ela contribua para a integração do progresso tecnológico à cultura tradicional e para a harmonização das subculturas no conjunto da cultura nacional, de forma tal, que a evolução desta se reflita naquelas com o menor acompanhamento possível de efeitos desintegradores.

Para isto, contudo, é necessário que o professor seja, ele mesmo, cidadão do agrupamento humano cujo patrimônio cultural pretende incutir nos jovens. Será, ele, um especialista no sentido de que deverá ter consciência mais nítida do sistema de costumes e valores nacionais e locais, mas além disto deverá participar deste sistema ao ponto de regular por ele suas relações com alunos e pais e de fazê-lo impregnar o trabalho da escola. Dará um novo sentido, assim, às disciplinas de "conhecimentos naturais e sociais" (ou que outra denominação tenham), dêles fazendo instrumento de compreensão e não veículo de conhecimentos mortos. A complexidade desta tarefa merecerá discussão nos capítulos seguintes deste estudo (6).

T

(6) Por ser finalidade deste capítulo, servir de introdução aos seguintes, dispensamos aqui da documentação bibliográfica das idéias expostas, tomadas, grosso modo, do pensamento pedagógico moderno, de Kilpatrick e Dewey a Anísio S. Teixeira.

CAPÍTULO XIII

A Escola Primária na Perspectiva Rural



1- Estruturas Sócio-econômicas Rurais

As estruturas sócio-econômicas agrárias dos três municípios, cuja vida rural foi descrita em linhas gerais nos capítulos V, VI, VIII e X, podem ser compreendidas em função de quatro categorias de agentes de produção: o grande proprietário, o pequeno proprietário, o assalariado com contrato de trabalho mais ou menos formalizado e definitivo, e o trabalhador rural braçal móvel, inseguro, marginal em relação ao sistema econômico determinado pelas três componentes anteriormente citadas (1).

Antes de fazermos uma tentativa de analisar as estruturas observadas, cabe ressaltar que não trataremos de todos os fenômenos realmente existentes em Mococa e Macaé. Neste último município omitiremos a pecuária da faixa litorânea; no de Mococa descuidaremos das fazendas canavieiras, de uma cooperativa de sitiantes japoneses, e da economia dos campos cerrados, concentrando, ainda, a atenção sobre a zona rural tributária da cidade em prejuízo dos núcleos representados pelas vilas. Esta restrição decorre apenas da limitação dos nossos recursos de pesquisa e do tempo disponível para o estudo, mas não de qualquer julgamento relativo a um menor interesse que estes setores pudessem oferecer. Bem ao contrário, desejaríamos ter podido estudá-los, como de modo geral sentimos que não nos tenha sido possível consagrar aos aspectos rurais mocoquenses e macaenses uma descrição e análise tão minuciosas quanto aos de Júlio de Castilhos.

Outra ressalva necessária refere-se ao escopo das generalizações permissíveis no quadro traçado pelo material aqui apresentado. Este, longe está de abranger

(1) L.A.Costa Pinto ("A estrutura da sociedade rural brasileira", p.163, Nota 6) e T. Lynn Smith (Brazil - People and Institutions, pp.381 ss.) apontam com acerto a ausência de linhas divisórias claras entre os vários tipos ocupacionais, decorrentes de uma multiplicidade de regimes de propriedade e de exploração.

todos os tipos de vida rural encontrados no Brasil, o que nos impedirá de encerrar o presente capítulo com a proposição de um esquema classificatório de tipos de estruturas sociais rurais. Antes pelo contrário, ver-se-á que a variedade destas no Brasil é muito grande, o que torna infecunda, para os fins que temos em vista, a construção de poucos tipos ideais, ao menos até que o estudo dos critérios analíticos relevantes tenha atingido certo grau de maturidade. A natureza dos problemas educacionais indica, em virtude de sua conexão essencial com o todo da estrutura social, uma perspectiva funcionalista como a mais adequada para a sua exploração sociológica. Tal perspectiva poderá levar à construção de um esquema classificatório, apenas, quando se tenha acumulado suficiente acervo de material empírico, em que a educação tenha sido estudada sob o ângulo de visão funcionalista. Os nossos propósitos não poderiam dirigir-se diretamente para alvo tão remoto, devendo, antes, visar a definir, através de uma ordenação preliminar do nosso material, o caminho que esta investigação futura deverá trilhar (2) .

Examinemos, então, os seis sistemas sócio-econômicos mais salientes dentre os que encontramos: o campeiro e o serrano em Júlio de Castilhos; o agro-pastoril em Mococa; o canavieiro e o serrano em Macaé, e o do vale do rio Macaé. Procuraremos relacionar as suas estruturas sócio-econômicas com as configurações comunais de que participam, com o que esperamos explicitar as tendências comunitárias inerentes a vários tipos ocupacionais rurais. Esta linha de análise contribuirá, como se verá, para a compreensão de certos traços da dinâmica de mudança social e da função social da escola.

(2) No Capítulo XIV caracterizar-se-á a orientação adequada à investigação sociológica de problemas educacionais em situações concretas. A posição que tomaremos a este respeito, propondo a pesquisa em termos de "sociologia aplicada", colocará a preocupação classificatória em segundo plano, contrariando, neste ponto, as sugestões de Solon Kimball ("Problemas e Pesquisas educacionais", p.73: "Desenvolvimento de uma tipologia de comunidade") .

Por comunidade entenderemos um grupo local integrado pela reciprocidade de interesses individuais dos seus membros e pela comunhão de valores sociais relativos aos interesses satisfeitos pelo mesmo grupo local. Quanto mais numerosos e complexos os interesses polarizados no grupo local, e quanto mais fundamentais para a estrutura da personalidade os valores a eles associados, mais integrada se nos afigurar a comunidade (3) .

a - A Grande Empresa

A economia rural canavieira funciona à sombra das usinas de açúcar, consumidoras da sua produção. Delas, a de Quissaná foi fundada pelos próprios grandes proprietários de terras, "donos" da região e, não obstante a transformação que acompanhou o crescimento do patrimônio fundiário da "Companhia", continua representando parte integrante do sistema social de distrito e paróquia de Quissaná. A usina de Carapebus, por outro lado, com pouco mais de trinta anos de existência, é empreendimento capitalista do estilo "liberal", sem ligação a uma tradição aristocrática" e, de certa forma, contraposto à comunidade local.

Em virtude de tais antecedentes históricos, formaram-se sistemas sócio-econômicos diferentes nos dois distritos. Em Quissaná há um grupo de fazendeiros ligados à "Usina" por relações ao menos influenciadas pelo que resta de uma tradicional lealdade recíproca. Estes poucos grandes "fornecedores" determinam as bases comerciais de colocação da produção canavieira. O fornecedor pequeno está, assim, ao abrigo de uma exploração excessiva e dispensado de defender os seus próprios interesses, navegan

(3) "Comunidade" é um daqueles conceitos sociológicos cujo emprego frequentemente prejudica a precisão de análises em virtude de definição excessivamente vaga. Enquanto os autores concordam em aplicar este termo a grupos locais, divergem, quanto à caracterização do aspecto sócio-psicológico que acrescentam ou subentendem ao transferi-lo do plano ecológico para o sociológico. A formulação acima inspira-se em Radcliffe-Brown ("Estrutura social", pp.168 ss.) e parece ter a maior concisão instrumental para os fins aqui visados .

do na quilha dos mais fortes.

Conseqüentemente a estrutura social da economia rural caracteriza-se pela dicotomia de fazendeiro e colono. Ao lado destas duas classes cabe ao sitiante um papel de menor significação na vida comunal. Na própria camada intermediária de fazenda e vila (administradores, funcionários, professores) há grande número de pessoas ligadas por parentesco ao grupo que, com pouco risco de erro, pode ser chamado de "classe dominante".

Em Carapebus encontramos uma situação muito diferente. Os proprietários da "Usina" moram na Capital do Estado e a eles pertence a única grande organização cultivadora de cana. (Outra grande propriedade existente no distrito não produz cana em escala apreciável). A "Usina" compra, portanto, de grande número de pequenos fornecedores. Estes se vêem obrigados a, eles próprios, negociarem sua produção com ela. Na realidade, não basta esta comunhão de interesses para servir de fundamento a uma associação estável e permanente dos fornecedores, pois o sindicato de classe só chega a polarizar a emergência de consenso nos momentos críticos, principalmente ao se acertarem as condições de fornecimento no início de cada "safra".

Como o emprêgo de "braços" de lavoura, assalariados, pelos fornecedores é proporcionalmente menos freqüente do que em Quissamã, e as relações de trabalho são dispersas entre muitos pequenos patrões e muitos trabalhadores isolados, não chegou a se cristalizar um conflito coletivo de interesses entre empregadores e empregados, fora do âmbito da própria usina. A tensão mais palpável para o homem da zona rural de Carapebus é a que existe entre o sitiante e a "Usina". E como esta oposição de interesses não é suficientemente forte para inativizar de maneira permanente a solidariedade grupal, resulta uma organização social individualista, baseada na defesa consciente das vantagens de cada um (4).

(4) Paralela à oposição de interesses entre fornecedores e Usina é aquela entre o trabalhador desta e o usineiro-patrão. Deixamo-la à margem desta discussão, restrita à vida rural.

Em Mococa manifesta-se uma estrutura semelhante, em certos traços, à de Quissamã, mas divergente desta, em outros. Aqui como lá, é a economia rural dominada por um grupo de fazendeiros cuja história, embora menos longa em Mococa, foi suficiente para estabelecer entre eles os laços de solidariedade grupal. Por outro lado, a variedade de produção local e a inexistência de um monopólio de compra impedem que tal solidariedade se robusteça frequentemente em lutas econômicas. O espírito empreendedor individual influi decisivamente sobre a prosperidade material, e neste sentido não se distingue o fazendeiro do sitiante.

Opõem-se, em Mococa como em Quissamã, as classes de fazendeiros e colonos. Se assim mesmo a dicotomia se expressa menos nitidamente na vida comunal de Mococa, é porque o fazendeiro é simultaneamente morador da cidade-sede do município, e como tal integrado em uma sociedade que condiciona a sua posição a ajustamentos e transigências a que não se submete o fazendeiro de Quissamã, cuja vida oscila apenas entre a fazenda e a metrópole, sem compromisso com a cidade pequena. Enquanto, pois, por um lado, o grupo de fazendeiros mocoquenses não possui a segurança de atitude de uma classe dominante, a flutuação do operariado obsta à cristalização de um proletariado rural, pois, como vimos, apenas uma terça parte é estável no local, dois terços se renovando no prazo de cinco anos. Esta massa, que entra e sai, mal se integra na estrutura social mocoquense, e embora se mantenha em um estado de permanente insatisfação, não o manifesta em qualquer tentativa sistemática de melhorar a sua situação, quer individual, quer coletivamente, a não ser pela própria mobilidade espacial. Um traço novo possivelmente venha a aparecer neste quadro; à medida que aumentar o número de colonos residentes na cidade, onde igreja, diversão e relações mais extensas de vizinhança lhes facilitam a vida associativa. Poderá, assim, constituir-se um operariado rural, flutuante em relação ao local de trabalho, mas estável quanto à base territorial da sua vida doméstica e social.

Ainda mais instável é a organização social nos latifúndios de Iriri (5º

Distrito de Macaé). Os grandes proprietários, ausentes, entregam suas fazendas a administradores, quando não as abandonam total ou quase totalmente. Uma pequena parte apenas de toda a área de cada uma destas fazendas é efetivamente explorada, seja por conta do patrão através de parceiros, seja por intrusos, apagando-se, muitas vezes, a linha divisória entre ambas as categorias, em virtude de não observância dos contratos (orais) de parceria. Uma única propriedade, dentre as grandes localizadas nesta zona, pratica, há poucos anos, a agricultura em grande escala. Dirigida por administrador, emprega considerável capital em maquinário, contratando trabalhadores quer mediante salário, quer por parceria. Uns e outros, morando em grande parte fora da propriedade em questão, formam, junto com trabalhadores e intrusos dos demais latifúndios, um núcleo residencial e comercial que acusa forte tendência para a integração comunal, independente de qualquer participação dos grandes proprietários.

A fazenda de criação castilhense distingue-se destas grandes empresas de exploração agrícola. Embora cubra vastas extensões de terra, ocupa pequeno número de trabalhadores. Estes, em virtude da sua baixa densidade demográfica e da própria natureza psicológica de sua atividade econômica, congregam-se em grau menor ainda do que os "colonos" mocoquenses, em agrupamentos coesos e conscientes de uma situação de classe. Os fazendeiros, por sua vez, são, como os mocoquenses, simultaneamente moradores da zona rural e da pequena cidade, o que os impede de se distanciar da vida e dos interesses comunais na mesma medida em que isto ocorre com os usineiros de açúcar, mormente em Carapebus.

Resumamos: o grupo humano, local, constituído pela grande empresa rural, reflete necessariamente a posição de poder do "patrão", que reúne em sua pessoa a qualidade de empregador à de proprietário dos terrenos, quando não dos prédios, habitados pelos seus assalariados (ou ao menos parte apreciável deles). Quanto mais completo este domínio, mais depende o grupo local, para desenvolver-se no sentido de uma comunidade, tal como a concebemos, da atuação do proprietário. Em todos os casos em

que o patrão reside inteiramente ou ao menos temporariamente fora do grupo local, torna-se impossível - se não o fôsse ainda por outros motivos - a formação de um sistema de interesses e valores comuns entre êle e os seus trabalhadores. A vida comunal fica, pois, limitada a uma parte do grupo humano interdependente, à parte mais numerosa indiscutivelmente, mas funcionalmente insuficiente para levar a integração comunitária muito além da prestação de serviços eventuais entre vizinhos, pois as atividades comunitárias mais complexas envolvem, via de regra, providências do patrão.

Tende, por isto, a comunidade a se formar, em tais casos, sobre base territorial mais larga, concentrando-se em povoação que polariza as relações entre os moradores de área correspondente a várias propriedades. Temos um exemplo disto na incipiente comunidade do Córrego do Ouro, em Iriri, constituída à revelia dos grandes proprietários, em terreno "neutro". Outros exemplos são as vilas de Carapebus e Quissamã e as cidades de Mococa e Júlio de Castilhos. Representam uma escala de graus de integração, variando em função da complexidade dos interesses centralizados e da intensidade dos valores a eles ligados.

Em um extremo da mesma encontra-se a organização nitidamente capitalista de Carapebus, caracterizada pelas dicotomias empresário capitalista versus operário industrial (aqui não analisada) e comprador versus fornecedor de cana. Fisicamente ausente do núcleo local o primeiro termo destas dicotomias, resulta uma vida de comunidade "extrovertida", uma coagulação de orientações tanto menos sólida, quanto mais dependente de uma solidariedade "mecânica" polarizada em alvo intermitente (o contrato de fornecimento, anual). Esta tendência é acentuada pela proximidade da cidade de Macaé, onde facilmente se podem procurar bens de consumo material, assistência médica, articulações políticas e diversões. Tudo isto dá à vila de Carapebus o seu aspecto urbano, socialmente pouco organizado, mais de feira que de centro comunal. A dispersa camada dos trabalhadores rurais participa desta vida semi-urbana em função da co-

incidência dos seus interesses com os das demais partes da população rural e industrial.

Pela inversão dos mesmos fatores compreende-se a mais intensa integração comunitária de Quissamã: carregando no bojo da sua estrutura capitalista os restos de uma tradição "aristocrática", robustecida pela presença de uma classe média, conservadora e presente, a ausência da "cúpula" de poder (e esta mesma ausência, menos radical do que em Carapebus) não impede que se organizem as relações sociais em base local. Isto ocorre tanto com a vida associativa como em relação à harmonização das posições de interesses opostos através de empenho (maior que o feito em Carapebus) do grupo dominante no sentido de dar assistência ao trabalhador. Serviços médicos e escolas são os principais testemunhos disto, e a igreja católica, agindo sobre um agrupamento humano estável, possui em Quissamã o reduto mais coeso de quantos existem no município inteiro.

Mais integrada ainda é, em certo sentido, a comunidade de Mococa. Para isto contribuem tanto o maior vigor do grupo de fazendeiros, que não vivem, como os de Quissamã, à sombra de um poder econômico superior, quanto a maior variedade de funções que a cidade exerce, quando comparada àquela vila sem atribuições administrativas, financeiras (bancárias) e residenciais (estas em relação à camada ~~abastada~~). Contribui, finalmente, a presença de toda uma camada urbana de pujante espírito econômico. Em face de tudo isto, consegue a cidade de Mococa centralizar em muito mais alto grau do que aquela vila todos os aspectos da vida social municipal. Por outro lado, porém, participam menos desta vida comunal os trabalhadores rurais residentes nas fazendas. O operariado industrial da usina de Quissamã (como de Carapebus) articula o operariado rural, através de laços de família e de amizade, com a vida da vila. Ao contrário disto, para o colono de Mococa o patrão constitui o único intermediário em relação à população urbana, o que gera uma nítida segregação daquela massa instável. Os componentes desta, que transferem sua resi -

dência para a cidade, virão, talvez, a longo prazo, a exercer uma função articuladora semelhante à do operário da usina de Quissamã. Isto só poderá, contudo, ocorrer se ao mesmo tempo diminuir a mobilidade intermunicipal dos colonos.

O gaúcho campeiro não necessita de intermediários. Tanto quanto o patrão residente na cidade, participa o peão da vida urbana em função de direito próprio. Se esta participação gira quase exclusivamente em torno de diversões, igreja e comércio, é porque em outros sentidos pouca necessidade sente o campeiro de cooperação organizada fora do trabalho e das relações de vizinhança. O fazendeiro, por outro lado, desempenha um papel preponderante em todos os setores da vida urbana. Como a cidade é centro comunal mormente em relação à campanha (e assim mesmo com exclusão do 5º Distrito), manifesta-se nela plenamente o poder do proprietário fundiário. Esta influência do fazendeiro sobre a vida coletiva é maior em Júlio de Castilhos do que em Quissamã e Mococa, porque aqui, em Júlio de Castilhos, não compete nem com qualquer coisa semelhante à "Usina", nem com uma parcela industriosa de cunho alienígena à maneira da camada comercial-industrial itala de Mococa. Pelo contrário os fazendeiros dominam a única empresa industrial local: a charqueada.

b- A Pequena Propriedade

A pequena propriedade (5) confere às comunidades por ela predominantemente influenciadas um traço característico resultante do grau, usualmente elevado, de auto-suficiência alimentar de cada família, com o que a interdependência econômica se res-

(5) Tomamos aqui este termo como sinônimo de pequena empresa rural, explorada pelo proprietário com auxílio de sua família e com o concurso apenas eventual, ou permanente, mas de pequeno número, de trabalhadores assalariados (ou de outra forma remunerados). Não cuidaremos, pois, de pequenas propriedades inexploradas. Incluímos, por outro lado, indiscriminadamente aqueles arrendatários, esporadicamente encontrados nos três municípios estudados, cujo estilo de vida é idêntico ao dos proprietários, só lhes faltando, em confronto com estes, a "escritura" de propriedade.

tringe à comercialização de produtos da lavoura e à aquisição de mercadorias de uso eventual ou sentidas como menos essenciais, ou cuja aquisição pode, ao menos, ser repetidamente adiada. Ambos estes tipos de transações comerciais somente tendem para se centralizar no núcleo da comunidade quando a deficiência de meios de comunicação com o mundo exterior ou outras circunstâncias impedem o pequeno agricultor de usufruir as vantagens do comércio em centros maiores. O grau de integração da comunidade decorre, portanto, da maior ou menor dificuldade de locomoção e de fatores não-econômicos. Estes, por outro lado, não são raros, pois precisamente em virtude do seu isolamento depende a família camponesa de um decidido esforço comunitário para atender a muitas necessidades que não se satisfaçam em simples compras e vendas individuais. Semelhante esforço é desenvolvido quando um sistema de valores sociais sobrepuja as tendências individualistas facilmente desenvolvidas em pessoas que, no trabalho pelo sustento imediato, pouco se relacionam com outros. Na ausência de tal orientação de valores para a participação comunitária, pode a independência individual extenuar-se ao ponto de restringir o surgimento de necessidades que envolvam a ação grupal.

É conhecida a grande freqüência, no Brasil, de sistemas de vizinhança não enquadrados em comunidades maiores. Restritos à troca de serviços em situações especiais, e havendo pouca oportunidade para inter-relações comerciais ou quase-comerciais em vista do paralelismo das suas atividades econômicas, vizinhos, assim articulados, privam-se dos recursos oferecidos pela divisão do trabalho social em nível supra-familiar, condenando-se ao modesto padrão de vida que as forças individuais lhes são capazes de assegurar. T. Lynn Smith (6) vê nesta forma de organização social uma característica da vida rural em grandes partes do país. Tentaremos explicitar os fatores que, nas populações de sítiantes, observadas em Júlio de Castilhos e Macaé, parecem favoráveis à superação daquele estágio de organização social ineficiente.

(6) T. Lynn Smith, Brasil - People and Institutions, pp. 509 s.

Iniciaremos a revista das comunidades de pequenos proprietários encontrados durante as nossas investigações, pela menos integrada dentre elas, que é a de Carapebus. A ela já fizemos referência ao tratarmos da usina de açúcar, seu centro de gravitação. Esta, como vimos, monopoliza a comercialização da cana, produzida pelos sitiantes do distrito. Uma vez por ano, ao se estabelecerem os contratos de fornecimento, constitui-se este interesse comum em articulador dos produtores que, no entanto, se dispersam logo que as condições da "safra" estejam fixadas. Poucos outros valores fundamentais ligam-nos ao grupo centralizado na vila. A sua vida social é determinada pela alternativa: vizinhança - cidade (Macaé).

Com os sitiantes de Carapebus podemos confrontar os das serras ocidentais de Macaé (distritos de Cachoeiro, Glicério e Sana). Policultores, assemelham-se aos fazendeiros de Mococa pela necessidade de procurar o seu caminho através das conjunturas variáveis dos mercados de café, milho, mandioca, arroz, gado bovino e porcos. Distinguem-se tanto dos fazendeiros, mocoquenses como dos sitiantes de Carapebus pelo relativo isolamento a que os condenaram, até muito recentemente, as deficiências da rede viária. Lombo de cavalo e de burro ainda são os seus principais meios de transporte. Isto em grau maior no distrito de Sana, e menos no de Cachoeiro. Tal isolamento confere importância dobrada às relações vicinais e às relações de solidariedade de que se cultivam nas congregações protestantes. Tais congregações existem também em Carapebus, mas não nos parece ser obra do acaso que lá predomine a "Assembléia de Deus", cujo culto apaixonado empolga uma parte do operariado da usina, residente na vila, e do rural. Na região serrana, ao contrário, desenvolvem-se com maior vigor a igreja batista e a presbiteriana, de comportamento comedido e de fervor religioso disciplinado. As poucas grandes propriedades existentes nestes distritos não chegam a lhes determinar os traços estruturais fundamentais. Para isto contribui, possivelmente, a grande variedade de tamanhos de estabelecimentos, fazendo apagar-se o limite entre o sitiante e o pequeno fazendeiro. Nem tampouco aglomeram-se populações proletá-

rias em grandes massas, de modo que o ajustamento do operário rural também se faz individualmente e sem quebra da estrutura dominada pela classe média.

Em Júlio de Castilhos encontramos vários paralelos com os sitiantes de Macaé: os pequenos criadores, os "colonos" italos e teutos, os pequenos proprietários agricultores lusos na "serra". Ao descrevê-los tivemos ensêjo de pôr em destaque as diferenças sócio-culturais entre todas estas categorias. Procurando correspondências nas situações econômicas e sociológicas em Macaé, podemos esperar esclarecimentos sobre a atuação destas tradições sócio-culturais.

O isolamento geográfico dos moradores do distrito de Sana em Macaé é bastante semelhante ao dos "colonos" da serra castilhense. Estes desenvolveram, em "habitat" comparável e com as mesmas finalidades econômicas, três tipos de vida em comunidade, diferentes uns dos outros: a comunidade, altamente integrada em função de valores religiosos, dos italos; aquela dos teutos, estruturada em torno da cooperação igualitária; a quase limitada às relações de vizinhança daqueles colonos lusos que não se incorporaram à sociedade itala.

Todos estes três setores da economia "colonial" operam segundo as mesmas técnicas agrícolas, cultivando a terra com recurso a toda a mão de obra disponível na família e apenas excepcionalmente empregando trabalhadores remunerados. A divisão em "classes", se definirmos este conceito em termos de posse de capital, não é, por conseguinte, traço constitutivo da estrutura social destas comunidades, vistas como sistemas fechados. Há, isto sim, em cada uma delas, uma graduação de níveis de propriedade, sem formação de estratos distintos.

Se de modo geral a eficiência econômica dos colonos de origem estrangeira é maior do que a dos nacionais, acreditamos que a causa pode ser procurada em fatores sócio-culturais: a sistemática transmissão do conhecimento tecnológico de geração para geração entre os descendentes de estrangeiros (partindo, provavelmente, de

um acervo de técnicas trazidas do estrangeiro e adaptadas às condições locais pela primeira geração imigrada); a ética do trabalho intenso, aplicada a todos os membros da família e mantida viva pelo consenso social; a institucionalização de algumas formas de cooperação comunitária; o intenso controle social exercido através da paróquia (ou comunidade evangélica); o vigor físico sustentado através do próprio sucesso na operação deste conjunto de traços culturais.

Se tudo isto fôr assim, em uma pesquisa especializada será possível traçar nas famílias de colonos lusos, economicamente bem situadas, os processos pelos quais adotaram as técnicas e a ética de trabalho ítalas, ou então aqueles outros, responsáveis pela boa situação dessas famílias. Acreditamos que tal investigação apontará, entre outras coisas, a influência de mulheres ítalas sobre o modo de vida dos esposos lusos e de suas parentelas.

Por outro lado, será esclarecido de que maneira os fatores tradicionais continuam atuando naquelas partes da colônia ítala, onde a coesão da comunidade religiosa é menor - particularmente no distrito de Pinhal Grande - e em que condições a imperfeição de sua atuação enfraquece a economia rural pela perda de padrões culturais, ou então a fortalece, tornando-a mais acessível à mudança tecnológica.

Finalmente será demonstrado pelo estudo sugerido que os elementos humanos de grande iniciativa, que encontramos na cidade e na triticultura castilhense, oriundos da colônia ítala, tiveram a sua personalidade formada sob a atuação de algum fator alheio à cultura tradicional.

Em todas estas investigações, de apreciável valor para o conhecimento das condições em que se opera a modernização da vida rural e das resistências que a ela se opõem, seria necessário discriminar os fatores causais das inovações que forem observadas, distinguindo-se os que decorrem diretamente da mudança sócio-cultural daqueles que se originam em alterações ocorridas no ambiente geográfico (p.ex. maior facilidade

dade de comunicações) e por sua vez agem no sentido de acelerar mudanças sócio-culturais.

Estas considerações levam o nosso pensamento de volta a Macaé: nos sitiantes do Sana reconhecemos a tradição familiar e numa investigação especial certamente procuraríamos esclarecer a influência sobre eles exercida pelas colônias suíças e germânicas do vizinho município de Nova Friburgo, das quais alguns dos sitiantes descendem. Também a vida religiosa apresenta certo grau de semelhança. Embora longe da coesão e fôrça que possui em Júlio de Castilhos, pode ser a ela atribuível, em alguma parte ao menos, a sua ética de trabalho e, neste caso, haverá diferenças entre as pessoas ligadas e as alheias às comunidades protestantes. Se, como acreditamos, com a quebra do isolamento através da nova estrada do Sana, o sitiante lá radicado mostrar-se mais acessível à mudança tecnológica do que o ítalo de Nova Palma, há-de perguntar-se em que medida a sua participação em uma vida de comunidade religiosa acelera ou retarda tal mudança. Admitiríamos, a título de hipótese, que não a retarda, por atuar a comunidade do Sana sobre a ética do trabalho sem envolver tradicionalismo tecnológico.

Nesta hipótese, veríamos no sitiante do Sana um paralelo com o protestante teuto do núcleo de Caenborá em Júlio de Castilhos, cuja vida comunal gravita em torno de igreja, escola e vida associativa-recreativa, sem que em nenhuma destas esferas exista uma autoridade estatuída com poderes que ultrapassem o âmbito da administração de rotina. A participação igualitária de toda a população teuta mantém sempre viva a disposição à cooperação, abrindo ao mesmo tempo oportunidade ao aparecimento de "líderes" comunais. Esta perspectiva de ascensão social certamente contribuirá para estimular os contatos com fontes de inovação, que são procuradas nas colônias mais "modernas" de além-Jacuí e mesmo em livros e revistas recebidos da Europa.

O pequeno criador, tal como o conhecemos em Júlio de Castilhos e no vale do



Rio Macaé, demonstra pouca tendência para a vida em comunidade restrita. A mobilidade espacial facilita-lhe a participação livre, espontânea e independente de compromissos, na vida da cidade, e a extensão do círculo de vizinhança. Poucas são as necessidades que por estes meios não se possam satisfazer. É certo que o seu "Reino" em Júlio de Castilhos (o 5º Distrito) é considerado "atrasado" pelos que moram fora dele, mas realmente pouca coisa lhe faz falta. Quem sofre do atraso, da falta de estradas, de médico, de serviços religiosos, é o pequeno agricultor nas partes "serranas" daquele distrito, e dele faremos menção no tópico seguinte.

c - O "Campônio Marginal"

Nos interstícios das áreas de propriedades grandes e pequenas, acima referidas, encontramos em todas as partes dos três municípios descritos uma massa de elementos instáveis e inseguros a quem Kalervo Oberg (7) dá a sugestiva designação de "campônios marginais". São ocupantes, em Júlio de Castilhos, de terras serranas de propriedade do Estado ou, no distrito de Iriri (Macaé), de terras da União ou de fazendas abandonadas. São proprietários de minifúndios como aqueles dos posseiros castilhenses que chegaram a obter título legal, pequenos agricultores no campo, ou, ainda, minifundiários em Carapebus e Quissamã. São meeiros que quase se confundem com os "ocupantes" em fazendas abandonadas de Iriri. São "agregados" que plantam à meia em "colônias" castilhenses. Alguns nem mesmo possuem residência ao menos temporariamente fixa, ou erigiram seus ranchos nas faixas de utilidade pública que margeiam as estradas.

Esta população, "no Brasil, como em qualquer outra parte da América Latina, ..., o grande símbolo do subdesenvolvimento" (8), tem chamado a atenção de quan-

(7) Kalervo Oberg, "O campônio marginal no Brasil rural"

(8) Loc. cit., p. 119.

tos, nacionais ou estrangeiros, descreveram ou analisaram a nossa vida rural. Nos estudos de comunidade, porém, tem ocupado o mesmo lugar de marginalidade que lhes reserva o sistema econômico e social (9); e pouco mais aqui podemos fazer do que apontar a necessidade de estudos, mais amplos do que os até agora feitos, do círculo vicioso em que comumente se acham e do rompimento do mesmo, em circunstâncias especiais.

Com efeito, mesmo daquêles que se localizam em terras do Estado, as quais estão à disposição de quem as queira explorar em certos pontos do município de Júlio de Castilhos, muitos cultivam apenas partes minúsculas das suas posses, muitos outros não chegam a requerer título de propriedade. Proporção muito grande nem permanece na mesma gleba por vários anos, retirando-se após curto prazo para abrir nova derrubada mais adiante, ou desaparecendo da região.

O seu isolamento geográfico não é maior - em realidade, é menor - do que aquêles dos colonos itálos quando lá se estabeleciam. Estes, porém, vinham constituindo corrente organizada, e organizados permaneceram após fixados nos seus sítios. Abriam ou obtiveram a abertura de estradas ou ao menos de caminhos carroçáveis e congre

(9) Isto deve-se em grande parte à natureza metodológica dos estudos de comunidade, orientados para a análise de estruturas integradas e que impõe o interesse do investigador em sentido centripetal. A única monografia de que temos conhecimento, dedicada a grupos do tipo referido (Antônio Cândido de Mello e Souza, Os Parceiros do Rio Bonito), desvia-se nitidamente do modelo clássico dos estudos de comunidade. Oracy Nogueira, por outro lado, é dos que incluem uma descrição da categoria social em questão no relato sobre a população de um município (Família e Comunidade, pp.151 ss.). Nas páginas que precedem as que acabamos de citar, reproduz este autor, aliás, relatos de Saint'Hilaire que viram a zona rural do município sob análise (Itapetininga) em situação semelhante àquela em que Nogueira encontrou esta população "marginal" - o que demonstra há quanto tempo este tema estava à espera de tratamento sociológico. Penitencio-me, de, também, não lhe ter dispensado o devido carinho.

garan-se em comunidades que articularam a cooperação e a defesa dos interesses coletivos. E o que não conseguem os ocupantes lusos: a falta de organização comunal impede-os de vencer o isolamento geográfico, e este por sua vez erige-se em obstáculo à fixação, indispensável à coagulação da comunidade.

Não basta, contudo, a fixação para que se crie a comunidade: É preciso que certo nível de produção ^{econômico} encoraje o comércio e permita o desenvolvimento de um núcleo: miséria somada a miséria não se organiza (10). O ocupante não dispõe de capital inicial. Não se sabe se, no seu estado atual de degradação, o saberia utilizar. Um estudo comparativo dos colonos lusos e dos "marginais" no mesmo município e até possivelmente no mesmo distrito parece-nos prometer lições de alta relevância não somente teórica como prática, a este respeito (11).

Vejamos agora a situação dos ocupantes e meeiros de Iriri. A estes a proximidade de estradas e de um núcleo comercial abre perspectivas mais amplas para contactos sociais, para a colocação dos seus produtos, para uma promoção organizada de suas reivindicações. Não foram, contudo, educados e não estão educando os seus filhos para a administração de emprêsas agrícolas mais ou menos complexas. Fogo e enxada são os termos em que colocam, singelamente, os problemas de técnica agrícola, e o que os tenta nos latifúndios próximos, é o mato que lá está à espera de ser queimado. A concentração de considerável número de tais elementos, a facilidade que têm de contato com os trabalhadores da grande fazenda capitalista próxima, a existência de um centro comercial e de reunião social (Córrego do Ouro; além de não ser difícil a viagem à vila de Glicério) prometem o surgimento de uma organização comunal, diferente certamente das aquelas constituídas por pequenos proprietários, diferente também das sedes de usinas de açúcar. Só o tempo dirá que forma tomará e se o "círculo vicioso" será realmente

(10) Cf. também T.Lynn Smith, op.cit., p. 521.

(11) A experiência dos núcleos coloniais do INIC, inclusive nas proximidades da cidade de Macaé, deveria igualmente ser explorada.

rompido .

4 - Conclusões

Nos grupos locais concretamente encontrados, os três tipos de organização da produção rural (grande empresa, pequena propriedade e "camponio marginal") aparecem raramente isolados. Existem, em geral, lado a lado e numa escala, em que os tipos extremos são ligados por formas intermediárias. As estruturas comunitárias são, por isto, complexas. Distinguem-se, ainda, umas das outras, pela intervenção de grande número de características peculiares da mais variada natureza, entre as quais podem ser enumeradas as seguintes: condições topográficas de relevo e de qualidade do solo ; maior ou menor isolamento geográfico; interesses econômicos comuns; maior ou menor necessidade vital da prestação de serviços recíprocos entre vizinhos ; facilidade de locomoção individual; tipo de atividade econômica; grau de fixação local da população ; facilidade de acesso a mercados; disponibilidade de meios de produção; estrutura de poder; relações entre as classes sociais; tradições tecnológicas, éticas e religiosas; tipo de organização das comunidades religiosas; atitudes em relação a valores comunitários. Estes fatores, além de incluírem, cada qual, variedades numerosas, condicionam-se, em grande parte, mutuamente e combinam-se de múltiplas maneiras. Esta complexidade de variações e interdependências, logicamente quase infinita, seria provavelmente observada em muito maior riqueza à medida que se fôsse estudando maior número de grupos locais brasileiros.

Em face desta variedade de fenômenos comunitários, parece que a problemática da escola primária rural é grandemente relativa à posição peculiar de cada estabelecimento de ensino. É por isto que, para os estudos educacionais, a preocupação tipológica parece impor-se apenas em plano secundário; devendo a orientação dominante ser a de revelar a "dinâmica da vida da comunidade" em cada grupo es-

pecífico (12) .

Assim mesmo, para que se possa indicar alguns aspectos importantes, referentes aos objetivos de uma escola rural que pretenda ser eficiente, é necessário agrupar o material empírico, com êste fim coligido, por meio de algumas generalizações, embora grosseiras. Estas, longe de visarem à construção de um sistema teórico, só se destinam a pôr em destaque certos traços que, embora comuns a muitos grupos locais, se manifestam em contextos vários, que lhes conferem individualidade concreta.

2 - A Escola Primária e o Pequeno Proprietário Rural

A partir destas considerações pode examinar-se a contribuição que cabe à escola primária fazer ao preparo da nova geração rural, partindo da sociedade "colonial" de Júlio de Castilhos. Quanto ao seu futuro ocupacional, admitimos a premissa de que uma parcela ponderável desta população permanecerá fiel à vida rural e ao torrão natal, mas que um número incerto seguirá, por necessidade ou inclinação, o rumo do êxodo que o desenvolvimento econômico do Estado e do país vier a traçar. Necessita, então, a "colônia" de uma escola que seja suficientemente rural para educar o homem rural, e suficientemente aberta ao mundo para equipá-lo de tal maneira que possa enfrentar ambientes sociais e requisitos ocupacionais diferentes daqueles que a atual situação colonial exige .

Entre êstes dois objetivos não é tão grande a distância, quanto à primeira vista possa parecer. O homem rural de amanhã não será o que é o de hoje nem muito menos o que foi o de ontem. Se não souber racionalizar a exploração de seu capital na

(12) Ao citar a referência de Solon Kimball ("Problemas e pesquisas educacionais", p. 74) à "dinâmica da vida da comunidade, pensamos, contudo, que esta só a longo prazo poderia levar à construção de uma tipologia útil. De imediato, uma visão geral classificatória, dos fenômenos sociais, locais, deveria antes orientar-se em sentido cultural, conforme exporemos no capítulo seguinte .

tural e competir no mercado mais amplo, oferecendo a mercadoria mais procurada e negociando-a com vantagem; se não conseguir integrar-se na rede de assistência financeira que possível e provavelmente mais cedo ou mais tarde promoverá a consolidação da produção rural nacional - se ficar à margem da renovação e modernização da vida econômica, estará condenado a uma existência insatisfatória e miserável, não apenas quando comparado com a das populações mais dinâmicas, mas em termos absolutos, em virtude da emigração, que se dará, dos mais ativos.

O homem da "colônia" necessita, pois, de uma educação que o habilite para a mudança tecnológica e econômica. A escola rural que hoje possui é apenas alfabetizadora. Quatro quintas partes da sua matrícula concentram-se nas primeiras duas séries, e mesmo nas demais, o fato de não terem os professores municipais senão instrução primária traça um limite baixo ao desenvolvimento do programa. Não se deve desprezar a alfabetização. O fato de que na "colônia" a quase totalidade dos domicílios possui livros de qualquer espécie facilita a conservação da técnica de leitura, uma vez aprendida. Que estes livros sejam na grande maioria dos casos preferencialmente de natureza religiosa, mostra a influência civilizadora da religião nesta população, e por outro lado não impede que a capacidade de leitura, uma vez adquirida, seja posta a serviço da difusão de outros tipos de conhecimento quando as condições ambientais o favoreçam. Poucos colonos aproveitam, atualmente, esta possibilidade (mais frequentemente na colônia teuta), mas existem os que lêem jornais e literatura de divulgação agrônômica. São raros e salientam-se como os "eruditos" do ambiente rural. São, contudo, pioneiros que indicam o caminho a ser percorrido pela maioria.

A escola cabe colaborar para que estes exemplos sejam seguidos e para que o ambiente mental da coletividade local se amplie. É conhecida a dificuldade com que a literatura de divulgação tecnológica rural penetra nos meios para os quais se destina. Responsável por isto é em parte o seu caráter demasiadamente abstrato, por outro lado, porém, também a mentalidade, demasiadamente dominada por realidades concretas, do pú-

blico visado. A grande variedade de situações rurais torna impossível ao agrônomo divulgador descer à formulação tão concreta dos seus ensinamentos que se apliquem facilmente a qualquer delas. É indispensável que na população rural existam alguns conhecimentos fundamentais que lhe permitam adaptar as lições necessariamente algo abstratas às suas necessidades individuais. O ensino das ciências naturais encontra aí um grande campo de ação, tanto na própria escola primária como em cursos especiais para adultos. Este autor carece da competência pedagógica para indicar como este alvo pode ser atingido. Parece-lhe, entretanto, óbvio o benefício que poderia ser obtido da cooperação de agrônomos e agrotécnicos com o professorado rural, servindo a autoridade escolar local (inspetor escolar) de intermediário na formulação da didática adequada (13).

Este assunto merece estudo minucioso, uma vez que a experiência da "escola típica rural" falhou em Júlio de Castilhos como em tantos outros lugares. A razão, por que não vingou, não é difícil de se reconhecer: tentando ensinar técnicas agrícolas a crianças dependentes ainda, na economia familiar, da autoridade paterna, interfere com esta. O pequeno agricultor que educa seus filhos para a vida rural não admite e não pode admitir que a aprendizagem no trabalho seja prejudicada pela infiltração, nas crianças, de princípios desconhecidos dele, pai, ou que não lhe pareçam adequados à sua economia particular. Nem tampouco pode o pai admitir que a seus filhos seja apresentada autoridade concorrente à sua, e se a professorinha não fôsse de fato frequentemente menos experiente do que o pai do aluno, nas lides agrícolas, o pai o alugaria assim mesmo em defesa de seu "status" na família. Disto decorre que a penetração da técnica agrônômica através da escola primária não pode ser conseguida diretamente, mas sim facilitada pelo ensino da compreensão científica de processos naturais, abrindo-se, assim, o caminho à divulgação tecnológica a ser absorvida em fase poste-

(13) A prática de "desenvolvimento de comunidades" será fonte de experiência já colhida a este respeito. Cf. também Anísio Teixeira (Educação para a Democracia, pp.82, ss.) e Gilberto Freyre ("Palavras às professoras rurais do Nordeste", pp.40 a 50) .

rior da vida do homem rural.

Uma instrução rural como a preconizada, promovendo a compreensão do ambiente, seria simultaneamente a instrução adequada para equipar o migrante potencial para os requisitos da vida urbana, pois ensinando a viver de olhos abertos, inteligentemente, produziria na criança a maleabilidade mental conducente à capacidade de ajustamentos culturais fora do ambiente rural. Laboram em êrro os que vêm a dicotomia rural urbana do ensino apenas em termos de objetivos, pensando que se deve educar primordialmente para a vida rural ou para a urbana (14). Em realidade, precisamos educar para o mundo de amanhã a criança urbana e a criança rural, residindo a principal diferença entre os dois tipos de ensino na variedade das condições ambientais da própria escola. (15). A criança rural pode ser educada somente como tal, seja qual fôr o seu futuro o-

(14) O romantismo "ruralista" de Sud Menucci (A Crise Brasileira de Educação, passim; nitidamente, p.ex., à p. 188, onde se refere à produção de "três mentalidades absolutamente diversas": "o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar") não pode, pois, ser refutado com uma utopia "urbanista" como a de Levy Cruz ("Espaço, tempo, região e educação").

(15) Cf. Anísio Teixeira, Educação para a Democracia, pp.68 ss., particularmente p.80; Fernando de Azevedo, "O problema da educação rural"; J.Roberto Moreira, Teoria e Prática da Escola Elementar, pp. 419 ss. Dêste último extraímos o seguinte trecho: "O currículo. Quanto a êste assunto, ... , podemos afirmar que se trata menos de elaborar um novo currículo que de orientar e reajustar o currículo comum da escola primária no sentido da vida rural. ... E pois uma questão de motivação e de conteúdo específico das diferentes unidades. A escola urbana e a rural diferem, pois, neste particular, mais que nos seus objetivos e fins gerais". (loc.cit., p. 457) .

As idéias contidas nestas três obras e na de Sud Menucci, acima citada, são dadas como subentendidas neste capítulo - abstração feita das respectivas posições ideológicas. Nosso objetivo é precipuamente a descrição e interpretação de realidades concretamente observadas e não a - desnecessária - justificação dos argumentos de pensadores e administradores eméritos, que entre si apenas divergem em alguns pontos, secundários na perspectiva aqui adotada.

cupacional, e a boa educação rural será o melhor preparo para a vida adulta em qualquer ambiente .

Da importância da escola têm tido consciência os imigrantes italianos, fundando as suas próprias , providas com professores recrutados em seu meio. Com a "nacionalização" do ensino às vésperas da guerra, avocou o município de Júbio de Castilhos a si o ensino primário, dispensando a cooperação do grupo social local. Até hoje muitas escolas continuam funcionando em próprios da igreja ou de particulares, mas a iniciativa local no terreno do ensino desapareceu quase totalmente. Os prédios - quando não são as próprias capelas - não são mantidas em bom estado pela população, que por eles não se sente responsável e no máximo reclama providências do sub-prefeito . A assiduidade dos alunos deixa a desejar em muitas escolas sem que haja quem possa impô-la. As professoras, quando não radicadas na área escolar, muitas vezes encontram dificuldade de hospedagem .

Esta situação, ao mesmo passo que condiciona o funcionamento institucional da escola, deve ser interpretada em termos do papel que à escola cabe no terreno da educação moral. A comunidade religiosa dispõe de uma organização poderosa que da missa pública vai até a orientação da vida familiar através da influência exercida pelo sacerdote e pelo controle social. Parece, assim, que à escola pode restar apenas uma função complementar. Com efeito, por nós consultados, apenas um terço dos 211 colonos italianos e teutos interrogados atribuíram à escola um papel na formação moral. Esta parcela não é, porém, tão pequena que deva ser tida como irrelevante, pois entre os 99 proprietários lusos consultados no sentido indicado, apenas 6 manifestaram atitude positiva. Isto indica que a comunidade altamente integrada tende para esperar da escola uma participação na manutenção dos valores locais, muito embora existam outros órgãos comunais exercendo a mesma função. As comunidades pouco integradas, ao contrário, não parecem sentir semelhante necessidade.

Não devemos, contudo, esperar da pronta verbalização de opiniões não re-

fletidas uma resposta exaustiva ao problema em discussão. Como já mencionamos na primeira parte desta tese, estas manifestações dos pais não alcançam, como seria necessário, a projeção da ação educativa no futuro e nem mesmo esgotam, em virtude da rapidez com que são formuladas, a definição das respectivas atitudes em termos da situação presente. É necessário que interpretemos em função da educação aquilo que sabemos da organização social atual e de suas tendências de desenvolvimento.

Quando altamente integrada, pode a comunidade passar-se a apenas pequena contribuição da escola para a manutenção de seu sistema de valores. Assim, porém, como a estrutura ocupacional muito provavelmente não permanecerá inalterada e como além disto parte da população infantil terá necessidade de se enquadrar, em idade adulta, em ambientes novos e diferentes, do mesmo modo evoluirão os valores da comunidade e muitos dos seus membros hoje imaturos deverão ajustar-se aos do mundo urbano.

Isto faz que a escola deva, à falta de outro órgão da comunidade que possa assumir esta função, preparar o aluno para tais mudanças, tornando-o maleável moral e ocupacionalmente. Sob o ângulo de visão do grupo local, a educação moral não poderia ser revolucionária, e uma tentativa de quebrar padrões dominantes na sociedade não faria senão abrir um conflito em que a escola enfrentasse inutilmente a situação ambiental. Trata-se, pois, de aproveitar as tendências de evolução já existentes na situação atual, tornando conscientes as opções que o grupo faz e apontando aquelas que se oferecem como alternativas, sem quebra de valores sentidos como fundamentais. A associação no trabalho pedagógico intra-classe pode ser ponto de partida para a aprendizagem de processos associativos não implícitos na estrutura familiar e religiosa, encaminhando o aluno para a participação em associações voluntárias, de natureza profissional. Estas não surgem simplesmente em função da estrutura básica da comunidade, mas podem emergir em harmonia com ela, como o prova a formação da "Sociedade Agro-pastoril Nova Palmense" por iniciativa da autoridade eclesiástica. Tais organizações quase infalivelmente, sob pena de se extinguirem, tendem a estabelecer contatos com o

mundo exterior e a introduzir inovações na comunidade. O professor que agir de acordo com elas poderá contribuir sensivelmente para o enriquecimento da cultura local e para a formação de atitudes sociais elásticas, vale dizer, menos conservadoras do que as presentemente predominantes.

Para exercer esta atuação dinâmica, a escola deverá adotar novos processos didáticos. Pode prever-se que no mesmo esforço de renovação, passando a ser mais "ativa", a escola se ligará mais vitalmente aos processos sociais da comunidade e proporcionará ao professor novas possibilidades para fortalecer sua posição, assumindo uma modesta e cautelosa liderança (16). Como para isto pode ser qualificado, deverá ser discutido no Capítulo XIV.

No que ficou dito nos últimos parágrafos, tínhamos em mente principalmente as partes mais integradas da população colonial. À medida que nos afastamos dos centros catalisadores de organização social da comunidade, indo para as regiões marginais da mesma, aparece a educação moral sob outra luz. Onde diminui a força do controle social, a serviço da manutenção de valores tradicionais, coloca-se a questão de saber se novos valores devem ou não ser adquiridos e quais dos velhos devem ser mantidos através de novos processos de difusão e controle. Eis uma decisão que cabe à geração adulta tomar. O professor dela participará na sua qualidade de cidadão, mas na função de educador não poderia antecipar-se ou sobrepor-se ao rumo que a comunidade tomar. A sua faculdade de escolha será a de se restringir ao ensino de conhecimentos positivos ou, então, de estimular na escola a emergência de estruturas sociais suscetíveis de refletir os padrões que se vão formando no ambiente. No ensino de conhecimentos positivos o professor, nesta situação, não se limitará necessariamente à simples alfabetização - tão pouco quanto o faria se estivesse atuando nas comunidades mais inte-

(16) Isto foi corretamente apontado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e J. Roberto Moreira nas obras citadas na nota anterior.

gradas - devendo, em ambas as situações contribuir para o desenvolvimento intelectual que facilite ao aluno a futura apreensão de conhecimentos a serem hauridos em diversas fontes, com relação às vitais necessidades econômicas e tecnológicas da população. Por outro lado, empenhando-se na estruturação educativa do sistema social escolar, terá o seu trabalho facilitado por uma orientação pedagógica eficiente sob o ponto de vista intelectual: a moderna pedagogia recomenda que se estimule a atividade do próprio aluno, e esta pode concomitantemente ser convertida em fator de dinamização das relações sociais intra-classe.

Algo deste gênero é conseguido na escola da comunidade teuta. Viva e interessante, forma a personalidade do aluno no sentido daquele modelo de cidadania que inspira a cultura local. É verdade que esta segue uma diretriz definida, o que precisamente não ocorre com as comunidades em mudança acelerada. O tipo de cidadão que educa é, entretanto, o mais consentâneo com as necessidades daquelas populações que precisam encontrar o seu caminho: independente e cooperador deverá ser o membro das colônias itálicas menos integradas, a fim de que estas possam seguir a sua tendência para a ligação ao mundo mercantil (a tendência "rurbana") sem perder o vigor que à vida rural confere a conjugação de esforços.

Nas colônias lusas estreitamente ligadas às itálicas, e nas colônias mistas de ambas estas correntes culturais, apresenta-se situação semelhante à das colônias itálicas menos integradas. Situadas geralmente entre as comunidades itálicas integradas e o campo, tendem a se antecipar às aquelas na incorporação à economia de mercado. Os processos de assimilação cultural que nelas se desenrolam contribuem para dar elasticidade aos seus padrões de comportamento. Enfrentam os mesmos problemas de elaboração de uma nova cultura, a meio caminho entre a integração muito intensa e a individualização extrema, - que aquelas comunidades itálicas que se vêm distanciando dos núcleos religiosos mais consolidados. O papel da escola será, portanto, semelhantes ao apontado com relação a estas.

Já os núcleos agrícolas lusos totalmente desligados das comunidades religiosas itálicas vêm-se diante de problemas diferentes. O individualismo de sua cultura dificulta-lhes a coesão social, limitando, como já apontámos (17), os núcleos de prosperidade praticamente a casos isolados. As instituições que nêles se introduzam, quer seja a escola, quer qualquer outra, deverão necessariamente propor-se a questão de saber em que podem contribuir para a emergência de formas sociais mais eficientes e de força de irradiação, maior que aquela que possuem as já existentes no grupo local. A sua tarefa em relação à educação intelectual, ao ensino propriamente dito, é a mesma da escola das comunidades até aqui discutidas. No campo da educação moral, porém, abrem-se-lhe perspectivas distintas daquelas. O patrimônio cultural é singelo, os valores sociais não projetam as aspirações muito além da manutenção de um convívio vicinal pacífico. Enquanto, por um lado, não existe complexa cultura a transmitir, faltam também os mecanismos promotores de mudança. A educação, nestas condições, tem perspectivas estreitas.

Um objetivo nôvo propõe-se aqui à escola: o de alargar o horizonte cultural local não apenas instruindo uma futura geração - instrução difícil em ambiente inculto - mas assumindo uma função dinâmica na comunidade. Isto é-lhe possível por força do seu próprio caráter institucional. Já salientámos que a escola é instituída pelo poder público em meio de populações, reduzidas ao papel de espectadores. É uma peculiaridade, porém, da instituição escolar o permitir, mais facilmente do que a maioria dos demais órgãos administrativos, a intervenção do espectador no espetáculo. Na escola entra o Estado em contato com a sociabilidade espontânea da nação. Em decorrência disto é demasiadamente limitada a noção da escola como instituição estatal (considerando aqui como órgão estatal também o governo municipal). Na medida em que a comunidade local enquadra a escola na sua própria estrutura, institucionaliza-a em termos

(17) Veja-se a este respeito, o caso de um próspero colono luso no campo do 5º Distrito, citado acima, p. 81. No extremo Sul desse distrito há aliás, outro exemplo no mesmo sentido, já este, localizado na "serra".

de sua própria organização social .]

Em face da potencial institucionalização local da escola, não precisa esta necessariamente assumir uma atitude passiva. Apresentando à comunidade solicitações exequíveis, pode provocar a convergência de interesses sobre si mesma. Na medida em que tais interesses corresponderem a interesses dos próprios cidadãos, transformar-se-á a escola, então, em articulador social de necessidades individuais, com isto desempenhando função social integradora. A sua forma institucional, imposta de fora, poderá, neste processo, ser aceita e adotada como parte do patrimônio de normas culturais locais, com o que se dá o passo decisivo para a institucionalização da escola em termos da cultura local, a qual poderá eventualmente aperfeiçoar-se pelo desenvolvimento de padrões costumeiros de participação do grupo local na atividade escolar (18) .

[Quando isto ocorre, representa um enriquecimento da cultura] local. Este se limitará ao fenômeno descrito quando os interesses focalizados forem estritamente individuais, não contribuindo para o reforçamento das relações sociais exteriores ao sistema educacional. São possíveis, contudo, situações em que a participação dos cidadãos na escola irradia reflexos sobre o resto do sistema social. Isto se dá quando as relações entre cidadãos e escola dão nascimento a relações entre cidadãos. E mais: quando tais relações entre cidadãos se subordinam a um objetivo comum, criam um núcleo de cooperação grupal que, por sua vez, em situações como a que temos em vista, introduz um padrão novo e potencialmente fecundo na comunidade, preparando-a para a aplicação do princípio de cooperação em outras esferas do convívio social local (19) . E es

(18) J. Roberto Moreira (Teoria e Prática da Escola Elementar, pp. 460 s.) discute muito bem o papel da escola rural como centro de comunidade, de um ponto de vista prático.

(19) Como exemplo de convergência de interesses individuais na escola sirva o de pais que acompanham os trabalhos escolares dos filhos. Interação de pais, tendo por conteúdo interesses paralelos neste sentido, dá origem a uma modificação da estrutura da sociedade local. Unindo-se os pais para, digamos, a construção e manutenção do prédio escolar, emerge o padrão de comportamento cooperativo .

ta a contribuição que a escola pode fazer às comunidades pouco integradas, não no cumprimento direto da sua função educacional, mas em decorrência da mesma. Para que isto aconteça, é necessária a presença de certas características na forma institucional do sistema escolar, as quais estudaremos no capítulo seguinte.

Também a comunidade campeira constituída pela pequena propriedade, tal como se observa mormente no 5º Distrito de Júlio de Castilhos, é de estrutura difusa. E da própria natureza da vida gaúcha, esta tendência para a autonomia pessoal, aliada à manutenção de relações de vizinhança em que se evita excessiva intimidade. Trabalham e produzem, os campeiros, com a relativa eficiência que a natureza, os seus recursos econômicos e seus conhecimentos tecnológicos lhes permitem. A facilidade de locomoção evita-lhes o isolamento que tão profundamente marca o pequeno agricultor das comunidades pouco integradas, na Serra. A escola é encarada como instrumento de qualificação individual, não como instituição essencial ao funcionamento do grupo local, mas é positivamente apreciada nos termos em que é vista. Ajusta-se socialmente através da personalidade e da participação social do professor. Isto não é difícil a pessoa que se tenha criado segundo os padrões culturais campeiros ou que saiba aceitá-los. Por outro lado, pouco mais se espera da escola do que o ensino das primeiras letras e dos elementos de aritmética; a educação para o convívio social, baseado em independência individual e urbanidade, está a cargo dos pais e não há por que duvidar da eficácia neste caso, do método de imitação e participação. Esta escola é, pois, na sua modéstia, adequada ao ambiente atual e - apoiada na educação familiar no sentido de um vigoroso individualismo - basta, provavelmente, para preparar o menor para enfrentar uma futura vida no campo. Por outro lado, a uma elevação do nível didático através da introdução de métodos mais avançados - desejável, se por outras razões não fôsse, por melhor qualificar o campeiro para um eventual ajustamento futuro à vida urbana - não parecem opôr-se resistências da parte do ambiente social, assemelhando-se a situação à verificada na cidade.

Em resumo: todos os setores da população rural de Júlio de Castilhos necessitam de uma escola primária que instrua os seus filhos eficientemente no uso dos seus recursos intelectuais, tanto para a mudança tecnológica no terreno da produção rural, como em benefício de seu ajustamento eventual a ambientes urbanos, para os quais possam vir a migrar. [Não se trata de ensinar normas ou conhecimentos suscetíveis de serem memorizados ou transformados em hábitos, mas sim de exercitar a capacidade dos alunos no sentido de elaborarem soluções inteligentes de problemas novos.] [A escola ativa, para tanto indicada, facilita simultaneamente o cumprimento das tarefas que cabem à escola no que concerne a formação moral. Neste sentido, variam as situações encontradas pela escola, segundo as características sócio-culturais dos seus ambientes humanos. O objetivo é sempre o mesmo, em termos genéricos: o de desenvolver na criança hábitos e atitudes consentâneos com o sistema de valores da comunidade e, ao mesmo tempo, adequados para não só se ajustarem a novos valores emergentes, mas para mesmo promoverem a evolução da cultura local de acordo com as mudanças tecnológicas futuras. As condições institucionais em que a escola enfrenta esta tarefa educacional é que são diferentes de um grupo local para outro. Em uns - os mais fortemente integrados - é a comunidade que indica (atual ou potencialmente) à escola os padrões a serem seguidos. Em outros, de estrutura difusa, é a escola chamada a criar a sua própria função social, impelindo a dinâmica social para uma transformação profunda no sentido de mais intensa integração. Em situações intermediárias entre estas duas, a escola procurará o seu caminho em estruturas que, enquanto não definem a sua posição, lhe reservam, entretanto, um campo de ação, dentro do qual pode fazer uma contribuição benéfica à vida grupal.]

Deixando, com estas considerações, o município de Júlio de Castilhos e voltando-nos para a situação da escola entre os sitiantes de Macaé (20), encontramos fenômenos comparáveis aos que acabamos de examinar, nos distritos ocidentais desse mu-

(20) Ao pequeno agricultor no campo castilhense far-se-á referência no tópico deste capítulo, dedicado ao trabalhador rural.

nicípio fluminense. Nos vales dos distritos do Sana e de Cachoeiro, em parte também de Glicério, predomina a pequena propriedade agrícola. A religião (aqui quase exclusivamente certas denominações protestantes) desempenha significativo papel integrador da comunidade. As técnicas agrícolas são tradicionais e pouco eficientes. A ligação ao mercado é procurada para a colocação de excedentes de produção, para a aquisição de mercadorias menos essenciais do que a alimentação pura e simples -, assegurada, esta, pela produção da própria família - e para a satisfação de certas necessidades eventuais.

Em que pesem estas semelhanças, a posição da escola macaense é bastante diferente da castilhonense. No distrito de Sana, em maio de 1960, encontramos funcionando apenas três aulas, com um total de 136 alunos, o que corresponde a aproximadamente 5 alunos matriculados para cada 100 habitantes do distrito (em que não existe vila, propriamente dita) * (21), ou seja, o equivalente de duas classes etárias.

Nos sítios dispersos e isolados do Sana, a vida corre nos trilhos da tradição, cada qual cuidando da sua roça e limitando-se a poucas relações com vizinhos e, quando protestantes, com membros da comunidade religiosa. Muito pouco é sentida a necessidade de uma instituição especializada de ensino, do mais elementar, e pouca pressão é exercida sobre os poderes públicos no sentido de obtê-la ou melhorá-la. É verdade que a existência de poucas escolas é, em parte, efeito do desinteresse da administração municipal pelo distrito, mas este mesmo desinteresse decorre, por sua vez, da pouca ligação deste à vida política do município, no que se expressa de outra maneira, novamente, o seu isolamento.

A influência de fatores políticos sobre a criação de escolas, evidencia-se pelo fato de que no distrito de Cachoeiro, igualmente ocupado mormente por sitian-

21) Em 1959 registrou-se uma matrícula geral de 197, em virtude de uma onda de admissões "políticas" de professores municipais. Desses alunos, porém, apenas 63 se apresentaram para o exame final daquele ano, sendo aprovados 45. *Em relação a Jilho de Castilhos, v. p. 209*

tes, encontramos, em 1960, 240 alunos matriculados, ou sejam 8% da população, o que certamente se deve à atuação de um deputado estadual e antigo prefeito, lá domiciliado. Isto, todavia, não reduz a significação da constatação feita no Sana, de que uma população de sitiantes isolados pode passar-se sem uma contribuição ponderável por parte da escola. Que isto não pode perdurar, parece óbvio. Nas transformações sócio-econômicas que a melhoria da rede viária provocará, esta população enfrentará inerte um futuro incerto. A escola, tal qual existe, simples curso de alfabetização, é insuficiente e pouco mais que o cumprimento de um ritual.

Tôda esta situação é mais difícil ainda do que a da escola nas comunidades pouco integradas de Júlio de Castilhos, onde ao menos se reconhece - embora em certos pontos do município, com pouca convicção íntima - a necessidade da escola, enquanto no Sana ela se reduz a um elemento de importância desprezível em face do consenso social. Dispensa-se a sua colaboração na educação moral, entregue à família, à vizinhança, à igreja, e pouco se pensa na necessidade de instrução a ser dada à juventude. Proporcional, porém, à dificuldade da posição da escola, será o benefício que ela, transformada em "centro de comunidade", poderá prestar a esta população.

A diferença entre as condições encontradas no distrito do Sana e as que prevalecem nas demais zonas ocidentais do município, povoadas predominantemente por sitiantes, é uma questão de graus. O distrito oriental de Carapebus, por outro lado, muito mais movimentado e ligado à vida urbana, nem por isto goza de melhor escolarização. Aqui também, 5% da população estavam matriculados nas escolas primárias em 1960, (já estando extintas as escolas adicionais criadas em 1959 e que tinham permitido, então, elevar a matrícula durante alguns meses para 9%). Aqui também, a escola é simplesmente alfabetizadora. Já apontamos, ao tratar das perspectivas de mudança sócio-econômica em Carapebus (22), os graves problemas de reajustamento que esta popu-

(22) No segundo tópico do Capítulo X.



lação poderá ser obrigado a enfrentar num futuro que tanto pode ser próximo como remoto, mas sempre ameaçará a nova geração. Uma população inculta o enfrentará sem consciência dos fatores econômicos e tecnológicos que as decisões, a serem então tomadas, envolverão, ou que, no caso de emigração para outras áreas, prevalecem em ambientes mais produtivos. Para uma reforma da sua posição conta a escola, aqui, com condições semelhantes às das comunidades menos integradas de Júlio de Castilhos e às dos distritos ocidentais de Macaé: fortalecendo a sua própria posição, contribuirá simultaneamente para a consolidação da comunidade. As suas probabilidades de êxito são maiores do que nos distritos ocidentais, no terreno da instrução, pois, provavelmente em virtude dos contatos mais frequentes com a vida quase-urbana da vila, a população sente mais necessidade do que lá, de instrução (23).

3 - A Escola Primária e o Trabalhador Rural

Os trabalhadores rurais - fazendo-se abstração dos moradores de cidade (Mococa) - foram por nós encontrados em duas situações consideravelmente diferentes. Uns residem em fazendas, das quais são empregados efetivos, enquanto outros vivem em minúsculas propriedades, em terrenos cedidos, ou mesmo como intrusos. Como é fácil imaginar, é mais estável, segura e mesmo confortável a existência daqueles, enquanto estes pagam sua relativa liberdade com uma quase absoluta ausência de proteção. Esta diferença aparece claramente na escolarização de seus filhos.

Nas fazendas de Mococa e Quissamã, a frequência à escola primária está ao alcance de quase toda criança. Em Mococa, é a administração estadual de ensino que, em colaboração com a do município, se empenha para que existam escolas, se não em todas as

(23) Aspecto inesquecível, o de uma escola, funcionando na sala e no alpendre da singela casa da professora, onde 90 crianças se apinhavam, umas apoiando os cadernos nas costas das outras, a receberem instrução da professora com o auxílio (não remunerado) da filha desta.

fazendas, pelo menos naquelas em posição geográfica estratégica para o atendimento da população infantil residente a uma distância razoável. Neste município, predominantemente ocupado por fazendas, estavam em 1960 matriculados (no início do ano letivo) 1.540 alunos de escolas rurais. Admitindo-se que a população rural era de 20.000, tal matrícula corresponde a quase 8%, ficando, pois, sensivelmente abaixo da verificada em Júlio de Castilhos. Com efeito, constatamos através de nosso inquérito que um terço dos filhos de trabalhadores rurais, entre 9 e 14 anos de idade, não conheciam escola. Este fenômeno não pode, porém, ser interpretado em termos de condições socioeconômicas, exclusivamente, uma vez que grande parte deste operariado rural é flutuante e proveniente do Estado de Minas Gerais. Segundo nos informou o inspetor escolar, encarregado tanto do sistema estadual como do municipal, existe dificuldade quanto à instalação de escolas em certas fazendas, mas também fraco interesse pela escola em parte da população. Para vencer este segundo obstáculo tinha aquele funcionário até mesmo entrado em entendimentos preliminares com a autoridade judiciária, visando a imposição da obrigatoriedade.

Tal fato ilustra bem a atitude desta parcela da população em relação à escola. A sua própria flutuação não permite o surgimento de uma vida comunal, na qual a escola pudesse institucionalizar-se. O baixo nível de instrução dos pais, dos quais metade são analfabetos, faz compreender que nem mesmo as primeiras letras têm para eles o caráter de necessidade absoluta.

Em Quissamã, com seu operariado rural estável, observou-se em princípios de 1960 uma matrícula de 956 sobre 9.056 habitantes do distrito, ou sejam 10,5%. Esta proporção é semelhante à do município de Júlio de Castilhos e corresponde praticamente a três a quatro classes etárias (24). Como no município de Macaé a inspeção escolar

(24) Os dados relativos a Quissamã incluem a vila. A taxa correspondente à zona rural pode realmente ser um pouco mais baixa, sem, contudo, deixar de ser bastante satisfatória.

lar por parte das autoridades de ensino é precária, deve aquela taxa ser interpretada como resultante de um prestígio real da escola no meio rural e de esforços desenvolvidos, junto às autoridades de ensino, pelo proprietário da usina, que exerce altas funções políticas em nível federal .

O mesmo interêsse pela escola observou-se no distrito de Iriri por parte dos responsáveis por uma grande fazenda, lá existente, e explorada em regime comparativamente intensivo. Funcionavam na mesma duas aulas para os filhos dos empregados , e o administrador empenhava-se junto às autoridades escolares, pela abertura de uma terceira.

O trabalhador rural não vinculado a determinada empresa, quando mora isoladamente, envia seus filhos às mesmas escolas freqüentadas pela parcela maioritária da população. Em Júlio de Castilhos há, todavia, núcleos de minifundiários no campo e de ocupantes de terras do Estado que, por obterem a maior parte da sua renda, do trabalho assalariado devem ser considerados operários, pertencendo , entre estes, à categoria "marginal" (25). Tais núcleos, localizados comumente em pontos de difícil acesso e mantendo-se num padrão de vida assaz baixo, encontram os mesmos obstáculos à manutenção de escolas que os núcleos de pequenos proprietários ("colonos") lusos na Serra . É interessante notar, contudo, que mesmo em tais núcleos de baixo padrão de vida ocorre haver pessoas em condições de exercer o magistério no mesmo grau de relativa eficiência que prevalecem também em outras escolas rurais providas com professores leigos .

Em Iriri, nas proximidades da estrada que vai da cidade de Macaé para a vila de Glicério, acumula-se grande número de pessoas, em condições econômicas comparáveis às daquelas castilhenses. Formam, mesmo, um povoado nas proximidades do ponto onde desta estrada sai aquela que leva à já mencionada fazenda com exploração agrícola

(25) Veja-se a referência a este tipo de população rural no tópico 1 - c deste capítulo. pp.253 ss.

em grande escala. A pressão desta população, no sentido de conseguir maior número de escolas, faz-se através da câmara municipal. Nas conversas que este pesquisador teve com moradores do distrito, este assunto era por eles insistentemente abordado (26). Com efeito era a situação da estatística escolar do distrito, no ano de nossa visita aparentemente satisfatória, pois nas oito aulas em funcionamento efetivo estavam matriculados 360 alunos, correspondendo a 18% da população recenseada em 1950 (último censo então disponível). Em realidade, tendo a população crescido nestes últimos 10 anos, grande número de crianças estava sem assistência escolar. (27).

O que aqui nos cabe registrar é que a população local estava vivamente interessada no problema escolar, ao contrário do que observamos em categoria correspondente em Júlio de Castilhos, entre os trabalhadores rurais de Mococa, e mesmo entre os sitiantes do distrito do Sana. Atribuímos a causa deste fenômeno à mais intensa comunicação com o mundo exterior, quer em virtude da própria origem fluminense da maioria, quer devido à passagem de estrada boa e movimentada pelo distrito e ao trabalho de arregimentação política.

A escola primária vê-se, pois, em situações sociais diferentes segundo algumas características fundamentais do grupo de famílias de trabalhadores rurais a que serve. Estas distinções decorrem de duas ordens de fatores: por um lado é relevante a condição trabalhista em que se encontram os pais de seus alunos, como empregados mais ou menos estáveis ou como mão de obra flutuante. Por outro lado é de profunda significação para o caráter institucional da escola a sua localização no interior da propriedade a cujos empregados serve ou em território "neutro", sob o ponto de vista do domí

(26) Os entrevistados terão atribuído ao pesquisador alguma capacidade de contribuir para o atendimento dos anseios da população local por parte das autoridades. Assim mesmo, não deixou a insistência daquelas manifestações de indicar a existência das aspirações em questão.

(27) O recenseamento de 1960 apurou a presença, no distrito de Iriri, de 5.423 pessoas, não chegando, pois, a matrícula a ultrapassar 7%.

nio, patronal .

Em qualquer destes casos, os pais - quando não resignados e indiferentes - aspirarão para seus filhos a uma instrução melhor que aquela que eles mesmos receberam e que os capacite para um desempenho mais eficiente, em termos de esforço e rendimento, em sua vida econômica futura. Quer vejam esta aspiração em função de uma possível mobilidade espacial, quer de uma carreira ocupacional, ou de uma combinação destes dois tipos de mobilidade, praticamente reclamam, em decorrência dela, uma escola de instrução que abra a mais ampla perspectiva possível de caminhos profissionais. Traduzido em linguagem pedagógica, nada mais expressa isto do que a necessidade de introdução de uma escola "ativa", a fim de se satisfazer a tais aspirações. Os pais certamente não saberiam definir os requisitos técnicos do ensino que desejam para seus filhos, muito provavelmente até medirão métodos novos pelo padrão tradicional da alfabetização rápida, mas por outro lado, nada mais óbvio do que o desperdício envolvido na prática de um simples ensino de primeiras letras em ambientes em que o exercício de leitura, escrita e cálculo não fazem parte da rotina da vida comum. Para ter pleno sentido, este ensino deve enquadrar-se num esforço educacional mais amplo.

Não só os pais visam justificadamente este tipo de escola eficiente, mas entre os próprios proprietários não faltam os que compreendem que a futura racionalização das atividades rurais exigirá um tipo de operário diferente do analfabeto de hoje: tanto em Mococa como em Macaé ouvimos declarações neste sentido .

A escola de instrução será, pois, a mesma em qualquer das situações acima discriminadas. Sob o ponto de vista da educação moral é que se distinguem as perspectivas dos vários tipos de contingentes operários. Quanto mais a escola esteja entrosada com a empresa rural, quanto mais colocada sob o patronato de um empregador, tanto mais firme será o terreno sob os pés do mestre que queira educar, orientado pelo espírito emanado da autoridade local. Tanto maiores, porém, serão também os conflitos a que se poderá expor no caso de que esta orientação divirja daquela imposta pelas normas internas do sistema escolar a que pertence. Uma escola "de fazenda", atendendo aos fi -

lhos de colonos permanentes e, portanto, firmemente integrados ao sistema social constituído pela empresa-comunidade, corresponderá ao tipo ideal de tal escola patronal.

No outro extremo da escala encontraremos a escola livre de peias, mas também de suportes institucionais locais, semelhante à das comunidades de sitiantes, ne nos integradas. É a escola localizada fora de território patronal, em terreno próprio e com livre acesso, a serviço de operários flutuantes: os pequenos agricultores no campo ou posseiros e simultaneamente operários de Júlio de Castilhos ou, dentre os de Iriri, os que não sejam permanentemente empregados na única empresa capitalista lá existente. Poderá, ela, converter-se em instituição comunal na mesma medida em que fôr "centro de comunidade", ou seja, na medida em que conseguir despertar entre os seus clientes - pais de alunos - objetivos comunitários.

A situação intermediária, em que a vida comunal se tenha formado ou esteja em vias de formação - como no núcleo do "Córrego do Ouro" em Iriri - oferece oportunidades igualmente intermediárias à atuação da escola, à semelhança do que vimos com relação às comunidades de sitiantes. Sempre, porém, far-se-á notar o fato de que a comunidade de trabalhadores é de certa forma truncada, incapaz de formar um sistema sócio-econômico completo e portanto, via de regra excluída dos caminhos tradicionais da influência política sobre a administração, além de encontrar dificuldade, maior ainda do que a escola de sitiantes ou a urbana, no processo de definição dos seus objetivos, o que inibirá seriamente o desenvolvimento das suas potencialidades de educação.

Ao lado das escolas que atendem a clientela exclusiva ou predominantemente operária, há aquelas em que filhos de trabalhadores (pequenos agricultores no campo em Júlio de Castilhos, agregados, moeiros e assalariados que moram entre uma maioria local de sitiantes) sentam nos bancos escolares junto a filhos de proprietários. Nestas escolas surge o problema particular de se saber como pode ser tornada fecunda a educação a ser dada a esta minoria quando idêntica àquela adequada à maioria. Esta questão não pode ser examinada aqui, mas a sua existência deve ser apontada.



A exposição precedente terá mostrado que fins e meios das atividades escolares variam num sistema multidimensional de conexões com as estruturas sociais dos grupos locais rurais. Isto faz com que a fecundidade do esforço educacional dependa de ajustamentos múltiplos a constelações complexas. Embora não seja de se excluir a possibilidade teórica da construção de tipos de integração comunitária e de perspectivas e mecanismos de mudança, estes ajustamentos se diferenciarão, de uma situação particular para outra, de tal forma que sempre terão de ser elaborados de novo, em cada caso, em virtude das características individuais das teias de relações sociais, existentes em cada grupo local concreto.



CAPITULO XIV

Mecanismos institucionais de integração
da escola no ambiente social



[A esperança de que a escola primária venha a ser o órgão de educação eficaz, que o Brasil rural reclama, repousa na possibilidade de se submeterem os dois esteios do sistema de ensino a modificações que os vitalizem e que os transformem em instrumentos aptos para que sejam plenamente atingidos os objetivos que se propõem ao ensino: a formação do magistério e a orientação educacional.

Dos três elementos que integram o sistema social da educação formal de nível primário: comunidade, especialista de educação e aluno, o segundo ocupa no Brasil a posição central. Em torno do professor organiza-se o corpo discente, sob as vistas mais ou menos distantes dos pais e do grupo local em geral. O professor, por sua vez, é designado pelo poder público e desempenha o seu cargo de acordo com diretrizes e normas emanadas deste. Por isto é o ensino, para efeitos práticos, antes de mais nada, um fenômeno pertencente à esfera da administração pública. Quem o quer reformar deve partir deste fato, examinando as possibilidades de evolução, inerentes à sua estrutura administrativa.

O sentido de uma reforma escolar desejável é, segundo vimos, o de colocar o aluno e as suas necessidades no centro do sistema social de cada unidade escolar, de transformar o professor em órgão executivo, simultaneamente, da cultura local, regional e nacional. Servidor público que é, traz o professor o seu destino de divulgador da cultura regional e nacional. Para preencher plenamente as funções que lhe são idealmente atribuídas, é necessário que ele se incorpore à cultura local específica e que exerça a sua atividade consistentemente no contexto societário da comunidade, sob a inspiração de uma mentalidade dinâmica, hoje rara, mas tão manifestamente essencial à educação, que antes se dege investigar a causa da sua falta do que justificar a sua conveniência.

1- A Formação do Magistério

[Por que tantos dos nossos professores são pequenos potentados, instalados

nos pontos de gravitação das suas aulas, tentando irradiar a instrução que concebem como dom divino, por seu intermédio dispensado às almas ignorantes? (1) Certamente poderia ser invocada a tradição de ensino de uma época passada, inconsciente do condicionamento social da educação e que fundamentava a sua filosofia em uma concepção individualista do aluno e abstrata da cultura (2). Não é suficiente, porém, esta explicação, pois já passaram vários decênios desde que a nova concepção da educação começou a se difundir no mundo. Por volta de 1930, estas idéias renovadoras foram lançadas no Brasil por pioneiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, e desde então penetraram - como idéias - nas escolas normais. Foram absorvidas pela geração de professores que hoje se encontram em exercício.

Em realidade, são inerentes à estrutura do sistema escolar brasileiro fatores poderosos, que continuam gerando as mesmas disposições mentais indesejáveis em cada turma de novos professores, levando-os à aplicação das mesmas técnicas didáticas condenadas. Inseguro e desorientado começa o mestre a sua carreira e adquire atitudes que mais tarde poderiam ser corrigidas, embora com alguma dificuldade, mas que não o são. Vejamos, em primeiro lugar, o que se passa com os professores formados por escola normal de 2º ciclo.

Recém-formados em curso quase sempre abstrato e livresco, dirigem-se para a sua primeira classe. Se antes já tiveram oportunidade para um contato prático com situação de ensino, terá sido uma ou outra aula dada na escola de aplicação, rápido exercício, para o qual se prepararam bem e que deixaram atrás de si ao dele sair. En-

(1) J. Roberto Moreira (Teoria e Prática da Escola Elementar, pp. 123 a 139) descreve situações deste gênero, observadas no Brasil e que podem ser tidas como representativas da realidade observável também nas áreas por nós estudadas.

(2) Estes aspectos da escola "tradicional" são acertadamente caracterizados e postos em confronto com os princípios da "escola nova" por Paul Foulquié (As Escolas Novas, pp. 97 ss. e 138 ss.). Cf. também J. Roberto Moreira, op.cit., p.47.

frentam, agora, sobzinhos uma classe desconhecida e não especialmente treinada para a colher professores inexperientes. Geralmente será uma escola rural, composta de alunos de 7 a 14 anos de idade, estudando simultaneamente programas de três ou quatro séries diferentes. Disporão, ao se iniciarem no magistério, de pouco ou nenhum material didático e de pouca ou nenhuma oportunidade para se aconselharem com pessoas mais velhas e possuidoras da inteligência penetrante necessária a quem queira colocar ao alcance de outros os frutos da própria experiência.

Inicia-se, por conseguinte, o novo professor, em uma situação próxima do pânico (3) - a menos que seja um dos poucos mestres "natos". No salve-se-quem-puder, o recurso mais óbvio é o estabelecimento da autoridade a todo custo. Segundo o seu temperamento, o professor o aplicará através da suavidade ou da energia, mas em ambos os casos a situação autoritária se criará, e, na melhor das hipóteses, produzirá as condições para um andamento ordenado da atividade didática rotineira em uma classe mais ou menos passiva.

Este problema tem sido visto e criticado com tanta insistência, que já é de domínio público. O que ainda não se generalizou satisfatoriamente é a compreensão dos fatores componentes desta atitude ineficaz do professor. Da escola normal trouxe ele a noção de que lhe cabe ser "educador" em sentido lato, mas não a consciência dos elementos culturais que lhe cumpre transmitir, nem das atitudes - sociais e outras - que deve formar. O sistema administrativo freqüentemente o coloca em ambientes culturais inteiramente alheios à sua própria formação, quer - como vimos acontecer em Júlio de Castilhos - em virtude de diferenças culturais regionais, quer - como em Mococa - por força de sua condição de classe social. Recém-formado, adolescente quase, não poderia ter a capacidade de se ajustar com seus próprios recursos.

(3) Cf. Sud Menucci, A Crise Brasileira de Educação, pp.75 ss. Concordamos com os termos em que este autor descreve a situação do professor novato não implica, evidentemente, em aprovação da sua opinião quanto às causas do fenômeno e quanto aos remédios aplicáveis.

Isto acontece, porque o jovem educador, mesmo quando imbuído de entusiasmo, vem a descobrir, no contato com a realidade de classe escolar, que lhe falta um objetivo educacional (e não simplesmente instrucional), definido em termos operacionais. Embora sabendo enumerar todos os aspectos de uma educação "integral", é incapaz de formulá-los em função da realidade social concreta e local que enfrenta. Para que o conseguisse, necessário seria que conhecesse satisfatoriamente esta realidade e, ainda, que soubesse analisá-la tendo em vista, precisamente, o seu sistema de valores - particularmente sob aqueles ângulos de visão que são relevantes para a educação primária - e que soubesse reconhecer tais valores em operação na teia de relações sociais de que a escola faz parte. Basta enunciar estas condições indispensáveis à eficiência do trabalho escolar, para que se veja que o aluno egresso de nossa escola normal só em casos excepcionais as pode preencher.

Mesmo o professor maduro, enfrentando situação semelhante em decorrência de remoção, freqüentemente não o poderia conseguir nos poucos primeiros dias de exercício do novo cargo, cruciais para a sua integração no ambiente, para o qual se transfere. A compreensão de sistemas sociais locais requer semanas ou meses de trabalho de um cientista especializado. O leigo pode alcançá-la, em circunstâncias felizes, mas, assim mesmo, em prazo mais longo. Tanto um como outro, cientista e leigo, encararão, em seguida, a tarefa de elaborar os métodos e as técnicas didáticas, pelas quais os valores locais sejam preservados de tal forma que, entre os conflitantes, sejam reforçados aqueles que melhor correspondam aos valores cuja difusão a comunidade nacional espera do professor.

Para que o professor possa passar por todo este processo intelectual, necessita ele de assistência técnica, por parte de especialistas. O estudo sistemático das subculturas presentes em cada Estado, incluindo as características fundamentais das estruturas sociais correspondentes, seria o primeiro passo, que facilitaria a análise das variações particulares de cada área escolar. A descoberta, em cada subcultura, de fa-

tôres freqüentes de variação poderia levar à formulação de hipóteses que possibilitassem a elaboração de esquemas de pesquisa, destinados a reduzir a iniciativa do pesquisador - quase ou totalmente - à compreensão das rédes de relações concretas. Manuais que reunissem os resultados de tais estudos acrescentar-lhes-iam a definição de objetivos e métodos pedagógicos adequados a cada situação típica e apontariam constelações conflituosas que comumente ocorrem (4). Este trabalho subordinar-se-ia a uma o

(4) Esta idéia relaciona-se estreitamente à do "mapa cultural" cuja organização se sugere no "Documento Klineberg" (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXIV, nº 59, julho/setembro de 1955) e em "Orientação do Programa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais para 1956 e 1957" (Educação e Ciências Sociais, Vol. 1, nº 3, dezembro de 1956). O que aqui expusemos implica em dizer o seguinte: 1º - O termo "mapa" sugere a possibilidade de se caracterizar áreas relativamente grandes, a serem justapostas num mapa geral do país. Em realidade interpenetram-se as áreas culturais de tal forma que muitos municípios (incl. Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé) de per si apresentariam conformação tão intrincada que um mapa nacional ou mesmo estadual seria de utilidade duvidosa no nível da sua aplicação (inspetorias de ensino). Trata-se, por conseguinte, mais de elaborar características culturais do que de traçar áreas culturais. 2º - A simples confecção do "mapa", mesmo sob a forma de manual, que obedeça a este último requisito, não fornecerá ao professor o guia de que necessita, a menos que inclua instruções para a sua pesquisa pessoal e para a interpretação pedagógica. 3º - O "mapa cultural" deve ser composto em função das unidades de administração escolar (Estados, delegacias, inspetorias de ensino), a fim de ligar a sua elaboração desde o início à prática administrativa (v. tópico 2 deste capítulo). - Basta que se examine o trabalho pioneiro de Manuel Diégues Júnior (Regiões Culturais do Brasil) para se ter uma idéia da complexidade que o mapa (ou manual) adquiriria se fôsse organizado em termos de áreas. A mesma obra explicita, por outro lado, inúmeros traços regionais, de excelente serventia para a análise das constelações em que se apresentam na realidade.

rientação tipológica, visando a construção de tipos ideais de subculturas, o que não se confundirá com o intuito, que êle tivesse, de criar classificações de estruturas sociais reais. O uso de manuais culturais do gênero indicado não dispensaria o professor do esforço de compreender as constelações societárias, sempre únicas, em que atua, e de a elas se ajustar .

Executados êstes trabalhos preliminares, poderá cogitar-se de conferir ca ráter regional, em sentido verdadeiro, às escolas normais. Preparando-se o professor para atuar em determinada subcultura (e dando base regional aos sistemas de nomeação e remoção), a tarefa do professor será facilitada e mesmo tornada exeqüível. Por outro lado, não precisariam os estudos de cultura regional representar mais uma "matéria" acrescentada ao programa existente. Ao contrário, hábilmente preparados em colaboração por educadores e cientistas sociais, poderiam os manuais em questão constituir-se em catalisadores de integração curricular, dando ao currículo caráter semelhante ao que se pretende imprimir aos da escola primária. Contribuiriam, então, para romper tradições superadas nas próprias escolas normais .

[O que até aqui se expôs com relação às possibilidades de renovação da escola primária referiu-se, particularmente, aos sistemas constituídos sôbre um corpo docente composto de professôres formados em escolas normais de 2º ciclo. Resta indagar das potencialidades de desenvolvimento qualitativo dos sistemas dependentes de um professorado leigo ou com preparo básico. Encontramos tais mestres - nos limites dos municípios estudados - na zona rural de Júlio de Castilhos e na de Mafra, aqui tanto no ensino estadual como no municipal, ali quase exclusivamente neste. Apontamos o fator positivo a favor dêstes mestres-escola, representado pela sua procedência local e, daí, seu ajustamento pessoal ao ambiente em que exercem o magistério . Por outro lado, mencionamos o fato óbvio de sua formação profissional extremamente modesta. Muitos dêles, impregnados do espírito de verdadeiros educadores, não possuem, entretanto, os recursos intelectuais para a prática fecunda. A uns falta sim

plesmente o conhecimento suficiente das matérias que lecionam, a outros as habilidades didáticas que nunca aprenderam.]

[Dois caminhos estão abertos e poderiam, deveriam mesmo, ser tomados paralelamente para elevar o nível do professorado naquelas áreas em que não se pode, por enquanto, contar com normalistas de 2º ciclo. O primeiro consiste na ampliação das atividades de escolas normais de 1º ciclo, instalando-as em maior número e onde quer que possam atender a uma zona suficientemente grande para lhes fornecer alunos e absorver os professores por elas formados.] Seriam cuidadosamente localizadas em pontos que sejam atuais ou potenciais pontos de convergência de áreas "rurbanas" e em núcleos que, mesmo quando urbanos, estejam impregnados de uma mentalidade rural, pelo reflexo atuante das atividades agro-pecuárias na sua estrutura econômica e sócio-cultural (5) . Poderiam, assim, com certa facilidade organizar as suas atividades didáticas em estreita ligação às mesmas condições, para as quais formam os futuros professores, e não serviriam para alhear estes ao ambiente que lhes seria tanto de origem como de destinação (6) . Quanto aos seus métodos de ensino, aplicar-se-lhes-ia o que ficou dito com relação às escolas normais de 2º ciclo. A participação, no seu trabalho, de especia-

(5) Tal como o concebe Fernando de Azevedo ("O problema da educação rural", p.51) e como o recomendou a Conferência Regional Interamericana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória (Recomendação VII 3.3)

(6) Júlio de Castilhos, e Mococa possuem, pois, condições favoráveis ao funcionamento de escolas normais do tipo focalizado (embora em Mococa a sua instalação não se justifique em vista da existência de escola normal de 2º ciclo, a qual assegura quantitativamente o preenchimento de todas as vagas de magistério tanto na cidade como na zona rural). A situação de Macaé é menos propícia, porque, conquanto haja grande escassez de professores formados na zona rural, a mentalidade urbana, caracterizada no Capítulo IX, é mais distante da rural do que naquelas outras cidades .

listas "ruralistas" (agrônomos, médicos, veterinários e outros que viessem a ser encontrados) seria particularmente relevante. Tais especialistas contariam com alunos já familiarizados com as condições de vida e trabalho rurais, e sua colaboração prometeria resultados fecundos, contanto que agissem entrosados com os educadores profissionais dos corpos docentes das escolas (7). Internatos seriam necessários para possibilitar a freqüência a alunos radicados na zona rural.

O recrutamento de alunos para estas escolas normais de 1º ciclo não seria demasiadamente difícil nas áreas em que predominasse a pequena propriedade rural - na hipótese, está claro, de que a futura remuneração dos seus alunos fôsse suficientemente atraente, sem que necessariamente precisasse alcançar a dos professores formados por escolas normais de 2º ciclo - pois aos jovens de ambos os sexos abriria uma perspectiva de ascensão social sem abandonarem o ambiente de origem, oportunidade rara em virtude da rudimentar estratificação social dos grupos locais constituídos por pequenos proprietários. Seria mais difícil onde predominasse a grande propriedade, pois a classe média rural, em que se faria o seu recrutamento e que, nestas áreas, é representada pelas famílias de funcionários administrativos das fazendas, é relativamente pouco numerosa. Uma vez conseguida, porém, a vitalização do ensino rural, e à medida que o operariado rural ascender àquela situação econômica e social a que a evolução do país certamente o elevará, aumentará o número de potenciais candidatos à freqüência destas escolas, por motivos semelhantes aos que farão a elas afluir os filhos de sitiantes.

[O segundo caminho para o aperfeiçoamento do professorado leigo é a instituição de cursos de aperfeiçoamento destinados aos atuais mestres-escola, portadores de preparo insuficiente. Tais cursos podem ser mantidos em instituições especiais, ou então anexos a escolas normais. Devem funcionar com o mesmo espírito destas e, o que

(7) Cf. Gilberto Freyre, "Palavras aos professores rurais do Nordeste".

os seus alunos perdessem, em comparação com os de cursos regulares, em tempo de ensino, ganhariam em aproveitamento da experiência já adquirida no exercício efetivo do magistério.

Para que estes objetivos fossem alcançados, necessária seria a orientação das instituições de formação de professores por órgão técnico central em cada Estado ou região, com a participação ativa de educadores, cientistas sociais e especialistas "ruralistas", os quais seriam, quiçá, os mesmos, encarregados dos estudos regionais acima referidos, com o que se asseguraria o efetivo entrosamento da ciência com a prática que ela, ciência, é chamada a instruir.]

2 - Orientação Educacional

A renovação dos sistemas de formação de professores primários é, então, de necessidade e urgência. Assim mesmo, todavia, transformados os métodos adotados pelas escolas normais e instituídos cursos de aperfeiçoamento adequados, ainda assim não veremos disto resultar a escola primária eficiente no ajustamento à comunidade local. Isto se deve a peculiaridades da psicologia profissional do magistério, às quais não responde, atualmente, uma estrutura administrativa que as leve na devida consideração.

O trabalho do professor, na classe, consiste, essencialmente, no exercício de liderança (8). Agir sobre outros, influenciar o seu comportamento, provocar nêles reações que obedeçam aos propósitos do educador: é este o seu conteúdo principal, ao qual todo o mais se subordina. O "grande" professor será aquele, cujas atenções não se prendem a esta tarefa, aquele que a desempenha facilmente, em função de um dom pessoal. Os grandes professores, porém, são poucos. A maioria do corpo docente é compos-

(8) Cf. a discussão dos papéis do professor por Willard Waller ("The teacher's roles", pp.205 ss.), que acentua muito bem este aspecto. A discussão acima não se prende, porém, exclusivamente a esse texto.

posta de pessoas dos mais vários tipos de personalidade e selecionadas de acordo com critérios, entre os quais a capacidade de liderança pode figurar, mas - pelo menos entre nós - com ênfase reduzida. Para o professor normal, estatisticamente falando, o exercício de liderança será um trabalho praticado conscientemente e à custa de esforço e fadiga, enquanto não se transforma em rotina adquirida por longa prática. Não é, pois, obra do acaso o fato de muitos professores terem a sua personalidade marcada pela tendência para um dinamismo constante nas relações humanas. A atividade profissional impõe o seu cunho àqueles que não a exercem com a facilidade proporcionada pelo "dom" ou pelo longo tirocínio.

[Se há, então, três tipos de professores eficientes: os líderes "naturais", aqueles que pela prática adquiriram técnicas de liderança, e os que são obrigados a um esforço contínuo - de quem, entre eles, pode esperar-se a atitude calmamente objetiva, necessária ao estudo do ambiente social? Dos líderes "naturais", que em qualquer relação humana tendem para provocar imediata transformação da situação encontrada? Dos velhos "práticos", perfeitamente ajustados à profissão e, via de regra, satisfeitos com o "status quo"? Daquelles em quem o esforço constante tende para produzir estados de ansiedade permanentes ou frequentes? Evidentemente, em todas as três categorias citadas haverá indivíduos em quem combinações felizes de aptidões permitem a formação de uma habilidade para a pesquisa social, mas dos poucos professores "pesquisadores sociais", menor número ainda será capaz de transformar o conhecimento adquirido em ajustamento ativo da escola. Genêricamente, a escola primária não pode esperar o seu ajustamento desta minoria.]

A estrutura administrativa do nosso ensino primário pouco ou nada fornece que possa servir de sustentáculo às tendências, que se manifestam em personalidades menos excepcionais, para o profícuo convívio comunitário de professor e escola, ou que possa suprir a falha resultante, na maioria dos casos, da situação psicológica des

favorável (9) . A problemática sociológica da posição do professor na administração pública está ainda pouco ~~pouco~~ estudada. Mereceria, entretanto, carinhosa investigação pelo seu interesse tanto teórico como prático (10). Os milhares de professores que compõem os corpos docentes estaduais, as dezenas ou centenas que atendem às escolas das grandes municipalidades ocupam uma posição peculiar - e pouco favorável para o produtivo exercício das suas funções - na máquina administrativa .

Como se sabe, procura o estado moderno, imbuído de espírito racional-legal, assegurar o efetivo exercício de sua autoridade através de quadros administrativos, cada vez mais organizados segundo os princípios da burocracia, isto é, segundo Max Weber (11), caracterizados por: separação entre a esfera de vida "privada" do funcionário e o seu papel como membro da administração ; ordem hierárquica; rígida definição de atribuições e poderes de cada funcionário; formalização - na medida do possível - das normas que regem o exercício de cada ato decorrente da função .

Quadros administrativos, assim idealmente caracterizados, desenvolvem-se quando se trata de fazer penetrar ordens da autoridade em vastas camadas, objetos de domínio. Quanto mais aqueles traços se configurem, tanto mais a autoridade poderá con-

(9) Pelo contrário, "sendo instituição consciente (a educação formal) procurou-se satisfazer a si mesma. O conteúdo do programa, uma vez desenvolvido, podia assim sobreviver por sua própria conta, esquecido quase o serviço inicial que prestara". (W.H. Kilpatrick, Educação para uma Civilização em Mudança, p. 57)

(10) Cabe a Luiz Bereira o mérito de ter formulado as linhas mestras deste problema nas suas obras: A Escola numa Área Metropolitana e O Magistério Primário na Sociedade de Classes. Contribuições anteriores a estas, de J. Querino Ribeiro (em Favolismo na Administração das Escolas Públicas e Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar), já o apontam, embora na perspectiva da ciência da administração. A literatura estrangeira existente, com relação ao papel social do professor, será utilizada com proveito pelo sociólogo brasileiro quando este tiver algo mais progredido no estudo das características nacionais da burocracia entre nós (cf. Mário Wagner Vieira da Cunha, "Resistência da burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado") .

(11) Wirtschaft und Gesellschaft, pp. 125 ss, e 650 ss. - No texto acima só foram ci-

tar com pureza e eficiência na subordinação de ocorrências concretas às normas estabelecidas (12). Nem toda a atuação do poder público, visando determinar o comportamento da massa governada, é, todavia, de tal natureza que a administração burocrática seja o melhor canal possível para a sua imposição; O professor (público) também é agente da autoridade estatal, da qual emanam as normas relativas ao comportamento a ser provocado nos alunos (13), e da qual deriva o poder exercido em classe. E no entanto, o trabalho didático não é suscetível de burocratização.

As atribuições do professor podem ser razoavelmente bem circunscritas, mas difícil seria definir realmente, ao nível da realização executiva, o que seja a educação integral que ele deve promover. Os seus poderes podem ser nitidamente determinados, mas as normas resultantes são de modesta relevância em face da necessária flexibilidade de seu emprego, em se lidando com crianças. A ordem hierárquica deve respeitar, sob pena de impossibilitar qualquer grau de espontaneidade na condução de um ensino ativo, ampla liberdade de iniciativa do professor. A separação entre vida privada e pública do mestre só se faz em detrimento do ajustamento social da escola na comunidade local (14). E a formalização do comportamento didático seria a morte de sua eficiência.

O professor é, pois, agente de autoridade com características próprias,

tadas, dentre as características da burocracia segundo Weber, as relevantes para o nosso raciocínio. Cf. também Robert Merton, Social Theory and Social Structure, pp. 151 s.

(12) Max Weber, loc. cit., p. 128.

(13) Max Weber faz referência expressa ao ensino escolar como forma de exercício de autoridade loc. cit., pp. 123 s. (item 6).

(14) Em certa medida ela é necessária na sala de aula, conforme aponta Willard Waller, loc. cit., pp. 209 s. Este aspecto da técnica educacional não prejudica, entretanto, os requisitos do papel do professor nas relações extra-classe.

decorrentes da essência mesma do seu trabalho, (15). Este não pode ser burocratizado sem prejuízo da eficiência, mas por outro lado, o professor é submetido a forte pressão no sentido de se burocratizar. Não é ele funcionário público, com todos os direitos que esta posição confere? E não está entre estes, precisamente o de dispor livremente do tempo que não é dedicado ao exercício do cargo e de distinguir nitidamente entre os padrões que orientam o seu comportamento dentro e fora da repartição? Não é ele subordinado à fiscalização de funcionários burocráticos, que lhe cobram o preço destas prerrogativas sob a forma do cumprimento fiel de formalidades que regem o seu desempenho cotidiano e a correspondente obtenção de vantagens? Como não haveria ele de se guiar pelo espírito da organização a que pertence, do mesmo modo como um operário em empresa burocratizada molda o seu comportamento no trabalho sobre as normas que lhe são impostas?

(15) A penetrante análise a que Luiz Pereira (A Escola numa Área Metropolitana, passim, e O Magistério Primário na Sociedade de Classes, pp. 163 ss.) submete a estrutura escolar peca, a nosso vêr, apenas por não reconhecer nitidamente que a burocratização é fenômeno parcial no conjunto de sistemas sociais de orientação racional-legal, caracterizando sistemas administrativos, embora atinja de forma peculiar as camadas administradas. O sistema administrativo estende-se até o ponto em que as palavras de ordem, a cuja transmissão se consagra, chegam aos destinatários. Estes terão o seu comportamento fortemente influenciado pelo fato de estarem submetidos a administração burocrática, mas aquela parte de sua atuação que é executiva, que é atividade-fim, rege-se pelas necessidades inerentes a sua própria natureza. Não se pode, por isto, burocratizar o trabalho manual em si, nem a prática médica, nem o magistério. Não há, pois, inconsistência em que o Regimento Interno dos Grupos Escolares, de São Paulo, se refira apenas indiretamente a direitos e obrigações dos alunos (cf. Luiz Pereira. A Escola numa Área Metropolitana, p.48). Isto não significa que o aluno, por não pertencer à administração, não pertença ao grupo social constituído pelo Grupo Escolar. A burocratização não se processa em todo o grupo social em cujo seio se tenha instalado, a menos que este grupo seja, precisamente, um sistema administrativo.

Exatamente nesta comparação com o operário vamos surpreender a ambiguidade da posição do professor. O trabalho daquele, de natureza técnica, é determinado pelas características da matéria prima, do instrumento de trabalho e do produto visado. A sua padronização através de normas superiores só poderá ser superposta àquela sua essência. Esta limita de maneira imperiosa o campo aberto à padronização. Idealmente é semelhante àquela a posição do professor. No seu caso, porém, é dificilmente mensurável o produto do trabalho (se é que um padrão de medida, ou seja, um objetivo da educação existe, claramente definido), o que significa ser menos forçosa a predominância da técnica executiva sobre a vontade dos órgãos administrativos. Mais importante ainda, no sentido de facilitar uma "burocratização" inconsistente com a atividade-fim, é que o trabalho do magistério consiste em atuação sobre pessoas e envolve uma atividade administrativa (ou seja, a orientação dos processos sociais na classe de aula). Pode, então, o professor ser levado a se inspirar no modelo burocrático quanto à execução de sua própria função. E, no entanto, desvirtua a essência de sua atividade profissional, pretendendo exercê-la "sine ira et studio" (16) e atendo-se estritamente a regulamentos como únicos padrões orientadores.

[A diferença entre a posição do operário e a do professor consiste no fato de que aquele é simples objeto de domínio, e para ele "burocratização" apenas significa ajustamento a fatos exteriores, como são os administrativos em relação ao pessoal administrado. O professor, ao contrário, é, como já vimos, portador de autoridade, e "burocratização", no seu caso, significa, quando mal entendida, a transformação em atividade burocrática, do trabalho didático, fazendo do aluno objeto de domínio e nada ou pouco mais. O professor, então, se incorpora ao quadro administrativo, quando, em realidade, para o bem do ensino, deveria considerar-se objeto último de domínio, submetido e convenientemente ajustado à administração, enquanto os alunos seriam, então,

(16) Max Weber, loc. cit., p. 129.



matéria prima (17) do seu trabalho profissional. A ambigüidade da posição do professor reside, então, no fato de ser ele agente de autoridade e enquadrado em uma estrutura burocrática que lhe sugere a assimilação dos seus próprios métodos de exercício de autoridade àqueles, pelos quais ele mesmo é regido, com o que, porém, se destrui o sentido do poder não investido. Ser bom professor significa atuar em termos de um determinado sistema de comportamento em relação aos seus superiores, e adotar comportamento diferente na situação de aula em que ele é o superior..

O "bom professor" idealmente agiria, nesta situação, do mesmo modo que um funcionário-médico, um funcionário-operário, isto é, distinguindo perfeitamente entre a sua própria posição de funcionário e os requisitos específicos do trabalho que executa e que apenas acidentalmente tem alguma semelhança com a atuação da burocracia sobre ele, professor. O professor de qualidade média, o professor comum, "normal", se esforçará no mesmo sentido. Embora inconsciente dos termos do paradoxo que age sobre ele, reagirá adequadamente à situação de aula, enquanto ela não fôr limítrofe da situação administrativa do professor, ou seja, enquanto não se tratar de frequências, notas, exames ou qualquer outro aspecto passível de ser objeto da redação de relatórios administrativos. Quando e onde isto, porém, ocorrer, a burocratização interferirá com a consciência pedagógica.

O professor "médio" está, portanto, constantemente empenhado em manter o equilíbrio instável entre dois sistemas de padrões de comportamento profissional. Nisto o ajuda consideravelmente a observância fiel dos limites mínimos traçados a sua atuação pelos regulamentos e programas de ensino, no sentido e na medida em que são tornados eficazes pelos superiores imediatos. Não os ultrapassando, poupa-se aos riscos en-

(17) Para empregar este termo apoiamo-nos na autoridade de J. Querino Ribeiro (Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar, pp. 65 e 71).

volvidos na criação de situações novas, necessariamente conducentes a desequilíbrios cuja correção exigiria contramedidas não previstas pela rotina. Refugia-se, então o professor "médio" sob as asas protetoras do formalismo escolar oficial. Procurará ser "bom funcionário", não sem ser "bom professor" na medida em que o ideal pedagógico puder ser conciliado com o cumprimento das normas burocráticas. Mas estas, evidentemente, têm a virtude de garantir as comodidades da vida privada do funcionário e portanto, em caso de dúvida, prevalecerão sobre aquelas.]

Por este processo forma-se o "enquistamento" que observamos e relatamos em capítulos anteriores (18), da escola na comunidade local. A ruptura entre professor e ambiente social da escola não decorre de falta de cumprimento das obrigações legais daquele, mas da sua situação psicológica e administrativa. Mutatis mutandis, ocorre aquilo que tem chamado a atenção dos estudiosos de administração industrial desde que se começou a compreender o problema de eficiência, implícito nas relações entre corpo administrativo "cientificamente" organizado e aqueles a quem se pretende impôr a vontade superior (ou seja, no caso da administração industrial, os operários) (19): a atitude "burocrática", formalista e rígida, deve ceder lugar, no nível da produção, a outra, flexível e adequada ao objetivo final visado.

Desenvolveu-se, então, uma verdadeira disciplina nova, de ciência aplicada, sob a denominação de "relações humanas na indústria", e concentrou-se considerável atenção, dos técnicos dedicados à utilização desta ciência, sobre a posição do mestre industrial como a pessoa que representa o último degrau da administração, confrontado com o nível executivo. Nos estudos de educação, porém, as discussões e recomendações tomaram por objeto, normante, o professor. Grande parte da literatura pedagógica mo -

(18) Capítulos XII e XIII.

(19) F.J. Roethlisberger e William J. Dickson (Management and the Worker) e Goetz Briefs (Betriebsführung und Betriebsleben in der Industrie, pp. 46 ss., particularmente pp. 49/

50) foram dos primeiros a estudarem sociologicamente este problema.

derna gira em torno da modificação que se deseja (e se deve) introduzir no comportamento dêste. Nem sempre, nestas recomendações, se leva em conta a dificuldade que se opõe ao seu atendimento, precisamente em virtude da ambigüidade funcional que acabamos de mencionar. O professor, educador e funcionário, tem a sua liberdade de movimentação pedagógica tolhida pelas normas burocráticas, a ponto de ser frequentemente quase impossível o emprêgo de métodos "ativos". É necessitado, êle, professor, de um superior hierárquico que, à semelhança do mestre industrial, o assista na aplicação daquelas normas e que assuma a responsabilidade de sua tradução para a linguagem da realidade humana. A êste superior caberia, ainda à semelhança do mestre industrial, dar ao professor a assistência necessária para vencer os obstáculos que a situação psicológica opõe ao seu ajustamento profissional à comunidade.

O nível que corresponde ao do mestre industrial e que merece estudo e desenvolvimento é, portanto, o do inspetor escolar (ou que outra denominação tenha o funcionário encarregado de fiscalizar e orientar o trabalho de aula: diretor de grupo escolar, "tecnico de educação", orientador pedagógico etc.). Nêle é que se deve procurar a chave da integração comunitária da escola e do ajustamento local dos métodos pedagógicos. O professor pode receber da escola normal, ou de cursos de aperfeiçoamento, alguns conhecimentos básicos relativos aos fenômenos sociais e culturais. A escola normal pode abrir-lhe os olhos para as variações culturais e lhe mostrar a necessidade, que tem o professor, de adotar uma atitude objetiva em relação aos padrões culturais que regem o ambiente social da escola. Mas a aplicação prática de tais conhecimentos e capacidades requer habilidades mais específicas, especializadas, uma vez que os padrões culturais se manifestam concretamente em contextos societários que lhes dão corpo e sentido relevante para a educação.

No início dêste tópico estudamos os obstáculos característicos que se opõem à execução dos estudos sócio-culturais por parte dos professores primários. Não seria, por outro lado, possível fazer analisar cientificamente, por especialistas, toda e

qualquer comunidade onde se iniciasse a atividade de um nôvo mestre. Nunca disporemos de cientistas sociais em número suficiente para tanto, e nem parece isto indispensável. Uma vez estudadas as linhas mestras das subculturas existentes em determinada área (um Estado, por exemplo) (20), podem ser elaboradas instruções para a análise de grupos locais concretos. Seguindo tal orientação, poderia a observação sistemática ser feita por educadores que, sem serem cientistas sociais especializados, tivessem recebido uma iniciação nas técnicas a serem aplicadas. Se estes educadores fossem adicionalmente incumbidos de instruir os professores na aplicação dos resultados da observação (na qual, aliás, o professor deveria colaborar como auxiliar), viriam a constituir um corpo de orientadores educacionais à altura das exigências decorrentes do desideratum de integração local da escola.

É manifesto que os inspetores, orientadores ou técnicos de educação e diretores de grupos escolares são os indicados para o exercício desta função, por corresponder a mesma ao seu nível hierárquico. Sobrecarregados, hoje, com atribuições burocráticas, deveriam funcionários desta categoria (21) ser habilitados para uma atuação mais técnica, quer pela criação de cargos especializados de orientação ao lado dos cargos burocráticos (22), quer pela união de ambos os tipos de atuação nas mesmas pessoas, tornada exequível pela redução quantitativa das áreas de sua jurisdição. Tanto numa como noutra hipótese deveriam os órgãos centrais dispor de serviços especialmente destinados à formação ou ao aperfeiçoamento de tais funcionários (eventualmente coordenados nos serviços encarregados da elaboração dos manuais a que se fez refe-

(20) Conforme se indicou no primeiro tópico deste Capítulo.

(21) Todos ou alguns. Veja-se, a este respeito, J. Querino Ribeiro em colaboração com Antônio Cândido de Mello e Souza, "Contribuição ao estudo de problemas de ensino rural" (em J. Querino Ribeiro, Pequenos Estudos sobre grandes Problemas Educacionais, pp. 17 a 23) .

(22) É esta a sugestão feita, com relação ao ensino rural, por J. Querino Ribeiro e Antônio Cândido (l. cit., pp. 21/22) .

rência anteriormente (23) . A colaboração do cientista social, inviável no nível executivo, local, seria indispensável nestes serviços .

Na zona rural, e independentemente do grau de qualificação do professor , deve caber aos orientadores ou inspetores, além da orientação pedagógica dos trabalhos de classe, promover a articulação da escola com os demais órgãos institucionais do ambiente social imediato, assegurando ao professor a possibilidade de plena participação social que, a custa de seu próprio esforço desprovido de autoridade, muitas vezes não conseguirá conquistar (24) . Em certos e não raros casos, assim se transformará a escola em centro integrador ou mesmo promotor de atividades associativas da comunidade (25) . A medida que este alvo fôr atingido, poderá, então, a escola ser fator de mudança social, não através dos seus alunos, mas em virtude dos contatos, que facilitará , entre várias tendências inerentes à comunidade e entre esta e forças externas. A quase todas as escolas rurais encontradas nos três municípios por nós descritos abre-se esta perspectiva, a algumas como preconditione de sua própria eficiência educativa. Em número menor vimos aquelas que, em função da liderança exercida pelos professores, já participam da vida social circundante. Pensamos em algumas escolas da

(23) Quanto ao modo de articulação entre estes dois serviços, vejam-se as sugestões de J. Querino Ribeiro e Antônio Cândido (loc. cit. p. 22) . A sua viabilidade não pode ser discutida aqui, pois constitui problema prático de administração, não envolvendo questões de princípio , passíveis de formulação sociológica. O pleitor terá, contudo, observado que encaramos diferentemente daqueles autores a distribuição de atribuições entre inspetor (especializado) e professor, colocando a este na posição de auxiliar e não de agente assistido . Um tipo mais amplo de organização integrativa é preconizada por J. Roberto Moreira em "A pesquisa e o planejamento em educação", particularmente pp. 17 ss.

(24) Ainda a este respeito, veja-se J. Querino Ribeiro e Antônio Cândido, loc. cit.

(25) Ver acima, Capítulo XIII, pp. 266 s, 271 , 276 .

colônia itala, da colônia teuta e do 5º Distrito de Júlio de Castilhos. Em todos estes casos, diga-se de passagem,, os professores são antigos residentes locais, homens ou mulheres em idade madura. Tanto neste município como no de Macaé, amplo campo ainda está inexplorado, em que a escola, convenientemente apoiada por autoridade esclarecida, poderia dar o impulso, necessário ao desenvolvimento dos grupos locais.

Nas cidades tem sido tentado e à escola rural tem sido recomendado o caminho da integração social da escola por meio de "círculos de pais e mestres", sendo raríssimos (e não verificados nos três municípios por nós percorridos) os casos em que este objetivo tenha sido plenamente atingido. Com efeito, para que os encontros de pais e professores produzam resultados positivos é necessário que exista um universo de discurso comum a ambas as partes. Na nossa realidade, porém, estas reuniões são amarras muito fracas para prender a escola ao ambiente social. Provocadas, as reuniões, por iniciativa do mestre, espera este dos pais apoio ao seu trabalho didático, enquanto que os pais comparecem conhecedores apenas dos reflexos que a escola projeta na família através do boletim de notas e, muitas vezes, através da lição para cujo preparo a criança recorre aos pais. Toda vez que a escola não for instituição da comunidade local, falta às duas partes reunidas no círculo de pais e mestres o objetivo comum, e o contato consiste essencialmente em pedidos recíprocos de maior esforço, a ser dedicado à educação de uma ou outra criança individual. Mesmo quando, o que nem sempre se dá, o mestre possui toda a habilidade necessária para não melindrar suscetibilidades pessoais, dificilmente poderá incorporar a contribuição paterna, junto com a própria, a um processo educacional harmônico. Para tanto seria preciso que ele mesmo tivesse a noção clara da natureza e dos objetivos do processo na situação concreta, e já sabemos que, na nossa situação de hoje, não a pode ter.

Compreendendo-se intuitivamente a causa, pela qual costuma ser ineficaz a discussão entre pais e mestres, recorre-se, então, vez por outra, à criação de um objetivo "ad hoc", à organização de uma festa ou comemoração que reúna para um mesmo

fin os esforços de alunos, pais e professores. Dêste modo pode-se provocar, realmente, uma euforia de cooperação... cujo único defeito é o de não durar O objetivo limitado não desencadeia forças além da área que domina.

É, pois, mister que a tomada de contato da escola com o ambiente social se institucionalize como fruto da dinâmica interna da escola. Esta deve voltar-se para fora, não à procura de "apoio", mas em função direta da sua própria atividade, dirigida para um objetivo educacional consciente, e em busca de integração na dinâmica da comunidade. Uma participação permanente deve manifestar-se em reuniões e contribuições específicas, mas estas não podem ser fecundas - a longo prazo - sem aquela .

Encaminhar este processo de integração comunitária deve ser um dos alvos primordiais da orientação educacional no ensino rural .

CAPITULO XV

Resumo e Conclusões



1 - R e s u m o

Nos Capítulos XIII e XIII caracterizamos as funções que a escola primária rural caberia preencher para que pudesse ser considerada instrumento eficiente do desenvolvimento nacional. No Capítulo XIV apontamos as necessidades de reforma institucional, para que a escola possa corresponder ao que dela se exige. Recapitulemos, agora, o que se demonstrou, no Capítulo XI, quanto à sua situação real, observada nos municípios de Júlio de Castilhos, Mococa e Macaé. Estes municípios não são representativos, num sentido estatístico, das condições brasileiras em geral, sem que, todavia, haja motivos para se supor serem daqueles em que a escola primária é menos eficiente.

Para formar um pano de fundo, sobre o qual melhor se perfilassem os dados relativos à escola rural, confrontamo-los com os relativos a cidades e vilas dos mesmos municípios. Verificou-se que nem mesmo em termos dos mais elementares propósitos que se pudessem discernir - alfabetização e aprendizagem das operações aritméticas fundamentais - acusa a maioria das redes examinadas um rendimento ao menos tolerável.

Com efeito, embora se note em qualquer dos três municípios mencionados uma tendência para a matrícula total da infância na primeira série primária, a qual foi praticamente atingida em todas as três cidades e está à vista nas vilas e zonas rurais, repetência e evasão são indícios de fragilidade intrínseca dos sistemas escolares. Se na cidade de Mococa a grande maioria dos alunos, que ingressam na primeira série, acabam alcançando a quarta, este modelo não é seguido pelas outras duas cidades, nem pelas vilas; e nas zonas rurais, de qualquer dos três municípios, apenas metade ou menos dos novatos de primeiro ano chegam ao terceiro.

[O fato de que tão grande número de crianças se limita a cursar a primeira ou as duas primeiras séries reflete a convicção, muito generalizada, ainda, entre os pais, de que a alfabetização e a aquisição dos rudimentos da aritmética são motivo suficien-

te e exclusivo para a frequência à escola. Esta convicção está superada somente na cidade de Mococa, que já enveredou decididamente no caminho da industrialização. Possuir "o diploma" da escola primária, ali, já é considerado essencial para a futura carreira profissional do menor. Em todas as demais áreas investigadas, este nível de aspirações escolares ainda não foi atingido.

Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, porém, o exame da proporção de repetentes revela a insuficiência da escola. Também neste sentido, a cidade de Mococa ocupa lugar de honra entre os sistemas escolares por nós examinados, pois "apenas" uma sexta parte dos seus alunos são repetentes. As vilas de Júlio de Castilhos aparecem em segundo lugar, incluindo um quinto de repetentes no seu corpo discente. Um quarto ou um terço corresponde à taxa de repetência nos demais setores escolares pesquisados. Se já as taxas mais baixas não podem ser consideradas realmente satisfatórias, as demais são deveras calamitosas.

Mais ainda se mostra insuficiente o ensino primário, quando apenas se focaliza a repetência na primeira série. Seja por inadequação do seu programa - mais grave do que nas séries posteriores - , seja por não se ter ainda feito sentir o efeito selecionador da evasão, as taxas de repetência na primeira série ultrapassam sempre, e em muitos casos consideravelmente, as observadas nas séries posteriores. Atingem nunca menos de uma quarta parte da matrícula da primeira série, o que vale dizer que um terço dos alunos, que nela ingressam, a cursarão duas vezes. Isto na melhor das hipóteses, pois em outros sistemas foram encontradas taxas de repetência próximas de 50% (o que vale dizer que todos os "novatos" irão repetir esta série).

Considere-se que a evasão nem sempre se deve exclusivamente à opinião paterna com relação ao nível de escolaridade considerado indispensável, mas que muitas vezes o insucesso escolar a precipita, e ter-se-á o quadro da eficácia da escola, composto dos fatores complementares de repetência e evasão ...

Confronte-se esta insuficiência da escola primária, medida pelos padrões que



atualmente a regem, com as necessidades, muito mais amplas, a que idealmente lhe caberia satisfazer no contexto dos grupos locais em cujo seio funciona, as quais examinamos nos Capítulos XII e XIII. Nas cidades emerge uma sociedade tecnológica, em que as novas gerações procurarão o seu lugar em profissões industriais, administrativas e ligadas a outros setores de atividade - economicamente falando - terciária. O futuro posto de ca da criança neste sistema emergente não pode ser previsto, e, provavelmente, o próprio sistema será dinâmico e, ao menos por muito tempo, sujeito a constantes transformações. Cabe, por conseguinte, à educação formal um importante papel no preparo da mentalidade infantil para um futuro em que deverá ser capaz de se ajustar a exigências variadas. Deverá torná-la intelectualmente ágil e plástica e muní-la de conhecimentos científicos fundamentais, que abram à criança os caminhos da compreensão das técnicas que fôr obrigada a aprender mais tarde. A escola deve ensinar o aluno a interpretar as coisas e os processos que o rodeiam e orientá-lo para procurar as suas causas e os seus efeitos, compreendendo o seu encadeamento e as suas potencialidades evolutivas.

A fundo, não é muito diferente o papel que cabe à escola com vistas para o mundo rural. Lá também, transformações tecnológicas se prenunciam ou, pelo menos, podem ser previstas como inevitáveis. As atividades da lavoura e da produção animal tomarão caráter progressivamente mais nacional em decorrência do esgotamento da riqueza natural das terras e à medida que o desenvolvimento econômico obrigar o produtor rural a abandonar, eventualmente, culturas que sofram superprodução, a enfrentar concorrência intensificada e a satisfazer demanda nova de maior variedade e melhor qualidade de mercado - rias. A capacidade de compreender as leis naturais que regem as fontes da riqueza natural e de aproveitá-las para os seus fins econômicos será indispensável, mais tarde, aos que hoje são crianças. A escola primária de quatro anos não poderá munir o aluno, de pouca idade, de conhecimentos tecnológicos específicos, mas poderá e deverá preparar a sua inteligência para, mais tarde, adquiri-los.

O que diferencia a educação primária rural da urbana não é tanto a sua finalidade, mas as condições em que a deve atingir, e o material ambiental que pode e deve pôr a serviço do trabalho pedagógico. Este último ponto pertence à metodologia de uma escola "nova" e não nos concerne, aqui, de maneira direta. As condições de funcionamento da escola têm, porém, aspectos sociologicamente relevantes.

Na cidade, que se caracteriza pela polarização da vida social entre a privada e a pública - aquela baseada em contatos primários e simpatéticos, esta dominada pelos secundários e categóricos - cabe à escola o papel de grupo intermediário entre estes dois tipos de existência social. A multiplicidade institucional da vida urbana faz com que a autonomia administrativa da escola, além de ser necessária ao seu funcionamento, não aja como fator de segregação mais atuante do que é natural nos grupos intermediários em geral, os quais buscam, nesta segregação grupal, os próprios elementos da sua solidariedade interna.

Já a escola rural, localizada em área socialmente mais homogênea, dominada pela empresa agrícola (grande ou pequena), insere-se em contexto muito diferente. Pertence a uma comunidade regida por estrutura mais simples, em que cada indivíduo participa da maioria dos subgrupos - exceção feita quase apenas aos grupos primários e aos constituídos segundo sexo e idade. É obrigada, a escola, a integrar-se no mesmo sistema ou, então, a optar pela segregação. A autonomia administrativa em relação à comunidade local (heteronomia em termos do sistema escolar) tem, neste caso, sentido e consequências diferentes daqueles próprios da autonomia no contexto urbano. Coloca o professor em conflito de lealdades, a menos que o evite pelo isolamento em face da comunidade - a não ser, evidentemente, que o próprio órgão diretor do sistema escolar encoraje a participação da escola na vida grupal.

A escola rural não pode, como a urbana, confiar na contribuição dos alunos para a sua integração na comunidade, pois a simplicidade e homogeneidade do ambiente não projeta para a sala de aula, por intermédio deles, alunos, experiência social sufi

cientemente rica para que sua elaboração proporcione aos alunos oportunidades de trabalho intelectual, aproximadamente equivalentes àquelas de que dispõe a criança urbana . Por outro lado, se o professor procura enriquecer a cultura local - por intermédio das crianças - com elementos culturais introduzidos do exterior, só evitará choques com o grupo local, se conhecer e compreender a sua cultura e se tiver a capacidade de selecionar e ajustar a ela as inovações a serem incorporadas. No caso de não ter o professor estas qualidades, o choque tornará inúteis os seus esforços, por ser a autoridade paterna sobre os seus alunos mais consolidada do que a sua .

O mestre rural enfrenta, assim, um problema prático realmente difícil: frequentemente as forças de tradição são intensas no ambiente local, e as tendências para a mudança apenas vagamente conscientes aos membros do grupo; por outro lado, tais tendências de mudança são inerentes ao sistema escolar em virtude da sua função integradora supra-local. Em tal situação, qualquer das duas opções pode levar a escola à ineficácia: definindo-se a favor da participação irrestrita no ambiente local, corre o risco de servir ao tradicionalismo, em prejuízo da sua função pioneira; tomando o partido da renovação social, pode expor-se às sanções negativas da comunidade e ter o seu trabalho desfeito por outros agentes de socialização .

. O ajustamento da escola em tais circunstâncias não pode ser obra do professor (da professorinha...) desassistido. Depende, basicamente, da contribuição das autoridades escolares. Somente na medida em que estas apóiem e orientem o mestre no esforço de integrar-se na comunidade sem perder a sua autonomia, este esforço poderá ser bem sucedido. Semelhante apoio e orientação são necessários ao professor, também, naquelas condições locais, em que a tradição não se impõe avassaladoramente, mas, ao contrário, é fraca ou pobre. Nestas condições, a escola será levada a tornar-se centro de comunidade na mesma medida em que conseguir ser eficaz como centro educativo. É extremamente importante, então, que o mestre seja apto a compreender as estruturas sociais e culturais emergentes e a fomentar e orientar o seu desenvolvimento ,

A escola normal deve prepará-lo para tanto, adotando métodos didáticos adequados, aos quais fizemos referência no Capítulo XIV (tópico 1). A imaturidade do professor recém-formado e a necessidade de emprêgo de técnicas especiais de pesquisa fazem que, mesmo bem preparado, só possa desempenhar satisfatoriamente as suas funções, se contar com orientação superior competente. As necessidades de estruturação administrativa dos sistemas escolares, tendo em vista a prestação de tal assistência, foram discutidas no tópico 2 do Capítulo XIV. E o que, neste sentido, vale para os professores formados, aplica-se "mutatis mutandis", aos mestres leigos. O ajustamento da administração escolar às condições da vida rural exigirá, pelo menos, uma distribuição de ênfase, diferente daquela que satisfará à escola urbana. Esta, muito mais autônoma que aquela, em relação ao seu ambiente social, pede um corpo de supervisores com especialização pedagógica, ~~subentendendo-se~~ relativa facilidade de relacionamento da escola com outros setores da comunidade. A escola rural requer supervisão por especialistas em pesquisa social e que sejam, adicionalmente, educadores.

Tanto uma como a outra, a escola urbana e a rural, precisam ser orientadas, em última instância, pelo maior grau de conhecimento das condições sócio-culturais e econômicas, nacionais e regionais, que já esteja ao alcance da ciência contemporânea, o que torna imprescindível a existência, não só de supervisores escolares, em contato direto com o corpo docente, como de um "staff" central na cúpula da administração, ao qual cabe o estudo destas condições globais, do seu relacionamento com as condições locais e dos princípios pedagógicos que decorrem de tais conhecimentos. A integração do trabalho destes técnicos de cúpula com o dos supervisores impõe-se tão imperiosamente que as sugestões de J. Roberto Moreira para a organização de um departamento central de estudos, planejamento e supervisão (1) merecem meditação.

(1) V. acima, p. 297, nota 23.

2- Conclusões

Os raciocínios desenvolvidos nos capítulos precedentes, assim resumidos, permitem que se responda às questões levantadas no tópico final do Capítulo I.

1- Os objetivos, que a sociedade global brasileira propõe à educação, só podem ser formulados como premissas de uma investigação, com aspirações científicas, pois decorrem de opções nacionais inacessíveis à indagação direta e que só podem ser entrevistadas, e adotadas por ato de vontade do próprio investigador, na sua qualidade de cidadão. Com este espírito, admitimos que o Brasil aspira ao desenvolvimento econômico-social, do que decorrem objetivos educacionais praticamente idênticos aos formulados por Kilpatrick, quando diz que o educando, em uma civilização em mudança, deve, primordialmente, "aprender a aprender".

Os mecanismos de auto-renovação sócio-cultural, inerentes à sociedade brasileira, e que a escola pode pôr a serviço deste seu objetivo, variam segundo as unidades locais em que a educação se processa e devem ser examinadas, concretamente, em cada situação de ensino.

2- Pelo exame das tendências de transformação, contidas em unidades sociais parciais, verifica-se que a mudança econômica e tecnológica se processa ou se anuncia em todas as situações concretas, estudadas nas Partes II, III e IV. Esta mudança segue a linha do desenvolvimento, isto é, da multiplicação, quantitativa e qualitativa, dos recursos materiais produzidos e consumidos, identificando-se, portanto, com a aspiração nacional ao desenvolvimento sócio-econômico, acima postulada.

3- O isolamento da escola em face da comunidade a que ela, escola, diretamente serve, decorre da sua natureza institucional. O grau deste isolamento e a forma, sob a qual se manifesta concretamente, dependem, entretanto, de fatores peculiares às situações específicas, em que a escola funciona, e da sua própria estrutura como siste-

ma administrativo. Um sistema escolar de qualquer amplitude tem comprometida a sua eficácia como agente de educação, quando não enquadra cada estabelecimento e cada mestre em um conjunto adequadamente estruturado: a estrutura administrativa deve dar ao mestre o apoio de que necessita para manter a sua independência em relação às contingências locais - eventualmente contrárias à função da escola no contexto nacional - e para promover, por outro lado, a integração da escola na comunidade local, de maneira racional e conducente à máxima contribuição que ela possa dar ao grupo humano a que serve. Tal estruturação exige que o sistema escolar inclua um corpo de supervisores técnicos sócio-pedagógicos, cientificamente orientados.

4- A integração da escola, na comunidade a que serve, é particularmente importante quando se lhe atribui uma função no campo da formação moral. A escola sempre exerce formação moral, pois as normas internas dos estabelecimentos educativos, introjetando-se no imaturo, não deixarão de contribuir para a formação do seu caráter. Esta formação pode, todavia, ser desejável ou indesejável, do ponto de vista da comunidade local ou da nação. Para não ferir aquela, deve a escola nela integrar-se; se quiser atender a esta, deve manter-se suficientemente independente das estruturas sociais locais, para poder manipular, no sentido traçado pelo interesse nacional, os padrões alternativos, contidos na situação cultural concreta.

Fechar os olhos à atuação efetiva da escola no campo moral, encerrando-a na classe de aula, importa em permitir que a formação dada pela escola divirja, com alto grau de probabilidade, da atuação de outros agentes de socialização, prejudicando a formação do caráter do educando. Mesmo quando a educação moral intra-classe se orienta por princípios conscientemente formulados no interesse nacional, será eficaz, tão somente, quando integrada nas normas morais que prevalecem no ambiente social imediato. Ação fecunda, neste sentido de integração tanto local como nacional, não pode senão estribar-se em sistema administrativo, tal como foi caracterizado no item anterior, atuante na as

sistência ao professor executante.

5- As mudanças culturais - em processo, onde quer que dirigíssemos as nossas vistas - abrem campo à atuação da escola na manipulação de padrões tradicionais e emergentes no âmbito local. Tal situação permite à escola orientar a mudança naquela direção que as aspirações nacionais tendem a prescrever. Participação da escola na vida social local e esclarecida orientação em nível supralocal condicionam o aproveitamento das oportunidades que, assim, se oferecem. O professor, individualmente, não estará à altura desta situação, se não contar com a assistência de supervisores e com material de ensino que o habilitem a transpor para a realidade concreta os programas, com esta intenção elaborados por órgão superior.

6- As importantes e difíceis tarefas que cabem à administração escolar, em decorrência dos fatores acima indicados, só podem ser cumpridas mediante a criação de um corpo técnico, em que participem cientistas sociais ao lado de educadores. A colaboração do cientista social é necessária, tanto para a formulação correta dos fins da escola em cada ambiente social concreto, como para a observação dos resultados obtidos, visando êsses fins. Os sistemas sociais, em que a educação se processa, são abertos, expostos a inúmeras influências exteriores, e são sujeitos a mudança durante o período em que medidas administrativas se efetivam. A eficácia destas só pode ser assegurada pelo controle permanente e simultâneo, o qual possibilita reajustamentos adequados nos meios empregados. Toda vez que os fins visados pela ação administrativa são societários, a intervenção do cientista social, na observação concomitante, se impõe.

A colaboração entre especialistas da ciência e da prática permitirá o desenvolvimento de uma área de investigação e realização, integradas, área esta, caracterizada como "ciência aplicada" e já apontada por Florestan Fernandes (2). No segundo tópico

(2) Florestan Fernandes "A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada".

pico do Capítulo XIV foi discutido o modo pelo qual esta área pode ser estruturada, a partir da sua base na realidade concreta (3). Por êste caminho chegar-se-a a uma ciência mais vigorosa, ao mesmo tempo que se construirá o arcabouço , cuja falta vem produzindo as deficiências da nossa educação rural .

(3) Particularmente pp. 295 a 297 .



BIBLIOGRAFIA

I - Partes teóricas (Capítulos I, II, XII a XV)

Albersheim, Úrsula, Uma Comunidade Teuto-brasileira (Jarim), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1962

Aquino, Ivo d', Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1942

Azevedo, Fernando de, "O problema da educação rural" em: A Educação e seus Problemas, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4a edição (s/d), pp. 32 a 52

Briefs, Goetz, Betriebsführung und Betriebsleben in der Industrie, Stuttgart, 1934.

Brookover, Wilbur B., "A educação como processo de controle social: função conservadora e função renovadora" em: Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi (orgs.), Educação e Sociedade: Leituras de Sociologia da Educação, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1964, pp. 80 a 87

"Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais" em: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXIV, nº 59 (1955), pp. 118 a 136

Cruz, Levy, "Espaço, tempo, região e educação" em: Cadernos Região e Educação, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, Vol. I, nº 1 (1961), pp. 4 a 19

Cunha, Mario Wagner Vieira da, "Resistência da burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado" em: Resistências à Mudança: Fatores que Impedem ou Dificultam o Desenvolvimento (Anais do Seminário Internacional, reunido no Rio de Janeiro, em outubro de 1959), Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1960, pp. 195 a 206

Dewey, John, Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação (Trad. de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 3ª edição, 1959

- " - , "My Pedagogic Creed" em: Education Today, by John Dewey, edited and with a foreword by Joseph Ratner, George Allen & Unwin Ltd., London (1941)

Diégues Júnior, Manuel, Regiões Culturais do Brasil, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1960

Durkheim, Émile, Educação e Sociologia (Trad. do prof. Lourenço Filho), Edições Melhoramentos, São Paulo, 6ª edição (s/d)

Fernandes, Florestan, "A Ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada" em: Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, Livraria Pioneira Editôra, São Paulo, 1960, pp.160 a 219

Freyre, Gilberto, "Palavras às professoras rurais do Nordeste" em: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXVIII, nº 68 (1957), pp. 40 a 50

Foulquié, Paul, As Escolas Novas (Trad. de Luiz Damasceno Pena), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1952

Gomes, Josildeth da Silva, "A educação nos estudos de comunidades no Brasil" em: Educação e Ciências Sociais, Ano I, Vol. 1, nº 2 (1956), pp. 63 a 105

Kilpatrick, William H., Educação para uma Civilização em Mudança (Trad. da profa Noemy S. Rudolfer), Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª edição (s/d)

Kimball, Solon, "Problemas e pesquisas educacionais" em: Educação e Ciências Sociais, Ano III, Vol. 3, nº 9 (1958), pp. 65 a 81

Mello e Souza, Antônio Cândido de, Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1964

- " - , V.: Ribeiro, José Querino, em colaboração com Antônio Cândido de Mello e Souza

Menucci, Sud, A Crise Brasileira de Educação, Editôra Piratininga, São Paulo, 2a edição, 1934

Merton, Robert K., Social Theory and Social Structure, The Free Press, Glencoe, Ill., 1949

Moreira, J. Roberto, "A pesquisa e o planejamento em educação" em: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXXIX, nº 90 (1963), pp. 8 a 23

- " - , Teoria e Prática da Escola Elementar, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1960

Nogueira, Oracy, Família e Comunidade: Um Estudo Sociológico de Itapetininga, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, 1962

Oberg, Kalervo, "O camponês marginal no Brasil rural" em: Sociologia, Vol. XIX, nº 2 (1957), pp. 118 a 132

"Orientação do Programa do CBPE para 1956 e 1957" em: Educação e Ciências Sociais, Ano I, Vol. 1, nº 3 (1956), pp. 5 a 10

Pereira, Luiz, A Escola numa Área Metropolitana, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 253/Sociologia nº 8, São Paulo, 1960

Pinto, L. A. Costa, "A estrutura da sociedade rural brasileira" em: Sociologia, Vol. X, nºs 2/3 (1948), pp. 156 a 193

- Radcliffe-Brown, A. R., "Estrutura social" (Trad. de Asdrubal Mendes Gonçalves) em: Estudos de Organização Social, org. por Donald Pierson, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1949, pp. 156 a 173
- "Recomendações da Conferência Regional Latino-Americana sobre Educação primária gratuita e obrigatória" em: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXVI, nº 63 (1956), pp. 158 a 178
- Ribeiro, Darcy, "O programa de pesquisas em cidades-laboratório" em: Educação e Ciências Sociais, Ano III, Vol. 3, nº 9 (1958) pp. 13 a 30
- Ribeiro, J. Querino, Fayolismo na Administração das Escolas Públicas, Linotecnica, São Paulo, 1938
- " - , em colaboração com Antônio Cândido de Mello e Souza, "Contribuição ao estudo de problemas de ensino rural" em: J. Querino Ribeiro, Pequenos Estudos sobre Grandes Problemas Educacionais, São Paulo, 1952, pp. 17 a 23
- Roethlisberger, F.J., e Dickson, William J., Management and the Worker, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1943
- Smith, T. Lynn, Brazil: People and Institutions, Revised Edition, Louisiana University Press, Baton Rouge, 1954
- Teixeira, Anísio S., Educação para a Democracia, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 2ª edição, 1953
- Wagley, Charles, Uma Comunidade Amazônica: Estudo do Homem nos Trópicos (Trad. de Clotilde da Silva Costa), Companhia Editôra Nacional (Brasiliense, Vol. 290), São Paulo, 1957
- Waller, Willard, "The Teacher's Roles" em: Joseph S. Roucek (ed.), Sociological Foundations of Education, Thomas Y. Crowell Company, New York, 1942, Capítulo 10, pp. 204 a 222
- Weber, Max, Wirtschaft und Gesellschaft, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, 2ª edição, 1925

Willems, Emilio, A Aculturação dos Alemães no Brasil, Companhia Editôra Nacional (Brasiliense, Vol. 250), São Paulo, 1946

II - Partes descritivas (Capítulos III a XI)

a - Júlio de Castilhos

A Diocese de Santa Maria (pelo P. Arlindo Rubert), Santa Maria (RS), 1957

A Paróquia de Ivorá no seu Jubileu de Prata: 1918-1943 (editado por Msr. Humberto Busato), Impresso na Escola Tipográfica "Santo Antônio", Santa Maria (RS), 1944

Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais: 1953/1955, Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Diretoria de Estatística Educacional, Pôrto Alegre (s/d)

Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais: 1959, Secretaria de Educação e Cultura, Diretoria de Estatística Educacional, Pôrto Alegre, 1961

Azevedo, Thales de, Gaúchos: Fisionomia Social do Rio Grande do Sul, Aguiar & Souza Ltda.-Livraria Progresso Editôra, Salvador (Ba), 2ª edição, (1959)

Belem, J., História do Município de Santa Maria, Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., Pôrto Alegre, 1933

Jubileu de Nova Palma: 1919-1944, Impresso na Escola Tipográfica do Patronato, Santa Maria (RS), 1944

"Júlio de Castilhos" em: Enciclopédia Brasileira dos Municípios, Vol. XXXIII, pp. 304 a 312, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1959

Laytano, Dante, A Estância Gaúcha, Documentário da Vida Rural Nº 4, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952

Moreira, J. Roberto, A Escola Elementar e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1955

Pimentel, Fortunato, Efemérides Históricas e Econômicas de Júlio de Castilhos, Empresa Gráfica Democracia, Júlio de Castilhos (RS), 1952

VI Recenseamento do Brasil: 1950, Série Regional, Vol. XXVIII Tomo I: Estado do Rio Grande do Sul - Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1955

VII Recenseamento do Brasil: 1960 - Estado do Rio Grande do Sul: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, s/d

Saint-Hilaire, Auguste de, Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821) (Tradução de Leonam de Azeredo Pena), Ariel Editora, Rio de Janeiro, 1935

Mapa do Município de Júlio de Castilhos - Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos (RS), 1939

b - Mococa

Boletim do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo

Freitas, Edgar, Mococa: 100 Anos de História, Impresso na Grafica Costal, Mococa (SP), (1948)

"Mococa" em: Enciclopédia Brasileira dos Municípios, Vol. XXIX, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1957, pp. 141 a 144

Queiroz, Humberto de, Mococa: De sua Fundação até 1900, Typographia do Diário Oficial, São Paulo, 1913

VI Recenseamento Geral do Brasil: 1950, Série Regional, Vol. XXV Tomo I: Estado de São Paulo - Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1954

VII Recenseamento Geral do Brasil: 1960 - Estado de São Paulo: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, s/d

Sinopse Estatística do Município de Mococa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1948

Mapa do Município de Mococa, Organizado pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo (s/d)

c - Macaé

Abreu, Jaime, O Sistema Educacional Fluminense, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1955

Bernardes, Lysia Maria Cavalcante, Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro: Guia da Excursão Realizada por Ocasão do XVIII Congresso Internacional de Geografia, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1957

Carvalho, Augusto de, Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé, Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., Campos (RJ), 1888

Lamego, Alberto, A Terra Goytacá, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1913

Lamego, Alberto Ribeiro, O Homem e o Brejo, Conselho Nacional de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1945

Leite, Serafim, História da Companhia de Jesus no Brasil, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, Tomo VI: 1945

Léry, Jean de, Viagem à Terra do Brasil (Trad. de Sérgio Milliet), Livraria Martins, São Paulo, (1941)

"Macaé" em: Enciclopédia Brasileira dos Municípios, Vol. XXII, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1959, pp. 275 a 280

Macaé, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coleção de Monografias, nº 201, Rio de Janeiro

Mendes, Renato da Silveira, Paisagens Culturais da Baixada Fluminense, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim CX/Geografia nº 4, São Paulo, 1950.

Parada, Antônio Alvarez, Coisas e Gente da Velha Macaé, Edigraf, São Paulo, 1958

Pizarro e Araujo, José de Souza Azevedo, Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Na Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1820 - Reeditado pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945/1948

VI Recenseamento Geral do Brasil: 1950, Série Regional, Vol. XXIII Tomo I: Estado do Rio de Janeiro - Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1955

Saint-Hilaire, Auguste de, Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil (Trad. de Leonam de Azeredo Pena), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941

Silva, João José Carneiro da, Notícia descritiva do Município de Macaé, Typographia Perseverança, Rio de Janeiro, 1881

Mapa do Município de Macaé - Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro (Cópia do Mapa Organizado pela Prefeitura Municipal), s/d

ANEXO

Organização dos inquéritos



Os inquéritos, a que se faz referência nesta tese, foram realizados mediante aplicação de questionários elaborados no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Estes questionários foram utilizados em todas as pesquisas do Plano Piloto da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, modificados em pormenores, em cada caso, segundo as condições locais e os propósitos especiais dos respectivos pesquisadores.

Os inquéritos foram realizados tanto nas cidades como nas vilas e nas zonas rurais. Nesta tese, todavia, só se aproveitaram os resultados relativos às populações rurais - exceção feita dos levantamentos escolares, referidos no Capítulo XI.

Os levantamentos escolares cobriram todos os estabelecimentos de ensino primário, existentes nos respectivos municípios. Se, no que concerne ^{aos} ~~aos~~ municípios de Júlio de Castilhos e Mococa, os dados apurados podem ser considerados fidedignos, devemos-lo em grande parte ao apoio que recebemos das respectivas autoridades. Em Macaé, os resultados foram menos satisfatórios, pelos motivos expostos no Capítulo XI.

Os demais inquéritos abrangeram amostras das respectivas populações. Nas cidades foram construídas amostras representativas, mediante técnicas de seleção aleatória. Nas zonas rurais, infelizmente, não pudemos proceder da mesma maneira. A vastidão das áreas municipais e a precariedade dos nossos meios de locomoção impunham o abandono da aspiração à construção de amostras estatisticamente representativas, mesmo porque era impossível obtermos conhecimento suficiente dos respectivos universos, antes da realização dos inquéritos. Em todos os casos, porém, foi a seleção dos domicílios, a serem visitados, feita de forma a excluir o arbítrio pessoal dos entrevistados, na sua escolha. Deste modo, embora os dados colhidos não se prestem para a comprovação científica de hipóteses, possuem algum valor para a descrição dos ambientes em que se inserem os fenômenos societários, analisados sob critérios qualitativos.

A seguir, expor-se-ão os processos, usados nos vários municípios, para a formação das amostras.



Júlio de Castilhos

O inquérito foi realizado em uma amostra de 342 domicílios, dos quais 52 urbanos e 290 rurais.

Na zona rural selecionamos áreas distintas, num total de 19, distribuídas entre os 5 distritos do município e compreendendo todos os tipos de população presentes no município: lusos, ítalos e teutos, moradores do campo e da serra. Segundo o cadastro de propriedades que foi posto à nossa disposição pela agência municipal de estatística, compilamos uma lista de nomes, abrangendo tantos de cada categoria de tamanhos das propriedades e de origem étnica dos nomes dos proprietários, que resultasse uma amostra de aproximadamente 10% do número total. Três fatores contribuíram para que esta amostra não fôsse rigorosamente representativa: 1º - A seleção das áreas de pesquisa não podia levar em consideração todos os fatores que garantissem justa proporção de presença das circunstâncias ecológicas, que só poderiam ser determinadas por um estudo especial posterior ao inquérito. 2º - Havendo proprietários de várias glebas cadastradas e por outro lado propriedades desabitadas, não corresponde o cadastro a uma relação de empresas rurais em real funcionamento. 3º - Data a relação usada do ano de 1950, devendo, assim mesmo, ser usada por ser impossível obter de outra maneira uma lista organizada por pequenas áreas. Para evitar uma distorção da pirâmide de idades, incluímos no inquérito os domicílios dos filhos que deixaram a casa paterna após 1950, estabelecendo-se em outro ponto da zona rural do mesmo município.

Resultou, assim, a seguinte distribuição da amostra por propriedade rurais:



Hectares	C a m p a n h a				S e r r a				Total
	Fa- zen- das	Fa- zen- dolas	Agri- culto- res	Italos	Teu-Lu tos sos	Agregados e jorna- leiros			
Até 9, 9	-	-	3	4	4	3	7		21
10 a 19,9	-	1	4	10	5	4	1		25
20 a 29,9	-	-	5	16	3	14	3		41
30 a 49,9	-	4	4	30	3	8	-		49
50 a 99,9	-	3	5	29	1	9	-		47
100 a 199,9	-	5	1	11	-	-	-		17
200 a 499,9	-	4	1	1	-	-	-		6
500 a 999,9	-	3	-	-	-	-	-		3
1,000 a 2,499,9	5	-	-	-	-	-	-		5
2,500 a 4.999,9	1	-	-	-	-	-	-		1
5.000 a mais	2	-	-	-	-	-	-		2
Propriedades	8	20	23	101	16	38	11		217
Domicílios	26	23	31	114	16	46	34		290

Das 8 fazendas, uma é ocupada por uma empresa tritícola, mediante arrendamento. A amostra compreende 4 domicílios de fazendeiros, 1 de gerente (administrador), 7 de capatazes e 14 de peões. Outros 4 fazendeiros moram na cidade e não foram incluídos no inquérito, quanto às suas pessoas e famílias.

Entre as fazendolas há uma, cujo proprietário mora na cidade e não foi inquirido. Por outro lado, foram incluídos na amostra 3 filhos que moram em terras dos respectivos pais, razão pela qual a 20 propriedades correspondem 23 domicílios. A distinção entre criadores (donos de fazendolas) e agricultores no campo foi feita de acordo com o número de cabeças de gado que possuem, tomando-se 40 por limite, acima do qual os proprietários foram considerados criadores.

Entre os agricultores na Campanha, 21 são proprietários, e 2 arrendatários. 3 filhos, morando em terras dos pais e 5 parceiros foram englobados na mesma categoria,

perfazendo um total de 31 domicílios.

Dos estabelecimentos da colônia itala, 98 são explorados pelos proprietários e 3 por arrendatários. Foram englobados nesta categoria ainda 9 filhos que moram em terras dos pais e 1 sobrinho em terra de tio, bem como 3 parceiros de origem itala. Os agregados lusos, moradores em domicílios italos, foram computados entre estes, toda vez que se tratasse de moradores dos domicílios, mas entre os "agregados e jornaleiros" quando se fizesse referência a indivíduos.

No caso dos colônos teutos observa-se manifesto defeito de nossa amostra, atribuível ao pequeno número de entrevistas feitas. Estas localizam-se todas em um povoado e nas proximidades do mesmo, ficando prejudicada a representação proporcional dos moradores distantes, que perfazem cerca de metade daquela colônia.

Nos dados referentes aos "lusos" na Serra fazemos constar os proprietários que vivem do cultivo das suas próprias terras e os parentes estabelecidos junto dos mesmos, num total de 46 domicílios.

Entre os "jornaleiros e agregados" reunimos 11 proprietários ou posseiros em terras do Estado e 23 não proprietários. Todos eles não extraem do cultivo de suas terras, mas sim do trabalho assalariado ou meação a maior parte de sua renda. Toda vez que nos referimos a pessoas e não a domicílios, estão compreendidos também os "lusos" moradores em domicílios italos. Os 3 parceiros italos foram incluídos na sua etnia .

M O C O C A

Este município é - visto em conjunto - mais homogêneo do que o de Júlio de Castilhos. A pesquisa concentrou-se nos seus aspectos predominantes, tendo sido afastados do plano de estudo os setores rurais, divergentes do caráter geral do município ou de existência efêmera: a população da Usina de Açúcar "Santo Alexandre" - de função recente (1952) - e as fazendas a ela pertencentes (10), a população da colô -

nia japonesa "Aspase" (30 famílias) - igualmente de fundação recente (1954) - , a vila de Igaraf e o acampamento de trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica "Euclides da Cunha" .

Os estabelecimentos rurais, a serem visitados escolheram-se, entre os constantes de uma lista fornecida pela "Casa da Lavoura". Tomou-se ao acaso cada vigésimo estabelecimento com menos de 300 ha, de uma relação alfabética. Nestes estabelecimentos deviam ser procurados todos os domicílios existentes. Entre os 65 estabelecimentos com mais de 300 ha, selecionaram-se 8, segundo os vários tipos de exploração rural e de administração, encontrados no município. Entre estas 8 fazendas distribuiu-se arbitrariamente o contingente de 75 entrevistas a serem feitas no respectivo pessoal, o que representaria 5% da população, pois um inquérito, feito a nosso pedido pelo eng^o agrônomo Dercy Godoy, (chefe da Casa da Lavoura), permitiu avaliar em 1.500 o número de trabalhadores rurais nas fazendas em questão.

Este plano inicial foi sensivelmente prejudicado na fase de execução pelos seguintes fatores: não foram inquiridos todos os moradores dos estabelecimentos entre 100 e 300 ha, dentre os escolhidos. Esta categoria não tinha sido objeto de estudo prévio, desconhecendo-se o total de seus moradores e verificando-se haver entre eles fazendas de café com grande número de colonos que, se todos inquiridos, desequilibrariam a amostra a favor do estabelecimento em questão. Tampouco foi possível visitar todos os estabelecimentos incluídos na lista, no lapso de tempo disponível.

Assim, resultou uma amostra de 118 domicílios que inclui os vários aspectos da vida de fazendas e sítios, mas não em uma distribuição proporcional à sua ocorrência no município. Compreende as populações de 10 sítios até 150 ha e de 6 fazendas de 200 a 2.000 ha (1 de 224 ha, 4 de 400 a 500 ha, 1 de 1930 ha.) Segundo as categorias ocupacionais dos chefes de domicílios, são 8 administradores e fiscais, 10 sítiantes, 16 parceiros, 74 colonos e diaristas, 6 membros de profissões de natureza

artesanal: carpinteiro, pedreiro, caseiro, dono de pequena serraria. 4 chefes de domicílio são inativos: duas viúvas e dois velhos incapacitados. 6 domicílios sítos na vila de São Benedito das Areias estão incluídos sem que destoem do conjunto, em virtude do caráter rural daquela vila.

M A C A É

Em Macaé, também, excluímos do inquérito algumas áreas com estilo de vida divergente, e vastamente minoritárias: o núcleo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, os estabelecimentos pecuaristas na faixa litorânea (na "areia"), a orizicultura praticada no vale do rio Macabu, no 4º Distrito. Mesmo com estas ressalvas, todavia, não poderíamos afirmar que a nossa amostra é, ao menos, tão representativa quanto as de Júlio de Castilhos e de Mococa. Como se verá, expusemo-nos ao risco de introduzir um vício sistemático, prejudicando a representação, na amostra, dos moradores de pontos de difícil acesso.

No 4º Distrito (Quissamã) procuramos três fazendas, das quais duas de proprietários individuais e uma da "Companhia Engenho Central de Quissamã". Em cada um destes estabelecimentos entrevistamos o responsável e 10 outros moradores, dando preferência aos que morassem num raio de menos de um quilômetro da sede. Uma vez que a maioria do pessoal mora em "colônias", núcleos de casas construídas nas proximidades desta, este processo não terá falseado excessivamente a amostra. Visitamos sistematicamente cada 5ª casa, de tal forma que os entrevistadores cobrissem toda a área do respectivo núcleo. No mesmo distrito ainda procuramos 9 moradias que constituem um conjunto de sítios, ilhado entre fazendas de cana.

Nos demais distritos dirigimo-nos a todas as moradias que se localizassem nas proximidades de determinados trechos da estrada municipal. Assim, no 3º (Carapebus), partindo da estrada estadual, entramos à esquerda, e depois de percorrer determinada distância, distribuímos os entrevistadores de tal forma que pudessem visitar

tôdas as casas avistadas da estrada. Assim, foram entrevistados 32 moradores de tôdas as categorias ocupacionais rurais, encontradiços naquela zona. Após voltar à estrada estadual, desviamo-nos dela em sentido oposto e viajamos até entrar em terra arenosa, quando estacionamos e procuramos 8 casas espalhadas num raio de um quilômetro a partir daquele ponto, encontrando quase exclusivamente sitiantees pobres.

Nos 5º, 6º, 7º, e 8º Distritos (Irirí, Cachoeiro, Glicério, e Sana) procedemos de modo semelhante, desta vez, porém, seguindo a estrada principal. Parávamos de vez em quando, onde houvesse razoável número de casas ao alcance de caminhadas módicas, visitando-as, tôdas. Dest'arte realizamos 43 entrevistas no 5º Distrito, 12 no 6º, 4 no 7º e 18 no 8º.

Em conjunto resultou a seguinte amostra, segundo as categorias ocupacionais dos chefes dos domicílios e de acôrdo com a localização:

Categorias Ocupacionais	Distritos						Total
	3º	4º	5º	6º	7º	8º	
Fazendeiros	2	2	1	-	-	-	5
Administradores	-	1	-	-	-	-	1
Comerciante	-	-	1	-	-	-	1
Fiscais	1	1	3	-	-	1	6
Sitiantes	13	7	1	3	-	8	32
Assalariados em ocupações não caracteristicamente rurais	4	7	4	-	1	-	16
Parceiros, posseiros, intrusos	-	-	20	1	-	1	22
Trabalhadores rurais (colonos, jornaleiros)	16	16	9	8	3	6	58
Inativos de profissão ignorada	4	8	4	-	-	2	18
	40	42	43	12	4	18	159

19

